



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

PAULO DE FREITAS GOMES

**VENTOS QUE CRUZAM O ATLÂNTICO: INTERSECÇÕES, VIOLÊNCIA E
SUBALTERNIDADE FEMININA NA POÉTICA DE YAA GYASI**

**JOÃO PESSOA-PB
2024**

PAULO DE FREITAS GOMES

**VENTOS QUE CRUZAM O ATLÂNTICO: INTERSECÇÕES, VIOLÊNCIA E
SUBALTERNIDADE FEMININA NA POÉTICA DE YAA GYASI**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras - PPGL - da Universidade Federal da Paraíba. Na área de concentração: Literatura, Teoria e Crítica; Linha de Pesquisa: Estudos Africanos e Afro-brasileiros. A cumprir as exigências delimitadas à obtenção do título de doutor em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vanessa Neves Riambau Pinheiro

**JOÃO PESSOA-PB
2024**

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G633v Gomes, Paulo de Freitas.

Ventos que cruzam o atlântico : intersecções,
violência e subalternidade feminina na poética de Yaa
Gyasi / Paulo de Freitas Gomes. - João Pessoa, 2024.
197 f. : il.

Orientação: Vanessa Neves Rimbau Pinheiro.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Literaturas africanas. 2. Autoria feminina. 3.
Yaa Gyasi. 4. Violência. 5. Subalternidade. I.
Pinheiro, Vanessa Neves Rimbau. II. Título.

UFPB/BC

CDU 82(6) (043)

PAULO DE FREITAS GOMES

**VENTOS QUE CRUZAM O ATLÂNTICO: INTERSECÇÕES, VIOLÊNCIA E
SUBALTERNIDADE FEMININA NA POÉTICA DE YAA GYASI**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras - PPGL - da Universidade Federal da Paraíba. Na área de concentração: Literatura, Teoria e Crítica; Linha de Pesquisa: Estudos Africanos e Afro-brasileiros. A cumprir as exigências delimitadas à obtenção do título de doutor em Letras.

Data de aprovação: **29/02/2024**

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dra. Vanessa Neves Riambau Pinheiro (Orientadora/UFPB/PPGL)

Sávio Roberto F. de Freitas

Prof. Dr. Sávio Roberto Fonseca de Freitas (Examinador Interno/UFPB/PPGL)

Moama Lorena de Lacerda Marques

Prof.ª Dra. Moama Lorena de Lacerda Marques (Examinador Interno/UFPB/PPGL)

Francisca Zuleide Duarte de Souza

Prof.ª Dra. Francisca Zuleide Duarte de Souza (Examinador Externo)

Sayonara S. da Costa

Prof.ª Dra. Sayonara Souza da Costa (Examinador Externo)

**JOÃO PESSOA-PB
2024**

Dedico este trabalho a minha avó materna, Maria Francisca da Conceição, a quem eu estimo muito, ao meu irmão Antônio de Freitas Gomes (*in memoriam*) e à eterna Professora Rosilda Alves Bezerra (*in memoriam*), de quem tenho recordações muito especiais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, ser supremo em minha vida, que me sustenta e faz enxergar novos caminhos a serem trilhados, renovando-me a cada amanhecer.

Agradeço à Virgem Maria, Mãe de Jesus, que me ensina a ser grato e por me ser fiel na escuta diária, pois, em imensuráveis circunstâncias, é abrigo e refúgio.

Aos meus pais, Maria da Penha de Freitas Gomes e José Sebastião Gomes, a quem dedico todo o meu amor, respeito e vontade de viver a intensidade de cada momento. Pessoas singulares que se doaram à consolidação do crescimento de seus filhos e se rejubilam com as minhas realizações pessoais e profissionais.

Aos meus sobrinhos, Antônio Gabriel, André Lucas e Anna Victória, fonte de inspiração e afeto, aos quais dispenso atenção e zelo. Através deles tive a oportunidade de me tornar um ser humano melhor, compreensível, vigilante e vivenciar, pelas circunstâncias da vida, as responsabilidades e regozijos da paternidade ativa.

À minha família, território de singularidades e cisões reflexivas, contudo, apercebida como lugar de acolhimento, fonte de restauro e paz, de pertencimento. É no espaço-família que me reencontro, vigorizo o meu devir-humano e torno-me resistente diante das adversidades.

Ao Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL/UFPB) que, de forma expressiva, tem contribuído à capacitação profissional de professores do Estado da Paraíba e territórios adjacentes, a possibilitar caminhos plurais para aquisição e partilha de saberes necessários às sociedades modernas.

Aos docentes do PPGL, de modo particular, aos Professores Doutores Arturo Gouveia de Araujo, Ana Cristina Marinho Lúcio, Sávio Roberto Fonseca de Freitas e Liane Schneider, que através das disciplinas ministradas, partilha de conhecimentos e sugestões de leituras propiciaram a ampliação e consolidação de saberes múltiplos.

Aos amigos discentes do PPGL, os quais no percurso desta trajetória acadêmica dispensaram atenção, afeto e se prontificaram à escuta de nossas curiosidades, inquietudes e, principalmente, fazendo-me enxergar o melhor do (s) meu (s) eu (s).

Ao Grupo de Estudos Africanos (GeÁfricas), espaço de incitação à prática da leitura, análise e aprofundamento de epistemologias teóricas aplicadas a distintos cenários das literaturas africanas e suas autorias. Lugar de irmandade, acolhida, risos e produção acadêmica, levo cada um dos colaboradores/pesquisadores envolvidos no mais íntimo de minha existência. A partir desta experiência, tão relevante ao meu crescimento profissional e de mundo, tive o privilégio de presenciar conversas poéticas, com a participação de autores como Mia Couto, José Eduardo Agualusa, Vera Duarte, Ondjaki, Valter Hugo Mãe e Ana Mafalda Leite.

De modo singular, agradeço a minha orientadora Vanessa Neves Rimbau Pinheiro que, desde o início desta pesquisa, mostrou-se acessível aos meus propósitos de estudos acadêmicos. Interlocutora crítica de minhas proposituras reflexivas, usou de generosidade, comprometimento e receptividade no processo de construção e efetividade deste trabalho acadêmico. A primar pelo bom convívio, construiu memórias que mesclam contentamento, disciplina, vitórias, as quais estão eternizadas e serão recordadas por mim com muito zelo.

À banca de qualificação, composta pelas Prof^{as}. Dr^{as}. Moama Lorena de Lacerda Marques e Danielle de Luna e Silva, pelas contribuições e sugestões epistêmicas com o objetivo de aperfeiçoar as conjecturas perscrutativas da investigação no âmbito da crítica literária e da pós-colonialidade.

Ao empenho de todos os professores que, a partir de suas experiências diárias e singularidades, auxiliaram-me na busca pelo conhecimento, mostraram-me as primeiras letras e enveredaram-me pelo caminho da cognição da linguagem literária. Como verdadeiros heróis fizeram de seus espaços, ações e falas artifícios com o propósito de fazer de seus alunos sementes férteis, as quais quando germinadas, intentam um mundo com o direito de oportunidades para todos, sem separatismo social e regado à violência. São esses profissionais da educação, que desempenham papel de liderança em suas

comunidades, por meio de seus modos de pensar e materialidade reflexiva, responsáveis por me fazer enxergar a Educação como prática de liberdade e transformação social.

Às Secretarias de Educação dos municípios de Pilõezinhos e Guarabira, localizadas na mesorregião do Agreste Paraibano. Berços de cultura e proporcionadores do convívio com pessoas alvissareiras que trazem, em suas travessias diárias, o acolhimento, generosidade e o bem-estar coletivo.

Agradeço aos alunos que se propuseram à escuta de minhas quimeras, a fazer da sala de aula, também, espaço de encantamento e esperança. Aos alunos que estão sob minhas responsabilidades laborais e aqueles que, em tempos que se seguem ao presente, virão abrilhantar meus dias. São eles o público-alvo de meu empenho, busca pelo conhecimento, dedicação e boa fé.

ÁFRICA

E assim ela estava deitada
cana-de-açúcar doce
desertos nos seus cabelos
ouro nos seus pés
montanhas nos seus seios
dois Nilos nas suas lágrimas.
E assim ela se deitou
Negra através dos anos.

Sobre os mares brancos
de geada branca e fria
bandidos grosseiros
com petulância fria
tomaram suas filhas jovens
venderam os seus filhos fortes
povoaram-na de igrejas a Jesus
sangraram-na com suas armas.
E assim ela deitou.

Agora, ela se ergue
lembre suas dores
lembre suas perdas
os gritos fortes e vãos
lembre suas riquezas
sua história sacrificada
agora ela caminha
ainda que estivesse deitada.

(ANGELOU, 2020, p. 98).

A família é como a floresta. Se você estiver do lado de fora, ela é fechada;
se estiver dentro, verá que cada árvore tem sua própria posição.

Provérbio Akan

RESUMO

A concretização desta pesquisa tem o objetivo de analisar as personagens femininas, realçando os aspectos da violência e subalternidade, enquanto categoria analítica. O trabalho ausculta o desempenho poético da autora africana, de origem ganense, Yaa Gyasi. A autoria citada recorre ao espaço da ficção e o utiliza como ferramenta à denúncia dos desequilíbrios socioculturais suscitados por condutas segregacionistas que tencionam a fragmentação social a fim de preservarem o *status* de supremacia. A intersecção dos indicadores de subalternização, a exemplo de raça, classe social, gênero, nacionalidade e origem étnica, são mecanismos utilizados ao efetivo exercício das instituições hegemônicas, legitimadas pelo regime patriarcal que confere à entidade masculina poder de decisão, liderança e autoridade moral sobre as camadas sociais marginalizadas. Para a consolidação das aferições teórico-argumentativas nos valem os da obra *O caminho de Casa* (2017), enquanto *corpus* de análise. O desenvolvimento desta tese é relevante à fomentação de estudos posteriores, no campo da teoria literária, assim como amplia os aportes crítico-expositivos relacionados às intervenções reflexivas pós-coloniais e de gênero. Deste modo, contribuímos para promoção da fortuna crítica inerente à romancista Yaa Gyasi e dispomos, ao espaço da discussão acadêmica, os produtos de sua disposição criativa. Isto posto, com a finalidade de legitimar os pressupostos argumentativos e sistematizar a discussão recorreremos às conjecturas teóricas de AIDOO (1983, 2009), ACHOLONU (1995), AMADIUME (1987), ARNDT (2002), COLLINS (2019), DAVIS (2016), HUDSON-WEEMS (2020), BONNICI (2000), BHABHA (2014), BAMISILE (2021), ACHEBE (2012), ALENCASTRO (1998), MBEMBE (2014), APPIAH (2012), FANON (1968, 1983), entre outros arcabouços epistemológicos necessários à evolução da tese.

Palavras-chave: Literaturas africanas. Autoria feminina. Yaa Gyasi. Violência. Subalternidade.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze female characters, highlighting the aspects of violence and subalternity, as an analytical category. The work examines the poetic performance of the African author, of Ghanaian origin, Yaa Gyasi. The aforementioned author uses the space of fiction and uses it as a tool to denounce the sociocultural imbalances caused by segregationist behaviors that aim at social fragmentation in order to preserve the status of supremacy. The intersection of indicators of subalternization, such as race, social class, gender, nationality and ethnic origin, are mechanisms used for the effective exercise of hegemonic institutions, legitimized by the patriarchal regime that gives the male entity decision-making power, leadership and moral authority over marginalized social layers. To consolidate the theoretical-argumentative measurements, we use the novel *Homegoing* (2017), as a *corpus* of analysis. The development of this thesis is relevant to the promotion of further studies in the field of literary theory, as well as expanding the critical-expository contributions related to post-colonial and gender reflexive interventions. In this way, we contribute to promoting the critical fortune inherent to the novelist Yaa Gyasi and provide, in the space of academic discussion, the products of her creative disposition. That said, in order to legitimize the argumentative assumptions and systematize the discussion, we resorted to the theoretical conjectures of AIDOO (1983, 2009), ACHOLONU (1995), AMADIUME (1987), ARNDT (2002), COLLINS (2019), DAVIS (2016), HUDSON-WEEMS (2020), BONNICI (2000), BHABHA (2014), BAMISILE (2021), ACHEBE (2012), ALENCASTRO (1998), MBEMBE (2014), APPIAH (2012), FANON (1968, 1983), among other epistemological frameworks necessary for the evolution of the thesis.

Keywords: African literatures. Female authorship. Yaa Gyasi. Violence. Subalternity.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es analizar personajes femeninos, destacando los aspectos de violencia y subalternidad, como categoría analítica. El trabajo examina la performance poética del autor africano, de origen ghanés, Yaa Gyasi. El citado autor utiliza el espacio de la ficción y lo utiliza como herramienta para denunciar los desequilibrios socioculturales provocados por conductas segregacionistas que apuntan a la fragmentación social con el fin de preservar el estatus de supremacía. La intersección de indicadores de subalternización, como raza, clase social, género, nacionalidad y origen étnico, son mecanismos utilizados para el ejercicio efectivo de instituciones hegemónicas, legitimadas por el régimen patriarcal que otorga a la entidad masculina poder de decisión, liderazgo y moral. autoridad sobre capas sociales marginadas. Para consolidar las mediciones teórico-argumentativas utilizamos como corpus de análisis la obra *Volver a Casa* (2017). El desarrollo de esta tesis es relevante para promover nuevos estudios en el campo de la teoría literaria, así como ampliar los aportes crítico-expositivos relacionados con las intervenciones poscoloniales y reflexivas de género. De esta manera, contribuimos a promover la fortuna crítica inherente a la novelista Yaa Gyasi y brindamos, en el espacio de la discusión académica, los productos de su disposición creativa. Dicho esto, para legitimar los supuestos argumentativos y sistematizar la discusión, recurrimos a las conjeturas teóricas de AIDOO (1983, 2009), ACHOLONU (1995), AMADIUME (1987), ARNDT (2002), COLLINS (2019), DAVIS (2016), HUDSON-WEEMS (2020), BONNICI (2000), BHABHA (2014), BAMISILE (2021), ACHEBE (2012), ALENCASTRO (1998), MBEMBE (2014), APPIAH (2012), FANON (1968, 1983), entre otros marcos epistemológicos necesarios para la evolución de la tesis.

Palabras clave: Literaturas africanas. Autoría femenina. Yaa Gyasi. Violencia. Subalternidad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Os Estados Sudaneses.....	31
Figura 2 – Escritora Yaa Gyasi.....	117
Figura 3 – Composição dos capítulos da obra a partir da árvore genealógica de Maame.....	123

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 DESVENDANDO OUTRAS ÁFRICAS: GANA NO PERCURSO DA HISTÓRIA.....	20
1.1 INCIDENTES NA COSTA DO OURO: DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS E TENSÕES ÉTNICO-CULTURAIS.....	26
1.2 A ÁFRICA SOB O SIGNO DA PÓS-COLONIALIDADE.....	42
1.2.1 Nuances do Pós-independência: fatores contextuais.....	73
2 POÉTICAS POLÍTICAS: VOZES PRECEDENTES NA LITERATURA AFRICANA DE AUTORIA FEMININA.....	79
2.1 O IRROMPER DAS MARGENS: TEXTUALIDADES FEMININAS E A CONSCIÊNCIA CRÍTICA FEMINISTA.....	79
2.2 NAS SENDAS DO CONTEMPORÂNEO: O PROTAGONISMO POÉTICO DE YAA GYASI.....	112
3 A TINTA QUE CABE À VIOLÊNCIA PINTA A PALAVRA NO CORPO: EFFIA OTCHER E ESI ASARE EM TRAVESSIAS.....	126
3.1 EFFIA OTCHER: A LIBERDADE ADIADA.....	130
3.2 ESI ASARE NO (IN)VERSO DA HISTÓRIA: ENTRE TONS DA VIOLÊNCIA, A COLONIALIDADE DO PODER E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO-EFEITO.....	141
4 IMPLICAÇÕES DO PATRIARCADO: TENSÕES SOCIOCULTURAIS E SUBALTERNIDADE DE GÊNERO.....	153
4.1 DE PUNHO CERRADO ÀS ENCRUZILHADAS DA OPRESSÃO: ABENA COLLINS, RESISTIR PARA EXISTIR.....	160
4.2 DE FILHA DO AZARADO À FEITICEIRA: ABENA COLLINS, A METÁFORA DA TERRA ESTÉRIL.....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	180

INTRODUÇÃO

Pensar as tessituras literárias africanas, sem descurar a expectativa autoral sobre o material engendrado, requisita-nos estar atentos às mutações assentidas com o decorrer dos tempos contemporâneos e reconhecer a necessidade de um olhar flexível às demandas que se revelam na atualidade. Insta-nos registrar, também, que os objetos discursivos lançados aos espaços da ação criativa, no que tange ao teor temático do exercício ficcional, constam nos processos histográficos dos repertórios sociais, de modo que limitar sua existência ao período atual impossibilita a avaliação atenta dos indicativos estético-temáticos, as transições e os impactos ocasionados nos quadros socioculturais, com a evolução temporal. Portanto, sublinhamos que os artífices da arte criativa, os quais se dedicam em explorar as cenas sociopolíticas de África, entendem que as problemáticas inerentes às camadas territoriais que compõem o continente, de dimensões pluriculturais, estiveram preteridas às lacunas de movimentos hegemônicos e de percepções unilaterais. Isto posto, reforçamos que as Áfricas, por anos, não figuraram às agendas da erudição teórica e da intelectualidade literário-acadêmica.

Dando sequência ao raciocínio, com enfoque no debate das conjecturas literárias sul-globais, pontuamos que estas não se constituem como projeto abstrato, mas estão articuladas às ações políticas dos africanos. Como extensão das manobras de enfrentamento aos dispositivos coloniais, o campo literário se implementa em diálogo com distintas áreas das ciências humanas, das quais podemos citar a história, psicologia, antropologia, educação, filosofia, política, entre outras. Desse modo, o compreendemos como espaço de construção interdisciplinar, a operar para destituição da condição de barbárie, propagada, aos trópicos globais, por bases civilizatórias eurocêntricas.

Cabe à discussão assinalar que a literatura não se abrevia à função de revelar ao leitor o conceito do belo, o equilíbrio estético e o agradável aos olhos do sujeito apreciador da leitura, como foi definida por interpretações clássicas da arte. Ao assumir esta proposta conceitual, busca-se alcançar o sentimento de satisfação, afinidade e simpatia ao texto. No que diz respeito ao significante da beleza no imaginário dos processos ficcionais, o inferimos enquanto conceito questionável. O advento da modernidade e os efeitos da globalização que consistem na integração dos fluxos econômicos, sociais, políticos e culturais entre os Estados nacionais, os quais aceleraram o trânsito das informações entre os povos, preconizam outros sentidos à disposição da

escrita criativa, a revisarem a ideia de fixação do prazer estético sobre o texto, contudo, provocam-nos à reflexão da competência crítica promovida pela linguagem literária.

Nesta perspectiva, Edward Burns (1989, p. 105) assegura que a função da literatura, no mundo de pós-guerras entre as nações do globo, surgimento de conflitos civis armados, estagnação econômica e ameaças totalitárias, também deve assumir um caráter político, tornando-a capaz de condenar a mesquinhez e a crueldade em vigência nas sociedades, “ao mesmo tempo em que indica caminhos à construção de relações sociais mais justas”. Assim sendo, incrementa-se o exercício do vínculo crítico entre autoria, obra prima e interlocutor da proposta ficcional, sem dar espaço ao estado de inércia diante das fraturas sociais.

Análogo aos apontamentos registrados, a romancista Yaa Gyasi (2021, p. 05) elucida que ao se apropriar do âmbito da criação artística foi impulsionada a usar esta ferramenta para dar relevância a narrativas que foram sumarizadas ou, até mesmo, negligenciadas nos roteiros oficiais da História. Ao ponto que preserva suas inscrições poéticas do possível sentido de harmonia, no progredir da unidade textual, e nos convoca à inquietude, uma vez que a autora versa sobre temáticas que reclamam a urgência do debate social.

A literata africana, natural da República do Gana, denominada de Costa do Ouro até a retirada das bandeiras militares e administrativas da Inglaterra, no ano de 1957, ao tornar público os produtos de seu empenho imaginativo, viabiliza a aproximação com representações fictícias que dispõem de propriedades subjetivas intrínsecas à realidade concreta vivenciada pelas camadas populacionais do continente em evidência e por grupos afro-diaspóricos distribuídos em diversos cenários sociopolíticos. Estamos a discutir a respeito de cenas literárias que priorizam a exibição de traumas suscitados pela ação do expansionismo colonial europeu e por contextos civilizatórios neocoloniais que persistem atuar sotopostos a critérios governamentais de natureza análoga.

Os indicativos narrativos não se preservam de denunciar as implicações da atividade escravagista, a qual tem validade jurídica infirmada, entretanto, seus impactos subsistem nas esferas socioculturais da atualidade, de modo que assumem outras configurações e intensidades. A experiência de Yaa Gyasi, associada aos inventivos das belas-artes, sinaliza relatos de dores, angústias, fracionamento familiar, matizes de violência e subalternidade, assim como se ocupa em reproduzir os processos de desterritorialização e hibridismo cultural relativos à memória coletiva e histórica do povo negro. Os objetos temáticos pautados se concretizam com o efetivo exercício de

instituições expansionistas que, inicialmente, perceberam os estratos territoriais africanos enquanto artifícios à reestruturação do setor político-econômico de suas instalações geográficas e, nos dias atuais, aproveitam-se do cerceamento de corporeidades primitivas e afrodescendentes, com o propósito de manter o *status quo* de entidades políticas e raciais dominantes.

Subsidiados pela compreensão de um mundo composto por espacialidades heterogêneas, com *práxis* humanas plurissignificativas, identificamos as proposituras poéticas de Gyasi enquanto dispositivos diegéticos afropolitanos (Mbembe, 2014, p. 226), por postular um novo mundo africano que não se ajusta às leituras exíguas e descrições generalizantes chanceladas pelo colonizador. A experiência epistemológica afropolitana é sensível às dinâmicas temporais e sistemas geopolíticos, de forma que relativiza o fetichismo ocidental sobre os panoramas civilizatórios e o público sul-orientais, a sensibilidade mencionada interpela as alegações propagadas enquanto realidades incontestáveis aos africanos e aos seus estratos de pertencimento. Dar-se lugar a problematização das governabilidades autóctones, ao processo de autocriação e de ressignificação dos repertórios nacionalistas, espaços individuados, por uma ótica que se origina das fronteiras alternativas. Destarte, a agenda artístico-intelectual, projetada conforme as perspectivas do afropolitismo, coloca o sujeito que coexiste nas linhas periféricas dos quadros hegemônicos em movimento, e combate o lugar de inutilidade que aos atores sociais negros foi estatuído, mas por eles nunca ocupado.

Desse modo, justificamos a viabilidade desta tese de doutoramento, intitulada “*Ventos que Cruzam o Atlântico: intersecções, violência e subalternidade feminina na poética de Yaa Gyasi*”, em virtude de o cenário contemporâneo urgir a exposição e prática argumentativa de tópicos temáticos centrados no cerceamento de corporeidades desassistidas dos atributos que legitimam as parcelas sociais preeminentes. De maneira particular, reportamo-nos às relações de violência e subalternidade que os corpos-territórios femininos estão expostos, anuídas pela dominação patriarcal, a qual sustenta poder, liderança e controle das propriedades institucionais do Estado à figura masculina, a estatuir regras à ação coletiva. Dito isto, direcionamos o trabalho investigativo às cenas cotidianas de mulheres originárias das conjunturas étnicas ganenses, impelidas à manifestação de condutas totalitárias que se valem da vigência de múltiplos marcadores de opressão, a operar de forma interligada e se reforçam mutuamente. Neste sentido, acreditamos ser oportuno perscrutar o protagonismo autoral de atores sociais não representados pelos interesses de signos conservadores, a atuarem reclusos às esferas

elitistas e indiferentes às dinâmicas cotidianas incompatíveis a sua hierarquia social de pertença.

Para a concretização de nossos pressupostos analíticos utilizaremos a obra *O Caminho de Casa* (2017), produzida por Yaa Gyasi, enquanto corpus de pesquisa. As circunstâncias diegéticas e as manifestações subjetivas singulares à mulheridade serão contextualizadas com o intuito de consolidar o exercício discursivo. A saber, o plano ficcional, em referência, aborda a efetuação da atividade escravagista, estabelecida enquanto artifício primário à ordem econômica interna e recurso de manutenção às esferas financeiras além-mar. A explicar que o assujeitamento humano a condições degradantes, como política institucional legitimada pelo desempenho do patriarcado capitalista (Eisenstein, 1979, p. 23), precedeu a instauração de múltiplas formas de arbitrariedades, e suscitou a fragmentação de famílias originárias do continente africano e de núcleos populacionais afro-diaspóricos.

Daremos ênfase às relações interpessoais de três personagens femininos, os protagonismos dos sujeitos enunciados e as ações-contextos em que estão inseridos são requisitos essenciais à sustentação ficcional dos raciocínios expositivos. A primeira personagem perscrutada, Effia Otcher, é fruto de um abuso sexual, nasceu na aldeia fante e está condicionada aos sistemas de opressão desde a infância. Em seguida, intensificamos a discussão a partir das travessias cotidianas de Esi Asare, meia-irmã de Effia Otcher, retirada da esfera nativa, a etnia axante, ação motivada por conflitos étnico-identitários, em função do comércio escravocrata empreendido por governabilidades eurocêntricas, e submetida aos impactos da violência colonial. Por último, as tensões socioculturais e as situações de subordinação feminina vivenciadas por Abena Collins, bisneta de Effia Otcher, são objetos de nosso exercício investigativo. Recorreremos às contribuições teóricas de Beth Brait (1985) e de Antonio Candido (2009), relacionadas à categoria personagem, com o intuito de reforçar as ponderações analíticas e ampliar a nossa compreensão, no que concerne aos elementos ativos da esfera narrativa.

O desenvolvimento desta pesquisa sucede norteador pela conjectura hipotética que persiste no entendimento de que as mulheres ganenses têm suas imagens identitárias forjadas pelo pacto da hegemonia patriarcal, a supervisionar os setores políticos, econômicos, religiosos e culturais dos estratos autóctones e determinar, ao feminino, lugares-comuns que expressam inferioridade, com a execução de posturas arbitrárias e a atribuir imagens de controle às corporeidades vitimadas pela dominação masculina.

Sendo assim, propositamos analisar a representação da mulher, realçando os aspectos de violência atmosférica e subalternidade, dispostos no romance *O caminho de Casa* (2017) enquanto categoria estética. O procedimento metodológico aderido se caracteriza como abordagem bibliográfica, por propiciar a construção do debate a respeito de imperativos temáticos e fenômenos socioculturais imprescindíveis à investigação e a oportunizar o diálogo com paradigmas conceituais, leituras e repertórios argumentativos empreendidos por distintas fontes autorais, as quais subsidiam e ratificam os dados analíticos da tese. Nestes termos, conferimos ao presente estudo um caráter qualitativo e exploratório-explicativo, pois intentamos, através de interpretações subjetivas, o aprofundamento de objetos discursivos, a produção de efeitos informativos, a partir dos resultados alcançados e validar a hipótese norteadora. Com isso, fomentamos a produção crítico-acadêmica respaldada no labor poético de Yaa Gyasi e nos roteiros temáticos percorridos em suas obras.

A presente tese está organizada em quatro momentos. No primeiro capítulo esboçaremos um estudo panorâmico da conjuntura sociopolítica da República do Gana. Serão apontados fatores contextuais relacionados à memória coletiva e a historiografia do país, os quais imprimem as metamorfoses ocorridas no antigo império ganês e a intervenção de estruturas governamentais islâmicas nos limites da África Subsaariana, as asserções apontam que, desde o início, os estratos nacionalistas ganenses são acometidos pelas aptidões político-econômicas de ordens exógenas. A atividade expansionista europeia, a partir do século XIV, provoca a reformulação do setor econômico primitivo e situa a população nativa à condição de matéria-prima do regime escravocrata, em função das exigências econômicas vigentes. As circunstâncias corroboraram para a efetividade da política de dominação exploratória sancionada pela coroa britânica, que implicou predominância governamental inglesa em distintas áreas da antiga Costa do Ouro, os impactos da atuação colonizadora subsistem no cenário geopolítico atual do Estado ganense.

Na sequência, trataremos um tópico dedicado à construção de epistemologias que se voltam à realidade pós-independentista da nação em pauta. Os aparatos argumentativos denotam o surgimento de uma intelectualidade que não se ver representada nas tentativas de definição protocoladas pela *práxis* colonizadora que, por sua vez, insistem em sínteses reducionistas e deslocadas sobre os sistemas sociopolíticos africanos, os quais dispõem de territorialidades heterogêneas, com interfaces pluriétnicas, contudo, não são contempladas pela cosmovisão dos estratos hegemônicos. Nesta perspectiva,

discorreremos a respeito da tomada de consciência feminina, a reclamar o papel de sujeito nas ambiências originárias, destacando o princípio da primariedade social como um dos coeficientes defendidos pela pauta emancipatória, em função da autonomia administrativa e militar ganesa que estavam limitadas à soberania governamental da Inglaterra. No momento em que a independência de Gana se tornou realidade concreta, atores sociais masculinos ascenderam a posições de superioridade e deram continuidade aos estratagemas de controle e inferiorização das corporeidades femininas. Com isso, irrompe-se, das fronteiras, a crítica feminista e literária a partir do protagonismo de mulheres que recusam a manifestação de condutas opressoras subvencionadas pelo patriarcado e refletem sobre suas relações interpessoais, a explorar o âmbito da literatura enquanto artifício à promoção de mudanças sociais.

Após instigarmos o diálogo no tocante às vozes literárias precursoras e as possibilidades de percepção do feminino em África, assim como urdir considerações críticas aos produtos ficcionais de Yaa Gyasi e sua relação com o mundo contemporâneo, progrediremos à terceira seção, de caráter analítico. Os estudos irão colocar em evidência o signo da violência atmosférica inferido enquanto efeito da coalizão de díspares mecanismos de opressão, que ao entrarem em execução buscam alienar e estabelecer as esferas de circulação do sujeito oprimido. Os escrutínios reflexivos estarão pautados na representação ficcional das personagens Effia Otcher e de sua irmã Esi Asare.

O capítulo final reforçará as discussões anteriores, desenvolve-se a partir de perquirições reflexivas relacionadas ao chauvinismo masculino, a instigar a desigualdade entre os gêneros e tenciona a objeção da mulheridade autóctone assumir papéis sociais que a possibilitem refletir sua condição subjetiva em ambiências comunitárias supervisionadas pela elite dominante, legitimada por axiomas culturais e religiosos praticados pelas configurações étnicas. Salientamos que as ordens absolutistas recorrem a estereótipos com o intuito de se eximirem das consequências de suas doutrinas fundamentalistas, manipuladas em benefício de grupos restritos, para punir e subjugar a Outridade.

1 DESVENDANDO OUTRAS ÁFRICAS: GANA NO PERCURSO DA HISTÓRIA

Sustentar a ideia de uma África uníssona é desconhecer as fraturas sociais que, em paralelo com a História, tornaram-se marcas protocoladas no processo de construção dos seus territórios (Ziegler, 1964, p. 50). Destarte, observemos que as metamorfoses sociopolíticas se configuram nos múltiplos campos da sociedade africana, as quais sucedem por intermédio dos movimentos políticos, culturais, étnicos, geográficos, entre outros.

Trataremos estes elementos inerentes à composição territorial e seus modos de existência como categorias simbólicas que, por vezes, não se desenvolvem com a mesma intensidade. Estas categorias simbólicas estão correlacionadas a outro fator proeminente nas paisagens do cotidiano africano, denominado como temporalidade histórica. Pois, é através dele que os demais aspectos se organizam e constroem as “representatividades identitárias das civilizações”, em específico, do contexto mencionado (Pacheco, 2018, p. 09).

À luz de André Comte-Sponville (2000, p. 30) abordamos a temporalidade histórica como processo fundamental da consciência humana. Se o tempo físico põe-se alheio à natureza do homem, por ser absoluto e não depende de nossa interferência para sua funcionalidade, podemos compreender, na abordagem do autor mencionado, que o tempo-histórico está condicionado às experiências e percepções da vida em sociedade (Marques, 2008, p. 45).

Deste modo, compreendemos que as nações africanas possuem características singulares as suas realidades, estas não se tornam padrões para as demais latitudes. Embora tenham experienciado o fenômeno da colonização ou feito parte do projeto ultramarino de aprisionamento humano, não se pode afirmar que o poderio ocidental se manifestou sob as mesmas condições em todo continente.

As nuances da escravização em África¹ são resultados de ambições externas, contudo, foram reforçadas com a efetividade dos interesses das tribos dominantes² (Thornton, 2004, p. 123). John Thornton alega que a busca para a concretização de

¹ Projeto socioeconômico estabelecido a partir do século XV, com a abertura das rotas comerciais no Atlântico pelos portugueses e, *a posteriori*, por demais povos europeus.

² Registramos no contexto da África Pré-colonial e em desfechos posteriores articulados à aproximação de suas sociedades com o Ocidente, a proeminência de elites locais. A exemplo dos Axantes e dos Fantes, grupos étnicos situados em Gana, os quais se enfrentavam com o propósito de demonstrar sobreposição política e consolidar a expansão de seus limites geográficos. Por vezes, aderiram aos acordos que pautavam os interesses dos europeus, com o intuito de permanecer enquanto grupos hegemônicos.

interesses particulares e, com isso, a hegemonia de um grupo social sobre o outro, era um aspecto inerente à realidade africana. O autor em destaque faz uma crítica a posicionamentos que trazem o comércio de cativos como um modo de ascensão capitalista desde o início planejado pelos europeus, na qual, segundo a justificativa do mesmo, a interferência da Europa vem ampliar as tensões entre os povos e institucionalizar o comércio de humanos entre os continentes:

A escravidão era amplamente difundida na África, e seu crescimento e desenvolvimento foi muito independente do comércio atlântico, exceto que, à medida que esse comércio estimulou o comércio interno e seus desdobramentos, ele também ocasionou uma escravização mais intensa. O comércio Atlântico de escravos foi resultado dessa escravidão interna. A causa da disseminação da escravidão na África não se encontra, como alguns afirmaram, no fato de a África ser uma região economicamente subdesenvolvida, onde o trabalho forçado não havia sido ainda substituído pelo trabalho livre. Na verdade, a escravidão estava enraizada em estruturas legais e institucionais arraigadas das sociedades africanas, e sua operacionalização diferia muito do modo pelo qual subsistia nas sociedades europeias (Thornton, 2004, p. 124-125).

Conforme as ponderações de John Thornton, verificamos que não se exime os europeus da responsabilidade de expor a África enquanto alvo de seus interesses, contudo, permite-nos observar que as relações de poder entre os sujeitos africanos corroboraram para o desdobramento do comércio que colocaria o homem negro como mão de obra escrava. Portanto, a escravidão não pode ser encarada como um fator autônomo da historiografia deste continente; em detrimento disto, assume outras conotações sob a supervisão do imperialismo³ da Europa.

Estudos que dispõem de mais atenção ao tema da escravidão em África apresentam, em suas análises, que atividades estabelecidas na opressão humana eram desempenhadas pelas entidades sociais africanas. Logo, a escravidão esteve designada como aspecto constitutivo dos mapas civis-estatais pré-coloniais e sua localização histórica precede o estabelecimento das bandeiras geopolíticas europeias e do modelo governamental assegurado em perspectivas de caráter segregacionista e na efetuação do essencialismo monocultural difundido pelo imaginário filosófico e discursivo da Europa, nos roteiros da política do expansionismo territorial, em desenvolvimento a partir do século XV.

³ Partimos das dimensões culturais e políticas articuladas a uma estrutura dominante sobre outra menos favorecida, em discussão na obra *Cultura e Imperialismo* (1995), de Edward Said.

As conjecturas argumentativas sublinhadas predisõem o entendimento da produção escravagista no continente negro e permite-nos observar que o processo, o qual determina a relação de servilismo dos sujeitos em condição de subserviência, ocorreu em épocas, proporções e por razões distintas. Assim sendo, é pertinente à abordagem investigativa o registro das práticas comunitárias e os modelos de organização dos tecidos sociais primitivos, a definir os repertórios políticos e culturais que deviam ser cumpridos e preservados pelos habitantes das denominações étnicas aborígenes. Neste sentido, consideremos as ações propiciadas pelas experiências singulares às lógicas de produção *in loco*, ou seja, a relação dos africanos com suas paisagens étnico-nacionais de origem.

Ao darmos sequência à exposição reflexiva, salientamos a interação da África com o mundo islâmico e o oriente médio. As civilizações islâmicas tornaram-se componentes fundamentais para a manutenção da prática escravagista no continente africano, através do processo de incorporação e condição de dependência de homens negros nas sociedades ao norte do Saara e ao longo da costa do Oceano Índico.

Esclarecemos que os modelos apresentados de efetivação do cerceamento humano, nas latitudes geográficas de África, são compreendidos como *práxis* periféricas e de caráter secundário, uma vez que se tratavam de práticas circunstanciais e desenvolviam-se à margem do funcionamento do Estado. Por conseguinte, as práticas baseadas na restrição da liberdade de agentes sociais considerados inferiores e condicionados ao *status* de propriedade pelas políticas de manutenção do regime absolutista em vigência e por suas entidades civis representativas, estiveram inscritas nos desdobramentos geopolíticos de determinadas comunidades nativas, no entanto, a aplicabilidade destes fenômenos sociais, no contexto pré-colonial, não se constituiu como aspecto necessário para o desenvolvimento das conjunturas nacionais. A dinâmica do escravismo não configurava regra, a resultar em um estratagema de poder não institucionalizado.

As experiências discursivas de Paul E. Lovejoy, apresentadas na obra *A escravidão na África: uma história de suas transformações* (2002), realçam as proposições investigativas dissertadas, ao evidenciar que práticas escravagistas, no curso da história que antecede o impacto provocado pelas instituições europeias no continente negro, desenvolveram-se como instrumentos judicativos aplicados ao indivíduo que logrou de conduta indiferente aos preceitos estabelecidos à subsistência da ordem comunitária; a exemplo de crimes cometidos como furtos, roubos, acusação de feitiçaria, assassinatos, adultérios, etc. Causas socioeconômicas, de modo específico, a fome, também

condicionou o homem autóctone ao *status* de escravizado. As guerras tribais e a sobreposição de lideranças territoriais, assim como a aquisição de cativos para distintos ritos sacrificiais, ilustram o panorama dos fatores que consolidou a evolução do fenômeno social em discussão (Lovejoy, 2002, p. 32). É oportuno esclarecer que as manobras de exploração humana supracitadas não estiveram reproduzidas em todas as paisagens territoriais de África.

Ao darmos continuidade ao exercício investigativo, o qual traz o signo da escravidão como recurso incidental expostos nos itinerários históricos dos imaginários sociais africanos, identificamos a presença muçulmana, com início no século VIII, a influenciar na evolução do indicativo temático em contextualização. As guerras santas, com o propósito de expandir o islamismo e reproduzir o culto subsidiado nos dogmas monoteístas da espiritualidade abraâmica às fronteiras constituídas por repertórios culturais pagãos, eram conflitos orquestrados por países constituintes da Península Arábica. Países como Arábia Saudita, Iêmen e Omã foram destinos de cativos retirados de seus ambientes nativos para servirem às civilizações islâmicas. Como força de trabalho, atuavam nas áreas políticas, administrativas, militares, no manuseio de atividades agrícolas e executavam atribuições na pecuária, supervisionados por representantes da base dominante.

As mulheres escravizadas eram inseridas nos ambientes domésticos e, por vezes, associadas aos costumes islâmicos do concubinato. A saber, na prática, as companheiras escravizadas eram obtidas por um valor de aquisição reduzido, em comparação às esposas conquistadas por intermédio dos princípios culturais e dogmas determinados pela religião muçulmana. A cativa submetida ao concubinato estava limitada à autoridade do proprietário, o qual detinha controle sobre sua capacidade reprodutiva e descendência oriunda dessa vinculação social, a impor um pacto de lealdade.

Assinalamos que mães e filhos, depois que o possuidor viesse a óbito, ascendiam ao *status* de sujeitos emancipados. Outros homens africanos subalternizados, através do processo de assimilação exitosa da cultura árabe, da absorção e diligência na prática do islamismo lograram à posição de pessoas livres. Fatos relacionados a estas circunstâncias estão registrados nas agendas reflexivas que abordam a expansão do imperialismo de componentes territoriais alicerçados na cultura árabe e imposição da experiência religiosa pautada no islamismo às fronteiras compreendidas marginalizadas. As sociedades localizadas na África Setentrional foram os principais contextos atingidos pelas estratégias de subjugamento liderados pelas dimensões territoriais que compõem a

Península Árabe, com a necessidade de recomposição da mão de obra escravizada, os estratos sociais situados na região subsaariana se tornaram objetos de interesse do poderio muçulmano. Posto isto, sinalizamos o fundamentalismo religioso como premissa à ação das entidades absolutistas citadas, a compreender a escravidão como oportunidade de conversão, aprendizagem religiosa e mudança de vida concedida aos segmentos sociais pagãos.

O surgimento de sedições e a organização sociocultural das bases primitivas, correlacionada à atuação dos Estados agenciadores das campanhas militares muçulmanas, reforçaram o advento do tráfico humano, através do Oceano Atlântico. Explicitamos esta nuance do processo de aprisionamento e servilismo nos mapas sul globais a partir de uma identificação fundamental à lógica de reformulação política e consolidação do setor econômico das entidades circunscritas neste enredo de domínio, objetificação e exportação de mão de obra subalternizada. O entendimento possibilitado através das inferências analíticas realizadas, anteriormente, implica o diálogo com os indicativos ficcionais da romancista Yaa Gyasi, ao ponderar que:

[...] a Costa do Ouro era como um caldeirão de sopa de amendoim. O povo dela, os Axântis, eram o caldo; e o povo do pai, os fantis, eram os amendoins. E as muitas outras nações que começavam à beira do Atlântico e seguiam para o norte mata adentro eram a carne, a pimenta e os legumes. Esse caldeirão já estava a ponto de transbordar antes que os brancos chegassem e aumentassem o fogo. Agora, o povo da Costa do Ouro fazia de tudo para impedir o caldeirão de transbordar de novo e de novo. James não se surpreenderia se os ingleses tivessem matado seu avô como um recurso para aumentar ainda mais a temperatura. Desde que sua mãe fora sequestrada para se casar com seu pai, o calor naquela aldeia era sufocante (Gyasi, 2017, p. 138).

O excerto, acima reproduzido, ilustra as particularidades do cenário das instituições arbitrárias e, de maneira peculiar, as consequências viabilizadas pelos componentes europeus ao executar manobras a fim de produzir riquezas e se legitimarem enquanto arranjos econômicos e políticos consolidados para além de suas fronteiras. O estágio de imposição dos signos nativos ao movimento de barbárie além-mar sinaliza a ordenação das esferas geopolíticas, no interior das conjunturas cerceadas por mecanismos de exploração e nas metrópoles protagonistas do projeto colonizador, as quais esforçavam-se em constituir alianças com a finalidade de preservarem a posição de matrizes da civilização.

A partir das interferências das governabilidades ocidentais, a forma de atuação escravagista foi reestruturada e passou a adquirir uma versão de artifício fundamental para a estabilização dos setores sociais, na reorganização dos Estados, no planejamento da economia internacional e na distribuição de renda dos coeficientes imperialistas, a restringir a África aos mapas de subdesenvolvimento.

A produção de mão de obra escravizada esteve, institucionalmente, concatenada aos anseios das agendas políticas internacionais, a obter os países europeus como símbolos de vanguarda nas metamorfoses geopolíticas, culturais, religiosas e no evolucionismo científico, a se sustentarem em medidas segregacionistas, pois, o comércio ultramar facultou a admissão de normas legais e de sua veiculação à discriminação racial, com base na origem étnica.

Interessa-nos assinalar que a migração forçada, de demandas sociais africanas, em direção às Américas e extensões geográficas de domínio da Europa, caracterizou-se pela utilização acentuada de mecanismos de violência física e transgressão psicológica, perpetrados desde o aprisionamento, no traslado, e reproduzidos nos itinerários de destino, com o objetivo de manter sob vigilância as aquisições realizadas e reduzir a possibilidade de recusa e motins incitados por parte dos segmentos condicionados à experiência da servidão. Paul E. Lovejoy enuncia que:

Não obstante, o sistema de escravidão americano era único em dois aspectos: a manipulação da raça como meio de controlar a população cativa e a dimensão da racionalização econômica do sistema (Lovejoy, 2002, p. 38).

O reconhecimento de seres humanos foi refutado aos negros, nas mãos de seus senhores tornaram-se bens móveis. Os proprietários, ao adquirir a matéria-prima do comércio ultramarino de cativos, usufruíam da produção material decorrente da conquista, assim como administrava a atividade sexual de seus subordinados. Uma vez que, à comunidade servil, era determinada a função sexual reprodutiva, conforme os interesses dos possesores. A característica supracitada foi uma das manobras responsáveis pelo reabastecimento de escravizados nas sociedades.

As perscrutações diacrônicas, em evidência, inferem-nos à compreensão de que nos estágios da atividade de subjugamento, nos quadros sociais africanos, existiu a recorrência da intimidação física e de efeitos morais, da busca pelo poder e o empreendimento na subsistência de interesses das elites. Os dispositivos de opressão se

reafirmavam no sentimento de rivalidade singular às contendas tribais, sequestros, ataques e incidências de crimes por distintas motivações. Contudo, estamos inteirados dos impactos, causas e complexidades peculiares a cada período.

Acreditamos que ignorar fatos no processo da história africana compromete o entendimento sobre a maneira como seus estados se estruturaram, além de reforçar a negação de seus sujeitos sociais enquanto protagonistas nas transformações destas sociedades. Queremos, com isso, afirmar que a influência do ocidente teve seus impactos, os quais refletem na atualidade, mas não descartamos a presença dos africanos nos episódios de suas historiografias (Lopes, 2011, p. 19-20). Atendemos as ideias de Frantz Fanon (1983, p. 83) para compreender que a consistência de uma visão ocidental serve de manutenção para o complexo de inferioridade, na qual uma raça impera sobre a outra; de modo que a atuação de entidades sociais, respaldadas em aferições de ordem reducionista e por critérios segregadores, coloca nas mãos de um público com privilégios a oportunidade de registrar e permanecer nos enredos de trajetórias que não lhe assistem.

A região ocidental africana, localizada na costa atlântica, foi cenário para a exportação de muitos homens e mulheres negros na condição de escravizados, a exemplo de países como a República do Gana e Benim. Os debates políticos encenados por descendentes de mercadores de escravos e, em contrapartida, as insatisfações dos familiares das vítimas deste sistema coercitivo, são pautas que reverberam nos conflitos atuais destas nações.

Assim sendo, o continente africano não pode ser vinculado a uma lógica ocidental que traduz os seus Estados-nação por uma visão homogênea, está constituído por conjunturas que se desenvolveram com ritmos e temporalidades díspares (Macedo, 2015, p. 132).

1.1 INCIDENTES NA COSTA DO OURO: DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS E TENSÕES ÉTNICO-CULTURAIS

KWAME⁴

Deixei longe o clarim.

Vim ouvir a alegria das rosas
Ébrias gaivotas

⁴ Poema apresentado pela poetisa são-tomense Conceição Lima na obra *O país de Akendenguê* (2012), em homenagem ao revolucionário e primeiro presidente da República do Gana Kwame Krumah.

Esta frescura tingindo de princípio o teu canto.

Além dos retalhos do mapa
Vim tocar as tábuas da profecia.

Acostumo-me ao perpétuo fogo
Na frente de Acra.

Que diriam as palavras
O que diriam
Sobre o árduo fulgor da tua mortalha?

(Lima, 2012, p. 81).

A República do Gana, denominada até 1957 como Costa do Ouro, dispõe de episódios, no curso de sua história, em que a corrupção política é fator peremptório para o declínio governamental e subsídio às instabilidades econômicas. Atualmente, logra do título de uma das pátrias africanas de maior êxito econômico por razão dos bons índices financeiros que tem alcançado e por conseguir manter um diálogo entre a gestão governamental e seus agentes sociais (Visentine, 2011, p. 09).

Sabemos que o desempenho de muitos governos em África não tem um respaldo positivo por parte de seus habitantes, por ocasião de haver uma oligarquia política que trabalha em benefício próprio e destitui a população de direitos básicos para a sua manutenção (Roque, 2005, p. 21). Esta é uma realidade encontrada na maioria dos países que constituem a África Subsaariana. A respeito destas circunstâncias Lito Nunes Fernandes conclui:

As populações da ASS⁵ apresentam condições deploráveis de vida, pobreza generalizada, governos corruptos e ineptos, que na maioria dos casos roubam tudo o que pertence ao povo e atiram a maioria na miséria e pobreza. Viemos assistindo muitos debates da agenda política internacional sobre temas cruciais como o combate a pobreza, a fome ou a eliminação das dívidas dos países em desenvolvimento. O crescimento demográfico na ASS é de uma magnitude espantosa, e para cada membro da população, é preciso criar condições de vida, meios de subsistência e novos empregos. Entretanto, esses países se encontram incapazes de sair das crises econômicas onde se encontram mergulhados, devido as suas dimensões e pelo seu envolvimento internacional, sob o peso de um endividamento externo de índole estrutural, descapitalizados e carentes de suprimentos externos essenciais e estratégicos (Fernandes, 2010, p. 88).

⁵ África Subsaariana é a parte do continente africano situada abaixo do Deserto do Saara.

Conforme o pensamento de Fernandes (2010, p. 89), estas incongruências sociais procedem de razões distintas, “não podem ser atribuídas a um fator isolado”. Destarte, os efeitos também implicam condições adversas que colocam a população em um quadro de vulnerabilidades. A falta de apoio governamental é uma condicionante para o regresso de um país, pois, ao retirar dos seus compatriotas a oportunidade de ascender, determina-se sua posição no panorama das federações subdesenvolvidas.

As sociedades que enfrentaram ou ainda estão imersas na cultura de sucateamento político experimentam os desafios da desigualdade e presenciam o desfecho de uma conjuntura compartimentada. Essa é uma realidade que foi intensificada com a inserção do mercantilismo⁶ europeu, ao dar início à formação dos seus estados nacionais através das vantagens retiradas dos territórios explorados, que os julgava como civilizações menores e inflexíveis às mudanças necessárias (Tarnas, 1999, p. 249), pois, já se percebiam em um universo capitalista:

Quando se deu início ao périplo africano, no contexto do mercantilismo, da formação dos Estados nacionais europeus e da constituição de um sistema mundial capitalista, os Estados africanos viviam seu próprio desenvolvimento. Ao observar-se o mosaico de organizações políticas que amalgamavam uma plêiade de formações econômicas e sociais, verifica-se que o continente detinha uma grande complexidade de relações e estava em pleno desenvolvimento (Macedo, 2008, p. 97).

Os pressupostos de Macedo (2008, p. 97) fazem-nos compreender que o continente africano mesmo sem compartilhar das visões que o sistema capitalista, envolto na Europa, propagava, não deixou de desenvolver-se. Ao contrário do que a historiografia tradicional apresenta, a África estava a colocar em prática seus próprios mecanismos para alcançar o progresso:

O continente vivia uma história, estava em movimento e não congelado no tempo. Também não era um paraíso perdido na História, posteriormente subjugado pelas maquinações europeias, em uma visão que desumanizaria o africano, pois não lhe atribui as contradições existentes em qualquer sociedade. O continente passava por suas próprias transformações, baseadas também na arrecadação de tributos, no trabalho compulsório, bem como nas lutas pelo poder e pelo controle

⁶ Define-se como práticas de ordem político-econômicas desenvolvidas pelo contato comercial entre as metrópoles europeias e fronteiras externas, com ênfase para as conjunturas colonizadas, no decorrer do século XV ao XVIII. O capitalismo mercantil, assim também denominado, tem seu declínio com o despontar da Revolução Industrial, nas décadas finais do século XVIII e com a implantação do Neocolonialismo, a estabilizar-se no século XIX.

das riquezas ou das rotas de comércio, tal e qual os europeus na formação de seus Estados nacionais (Macedo, 2008, p. 97).

É por meio dessa dinâmica própria, articulada aos preceitos europeus, que um novo imaginário africano emerge. Não ocorre a eliminação de um projeto social para dar espaço à fomentação de um único alvo, pelo contrário, “as conjecturas se ressignificam” (Macedo, 2008, p. 104), todavia, o modo de produção dominante se sobressai:

Tanto as formações africanas com centralidade comunitária como as formações com centralidade tributário-mercantil foram fortemente impactadas com o contato e o comércio com os europeus. Entretanto, se o impacto gerou o capitalismo na Europa (que veio justamente da sua pobreza relativa), na África ocorreu o bloqueamento, precisamente porque faltou um dos elementos essenciais para a emergência do capitalismo: a desestruturação das relações feudais. O outro elemento (acumulação de capital) pode ser encontrado em algumas sociedades do norte da África, que marcou o apogeu de grandes impérios africanos, mas tinham pouco excedente, e esse lucro vinha mais do comércio de longa distância do que a articulação com a produção local. Ou seja, essas formações eram fundadas não sobre o excedente tributado aos camponeses na região, mas sobre os lucros do grande comércio (Macedo, 2008, p. 99).

O debate sobre a expansão capitalista europeia e suas intervenções na escala política africana, principalmente no que corresponde à região ocidental, permite-nos considerar três momentos na vida dos cidadãos ganeses: o reino de Gana/Pré-colonização (Séc. VIII-XIV), o período da colonização (1471-1957) e o pós-independência.

Segundo Costa e Silva (2011, p. 278) o reino de Gana fazia parte dos Impérios Sudaneses, assim como o reino do Mali e Songai, entre outros menos estudados, a exemplo do Tecur, Canem e Bornu. Estes distritos lideravam a economia do Sahel, região situada abaixo do deserto do Saara. São designados impérios por ocasião de se estabelecerem enquanto potências comerciais subsaarianas, de maneira isolada das outras partes mais desenvolvidas do continente, especificamente quando se trata da região setentrional, por esta já manter uma interação com países do sul da Europa (Portugal, França, Espanha, Itália) e da Ásia (China e Índia).

O Reino de Gana não corresponde à configuração geográfica de sua atual república, sua localização anterior, hoje, abrange parte da Mauritânia e do Mali. A partir das guerras civis protagonizadas por muçulmanos e demais dinastias adjacentes, com o propósito de controlar as rotas comerciais, usufruir do ouro e de outras especiarias

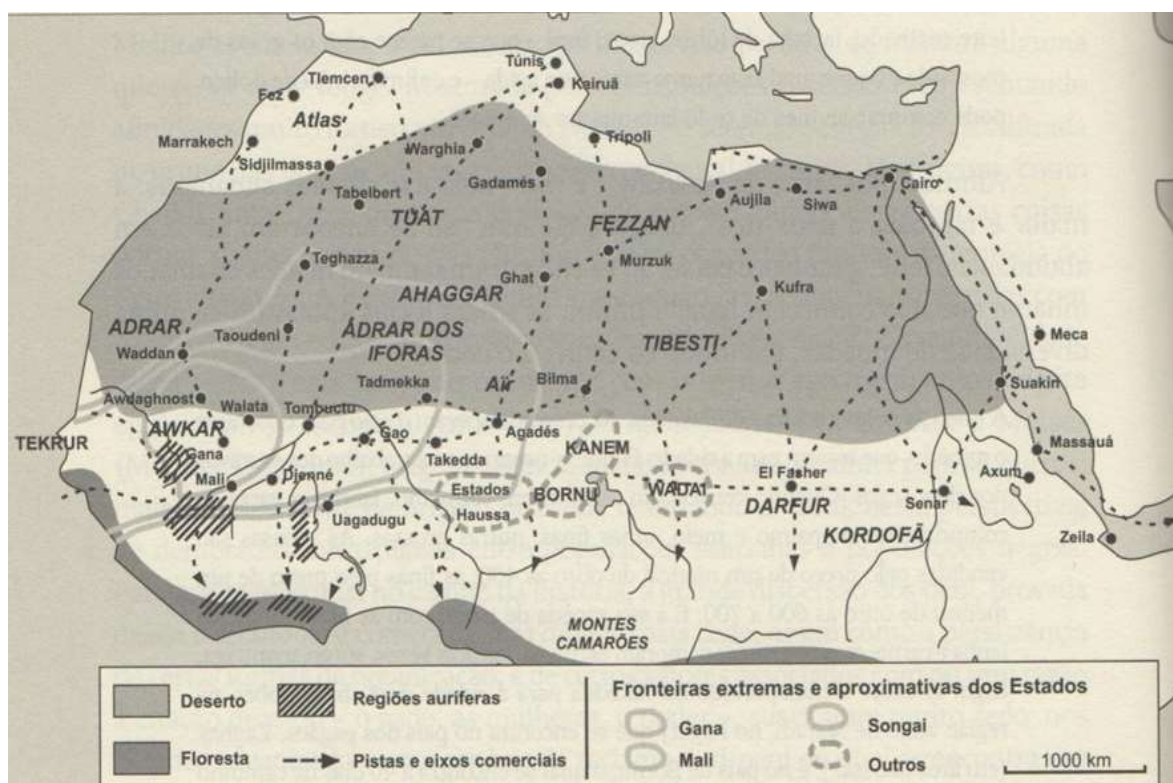
comercializadas pelos ganeses, percebemos o declínio da autonomia do reino em evidência.

O Uagadu não se desenvolveu a partir do pressuposto de dominação de territórios alheios, mas com o propósito de criar meios para a subsistência de seus habitantes (Costa e Silva, 2011, p. 272). Deste modo, seus principais produtos derivavam das atividades primárias, como a agricultura, a pecuária e o extrativismo vegetal e mineral. Entretanto, o Sahel se tornou uma área de ligação entre as culturas e regiões africanas, principalmente, enquanto ponto de acesso às zonas interiores do continente:

Dentro dessa relação, também existe o fato da região do Sahel ser um caminho de direção dupla para as trocas entre o que vem do deserto e das savanas. Por ali passavam as caravanas das já tradicionais rotas do deserto, as quais também tinham suas próprias aldeias como intermediárias de trocas, criando assim uma rede que se configurava das mais variadas formas. Compra, venda, tributos de passagem, hospedagem, serviços de guia ou de proteção eram atividades frequentes, que ligavam diferentes pontos do centro-norte do continente africano e que tinham o Sahel como ponto central desse movimento (Macedo, 2008, p. 46).

Por meio das rotas transaarianas existia a circulação de produtos, dos quais podemos citar o sal, o cobre, bijuterias de vidro, pedras raras, essências e perfumes, panos de algodão, tâmaras, e armas de ferro (espadas). Em compensação, os que vinham do norte africano retornavam com artefatos como a goma, o âmbar cinzento, a pimenta malagueta e marfim (Macedo, 2008, p. 46). A figura a seguir é uma representação do comércio transaariano e situa os governos sudaneses na Idade Média.

Figura 1: Os Estados Sudaneses



Fonte: M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 128.

Para Silva (2015, p. 52) a desintegração do Uagadu⁷, segundo fontes orais, as quais reconhecemos como interlocutoras da História, ocorre no fim do século XIII. Os Almorávidas⁸, grupo de muçulmanos que reside ao norte, iniciaram os atentados contra Gana e saquearam sua capital, denominada Kumbi Saleh, seu epicentro de fluxo econômico. A presença dos Almorávidas, desde então, torna-se motivo para a propagação do Islamismo, mesmo com resistência por parte da população do território invadido, esta vivencia uma cultura religiosa de caráter animista. No entanto, José Rivair Macedo observa que o princípio da defasagem do império negro se dá doravante a segunda metade do século XI:

O declínio de Gana ocorreu a partir da segunda metade do século XI e está associado a sua derrota diante das tropas de cavaleiros e camelheiros muçulmanos, provenientes do Marrocos, em luta contra os “infieis” e pagãos, entre os quais os negros idólatras de Gana. Partindo de Sijilmassa e de Marrakech, os guerreiros se lançaram contra os principais núcleos de poder de Gana: Awdagost foi atacada em 1054, Kumbi Saleh caiu em 1076 e nunca mais recuperou sua posição de

⁷ O império de Gana também era denominado de Uagadu.

⁸ Dinastia berbere do Marrocos, propagadora do Islã na África Ocidental durante o século XI.

centralidade. Tal declínio facilitou a difusão do islã entre os povos da África Ocidental (Macedo, 2015, p. 55).

Com referência à imersão dos grupos precedentes da cultura árabe, nos limites do Saara e de áreas circundantes, ressaltamos o intuito de expandir a base territorial sob o controle dos muçulmanos, todavia, é notório o proselitismo enquanto estratégia de combate. A proposta era converter os negros do Sudão Ocidental a uma fé monoteísta, o fundamentalismo religioso adotado pelos Almorávidas e as disparidades entre os cultos convergiram para a insurgência de jihads (Macedo, 2015, p. 126).

O despotismo religioso é a censura à liberdade de culto alheio, desaprova as pessoas que atribuem a sua fé outras virtudes espirituais. O autoritarismo é característica dos algozes dos homens de Gana que limitam suas vidas às crenças abraâmicas, instituídas enquanto normas deliberadas no Alcorão.

A comunidade praticante do Islã, enquanto espaço social suscetível a metamorfoses, tinha suas esferas sociopolíticas e econômicas gerenciadas pelo crivo da religião. Posto isto, as guerras santas, também chamadas de jihads, justificavam-se como uma maneira do mundo reconhecer a verdade que perpassa pelo imperialismo de uma deidade suprema. Consideremos que, no primeiro momento, existia um interesse maior em difundir a proposta do misticismo islâmico aos não-muçulmanos do que a abrangência comercial dos mercadores advindos do Marrocos e de outras localidades ao norte do Saara (Silva, 2012, p. 26).

Em meio a uma série de conflitos civis e de sujeição religiosa, além das investidas de dominação orquestradas por outras dinastias estatais de menor porte, que ao se depararem com um governo enfraquecido tentaram se beneficiar do ensejo, seguidas pelo surgimento de rotas comerciais ao leste e de um período prolongado de escassez de chuva, o que afeta sua produção agrícola, o império de Gana se rende aos seus oponentes (Macedo, 2008, p. 47).

Ao ser tomado por várias forças distritais e, com isso, experienciar governabilidades dissociadas umas das outras, Gana começou a sentir a dispersão de seu povo. Os cidadãos ganeses aperceberam-se de uma lógica social que contraria sua estrutura anterior, quando o bem-estar do povo era cogitado em primeiro plano; a partir das novas exigências, a comodidade da população passou a ser um aspecto colocado à margem. Desta forma, compreenderam que estavam a ser explorados como base para o progresso dos sistemas dominantes.

Destarte, alguns habitantes do antigo reino migraram para outras partes da África, por objeção aos subjugamentos dos atuais governantes e de suas ideologias. Estabeleceram-se em uma área banhada pela costa oriental do Oceano Atlântico, a qual passara a ser reconhecida como Costa do Ouro.

Na ocasião, o comércio transatlântico conduzido pelos Europeus, com destaque para a coroa lusitana, foi uma das atividades que movimentaram não só a economia regional, mas o continente como um todo era beneficiado (Barreto, 2009, p. 02). À medida que Gana, até então denominada Costa do Ouro, tenta se reorganizar em outras extremidades, os interesses eurocêntricos estão a ser executados nas fronteiras das Américas. Podemos citar as terras brasileiras que já eram um território almejado pelos portugueses e, posteriormente, por outras potências europeias.

Os ganeses buscavam redefinir um projeto de vida que os assegurassem expressar suas crenças e pudessem controlar as demandas necessárias para progresso das novas terras, sem a intervenção de impactos geopolíticos em sua afirmação cultural (Macedo, 2015, p. 126). Com o conhecimento de técnicas agrícolas anteriormente adquiridas, mais uma vez se utilizavam da agricultura como sua principal fonte de subsistência.

O contato dos Estados africanos com a Europa, nas intermediações do Atlântico, ocorre, em sua fase inicial, por meio de Portugal. Consideremos que o império português já não possuía a mesma força governamental e se deparou com nações, a exemplo da Espanha, Holanda, Inglaterra e França, que apresentavam uma notória evolução no plano político da Europa, e, com isso, desenvolveram-se as disputas territoriais pela centralização de poder.

As expedições ultramarinas se tornaram, a partir do século XIV, no que concerne o império português, um mecanismo encontrado para que a Coroa não perdesse sua influência e com o intuito da aquisição de produtos que se encontravam em escassez nos seus limites geográficos. Portanto, o projeto de expansão além-mar decorreu, na visão de Boxer (2002, p. 33), de uma série de eventos de “teor religioso, econômico, estratégico e político, é claro que nem sempre dosados nas mesmas proporções”. Um cenário de instabilidades foi posto como pano de fundo do império lusitano, do qual vem a ser consolidado com o despontar do século XV e em circunstâncias posteriores. Alencastro em seu trabalho intitulado *A economia Política dos Descobrimentos* (1998) reforça nossa discussão ao afirmar que:

A expansão ultramarina portuguesa brota no seio de um reino periodicamente posto em risco. Num Estado submetido à pressão política espanhola e, mais tarde, à coerção econômica inglesa. Neste contexto, a Coroa lusitana engendra um expansionismo preventivo, engatilhado para ganhar territórios do além-mar que poderiam vir a ser ocupados por Madri, donde a extraordinária abstração geopolítica negociada entre as duas capitais ibéricas no tratado de Alcáçovas (1479), reconhecendo a soberania de Lisboa sobre Madeira, Açores e toda a África negra, e no tratado de Tordesilhas (1494), pactuando fronteiras comuns ainda por existir, em lugares remotos, inatingidos, "do que até agora está por descobrir no mar oceano", como especifica um dispositivo deste último texto, partilhando domínio e império sobre mares, territórios e povos ignotos (Alencastro, 1998, p. 193-194).

Então, subsiste uma atmosfera de precaução e de estratégias de defesa contra as situações de vulnerabilidades que a pátria portuguesa estava acometida, além de resguardar-se das intermitências políticas e bélicas provenientes de outras conjunturas sociais europeias (Menezes, 2015, p. 47). Sob esta perspectiva, estamos a elucidar uma nação que padece com a falta de cereais, do esgotamento do ouro e idealiza o aumento do setor pesqueiro. Concatenada a estas razões temos uma nobreza adepta aos feitos heroicos, esta se apoderou do campo de batalha para se inscrever como mensageira do sagrado, nossas alusões partem da maneira como os aristocratas buscaram ser reconhecidos, sob o prisma da divindade e, portanto, os escolhidos para defenderem sua pátria, os que deveriam manter-se eternizados nas épicas lusitanas.

Ressaltamos que o expansionismo europeu não é um movimento aleatório, sua gênese não predispõe o acaso, por vezes, está articulado à metáfora do descobrimento. Desse modo, inferimos as navegações transatlânticas enquanto um estratagema desencadeado por ordens políticas, orquestrado para fins de dominação cultural, ampliar territórios, consolidar uma economia em crise, além de suprir outras premências do momento (Menezes, 2015, p. 47).

Sob o protótipo de civilização dominante Portugal chega às Ilhas de Cabo Verde, adentra o Golfo da Guiné e tem seu primeiro contato com a Costa do Ouro, no ano de 1471 (Schaumloeffel, 2014, p. 10). Alberto da Costa e Silva, em sua obra *A manilha e o Libambo: A África e a Escravidão, de 1500 a 1700* (2011), faz menção a este momento:

Os homens de cútis enferma que desceram dos escaleres vinham apertados em panos, enrolados do pescoço aos pés, talvez porque não pudessem mostrar nem olear o corpo. É possível que desse modo se trajassem para a guerra e para apresentar-se diante dos reis, mas, se assim era, essas vestes “mais moviam a riso que a temor” ou respeito. Em terra, só tinham olhos para os objetos de ouro, e gestos e vozes para

trocá-los pelo que carregavam nos barcos. Os da terra trouxeram-lhes ouro em pó e os estrangeiros indagaram de onde vinha. E se puseram, possivelmente, a figurar, logo ao lado, uma grande mina e a supor que aquele era o país da abundância do ouro. Os portugueses colocavam os pés na borda da região aurífera mais rica da África Ocidental (Costa e Silva, 2011, p. 141).

Os autóctones evidenciados no excerto acima correspondem aos Axantes, grupo étnico de origem Acã derivado do antigo reino de Gana que se estabeleceu enquanto estado independente nas adjacências de Kumasi. A população axante assumirá um papel de relevância nos confrontos coloniais em oposição ao imperialismo britânico.

As sociedades coloniais de África, a exemplo dos povos Acãs⁹, estão organizadas por grupos denominados nações. Estes núcleos se definem por meio da ancestralidade e de aspectos culturais em comum, desse modo, a consanguinidade se torna um padrão secundário para a sistemática social da época (Costa e Silva, 1994, p. 24). Nesse sentido, é regular o desdobramento de conflitos entre nações que descendem de uma mesma base étnica, no entanto, não se afirmam nos mesmos princípios identitários.

Esta informação nos ajuda a depreender como surgem as contendidas tribais, pois, através delas um clã vencido está sujeito aos interesses de seus adversários. Citamos em momento anterior desta pesquisa que o fenômeno da escravidão em África decorreu por interesses externos, contudo, percebemos um sistema de produção local norteador pela coerção de comunidades menos organizadas (Silva JR, 2014, p. 01).

Nossos pressupostos elucidam as governabilidades desencadeadas por contextos primitivos com o intuito de se firmarem enquanto estados absolutos. É tradição das comunidades hegemônicas, a exemplo dos axantes, a invasão de territórios alheios e colocar a população alvejada em condições de subserviência. Desta maneira, registramos o regime escravagista como uma proposta de privação da liberdade que com a evolução dos tempos comporta outras dinâmicas.

Os contornos que a escravidão assumiu implicaram na postura política das sociedades e como estão economicamente planejadas. Vejamos que antes das navegações europeias aportarem em chão africano, os combates entre os povos aborígenes ocorriam com o intuito de aumentar a mão de obra nas lavouras, para obter mais homens nas suas reservas de ouro ou como auxiliares nas vendas de mercadorias, além de ser uma

⁹ Axantes, Fantes, Baúles, Zemas, Bonos, entre outros.

demonstração da superioridade entre os guerreiros, contudo, a desumanização dos nativos não é referência para estas práticas (Souza, 2006, p. 47).

Os portugueses não demoraram a tomar ciência das especiarias e zonas auríferas da Costa do Ouro, logo buscaram manter um diálogo comercial. Em troca do ouro, as dinastias dominantes obtiveram armas de fogo que mudaram radicalmente a natureza do Estado e da escravidão nestas sociedades (Daaku, 1970, p. 05). Embora existisse um cenário em que alguns buscavam a centralização do poder, na perspectiva de Stephanie Smallwood (2007, p. 19), os representantes da coroa portuguesa reforçaram o sentimento de rivalidade entre as nações, as armas de fogo passaram a ser usadas no tratamento para com seus subordinados e no campo de batalha.

A ideia que os nativos da Costa do Ouro tinham da escravidão diverge do rumo que o tráfico negreiro tomou entre os séculos XVI e XIX. À medida que a Europa se estabelecia nas novas terras, os autóctones passaram a estar no topo da escala de segregação humana. Destarte, o binarismo dominante/dominado presume a figura do homem negro no monopólio outorgado pela colonização, a saber, o escravizado era a matéria prima para alcançar autonomia política dos reinos ultramarinos, o que leva Costa e Silva (2011, p. 149) apresentar o homem africano, neste cenário, tanto na posição de produtor quanto de produto, mediado pelos navegantes do além-mar.

A presença portuguesa logo começou a surtir efeito e abrir portas para que outros potentados europeus comesçassem a se interessar pelas negociações às bordas do atlântico negro. Os fortes e castelos, a exemplo da feitoria de São Jorge da Mina, criado em 1482, com localização na cidade de Elmina e o castelo do Cabo da Costa (Cape Coast) estabelecido no ano de 1555, em Acra, são entrepostos da zona costeira que surgiram com a finalidade de depositar as mercadorias manuseadas nas transações e as adquiridas na região (madeira, ouro, facas, armas de fogo, tecidos, miçangas, rum, espelho e outros artefatos), além de serem tomados como complexos de defesa dos portugueses aos ataques suscitados pelos donos da terra, por mostrarem desconfiança ao constatar a relação que os adventícios ansiavam manter (Ferreira, 2010, p. 481).

Com o incremento do escravismo como meio de produção econômica, os fortes tornaram-se centros para armazenar os cativos antes do traslado com destino às Américas e Caribe. A efemeridade do contato inaugural é dissipada quando a estadia do homem não-negro se torna um evento a longo prazo. Os nossos estudos são legitimados a partir dos pressupostos de Alberto da Costa e Silva, pois, o autor menciona que:

Os fantes viram descer dos navios quase seis centenas de homens (os quais eram artesãos, mestres de pedraria e carpintaria) e uma carga abundante que não se destinava ao mercadejo, e muitos canhões, e pedras cuidadosamente cortadas, e umas calhas de barro que só depois aprenderiam que servia para cobrir as casas. Os estrangeiros vinham para ficar, e o sinal mais ominoso disto é que começaram a construir à sua maneira, em madeira e pedra. Era fácil compreender que aquela era uma técnica de erguer moradias e fortificações que não reclamava reformas periódicas (a substituição da cobertura de palha ou o preenchimento das fissuras abertas pela chuva e pelo sol no reboco das paredes de barro socado), nem permitia, pelo trabalho que custava, que se abandonasse uma povoação sem maiores cuidados. Não eram casas bonitas como as dos acãs - leves, frescas e de tetos de palha muito altos, a descerem em ângulo agudo e em camadas regulares -, mas tinham todos os sinais de permanência (Costa e Silva, 2011, p. 153).

Conforme Ferreira (2010, p. 483) a supremacia lusitana vigora nas mediações do Golfo da Guiné¹⁰ até o ano de 1637, quando sucede a chegada dos holandeses e estes confiscaram o forte de São Jorge da Mina. A perda deste complexo comercial ameaçou as alianças entre os portugueses e os líderes das comunidades locais, uma vez que, assistidos por estes, davam andamento ao projeto de colonização.

É necessário registrar que o contato entre ambas as sociedades não ficou restrito à venda e troca de produtos. Por conseguinte, ocorreu a disseminação cultural, religiosa e linguística, fenômeno que veio a ser intensificado com a exclusão das rotas comerciais de Portugal nos limites da Costa do Ouro, na década de 1660, a partir de decretos elaborados pelos holandeses que formalizaram suas derrotas (Vogt, 1979, p. 201 *apud* Ferreira, 2010, p. 483); visto que foi uma oportunidade para que outros países da Europa e da Ásia estabelecessem contato com a referida região.

Desde então, o cenário sociopolítico da Costa do Ouro esteve sob o comando de entidades locais, as quais já não tinham o controle integral da região, dividindo-a com as confederações da Dinamarca, Holanda e Suécia. Estes assentamentos, os quais eram definidos como Costas Neerlandesa, Dinamarquesa e Costa do Ouro Sueca, foram colônias submetidas aos domínios da Inglaterra no século XIX.

Destarte, a administração das propriedades localizadas no interior e das áreas litorâneas passou a configurar um sistema homogêneo. A dependência à monarquia britânica foi indeferida pela comunidade Axante, o que gerou uma série de conflitos civis

¹⁰ Região do oceano Atlântico que banha a costa ocidental de África. Nesta reentrância marítima estão localizados os países da Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial e a parte norte do Gabão.

e a destituição da cidade de Kumasi¹¹. Apesar do plano político da Costa do Ouro, em específico dos Estados que se firmavam na autocracia, ancorar-se em um pensamento monopolista, houve rejeição à proposta de integração territorial perante o colonialismo inglês.

A revolta liderada por Nana Yaa Asantewaa foi um dos episódios que marcou o processo de colonização em Gana, no qual os autóctones revidaram a dominação do império britânico e buscaram interceptar as exigências efetuadas, por violarem preceitos peculiares à paisagem cultural do seu povo. Esta foi uma rebelião conduzida pelos axantes conforme os ingleses ousaram destituir chefes locais por lideranças que, de acordo com a tradição, não cumpriam os critérios para assumir os postos e por determinarem a cobrança de taxas a título de indenização pelo confronto de 1897.

Segundo Boahen (2010, p. 161) exigir o Tamborete de Ouro foi a razão para encetar a revolta. Na época, a administração da colônia estava sob a responsabilidade do governador Arnold Hodgson, representante da metrópole inglesa, quando determinou que o Tamborete de Ouro fosse-lhe entregue. Os axantes refutaram a exigência por se tratar de um monumento sagrado de sua nação, símbolo de sua gênese enquanto sociedade africana.

As autoridades britânicas não tomaram posse do objeto, entretanto, no que concerne ao processo de independência do reino Axante salientamos que, mesmo com os esforços aplicados por parte dos seus guerreiros, ocorreu sem êxito. Os conflitos iniciados por volta de 1760 até 1902, ano que marca o fim da Última Revolução¹², não se traduzem a contendas cujo objetivo é expandir territórios, aliadas a isto temos a disseminação religiosa e a sobreposição de culturas predeterminadas pelo imperialismo britânico (Boahen, 2010, 161).

Ao se ver contestada e por aspirar o fim de qualquer levante que viesse emergir, a coroa inglesa determina o exílio, nas Ilhas Seicheles, país insular nas mediações do Oceano Índico, que também estava sob a sua jurisdição, à rainha Nana Yaa Asantewaa e alguns aliados. Por sua vez, em África, a rainha de Edweso¹³ recebe ovação por ser ícone de resistência ao despotismo da Europa e por representar as mulheres nas lutas em defesa de seu povo (Boahen, 2003, p. 50).

¹¹ As nuances das crises militares entre a comunidade Axante e as autoridades inglesas podem ser conferidas na obra *História geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* / editado por Albert Adu Boahen. – 2. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. p. 147-149.

¹² Título dado pelos britânicos à Guerra do Trono de Ouro (Boahen, 2003, p. 50).

¹³ Edweso é um distrito na confederação dos Axantes (Boahen, 2010, p. 161).

É válido esclarecer que o ápice das tensões anglo-axante ocorreu após a Conferência de Berlim (1884-1885), na qual reuniu as principais potências da Europa com o propósito de formalizar a partilha territorial do continente africano. Sobretudo, destacamos que a Revolução Industrial incitou as confederações europeias a implantarem um projeto de dominação capitalista sobre as colônias e às quais governabilidades estas estariam submetidas.

Em pauta estavam as alterações entre os países, causadas pela estadia de uma potência em protetorados que possuíam outros dominantes, para precaver os conflitos são postas medidas que asseguravam as vantagens dos colonizadores em suas áreas de influência (Macedo, 2014, p. 120). Desta maneira, a política de exploração das colônias tem outras orientações, citamos a Revolução Industrial, que eclode no século anterior, para alinhar nossa discussão no que diz respeito às metamorfoses políticas presentes nas sociedades europeias.

Embora a Inglaterra estivesse na linha de frente para revogar o tráfico de escravos em suas bases e a pressionar outras confederações a depor a cultura escravagista, percebemos que suas aspirações é manter-se dominante com os aborígenes africanos em suas terras de origem, a fomentar um fluxo comercial com mão de obra e aquisição de matéria prima de baixo peso econômico. Decerto, a Costa do Ouro continuou a ser explorada para o crescimento da economia inglesa, pois, seus homens e mulheres se tornaram objetos deste novo quadro comercial, transitavam entre o papel de fornecedor de matéria prima e consumidor dos produtos industrializados.

De acordo com Boahen (2010, p. 29), assim como na Costa do Ouro, outras sociedades da África Ocidental foram atingidas pelos efeitos da colonização e as incidências do capitalismo industrial, as revoltas surgiram como protestos ao abuso de poder, trabalho em excesso e “precariedade das condições de vida que acarretavam elevada taxa de mortalidade”. A presença dos estrangeiros, por vezes, representava a privação dos africanos, enquanto sociedade pioneira, de usufruírem dos benefícios de suas terras (Tandia, 1973, p. 83).

Deste modo, elucidamos a rebelião de Mamadou Lamine (1898-1901), no Senegal, em oposição à arbitrariedade do governo francês e a rebelião provocada pelo imposto de palhota¹⁴ (1898), em Serra Leoa, por fatores de natureza análoga aos que causaram a

¹⁴ As insurreições na África ocidental estão referenciadas nas obras de: M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Salvador: EDUFBA, 2011.

revolta do Império Axante. Censura-se a promulgação da lei do protetorado e a implementação de taxas que obrigavam os nativos a pagarem por suas habitações e por ocasião de outros aspectos que subscreveram a história de resistência dos povos da África Ocidental, entre os anos finais do século XIX até 1914 (Boahen, 2010, p. 157-159).

No que concerne estes confrontos sob o signo da resistência, Elikia M'bokolo (2011, p. 524) apresenta-os como episódios que prenunciaram a emancipação política destes países. É através do pensamento socialista disseminado por Kwame Nkrumah que a Costa do Ouro conquista sua independência no ano de 1957, desde então, passa a ser intitulada como República do Gana, em homenagem ao antigo império na região subsaariana (Visentine, 2011, p. 03).

O movimento de independência da Costa do Ouro, atual Gana, sucedeu com a ausência de guerras civis e de massacres militares fomentados por organizações políticas, as quais tinham pretensões particulares alvejadas nas disputas. Esta não foi a realidade de algumas nações africanas¹⁵, por provarem de episódios que deixaram traumas no cotidiano de seus estratos sociais. Ressaltamos que a ausência de conflitos armados não caracteriza o processo de lutas diplomáticas a favor da autonomia das sociedades em África. João Paulo Guerra destaca que:

Entretanto, na África, os africanos constituíram as suas próprias organizações cívicas e políticas de matriz nacionalistas. Em 1912 foi constituído o Congresso Nacional Africano da África do Sul, em 1920 o Congresso Nacional Africano da Rodésia do Sul, em 1944 o Conselho Nacional da Nigéria e Camarões, em 1945 o Partido Democrático Malgaxe, em 1947 a União Africana do Quênia, em 1948 o Agrupamento Democrático Senegalês, em 1949 o Partido da Convenção Popular do Gana, em 1952 o Congresso de Uganda, em 1953 a União Nacional Africana do Tanganica (Guerra, 1994, p 31).

Compreendemos que ações político-culturais foram elaboradas para a disseminação do ideário anticolonialista, a busca por estratégias em favor da destituição do monopólio das potências europeias e a construção de Estados fortalecidos nem sempre estiveram ligadas aos campos de batalhas e, conseqüentemente, ao extermínio de homens e mulheres africanos (Mac, 1965, p. 03).

HERNANDEZ, Leila L. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*: São Paulo: Selo Negro, 2005.

¹⁵ Citamos como exemplo as guerras de independência de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau.

Portanto, as experiências de Kwame Nkrumah adquiridas a partir de discussões de matiz nacionalista, vinculadas à política externa e seus interesses pela África, quando o mesmo esteve nos Estados Unidos para aprimorar seus estudos e se aproximou do movimento Pan-Africano, incidiram para que Gana se tornasse um país independente (Paim, 2014, p. 105). Para Kwame Nkrumah a solidariedade¹⁶ deveria se tornar um mecanismo compartilhado pelas nações em África, logo, teriam o reconhecimento do mundo:

O objetivo principal dos revolucionários do mundo negro deve ser a libertação e a unificação totais da África sob a direção de um governo pan-africano socialista. É um objetivo que satisfará as aspirações dos povos africanos em todo o mundo (Nkrumah, 1977, p. 107).

As percepções do intelectual e militante em destaque foram questionadas por parte da Inglaterra, interpretadas como subsídios para a agitação dos habitantes de Gana, o que o levaria à prisão no ano de 1948. Após obter sua liberdade retorna aos movimentos e percorre o país com o objetivo de unificar a nação, associa a solidariedade à emancipação da pátria (Paim, 2014, p. 105):

A partir daí Nkrumah organizou uma série de protestos e ações de desobediência civil que culminaria na independência da Costa do Ouro em 1957. Três anos depois de assumir a presidência (06 de março de 1960) Nkrumah redigiu a constituição que transformou Gana em uma república (Paim, 2014, p. 106).

Ao assumir a presidência do Gana Kwame Nkrumah teve que enfrentar a oposição de lideranças locais, apoiadas pelo governo do Reino Unido. Na ocasião de sua estadia no Vietnã do Norte e na China, sofreu um golpe de estado, em fevereiro de 1966, razão para exilar-se na Guiné-Conacri e Romênia. Após ser deposto da presidência o dirigente não havia retornado à sua pátria, o que veio ocorrer em 1972, em virtude da confirmação de sua morte, na cidade de Bucareste (Blay, 1973, p. 89).

Ressaltamos que o contexto atual da República do Gana está representado pela heterogeneidade cultural e étnica, com um quadro superior a cinquenta comunidades políticas e idiomas diversificados (Prothero, 1920, p. 08). É perceptível em uma sociedade que vivenciou os efeitos da ação colonizadora as marcas de dominação de classe, em que

¹⁶ Este pensamento também está referenciado na obra *A África deve unir-se*. Lisboa: Ulmeiro, 1977, p.153. De mesma autoria.

o poder é controlado por uma parcela social reduzida e sob doutrinas segregacionistas se concentram homens e mulheres que não correspondem aos padrões em vigência.

Estas circunstâncias são obstáculos para o progresso dos Estados, por refutarem as necessidades de seus públicos e descartarem problemáticas que não podem mais permanecer sob o silêncio da humanidade (N’Krumah, 1967, p. 18). Os ideais de Kwame N’Krumah têm como premissa alcançar uma África, pois, suas reflexões não se restringiram aos limites de Gana, na qual reconhecesse sua história de exploração econômica e filtrasse os reflexos da dependência financeira projetada por um núcleo-base, as quais N’Krumah (1967, p. 16-17) denomina como projeto de balcanização político-econômica. Coloca-se em evidência o momento em que grupos hegemônicos buscaram criar métodos para permanecer na administração das ex-colônias, a configurar um panorama neocolonialista (N’Krumah, 1967, p. 281).

Uma das alternativas aplicadas pelas potências imperialistas foi a de estabelecer bases nos territórios outrora dominados, a alegar que com a implantação de empresas internacionais as nações africanas alcançariam o progresso com mais agilidade. Todavia, a presença dessas instituições, tidas como suportes para a movimentação de capital e, com isso, o setor trabalhista seria ampliado, implicaram nas dívidas externas, ocasionadas por altas taxas de juros e empréstimos com capital destinados para setores como educação e saúde nestes países. Portanto, as circunstâncias apresentavam contextos com instabilidades econômicas, a viabilizar a ideia de que as sociedades africanas só se desenvolveriam com a tutela das confederações europeias, por sua vez, N’Krumah discute que com a integração das Repúblicas de África, no momento que as mesmas dispusessem de convicções coletivas, teriam outros rumos, a partir de estratégias próprias.

1.2 A ÁFRICA SOB O SIGNO DA PÓS-COLONIALIDADE

“Até que os leões produzam seus próprios historiadores, a história da caçada glorificará apenas o caçador”.

Provérbio Igbo

A crítica pós-colonial tem auxiliado nas investigações das literaturas africanas. Por sua vez, estas têm sido objeto de estudo para a análise das hierarquias estabelecidas no continente em questão. Portanto, apresentamos a literatura postulada sob a perspectiva ficcional. Todavia, reivindicamos seu papel de suporte para a discussão das metamorfoses

sociais, como sugere Hauser (2000, p. 01) ao afirmar que se “torna cada vez mais difícil sustentar a teoria do primado de uma arte afastada da vida e da natureza”.

Ao que concerne às literaturas africanas verificamos que, em sua formação inicial, estão perpassadas pelo prisma da colonização (Figueiredo, 2018, p. 02). A escrita se tornou artefato do colonizador para disseminar uma mensagem que subestima as experiências dos que sofrem com os incidentes da exploração e está conduzida pela uniformidade discursiva. Apresenta-se um mundo de barbárie, do qual necessita se aproximar da metrópole, definida sob o arquétipo de civilização, e, ao internalizar os comportamentos do ocidente, estaria habilitado a usufruir do título de sociedade organizada:

De modo geral, reconhece-se a existência de uma literatura colonial sobre a África, escrita por europeus ou colonos, em que a exotização das paisagens e dos povos africanos constitui o pano de fundo para aventuras prometeicas, em que protagonistas brancos perseveram diante de uma gama extensa de adversidades para alcançar um objetivo moral maior, o qual muitas vezes envolve salvar os africanos de si mesmos e de sua própria suposta barbárie, justificando de passagem a necessidade do jugo colonial (Figueiredo, 2018, p. 02).

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie nos adverte da ausência de comprometimento das concepções alicerçadas em discursos únicos (Adichie, 2019, p. 19), na qual as espacialidades dos que estão postos à margem se põem representadas por uma voz enunciativa que captam o mundo por meio de recursos próprios, são feitas leituras que se tornam axiomas acerca de vivências sem atender os meios às quais estão associadas. Na posição de crítica, Chimamanda Adichie problematiza a operacionalização da linguagem enquanto dispositivo que formaliza a promoção de um grupo em detrimento de outro, segue-se o roteiro de prescrever o excêntrico nas entrelinhas do texto, quando não deixá-lo desprovido de sua própria narrativa:

É impossível falar sobre história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva (Adichie, 2019, p. 22-23).

Constatamos um ideário ocidental que, a partir das invasões e conquistas das potências europeias, estabelece-se no mundo. Logo, existe o predomínio de políticas separatistas, as quais se tornam padrões para as múltiplas realidades sociais do território africano e em suas relações exteriores. Ressaltamos que a supremacia das nações europeias se subscreve pela reprovação da tomada de consciência dos povos dominados. Apresentar subsídios para formalizar a diminuição do estrato colonizado era uma maneira de manter a situação sob sua tutela, segundo Thomas Bonnici (2000, p. 225) se ergue um “discurso foucaultiano, ou seja, um sistema de afirmações e pressupostos que constituem um suposto saber e pelos quais se constrói o conhecimento sobre o Oriente”.

Thomas Bonnici recorre aos apontamentos de Michel Foucault, discriminados nas obras *História da Loucura* (1961), *Vigiar e Punir* (1975) e *História da Sexualidade: a vontade de saber* (1976), para ampliar a discussão sobre o agenciamento do poder através dos arquivos de regras. A proposta de Foucault pressupõe que a predominância de determinados discursos é consequência da educação social, em específico, da propalada em instituições formais, as quais definem o que é racional e acadêmico. Estas regras determinam as reflexões, passam a ter controle sobre a escrita e o pensamento e, com isso, emerge uma cultura para além da consciência individual. Entendemos que as imposições do campo externo, as quais subjazem de estruturas que dialogam diretamente com os dispositivos de poder, deste modo, barganham o direito de criar, aplicar e manter os arquivos de regras, por vezes, localizam-se sobrepostas às individualidades. Desta maneira, Bonnici (2000, p. 224) explicita que os indivíduos que pensam ou falam fora dos parâmetros do discurso dominante são definidos como loucos ou reduzidos ao emudecimento, o exposto também é discriminado em *A ordem do discurso* (2014, p. 18), de Foucault.

Desconsideram-se as paisagens da África, com suas dinâmicas culturais e políticas, para incrementar opiniões genéricas a respeito de um universo que não se buscou conhecer com aptidão¹⁷. Desta forma, temos registros incompatíveis ao panorama multifacetado que caracteriza as tantas Áfricas subsistentes no continente em alusão.

¹⁷ Chimamanda Ngozi Adichie critica as verdades que buscam cristalizarem-se no véu do absoluto, apercebem-se enquanto tessituras acabadas, no entanto, para a autora, não passam de extensões da incompletude. As lacunas presentes na incursão histórica da África dão origem aos estereótipos, não que, em sua totalidade, são inverdades, mas ao tangenciar outros enredos simplificam as existências dos povos. Precisa-se dar ouvido a outras histórias, pois, é impossível se envolver direito com um lugar ou uma pessoa sem se envolver com todas as histórias daquele lugar ou daquela pessoa. A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos (Adichie, 2019, p. 26-27).

Thomas Bonnici (2000, p. 225) ao contextualizar a reflexão de Edward W. Said, na obra *Orientalismo: o Oriente como invenção do ocidente* (1978), evidencia que estes discursos, os quais se expressam com um teor de dedicação ao saber, estão restritos à construção das relações de poder:

As representações do Oriente (ou Orientalismo) feitas pelo Ocidente levam consciente e deterministicamente à subordinação. Percebe-se, de fato, um discurso etnocêntrico repressivo que legitima o controle europeu sobre o Oriente através do estabelecimento de um *construto* negativo. A esperteza, o ócio, a irracionalidade, a rudeza, a sensualidade, a crueldade, entre outros, formam este *construto*, em oposição a outro *construto*, positivo e superior (racional, democrático, progressivo, civilizado, etc.), defendido e difundido pela cultura ocidental. Encontra-se, nesse ponto, a hegemonia do discurso ocidental (Bonnici, 2000, p. 225).

Deste modo, as epistemologias pós-coloniais nos condicionam a leituras que subvertem a estética ou discursos cristalizados na unicidade da cultura e do ponto de vista do ocidente (Said, 1990, p. 34). Entre uma série de interpretações conceituais que buscam definir o pós-colonial e suas bases, Homi K. Bhabha em *O local da Cultura* (1998) implica-nos à perspectiva a seguir:

A crítica pós-colonial é testemunha das forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno. As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do terceiro mundo e dos discursos das “minorias” dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma normalidade hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos. Elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das “racionalizações” da modernidade. Para adaptar Jürgen Habermas ao nosso propósito, podemos também argumentar que o projeto pós-colonial, no nível teórico mais geral, procura explorar aquelas patologias sociais - “perda de sentido, condições de anomia” - que já não simplesmente “se aglutinam à volta do antagonismo de classe, [mas sim] em contingências históricas amplamente dispersas” (Bhabha, 2014, p. 275-276).

Conforme o exposto de Bhabha (2014, p. 275-276) a produção de mecanismos pós-colonialistas não se circunscreve à compreensão de categorias binárias¹⁸ impostas pelo fenômeno da colonização, as quais denotam limites geográficos e políticos a serem discutidos nas convencionalidades da História, lembremos que estes aspectos são subsidiados, *a priori*, por uma base hegemônica. No entanto, se aplica, nas ordens políticas da modernidade, por meio da discussão e, principalmente, no esforço para prover métodos de reverter a naturalização dos sistemas de sobreposição sociocultural, o qual consiste em selecionar e valorizar um público.

Portanto, os discursos que confrontam as problematizações e teorias que emergem e migram desde o além-mar europeu (Carrascosa, 2014, p. 106) atentam-se às inabilidades de velhas categorias, camufladas no falso entendimento de compreender o universal, concretizam-se por meio de questionamentos dos pressupostos de características universais da linguagem, epistemologias e sistemas de valor, além de evidenciar fronteiras, até então, expostas ao anonimato (Ashcroft, 1989, p. 11 *apud* Carrascosa, 2014, p. 106).

Esta discussão faculta o diálogo com as premissas desenvolvidas pelo historiador Joseph Ki-Zerbo (2006, p. 24-25), pontuadas por Inocência Mata no ensaio *Estudos Pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêtricas* (2014), ao mencionar a “paragem da história africana, pois, para além de fatores de ordem endógena, por razões decorrentes do tráfico negroiro, reconhece-se uma desaceleração do desenvolvimento técnico-científico da África”, a causar uma relação de dependência intelectual com o ocidente. Por seu turno, Inocência Mata (2014, p. 35) compreende que o poeta angolano José Luís Mendonça sintetiza o raciocínio de Ki-Zerbo, no poema “Subpoesia”, presente na obra *Quero acordar a alva* (1997):

SUBPOESIA

Subsaarianos somos
sujeitos subentendidos
subespécies do submundo

subalimentados somos

¹⁸ Ocidente/Oriente; Colonizador/Colonizado; Globalizado/Primitivo; Universal/Local. Dicotomias definidas por estruturas científicas, “crenças herdadas do imperialismo com a finalidade de indicar e consolidar os verdadeiros donos do mundo” (Bonnici, 2000, 224). Por sua vez, Said (1990, p. 107) traz uma análise destas dicotomias e as trata como interfaces do imperialismo para gerenciar o mundo, as quais tendem comprovar uma suposta supremacia racial, em que se coloca “na alteridade o resto do mundo, com inclinação a dividir, subdividir, redividir sem nunca mudar de opinião sobre o Oriente como algo que é sempre o mesmo objeto, imutável, uniforme e radicalmente peculiar”.

surtos de subepidemias
sumariamente submortos

do subdotar somos
subdesenvolvidos assuntos
de um sol subserviente.

(Mendonça, 1997 *apud* Mata, 2014, p. 35).

O poema mencionado retrata-se como a metáfora do incômodo que flui a partir das experiências de ordens sociais totalitárias com relação aos territórios submetidos a sua maneira de compreender os campos da sociedade. O poeta José Luís Mendonça subsidia, em seus versos, uma crítica às tensões provocadas pela presença dos colonizadores em África, a se estender por outros trópicos que em suas fronteiras históricas dispõem das incursões do domínio europeu. Ressaltamos que a presença de indicadores agenciados pela desigualdade econômica e político-social, inerentes ao projeto de globalização, em desenvolvimento desde o século XV, período de instauração das expansões ultramarinas, potencializa o cenário de desequilíbrios, sublinhados nas interpretações permeadas por uma postura de mundialização das textualidades, incitados pela implantação da modernidade, os quais são apreendidos como características com o propósito de designar um imaginário “norte hegemônico e sul subserviente” (Mata, 2014, p. 36).

À luz de Frantz Fanon (1983, p. 10) auscultamos o lugar de marginalização que os africanos foram introduzidos, “devido a uma série de aberrações afetivas que contornam seus imaginários”. O prefixo sub realça a ideia de um continente atravessado pelo prognóstico de realidades econômicas e sociais consolidadas, que ao se aproximar das contingências históricas dos países de África, com ênfase para as nações subsaarianas, fixam uma imagem de inferioridade.

No momento em que o eu poético, ao fazer uso de expressões que inferem um valor de negatividade (Santos, 2015, p. 08), a exemplo de sujeitos subentendidos, subespécies, submundo, entre outras, denuncia as condições do seu povo sob a ótica da dominação e dos incidentes políticos que os envolve, também explicita, nas entrelinhas dos versos, a necessidade do sujeito africano se posicionar acerca das suas experiências.

O verso “subdesenvolvidos assuntos” (linha 09) imprime a urgência do desdobramento de debates e epistemes erguidos do interior da dimensão africana, pois, “é com aqueles que sofreram o sentenciamento da história - subjugação, dominação,

diáspora, deslocamento - que aprendemos nossas lições mais duradoras de vida e pensamento” (Bhabha, 2014, p. 276).

Inocência Mata (2014, p. 36) pontua que o fator da indiferença também está relacionado ao panorama das literaturas. Assim como a construção do projeto de sociabilidades teórico-críticas presume um lugar secundário na tradição filosófica ocidental, as inscrições literárias de África estão definidas como um “saber local” de pouco impacto, suas contribuições no âmbito da arte e cultura são postas à discussão do conhecimento estético sob o rótulo da imaturidade, traçadas pelo campo do determinismo (Mata, 2014, p. 30). Ao analisarmos a reflexão exposta pela pesquisadora são-tomense percebemos um raciocínio alinhado ao interesse de fazer releituras do cânone e relativizar os paradigmas institucionalizados por retóricas oriundas de núcleos que insistem no cerceamento da arte literária:

É por isso produtivo, nessa luta pela desestabilização dos lugares cativos de epistemologias prevalecentes, chamar a atenção para a perversidade de determinados tropos tão caros a uma certa ciência, como cânone e universal, cosmopolitismo ou globalização, o que faz com que esta incursão analítica se faça através dos estudos literários, embora a este campo não se confine. É que o funcionamento desses tropos revela o que Samir Amin (1988, p. 08) considera marcas do eurocentrismo que pode ser entendido como “um universalismo, pois propõe a todos a imitação do modelo ocidental como a única saída aos desafios do nosso tempo.” (Mata, 2014, p. 29).

Neste sentido, decorre desta reflexão que algumas das análises realizadas sobre o corpo estético-literário em destaque estão interligadas aos discursos judicativos, distanciam-se das interpretações com o intuito de aludir suas origens culturais e identitárias para indicar as proposituras que modalizam “a naturalização da subalternidade, da exclusão e do estatuto periférico” (Mata, 2014, p. 30). Na esteira do raciocínio de Inocência Mata, a mesma adverte ser um incômodo para os estudiosos das literaturas africanas, na posição de estudante ou profissional, perceber seu objeto de investigação delimitado como produções menores, atesta-se um estado de menoridade que agencia a resistência dos argumentos ditos universais sobre as outras literaturas.

Embora, conforme pontua a autora, Carlos Reis apresente em sua obra *O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários* (1995, p. 77) que esse preconceito poderia ser pensado como uma inconsistência remota, os episódios experienciados na academia a direciona a outras convicções (Mata, 2014, p. 36). Portanto,

o cânone ocidental propõe um projeto de balcanização das literaturas e das investigações que focam nos espaços ex-colonizados.

Explicar sobre o cenário das literaturas em África implica considerar seus estágios e performances. São observadas inscrições literárias tomadas para difundir o domínio do colonizador, a princípio com uma mensagem de reconhecimento e valorização das culturas dominantes, o que reverbera na sujeição dos nativos às línguas hegemônicas, em específico, das elites lusófonas, inglesas e da França.

Verificamos que os autores e os seus meios de produção compreendem, por meio de uma análise mais ampla, três momentos que registram as intencionalidades e questões norteadoras para o desenvolvimento destas literaturas. Percebemos a coexistência dos aspectos ideológicos e a busca em afirmar uma identidade nacional, atributos que aparecem com frequência nas expressões literárias dos territórios atingidos pela ação do totalitarismo das nações europeias. Posto isto, acentuamos a criação artística protagonizada por representantes das elites governamentais e quando o nativo assumia esse papel, estava sob o domínio da episteme ocidental.

No segundo momento, é perceptível um modelo literário que surge como veículo ideológico e político para o combate das ingerências do colonialismo, o qual vem incidir na pauta de independência dos Estados africanos, período em que temos a consciência nacionalista como determinante para execução dos fragmentos poéticos. Desta maneira, as inscrições líricas e os textos em prosa se tornaram produtos da ideia de efetivar uma paisagem nacional a partir de reflexões computadas por personagens oriundos destes espaços subalternizados.

Ergueu-se o desejo de romper com as regras implementadas por forças hegemônicas, esta compreensão se aplicou à esfera sociopolítica dos estratos territoriais e reverberou nas composições literárias, pois, no que concerne aos aspectos estético-estruturais, aferimos um distanciamento das escrituras famigeradas pela crítica convencional.

Em nosso roteiro, o pós-independência é um período que dá outra versão ao panorama das literaturas africanas. Dessa forma, indicamos o amadurecimento da escrita por parte dos autores e a ampliação de temáticas que não se restringem às razões coletivas, as subjetividades do homem africano se situam no centro da criação poética. O projeto de escrever sobre as ex-colônias, no que tange à desigualdade social, guerras e conflitos identitários, estendeu-se aos efeitos da modernidade. Questões localizadas nos interditos

da cultura, a exemplo do imaginário feminino e suas particularidades, passaram a ser objetos da discussão.

Os textos de Russel Hamilton (1981, 1984), Manuel Ferreira (1977, 1987, 1989), Alfredo Margarido (1980), Pires Laranjeira (1992, 1995), Tejumola Olaniyan e Ato Quayson (2007), Jacques Chevrier (1999), Georges Ngal (1994), entre outros autores e produções críticas que assistem nossa compreensão, contemplam estes momentos, os quais são delimitados como períodos de formação do discurso literário africano. Estes autores preconizam um estudo sobre as tessituras literárias nas Áfricas de expressão portuguesa, inglesa e francófona. É válido ressaltar que as literaturas africanas escritas em língua espanhola têm despertado o interesse dos setores das críticas hispanistas e africanistas ao redor do mundo, porém, são atingidas pelo fator da oficialidade linguística, em razão de seu potencial geográfico depreender uma posição inferior quando comparado aos outros países europeus que participaram do movimento colonizador. Nomes como o de Sara Alauí, Aziza Bennani, Rachida Gharrafi e Fátima Zohra Kuis asseguram a inscrição feminina no esboço da arte literária africana em espanhol (Queiroz, 2007, p. 60).

Destarte, são considerados os âmbitos sociais e o tempo em que cada composição poética é originada. Observamos correspondências entre essas literaturas, pois, estão marcadas por uma matriz assimilacionista, pelo desejo de romper com o aforismo político de camadas externas e assumir outra configuração nacional, que veio a se constituir como a fase moderna. Salientamos que as investigações efetuadas por estes autores se justificam por uma abordagem mais criteriosa, são apresentadas leituras dos movimentos e gerações relativas às múltiplas esferas territoriais do continente em evidência.

Manuel Ferreira (1989) propõe uma leitura a partir de quatro momentos. Sendo assim, apresenta-nos uma periodização que demarca o espaço das letras em África desde o momento em que a criação poética sucumbe aos anseios do colonizador até os desdobramentos que versam a liberdade de suas sociedades. Nas investigações deste ensaísta português, o escritor se associa aos acontecimentos sociopolíticos como pressupostos para o exercício da escrita, a cumprir uma realidade que no primeiro momento se destaca por se apresentar com um desfecho assimilacionista, temos uma produção voltada aos interesses da dominação colonial. Por sua vez, a cultura imperialista se aplica como um manual a ser consumido, sem preterimentos, pelas conjunturas autóctones, observadas pelo prisma do indigenato e, por estar em circunstâncias

primárias, necessitava do auxílio de sociedades desenvolvidas para reconhecer o mundo a sua volta.

O segundo momento se inclina para a percepção da realidade. Seja por uma política de colonização indireta como ocorreu com o governo inglês, o qual se aproveitou das lideranças e instituições locais para se estabelecer nas regiões ocupadas, ou por meio de administrações diretas, baseadas no controle e regime de substituição das autoridades nativas por funcionários das metrópoles, adotadas pelos governos português e francês, temos a figura do homem africano em contato contínuo com o imaginário das nações dominantes, eram-lhe ofertadas possibilidades de se desenvolver intelectualmente e academicamente sob a expectativa de formarem núcleos elitistas para assegurarem suas estratégias de comando.

No momento em que os indivíduos vistos como subalternizados refletem sobre o panorama de seus países e se aproximam de leituras e pensamentos sustentados em ideologias progressistas e socialistas - recordemos das lutas e engajamento político firmados por Kwame Nkrumah, Amílcar Cabral e Léopold Sedar Senghor, entre outros, à luz de vetores culturais para a “reafricanização dos espíritos” como uma das ações propostas pelo Movimento de Negritude, que com base ideológica vem impulsionar o processo independentista no século XX - o esquema articulado a fim de dar seguimento a política de assujeitamento territorial dar indícios de seu enfraquecimento. Asseguramos que os escritores nesta fase socializam uma percepção nacionalista, o terceiro momento se concretiza como uma fase de intensificação da representatividade nativa e ocorre a tomada de consciência de uma identidade colonizada, a prática literária reproduz os combates na tentativa de resignificação, apresenta-se como dispositivo ideológico para convocar, unir e efetivar o projeto de emancipação.

A resignificação da individualidade autoral dá sequência aos apontamentos de Manuel Ferreira, atentemos às observações de Patrick Chabal que recorre ao universo luso-africano para verificar que nesta etapa surge a ideia de consolidação do trabalho realizado e perscrutam-se novos rumos, existe o esforço de extrair o escopo nacionalista/local e assegurar a estas literaturas o espaço que lhes compete no repertório literário universal (Chabal, 1994 *apud* Fonseca, 2017, p. 15). Sugere-se uma proposta de base intercontinental e de rupturas dos códigos estabelecidos. Pontuamos, ancorados nas averiguações efetuadas por Nazaré Fonseca (2017, p.15), através de uma perspectiva dinâmica, que essa leitura não se constitui como uma compreensão inflexível e

determinista. A saber, o criador e sua obra prima podem manter conexão com todos os estágios indicados.

Segundo Edward Said (2011, p. 73) esta similaridade sobrevém da relação que os escritores têm com as suas pátrias, os quais apresentam o espaço da ficcionalização como *lócus* de resistência. Podemos inferir o processo de instrumentalização narrativa, a acentuar-se como objeto para auxiliar na revisão de um passado que não se encerra quando o colonialismo e imperialismo retiraram suas bandeiras e suas forças policiais destas sociedades (Said, 2011, p. 46):

Muitos dos escritores pós-coloniais carregam dentro de si seu passado como cicatrizes de feridas humilhantes, como estímulo para práticas diferentes, como visões potencialmente revistas do passado tendendo a um novo futuro, como experiências a ser urgentemente reinterpretadas e reapresentadas, em que o nativo outrora calado, fala e age em territórios recuperados ao império (Said, 2011, p. 73).

Kabengele Munanga amplia o debate no ensaio *A África: Trinta anos de processo de independência* (1993) ao constatar que a desassociação territorial não cumpre o propósito disseminado às populações nas campanhas anticolonialistas. A independência, denota o estudioso congolês, prenunciava um futuro diferente, com qualidade de vida e outros privilégios até então assegurados aos europeus, no entanto, decorre como uma transposição automática do poder para as mãos de líderes nacionalistas (1993, p. 103). Manter-se nesse quadro de reprodução de vozes totalitárias para a manutenção do *status quo* é um determinante à materialização das reflexões dos escritores.

Constatamos que as circunstâncias deliberadas pelas contraposições culturais emergentes das esferas de cerceamento político do projeto colonialista se propalam a diversificados eixos do imaginário dominado, sem restringir-se às relações sociopolíticas se irradia à consciência literária. Divanize Carbonieri, em seus estudos aplicados ao sistema de escrita pós-colonialista, contextualiza a ideia que:

O choque do enfrentamento entre colonizadores e colonizados, com suas respectivas concepções de mundo, não se restringiu às inter-relações pessoais ou políticas, mas também se irradiou para a forma literária, transformando-a num híbrido entre visões, posições e questionamentos distintos (Carbonieri, 2013, p. 08).

As aferições de Divanize Carbonieri se baseiam nas exposições teóricas de Peter Barry (2002, p. 196), as quais já eram articuladas, enquanto escopo crítico, por Bill

Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffin (1993, p. 05). Verificamos que a acareação dos sistemas literários se torna perceptível, principalmente, em circunstâncias posteriores, logo, a citação acima dar indícios de percepções fronteiriças e questionamentos que surgem, todavia, encontram-se obstruídos em uma realidade que se resguarda na tradição do considerado primeiro mundo. Ao que se constitui neste quadro de assimilação, Peter Barry, de maneira similar as nossas considerações, o define como “Adopt”. Faz-se menção à:

[...] existência, por parte dos escritores dos povos colonizados, de uma aceitação sem questionamentos da autoridade dos modelos europeus, com o objetivo de escreverem obras que possam ser consideradas pertencentes à tradição das literaturas europeias. Não existe aqui nenhuma indagação a respeito dos supostos valores universais dessas literaturas, que acabam sendo aceitos como tais (Barry, 2002, p. 196 *apud* Carbonieri, 2013, p. 10).

Acerca da produção influenciada pela hierarquia de culturas, emergente da ação imperialista, localizam-se as narrativas de Joyce Cary. Romancista anglo-irlandês a serviço da administração britânica na Nigéria, nas primeiras décadas do século XX. No que diz respeito aos seus escritos, a exemplo dos romances *Aissa saved* (1932), *An American visitor* (1933), *The African witch* (1936) e *Mister Johnson* (1939), atribui-se a uma produção que resulta de suas experiências em África, de maneira particular, da relação do autor com a base territorial nigeriana. Denotamos que apesar de Joyce Cary, em seus enredos, transitar pelo universo dos autóctones e efetivar o protagonismo de figuras africanas, não o coloca em uma posição contrária ao autoritarismo implantado pela esfera dominante, uma vez que o mesmo fazia parte da engrenagem colonial (Carbonieri, 2013, p. 19). Segundo Daisy Sada Massad:

[...] ele não estava completamente satisfeito com o Serviço Colonial. Embora um admirador do Governo Indireto, ele estava se tornando cada vez mais consciente de sua inabilidade para ampliar a liberdade dos nativos e para melhorar o padrão de vida das pessoas, como iria declarar, anos depois, em seus romances africanos e em seus escritos políticos sobre a África (Massad, 1979, p. 12).

As elucidações de Dayse Sada Massad convergem à percepção de que o autor não utiliza dos artifícios metaficcionais para atenuar as abordagens estereotipadas ou se apropriar do espaço e posição em que se encontrava para problematizar, de forma consciente, o lugar-comum outorgado aos procedentes de uma cultura excêntrica. Cary

propõe refletir a eficiência do sistema adotado de governabilidades diretas e indiretas no desenvolvimento da África e a efetiva exploração dos seus recursos (Carbonieri, 2013, p. 20). Coloca-se dentre um grupo de intelectuais que, no decorrer da década de 30, era “unânime em considerar impossível a incorporação das chefias africanas feudais num estado moderno” (Massad, 1979, p. 15).

Logo, o posicionamento crítico assumido se instaura na desconfiança e, com isso, na dissensão do poder concedido pelo gerenciamento indireto, ao que concerne aos protetorados britânicos, às elites governamentais africanas. Estas eram consideradas um obstáculo para a modernização das colônias.

A ficção do agente do governo colonial, assim como outras escrituras¹⁹ que dispunham de mesma matéria constitutiva, tornaram-se objetos de investigação da crítica africana. Arthur Kemoli e David K. Mulwa (1969, p. 51-53), Ngugi wa Thiongo (1986, p. 17) consideram que a África retratada nestas obras traduz um perfil limitado de seus componentes culturais e geográficos, os personagens funcionam como caricaturas dos filhos da terra, demonstram-nos um ambiente portador de uma projeção social comprometida pela falta de organização política, imerso na selvageria e comodismo (Carbonieri, 2013, p. 20). As interpretações acerca do continente negro enquanto espaço com baixo índice de condições sociopolíticas, em oposição ao contexto da metrópole, figuram às notas explicativas de Said (2011, p. 18), ao salientar que “nessa visão, as regiões distantes do mundo não possuem vida, história ou cultura dignas de menção, nenhuma independência ou identidade dignas de representação sem o Ocidente”.

Existe a preocupação em desmistificar as transcrições dos europeus, as quais sucedem como material para se tomar nota das civilizações dominadas, e discutir a importância destas escrituras no panorama das literaturas africanas. Sobretudo, cogita-se a respeito da construção da ficção romanesca em áreas subjugadas às técnicas intelectual e artística do norte/global (Casanova, 2002, p. 162). Sabemos que a intelectualidade ocidental e os periódicos acadêmicos se apropriaram destas narrativas e as designaram como representações autênticas do mundo africano (Achebe, 2001, p. 22). Razão para ingerência do literato e crítico nigeriano Chinua Achebe:

19 Também podemos citar como exemplos destas literaturas elaboradas em cumplicidade com o discurso e a política dos governos coloniais, “conformadas pelas teorias a respeito da superioridade da cultura europeia e da legitimidade do império. Escritas, principalmente, por autores metropolitanos, mas também por nativos e crioulos” (Boehmer, 1995, p. 02-03), os clássicos de Rudyard Kipling, Edward Morgan Forster, Graham Greene (*O coração da matéria*, 1948), com destaque para as obras *Preste João* (1910), do escocês John Buchan e *O coração das Trevas* (1902), publicada por Joseph Conrad.

Na universidade li alguns romances apavorantes sobre a África (incluindo o tão elogiado *Mister Johnson*, de Joyce Cary) e decidi que a história que tínhamos que contar não poderia nos ser contada por ninguém mais, não importa o quão talentoso ou bem-intencionado (Achebe, 1977, p. 70).

O contato de ordem analítica²⁰ entre Chinua Achebe com os registros de representação colonialista ocorre através da universidade, em Ibadan, momento o qual se encontra em processo de formação acadêmica. Neste período, as obras de Joyce Cary, com distinção do romance *Mister Johnson*²¹, publicado no Reino Unido em 1939 e do texto precedente de Joseph Conrad, *Heart of Darkness*²² (1902), difundiram-se, a

²⁰ A saber, em seu livro de ensaios *The Education of a British-Protected Child: Essays* (2009), com a versão brasileira *A Educação de uma criança sob o Protetorado Britânico: Ensaios* (2012), traduzido pela professora Isa Mara Lando, o autor faz menção ao momento de encontro com estas obras, ainda na infância. Ao frequentar uma escola que seguia os ritmos das instituições públicas britânicas, tinha como exigência a leitura de obras consagradas no imaginário colonizador: *A ilha do Tesouro*, *Viagens de Gulliver*, *O prisioneiro de Zenda*, *Oliver Twister* e outras. Entre as quais, situavam-se as consideradas “africanas”, conduzidas por Rider Haggard, John Buchan e demais. Desde então, Achebe não se enxergava nos fatos narrados, colocava-se ao lado dos brancos por se tratar de homens racionais e com propósitos que trariam o bem comum, em oposição aos nativos de índole duvidosa. Esta percepção esteve presente durante o seu primeiro estágio de formação escolar, “até chegar à idade apropriada e perceber que estes autores o tinham enganado direitinho” (Achebe, 2012, p. 21). Ao conscientizar-se das razões articuladas pelas narrativas e, por vezes, ocultadas pelos interesses de seu condutor (voz enunciativa), nega-se a qualquer tipo de associação, as quais enfatizam uma visão “grotesca e de ações fetichizadas no que tange à postura de seu povo” (Achebe, 2012, p. 21).

²¹ Trata-se de um romance elaborado por Joyce Cary, na década de 30. Por ter alcançado a estima do público, foi adaptado aos cinemas, pela coordenação do diretor Bruce Beresford, no ano de 1990. No primeiro momento, restringiu-se aos espectadores do Reino Unido, no ano posterior, é lançado nos Estados Unidos. A trama é ambientada na conjuntura social nigeriana e tem como norte relatar as experiências de um autóctone que passou pelo processo de aculturação. Nada lhe faz reconhecer entre os seus irmãos de Pátria, pois, assume como modelo civilizatório a sociedade britânica. *Mister Johnson*, personagem protagonista da trama, intitula a obra. Divergente dos heróis épicos e dos homens fiéis aos seus distritos de origem, Johnson dedica-se a satisfazer os comandos da coroa inglesa, até tornar-se um escriturário do serviço colonial. A quem reporta admiração e lealdade. Trechos como: “Oh, Bamu, você é apenas uma garota selvagem aqui! Você não sabe o quão feliz vou fazê-la. Vou ensinar-lhe a ser uma senhora civilizada e você não trabalhará definitivamente [...] você é uma boba. Você não sabe como vive um cristão. Você não sabe o quão bom é ser uma mulher do governo” (Cary, 1939, p. 14) / “O que? Você acha que sou bobo? Vocês sabem quem eu sou? Sou o amigo do Str. Rudbeck. Você acha que um grande homem como eu, Johnson, será trapaceado por um bando de selvagens? Sapatos, como ousam? Os meus são sapatos ingleses, os melhores sapatos - eles não são para pessoas selvagens - pessoas bandidas como vocês” (Cary, 1939, p. 33), apresenta-nos um homem alienado pela falsa ideia de ter o constructo ocidental para evadir-se da sua realidade. A alegria imanente do escriturário não se configura enquanto característica subjetiva, contudo, tem a função de entreter todos os que o cercam, o negro arlequim, como nos propõe Flora Sussekind (1982, p. 60). Destarte, enredos os quais se concretizam com o perfil de *Mister Johnson* reportam-se a fins trágicos, segue-se o desfecho da cultura dominante. À ficção enfatizada, o seu idealizador não se recusa em manter esta tradição narrativa (Nunes, 2005, p. 49).

²² Indicamos a leitura dos textos *Uma imagem da África: racismo no Coração das Trevas de Conrad* (1975), presente na antologia de ensaios intitulada *Esperanças e impedimentos: ensaios selecionados, 1965-1987*, publicado em 1988. E do fragmento crítico “O nome difamado da África”, constatado no livro *A Educação de uma criança sob o Protetorado Britânico: Ensaios* (2012), ambos produzidos por Chinua Achebe. As reflexões pautam-se nas análises das poéticas colonialistas e cedidas às aspirações do império. Demonstra-

conquistar a aceitação da mídia e do público leitor (Pereira, 2012, p. 25; Pieterse, 1972, p. 04). A repercussão sucedida entre os países de língua oficial inglesa deliberou a inserção destes autores no repertório literário das universidades europeias, dispostos como leituras obrigatórias por parte dos estudantes de Literatura, inclusive nos trópicos sob a tutela dos ingleses, como é o caso do Centro Universitário de Ibadan, na Nigéria, nação que alcança sua independência do poder britânico em 1960.

No ensaio *Home and Exile* (2001), Achebe descreve o incômodo provocado pela ação do professor ao apresentar, diante de sua turma em busca de experiências para além das complexidades introduzidas pela engrenagem colonial, tramas associadas à supremacia do homem não-negro, que por meio de uma abordagem fragmentada confere-se no direito de discursar sobre nuances atreladas a práticas sociais vistas, por este, em desacordo com os paradigmas do mundo moderno²³ (Shohat; Stam, 2006, p. 40-41). Sabemos que a intenção do educador foi a de fornecer leituras alicerçadas em solo africano, a discorrer sobre a historiografia da Nigéria, com isso, acreditava-se na possibilidade de os textos serem compreendidos em sua totalidade, por elucidarem temas peculiares às realidades dos discentes.

Entretanto, adverte o crítico nigeriano, a África e os heróis traduzidos pela competência discursiva destes autores distam da imagem do homem da terra e de seu eixo de pertencimento. A seu ver, tratam-se de “personagens idiotas e desajeitados”, emergentes das idiossincrasias das elites imperialistas (Achebe, 2001, p. 22):

A África era um enigma para mim. Eu não me via como africano naqueles livros. Eu me colocava do lado dos brancos contra os selvagens. [...] O homem branco era bom e razoável, inteligente e corajoso. Os selvagens que o combatiam eram sinistros e estúpidos, no máximo astuciosos. Eu os odiava profundamente (Achebe, 2012, p. 21).

Ressaltamos que as abordagens analíticas de Chinua Achebe se espraiam por reflexões a respeito da perspectiva autoral, da aplicabilidade de textos que, por serem conduzidos sem a atenção precisa nas múltiplas camadas de circulação do saber,

se como a literatura, de modo singular à ficção romanesca, contribuiu para concretizar referências hiperbólicas sobre o cosmos africano, as quais consistem na exposição de antíteses.

²³ Indicamos a leitura dos aparatos teórico-críticos do filósofo congolês Valentin-Yves Mudimbe: *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Portugal: Edições Pedagogo, 2013; *A ideia de África*. Portugal: Edições Pedagogo, 2013.

PRATT, Mire Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999. E dos artigos de Walter Dignolo e Anibal Quijano presentes no conjunto de ensaios denominado *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (2005), sob a organização de Edgardo Lander.

culminam em leituras ambíguas e minoram os valores da comunidade africana²⁴. Sobretudo, estão desdobradas em seu repertório ficcional (Pereira, 2012, p. 28). Atentamos ao que o autor vem definir como cisão identitária, o desmembramento do sujeito de suas origens e a anulação do orgulho por sua cultura, em detrimento das referências transportadas pelo colonizador.

No fragmento definido por “The Novelist as Teacher” (1988), os argumentos achebianos problematizam a figura do escritor como intermediário de ideais políticos, a deferir circunstâncias para que a erudição de pertença “oriental” não se perpetue às margens dos posicionamentos eurocêtricos. No que concerne ao contexto do qual se encontra introduzido, executa a função de rebater representações que o desassociam de seu aspecto natural. Desta maneira, recorre à metáfora da voz autoral enquanto profissional que partilha de suas técnicas, em sala de aula, para facultar outras percepções ao seu público. Por conseguinte, faz alusão ao momento a seguir:

Três ou quatro semanas atrás, minha esposa, que ensina inglês numa escola para garotos, perguntou a um aluno por que ele havia escrito sobre o inverno quando ele na verdade queria dizer harmatão. Ele disse que os outros garotos o chamariam de “bicho do mato” se fizesse uma coisa daquelas! Agora, você não pensaria que existe algo de vergonhoso quanto ao clima de seu país, pensaria? Mas aparentemente nós pensamos. [...] Acho que é parte da minha profissão ensinar àquele garoto que não há nada de desonroso com relação ao clima africano, que a palmeira é assunto adequado para poesia. [...] Eu detestaria omitir-me. Ficaria muito satisfeito se meus romances (especialmente aqueles que localizados no passado) não fizessem mais que ensinar a meu leitor que seu passado - com todas as imperfeições - não foi uma longa noite de selvageria, a qual os primeiros europeus, agindo em nome de Deus, os fez acreditar. Talvez o que eu faça seja arte aplicada, distinta da pura. Mas quem se importa? Arte é importante, também como o tipo de educação que tenho em mente (Achebe, 1988, p. 44-45).

No entanto, averiguamos que a efetivação do discurso anticolonial e as investidas as quais tencionam relativizar o caráter arbitrário da cultura hegemônica sucedem com a publicação de *Things Fall Apart* (1958). A respeito desta obra, esboçam-se análises sobre os segmentos políticos da comunidade Igbo, implementam-se leituras comprometidas com as convenções culturais praticadas por seus agentes sociais, sem descurar das

²⁴ Importa-nos a leitura do livro *O código de Honra: como ocorrem as revoluções morais* (2012), de Kwame Anthony Appiah. No qual observamos a importância da honra, enquanto dimensão ética, para a composição das identidades no decorrer da existência humana. E como este tópico esteve atrelado à sobreposição dos nacionalismos ocidentais.

incidências religiosas como vetores para o alinhamento das experiências comunitárias (Slattery, 1998, p, 01).

Por seu turno, ao prefaciар a tradução brasileira denominada *O mundo se despedaça* (2009), Alberto da Costa e Silva reitera que o livro se desenvolve a partir da racionalidade de saberes predispostos pela compreensão de quem se manifesta do centro, apreciador do cotidiano histórico-cultural o qual lhe compraz, o imaginário igbo. Deste modo, admite o estudioso, o artífice de *Things Fall Apart* (1958) deixa reflexos de sua inexperiência com o domínio da linguagem ficcional. Adere às frases feitas, com a demasiada presença de metáforas e pleonasmos, artifícios linguísticos que o reportam ao lugar-comum (Costa e Silva, 2009, p. 10). Entretanto, não se exime em ser um “historiador a relatar as memórias e os dilemas”, intermediado pela diegese diacrônica dos fatos descritos, os quais acentuam-se na dimensão social africana. De modo particular, da composição étnica do grupo em evidência (Costa e Silva, 2009, p. 10; Nunes, 2005, p. 51).

Compartilha do mesmo pensamento o escritor camaronês Mongo Beti, pois, ao realçar o mérito das escrituras achebianas, atestamos o compromisso de suas narrativas a “descrever a agonia da cultura tradicional confrontada por uma civilização conquistadora, ninguém o fizera melhor que este anglófono nigeriano”. Asseguramos ser uma das razões para o mesmo incitar a curiosidade de pesquisadores das literaturas africanas, e, com isso, conquistar “certa predileção entre os leitores universais”, interessados nos depoimentos que instauram o diálogo sobre as metamorfoses ocorridas nestes sistemas civilizatórios (Beti, 2000, p. 11).

Estes apontamentos incorrem às explicações do romancista nigeriano ao reportar-se sobre os ideais difundidos em seu labor poético. A dispor, em primeiro plano, as lacunas viabilizadas por comunidades dominantes e as invisibilidades as quais foram deferidas aos representantes das fronteiras subalternizadas:

Eu não tenho nenhuma pergunta – nenhuma dúvida que seja na minha mente sobre a minha humanidade ou a humanidade do meu povo. E a história que eu irei contar é para fazer essa humanidade ser aparente. Agora, você note eu estou falando sobre humanidade. Eu não estou falando de anjos. Não estou falando sobre coisas perfeitas. Eu estou falando sobre pessoas. E então isso era importante para mim – se eu não soubesse nada sobre escrita de romance, eu saberia esse único fato, que eu queria fazer a humanidade do meu povo ser aparente. E no final da minha história, o que eu estou dizendo para os meus leitores é, agora eu te falei a respeito dessas pessoas, eu te desafio a desafiar a humanidade deles (Achebe, 2000 *apud* Mortari, 2017, p. 68).

Acentuamos que criador e sua obra prima, ao lado de outras figuras representativas, possibilitaram o advento de um modelo artístico-literário orientado pelo imperativo nacionalista, predispostos ao cenário da África Subsaariana.

É singular a esta cartografia literária inferir o diálogo sobre o fascismo político e a perpetuação do poder de um grupo sobre o ideário nacional. Aciona-se um discurso que se pauta nas investigações da memória social, o qual implica-nos a uma exposição do passado, com o propósito de refletir e arquitetar outros roteiros para os espaços nacionais, em detrimento da difusão do projeto independentista que começa a ser aplicado. Ao tomar nota das dinâmicas e estratégias linguísticas admitidas por este sistema de escrita, Inocência Mata registra que são características das quais se circunscrevem nas ações pré e pós-autonomia territorial (2006a, p. 26). Destarte, configura-se em razão de:

[...] uma dialogia transtextual e intergeracional e a necessidade de repensar o país, tarefa a que a literatura se assume como vanguarda, continuando a ser veículo privilegiado da atividade reflexiva, agora quase substituindo os cientistas sociais (historiadores, sociólogos e politólogos) no registro e análise dos acontecimentos e fenômenos que ainda não foram erigidos a “objeto” de estudos (Mata, 2006a, p. 26).

O estrato literário oriundo do pragmatismo nacionalista se ancora no debate da filosofia libertária. No momento em que persiste a retórica sobre os fundamentos socioculturais que circulam nas bases das civilizações autóctones, na busca de explorar e descrever os desfechos de ordem local, estabelece-se uma mensagem com o intuito de convocar os eixos populacionais a revestirem-se da consciência política que os disporia frente aos empreendimentos e conflitos pelas independências das confederações. Desta maneira, os ideais coletivos difundem-se em primeiro plano, estão determinadas como matéria secundária as elucubrações que envolvem elementos de natureza subjetiva dos africanos (Mata, 2006b, p. 34). A este respeito, entendemos que as escrituras expostas aos interesses nacionalistas ao partilhar as memórias históricas e coletivizar as angústias, expõem contextos que delegam ao anonimato alguns personagens e nestes terrenos temáticos e estilísticos rasuram pulsões humanas²⁵.

Nos termos dos princípios diacrônicos, situamos o agenciamento do atual quadro poético entre as décadas de 50 e 70, o qual passará por um processo de alinhamento estético e autoral consecutivo aos embates políticos pela ruptura com a presença dos

²⁵ A posteriori teremos a oportunidade de priorizar esta discussão por meio de uma abordagem mais aprofundada.

Estados imperialistas e do afloramento de movimentos cívicos e étnico-culturais, além de enfatizar vetores de cunho moral e psicológicos fundamentados nas experiências dos sujeitos, assegurados pelo coeficiente da transculturalidade. Fazemos alusão aos autores e escritos precursores de uma vertente poética que tomam o imaginário cultural, geográfico, político e os atributos cotidianos como recursos para definirem suas relações com a linguagem literária. Por conseguinte, dão margem às expressões póstumas que assumem a pátria como categoria de análise.

Sugerimos que a identidade transcultural é realçada pela implementação dos ideais neocolonialistas, temos a efetivação dos fluxos migratórios. Portanto, a convergência entre culturas não se determina como objeto da permanência dos artifícios do poderio europeu nas ex-colônias, ajusta-se, também, por consequência de uma mobilidade inversa. O homem africano transita nas fronteiras das potências capitalistas, com vivências traçadas nos interstícios dos conflitos históricos e culturais. Conforme as explicações de Bhabha (2014, p. 20) são estes *lócus* de enunciação e percepção, designados enquanto entre-lugares, terrenos para fomentação de lógicas subjetivas e coletivas “que dão início a novos signos de identidade”, assentidos como “postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade”.

Retomemos as observações acerca das tessituras vinculadas à problematização da matéria nacionalista para referenciar como expoentes deste recorte ficcional, além de Chinua Achebe, os nomes de Wole Soyinka, Amílcar Cabral, Ayi Kwei Armah, Noémia de Sousa e Nadine Gordimer²⁶. Estes e outros intelectuais auferem o reconhecimento por renderem-se aos espaços propostos pela Literatura para decifrar as metamorfoses pelas quais perpassam suas nações e interceptar os sinalizadores da ordem colonial.

A ênfase facultada ao exercício criativo e ao desenvolvimento das manifestações ideológicas, resultantes do compromisso político de Noémia de Sousa e Nadine Gordimer com suas demandas sociais nativas, ocorre para que possamos explorar o campo das artes africanas e promover o processo crítico-analítico de repertórios literários que foram fomentados pelas habilidades intelectuais e artísticas de mulheres, as quais, no contexto preambular de suas conotações poéticas, aferimos que a atmosfera de criação artística esteve marcada pela presença escassa do protagonismo da mulheridade africana. Ao darmos sequência às contribuições argumentativas exploradas, registramos que é

²⁶ Consideramos o *lócus* de enunciação, as condições socioculturais e a adesão por determinado gênero literário no processo de formação destas literaturas. Entretanto, nosso interesse vislumbra-se nos elementos simbólicos, disseminados como marcas textuais, os quais definem os roteiros poéticos.

pertinente ao nosso processo investigativo elucidar vozes femininas que assumiram uma postura de resistência às governabilidades coloniais e aos códigos culturais que se reportavam à efetividade do patriarcado nas diversificadas áreas das sociedades africanas.

As escrituras respaldadas nos fundamentos da identidade nacional e na ruptura dos grilhões coloniais, acentuada nas agendas emancipatórias, traduzem a frequência da participação masculina no desenvolvimento das composições literárias, no entanto, advertimos que, em menor escala, autorias femininas contribuíram com o objetivo de depor os radicalismos sistemáticos provocados pela dominação ocidental e no desenvolvimento de reflexões pautadas nas políticas humanitárias, em contestação a posicionamentos elitistas conferidos por núcleos sociais difusores do particularismo governamental, a provocar a política de subordinação e hierarquização das relações interpessoais.

De forma distinta, elucidamos a participação de Noémia de Sousa e de suas inscrições líricas, a firmarem-se enquanto proposituras ideológicas endereçadas ao culto de libertação do Estado moçambicano das cartografias de liderança do governo português e de entidades supremacistas, as quais se utilizaram do continente negro com o intuito de restabelecerem-se economicamente e conservarem os índices de dominação das demandas ultramar, interessadas nos debates em função do corporativismo político internacional e na constituição de comunidades estatais periféricas, a esboçar um panorama de limites territoriais enquanto trópicos privados da cultura progressista e, logo, circunstanciados à *práxis* colonial.

Partimos da ideia de que os versos da autora moçambicana não se delimitam à historiografia de sua terra natal. Contudo, o exercício literário em exposição se interessa pelo debate dos componentes nacionais africanos e os processos de enfrentamento às incursões militares e às bandeiras geopolíticas das potências europeias em África. Sendo assim, acrescentamos que a experiência da artífice com a linguagem criativa introduziu o protagonismo da autoria feminina nas cenas poéticas de Moçambique, assim como se tornou porta-voz das belas-artes de África. Diante do exposto, apresentamos as referências líricas de Noémia de Sousa²⁷ dispostas como instrumentos de natureza ilustrativa:

²⁷ Carolina Noémia Abranches de Sousa Soares nasceu no centro urbano de Catembe, situado na região metropolitana de Maputo, capital de Moçambique, em 20 de setembro de 1926. Em sua infância, até se mudar para Lourenço Marques, compartilhou a simplicidade do cenário de sua casa banhada pelo oceano Índico. Filha de pais mestiços fora instigada por seu pai, desde cedo, a explorar o imaginário das letras. Aos 22 anos de idade irrompe nas sendas literárias de Moçambique, a lançar-se como verbo impetuoso pela

QUERO CONHECER-TE ÁFRICA

Eu quero conhecer-te melhor,
minha África profunda e imortal...
Quero descobrir-te para além
do mero e estofado azul
do teu céu transparente e tropical, para além dos lugares comuns
com que te disfarçam aqueles que não te amam
e em ti veem apenas um degrau a mais para escalar!

De Norte a Sul
de oriente a ocidente,
- quero conhecer-te bem,
sem nada de insincero, superficial,
e velar-te o corpo possante de virgem negra.
Quero conhecer-te melhor do que ninguém,
minha África silhuetaada contra a noite enfeitada
de lua e de espíritos vingadores...

E quero mais!
Quero que os meus terríveis gritos de dor
sejam os gritos repetidos dos meus irmãos...
Que eu quero dar-te e dar-lhes todo o meu amor,
toda a minha vida, o meu sangue, a minha alma,
os versos que escrevo a sofrer e a cantar...
Só contigo e com meus irmãos quero lutar
por uma vida digna, livre, alevantada!
Sim, quero lutar em ti integrada
confundindo as almas, lado a lado, rimando nossos esforços e suores,
sentindo o eco de cada brado
das nossas bocas, reboar por esse sertão
fora, longamente, dolorosamente...

E que alguém, perdido lá longe, o recolha e diga:
- Mas é minha esta voz, esta dor,
é meu também este brado!

Quero compreender-te, minha África,
quero penetrar-te sonhar contigo,
descobrir-te nua e verdadeira,
sofrer os teus desalentos, esperar contigo,
sempre contigo!
porque só assim merecerei viver...

E que todos digam, quando eu cantar,
ou quando me revoltar, ou quando chorar:
É a África que canta, e grita, e chora!

(Sousa, 2018, p. 134-135).

O texto transcrito está inserido na obra *Sangue Negro*, publicada pela Associação dos escritores Moçambicanos, em 2001. Esta obra reúne poemas publicados em jornais, revistas e disseminados pela imprensa de Moçambique e estrangeira, entre os anos de 1948 e 1951. Em 2001, ocorre a primeira edição de *Sangue Negro*, organizada pela Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO). A antologia foi reeditada em 2011, pela Marimbique, com inclusão de ensaios da crítica especializada, representada por nomes como o de Francisco Noa, Fátima Mendonça e Nelson Saúte. Apenas em 2016 se concretiza a publicação do livro no Brasil, efetivada pela Editora Kapulana. A edição brasileira engloba a poesia de Sousa escrita no percurso de 1948 a 2002, ano em que se registra o falecimento da autora. Temos a exposição de 46 poemas difundidos por seis seções, a qual mantém a estrutura das edições anteriores.

Nesta coletânea de poemas reconhecemos a atuação artística da autora frente às crises políticas que se estabeleceram na historiografia de Moçambique. É recorrente nos depararmos com exposições analíticas de investigadores das letras moçambicanas em que coexiste a conexão da proposta lírica em evidência com um recorte conduzido pelas máximas denunciativa, revolucionária e combativa.

As encenações ideológicas, também sublinhadas como cartas subversivas, provocam interpretações críticas, as quais denotam a coletividade de um eu-lírico que emerge das paisagens silenciadas. Francisco Noa atribui que os fragmentos poéticos de Noémia de Sousa são delineados por uma tônica universalista, transcende as experiências da voz enunciativa para elucidar narrativas do escopo continental:

Tal como a maior parte dos escritores africanos da sua época - como o serão, afinal, os das épocas subsequentes, conhecido e reconhecido que os períodos pós-independências, de estabelecimento das democracias e da mundialização do planeta continuam a exigir que cada vez mais as vozes dos escritores em África não emudeçam -, a voz poética de Noémia de Sousa transcende, em largos momentos, os limites egotistas, espaciais e temporais, instituindo-se, de certo modo, como uma voz de aspiração plural e universalista (Noa, 2018, p. 170).

A catarse é propriedade discursiva, sublinhamos a celebração pela liberdade. Nos desfechos de resistência e contestação às regras agenciadas pela tradição fascista, imprimem-se a urgência do olhar que se ergue da população marginalizada. Sob a leitura de Pires Laranjeira (1995, p. 449), os versos da “grande dama da poesia moçambicana”, como denomina a ensaísta Carmen Lúcia Tindó Secco que, por sua vez, assume a responsabilidade de prefaciá-la a edição brasileira de *Sangue Negro* (Secco, 2018, p. 11),

distinguem-se por traduzirem a “ânsia do absoluto, a mística de fusão com o povo e o Continente”.

As elucubrações de Pires Laranjeira, no que concerne à fratura com as narrativas ditas oficiais, as quais sintetizam as vivências dos africanos, no período em que o fazer literário interliga-se aos movimentos pela autonomia nacional, estão contextualizadas por Aldino Muianga, ao proferir as considerações a seguir:

Na sua essência, nesses poemas, monólogos - diria efabulações - encontramos combinados elementos de exaltação dos valores tradicionais, culturais e sociais da eterna Mãe-África, subscritos em poemas vários, os brados de convocação para o engajamento com as culturas locais, de incitamento pela ruptura com a ordem estabelecida pelo colonialismo (Muianga, 2018, p. 163).

Deste modo, atentamos à proposta de Antonio Candido, conforme a distinção da arte literária como projeto de significados coletivos. Candido (2010, p. 35) argumenta que o autor se empreende enquanto efeito das aspirações sociais, a partir dele outros indivíduos podem se expressar e serem ouvidos. Ao assumir a função de intérprete social, não se preserva dos interesses subjetivos.

“Quero Conhecer-te África” verbaliza as pulsões do eu-lírico. Para este, as prerrogativas de sua existência disseminam-se nas circunstâncias a fim de desprender-se do lugar-comum. A atmosfera de criação outorga a postura da autora. O título do poema confia os desígnios do eu-poético e discrimina-se como um convite ao leitor. Sugere-se desbravar os espaços da terra-mãe, no entanto, é preciso desvencilhar-se das ideologias constituídas no decurso das explorações marítimas e por intermédio da escravatura, rememoradas nos versos abaixo:

Eu quero conhecer-te melhor,
minha África profunda e imortal...
Quero descobrir-te para além
do mero e estofado azul
do teu céu transparente e tropical, para além dos lugares comuns
com que te disfarçam aqueles que não te amam
e em ti veem apenas um degrau a mais para escalar!

(Sousa, 2018, p. 134).

No transcorrer do poema reverbera-se a crítica ao obscurantismo das comunidades ocidentais sobre o continente, a criar na população nativa um sentimento de

desqualificação. Entre os versos nos são apresentados verbos que indicam ação, a exemplo de conhecer, descobrir e compreender, acompanhados por expressões que os intensificam (melhor, para além, bem, mais). Por conseguinte, percebemos uma racionalidade inconformada com os desfechos preconcebidos, a qual se põe desobrigada das alegorias utilizadas pelas camadas coloniais e se projeta como protagonista neste processo de ressignificar os segmentos ignorados em suas próprias trajetórias enquanto Estados-nação. Neste fluxo de consciência, a poeta moçambicana demonstra-se em unidade com os demais agentes sociais de seu espaço de origem e manifesta solidariedade aos países de África que, assim como em sua pátria, almeja romper os grilhões da colonização.

Ana Mafalda Leite considera a poesia da autora um manifesto vocalizado (1998, p. 107). Entendemos que apesar de ser difundida através da escrita, a maneira como fora constituída implica-nos à compreensão de que Noémia de Sousa propunha uma arte em função da liberdade, condoreira, a preterir o lirismo idílico. Destarte, afugenta-se do “exílio silencioso da escrita” (Leite, 1998, p. 107).

No que se refere à composição estrutural do poema compartilhado, podemos denotar versos livres, os quais não se desenvolvem, em sua maioria, pela coincidência sonora no final das frases. Deste modo, inferimos que as estrofes estão traduzidas por um perfil multifacetado, com rimas alternadas (Quero que os meus terríveis gritos de dor/ Que eu quero dar-te e dar-lhes todo o meu amor), emparelhadas (Os versos que escrevo a sofrer e a cantar.../ Só contigo e com meus irmãos quero lutar/ por uma vida digna, livre, alevantada!/ Sim, quero lutar em ti integrada/ E que todos digam quando eu cantar,/ ou quando me revoltar, ou quando chorar:) e irregulares. A linearidade rítmica é observada através de expressões agudas e assonantes (imortal, tropical, degrau, superficial, azul, sul, bem, ninguém) e pela interação entre signos paroxítonos (disfarçam, amam, transparente, ocidente, silhuetada, enfeitçada, longamente, dolorosamente), a perfilar-se no incorrer do período ou em versos e estrofes díspares.

A autonomia de escrita da autora legitima o diálogo intertextual com produções literárias subsidiadas pelos movimentos artístico-culturais das vanguardas europeias e por formas de atuação estética, singulares a contextos delimitados como fronteiras do absolutismo político, a exemplo do Brasil, as quais contestam a instauração de padrões no campo da Arte. Em entrevista concedida a Michel Laban, a escritora menciona sua apreciação pela arte europeia e brasileira, a revelar seu contato com poetas, romancistas e contistas modernos: “Eu e meu irmão líamos aquelas coisas todas, Oliveira Martins,

Eça de Queiroz, Balzac, Jorge Amado, escritores neorrealistas, Drummond que tiveram muita influência nos interesses que tive depois” (Laban, 1998, p. 245). Noémia de Sousa colaborou, enquanto jornalista, com a revista brasileira *Sul*, periódico que aproximou, no momento, agentes da literatura brasileira de autores oriundos de distintas partes da África. Esta relação ratifica-se nos poemas “Samba” e “Poema a Jorge Amado”.

Intensificamos a discussão ao serem evidenciados os indicativos poéticos vislumbrados por Nadine Gordimer. A autoria referenciada nasceu em 20 de novembro de 1923, em Springs, uma cidade localizada nas proximidades de Joanesburgo. Em 13 de julho de 2014 confirma-se o seu falecimento. Por refutar as estruturas governamentais e a funcionalidade de leis baseadas no negacionismo da realidade pluricultural sul-africana, algumas de suas obras foram proibidas de serem disseminadas, a exemplo de *Um mundo de estranhos*, publicado em 1958. Foi prestigiada, em 1991, com o Nobel de Literatura e a Legião da Honra, na França. De maneira análoga ao exercício literário efetivado pela moçambicana Noémia de Souza, Nadine Gordimer investe em narrativas que repercutem as colisões raciais e os transtornos políticos empreendidos pelo *Apartheid*, na África do Sul.

Os preâmbulos que indiciaram a promulgação da independência sul-africana estavam correlacionados às crises de interceptação das conjunturas étnicas autóctones por ações coercitivas engendradas pela ingerência do Reino Unido²⁸. Temos uma composição estatal pluriétnica, oriunda da resistência de outras projeções europeias para além das dominâncias da coroa inglesa.

Destacamos a predominância desta monarquia nos limites da África do Sul, todavia, não se invalida a presença de outros estratos nacionais que contribuíram para a constituição da conjuntura em evidência. É notório nas manifestações que incorreram para o desfecho emancipatório das nações subsaarianas, a exemplo da República do Gana, estratégias com o intuito de anular influências externas e, com isso, predispostas à retirada de estruturas governamentais que não sucumbissem à administração dominante.

No momento em que são ponderados estes aspectos na historiografia da África do Sul apreendemos que as esferas sociais, as quais não se efetivaram enquanto grupos constitutivos do poderio neste país, permaneceram nas metamorfoses político-culturais e possuíram presença efetiva no desenvolvimento econômico do Estado.

²⁸ Citamos as Guerras Anglo-Bôeres ocorridas nas últimas décadas do século XIX, o confronto Anglo-zulu datado em 1879 e as Batalhas de Sanna's Post e Spion Kop, ocorridas no ano de 1900.

A propósito de ratificarmos as declarações expostas fazemos alusão à participação dos Bôeres²⁹ para a práxis cultural sul-africana. São compreendidos como base social à legalidade e execução do regime de segregação racial instituído no ano de 1948.

Por uma percepção constitucional, podemos afirmar que a autonomia da África do Sul é conquistada no ano de 1931, através do Estatuto de Westminster³⁰. Sabemos que o desenlace das alterações africânderes³¹, em 1902, propiciou a reconciliação com a Inglaterra. Deste modo, alguns acordos foram estabelecidos com o desígnio de proporcionar aos colonos das Repúblicas Africânderes privilégios antes reservados aos agentes da colonização inglesa.

Aos colonos dos distritos de Transvaal e Orange foram conferidos três milhões de libras esterlinas para a recomposição da região acometida pelos confrontos. Suas lideranças administrativas deveriam ter autonomia sobre os territórios e determinavam os preceitos sociopolíticos, os quais deveriam ser observados e cumpridos pelos os africânderes. Entre as exigências, tinha a conformidade de direitos entre os homens das nações ressaltadas e os ingleses, a destituir os nativos incompatibilizados pelos estereótipos anuídos pela branquitude. O Tratado de Vereeniging assegurou a conciliação entre as partes interessadas. Desta maneira, no ano de 1910 as Repúblicas Bôeres foram extintas, unificadas às Colônias do Cabo e Natal constituíram a União Sul-Africana. Neste período, consta-se a supremacia da metrópole subsidiada pela administração indireta de Louis Botha, um militar africânder nomeado à função de primeiro-ministro de Estado.

A relação entre o Reino Unido e os dirigentes da União Sul-Africana se consolidou em 1910, no momento em que os africânderes auferiram a administração indireta do país. Com o advento da Proclamação da República, em 31 de maio de 1961,

²⁹ Grupo étnico composto por holandeses, alemães, dinamarqueses, franceses e, conseqüentemente, seus descendentes. No momento em que os britânicos adquiriram hegemonia na Colônia do Cabo (1806), estes povos foram obrigados a ocuparem outros espaços, os quais podiam manifestar suas práticas socioculturais sem estarem submetidos ao desempenho governamental das forças britânicas. O processo de migração aludido foi definido como “A grande viagem”. Resulta-se deste movimento a fundação de duas nações sob a supremacia dos Bôeres: a República Sul-africana ou Transvaal e o Estado Livre de Orange.

³⁰ Dispositivo constitucional promulgado pelo parlamento do Reino Unido, em 11 de dezembro de 1931. Na ocasião, concebe-se a British Commonwealth of Nations ou Comunidade das Nações Unidas, composta por 54 países-membros independentes. As sociedades integrantes compartilham o absolutismo anglófono como imperativo análogo na concepção de seus estados modernos, com exceção de Moçambique, o qual esteve sob a imposição do império português até o ano de 1975 e a República de Ruanda, território de domínio da Bélgica que se torna independente em 01 de julho de 1962.

³¹ Denominação atual da comunidade bôer. Sua designação de origem era utilizada pelos ingleses com o propósito de distinguirem-se entre os estratos sociais oriundos do continente europeu que se estabeleceram na região interiorana. Ressalta-se a criação de diretrizes sócio-políticas e de idioma (o africânder) específicos para atender as demandas destes colonos. O uso da expressão bôer pelos homens negros sul-africanos é de ordem depreciativa.

a África do Sul rompeu com as intervenções administrativas da monarquia inglesa e desintegrou-se da Comunidade das Nações Unidas.

As premissas ideológicas inerentes à cultura bôer foram propagadas pelos partidos Sul-Africano e Nacional. Consagraram-se como entidades políticas que defendiam a preservação identitária da sua cultura ancestral, com o objetivo de implementá-la como aspecto integrante da base territorial distinguida (Thompson, 1990, p. 15).

O sistema sóciojudicativo institucionalizado na década de quarenta desenvolveu-se como projeto para regimentar o controle das relações humanas. O público constituído por homens negros tornou-se alvo de ações segregacionistas, com menos intensidade os ideais separatistas ultrajavam as pessoas de origem oriental. Na configuração social da época os negros representavam 75% do contingente populacional, contudo, abrigavam-se em 7% do território. Ao contrário dos homens brancos, que correspondiam a 10% da população e usufruíam de 93% das terras férteis. Nas áreas negras, intituladas como bantustões, havia o predomínio das atividades de subsistência, em que se primava pela agricultura, em outros espaços se tinha a exploração capitalista intensiva da terra. Deste modo, os habitantes dos bantustões eram impelidos a subsidiar o grupo hegemônico na depredação de seus recursos territoriais sem o ressarcimento prescrito em lei. Limitou-se a estadia dos negros nas áreas urbanas, por serem consideradas redutos da sociedade branca. Portanto, o descaso governamental submeteu a população marginalizada ao caos da invisibilidade, por razão da inacessibilidade cível, que concerne ao direito civil da hospitalidade, educação, saúde, representação política, entre outros dispositivos que sistematizam a vida em sociedade (Neto, 2010, p. 49).

Pontuamos que a teoria do desenvolvimento social desarticulado, designada como *Apartheid*, ressaltou a cumplicidade das esferas dominantes, a indicar a Inglaterra como órgão gerenciador da economia e os nacionalistas como protagonistas do segmento político (Macedo, 2008, p. 140).

Desta forma, as aspirações da população negra eram inviabilizadas pelos interesses procedentes das sociabilidades de pertença da branquitude, a propor um desfecho capitalista interno e desprendido do cenário político internacional. Ao termo branquitude implica-se a proposta epistêmica esboçada por W.E.B. Du Bois na obra *As almas da gente negra* (1999). Elucidada nas exposições críticas de Frantz Fanon, na qual o martinicano desenvolve um estudo a partir dos efeitos do racismo na perspectiva histórica e das desumanizações provocadas pelas situações de dominação colonial, a reverberar no quadro de psicose humana e nas subjetividades identitárias. Posto isto, a

branquitude está pautada pelo agenciamento da superioridade racial, a reportar o homem branco às extremidades das relações humanas e a torná-lo matéria representativa para o fluxo das construções históricas, a condicionar experiências e projetos culturais deslocados das conformidades previstas pela perspectiva colonial/ocidental ao perfil da excentricidade.

Em abordagens atuais, autores como Lourenço Cardoso (2010, 2017), Edith Piza (2002), Liv Sovik (2004, 2017), e outras vozes críticas interessadas pela discussão do tema, procuram minorar posicionamentos que se circunscrevem em observações generalizadas e dicotômicas do termo, a possibilitar uma percepção fragmentada e limitadora com o intuito de determinar aos brancos uma configuração homogênea, isentos de suas pluralidades culturais e das interferências territoriais e políticas. Desta maneira, a tornar-se empecilho para a racionalização do contraponto das marcas étnico-raciais propagadas por séculos e seus impactos na sociedade moderna. Lourenço Cardoso (2010, p. 63) atesta a importância de analisar a hegemonia e os privilégios inerentes à ordem racial articulados a aspectos específicos e mutáveis. Por sua vez, utiliza-se de recursos linguísticos como branquitude crítica e acrítica, branquidade e negritude a fim de explorar as metamorfoses humanas estruturadas pelos arquivos de poder, de maneira específica, no que diz respeito a projetos narrativos que moderam as performances da negritude.

A exposição destes componentes históricos permite-nos uma leitura fundamentada dos manuscritos literários propostos por Nadine Gordimer. Destarte, a autora utilizou sinalizadores inerentes ao desfecho político da conjuntura na qual esteve inserida com a intenção de fomentar a discussão acerca dos indicadores da opressão racial e seus desdobramentos na constituição do estado independente. Em específico, enfatizou o monopólio das elites europeias diante das estruturas subjugadas no decorrer do século XX. Ao reportar-se à autora em referência, o crítico Stephen Clingman, na obra *The Novels of Nadine Gordimer: History from the inside* (1986)³², esclarece que o posicionamento ficcional abordado facultou à escritora o título de intérprete da África do Sul, “à medida que sua terra natal, com o passar dos anos, ia descendo a funesta ladeira do *Apartheid*”³³.

³² Os romances de Nadine Gordimer: a história por dentro. Tradução nossa.

³³ O registro alusivo também está presente na compilação de ensaios *O gesto essencial: literatura, política e lugares* (1992, p. 09). Produzida por Nadine Gordimer, sob a supervisão de Stephen Clingman e a tradução portuguesa de Waldéa Barcellos.

Barbara Temple- Thurston (1999, p. 129) ressalta a capacidade de transformação da escrita enfatizada, ao considerar que a evolução histórica dava direcionamentos para os desfechos literários. Compreendemos que a consolidação do itinerário poético de Gordimer não se restringia a aquisição de competências para atuar no campo da arte literária e encerrava-se nas considerações críticas interessadas em suas narrativas. Entretanto, as mudanças ocorriam, com mais intensidade, no âmbito crítico-reflexivo da voz autoral.

A respeito das informações pautadas, Malcolm Page (*apud* Silva, 2007, p. 58) infere às escrituras de Nadine Gordimer a capacidade de testemunhar e traduzir as demandas sociopolíticas vinculadas ao componente histórico de sua nação e ao mesmo tempo constituiu-se como oportunidade a impulsionar mudanças nesta sociedade³⁴.

Em *O gesto essencial: literatura, política e lugares* (1992) a autora evidencia responsabilidades que lhes condicionou a uma consciência política por razão de seu contato com a escrita. A romancista sul-africana argumenta que não existe pureza no ato criativo. As atribuições do escritor procedente de um meio configurado por conveniências culturais e políticas, a encerrar-se na opressão do público em circunstância desfavorecida, efetivam-se na relação entre responsabilidade e criatividade (Gordimer, 1992, p. 325). As explicitações de Nadine Gordimer fundamentam-se nos indicativos discursivos de Roland Barthes, ao salientar que a obra é o gesto essencial, enquanto ser social, de quem a criou (Barthes, 1983 *apud* Gordimer, 1992, p. 325).

Ao denotar que em um “país como a África do Sul não existe aspecto da literatura que não esteja profundamente imerso em questões políticas” (Gordimer, 1992, p. 42) ratifica-se seu posicionamento crítico e uma performance denunciativa predisposta a ressignificar as próprias percepções acerca da terra autóctone.

Os textos ficcionais e a produção ensaística da sul-africana oportunizam a explanação de roteiros definidos pela cultura, estruturas governamentais, racismo como preceito estatal e análises subsidiadas pela funcionalidade das línguas nativas. Consciente das prerrogativas que assistiam a minoria populacional, da qual Gordimer não se exime de ponderar seu vínculo com as circunstâncias de origem que lhes foram legitimadas, apresenta-nos indagações proporcionadas por uma percepção de mundo para além do cotidiano da época (Martins, 2020, p. 52). Reconhecemos inquietações da escritora com

³⁴ Sugerimos a leitura do texto “Quando a arte encontra a política”, exposto na obra *Tempos de Reflexão: de 1990 a 2008*. São Paulo: Globo, 2013.

relação ao projeto nacional admitido pela elite administrativa e suas implicações em configurações futuras.

Isto posto, em 1959, enquanto as normas separatistas eram executadas com rigor pelas instituições militares do Estado, publica-se o ensaio *Onde é que os brancos se encaixam?*. O texto estrutura-se de maneira confessional e manifesta o incômodo da literata ao observar seu país dividido. Relata-se, no artigo, o sentimento de estranhamento cultural e a inflexibilidade na defrontação das identidades nacionais, a perpassar as principais categorias raciais presentes no imaginário sul-africano. O estranhamento cultural mencionado reitera-se pelo sentimento do não pertencimento e/ou não se reconhecer no projeto espacial no qual está situado, como preceituam Homi K. Bhabha (2014, p. 20) e Boaventura de Sousa Santos (1999, p. 119) ao relatarem que o estranhamento estabelece uma posição marginalizada, entre fronteiras. A voz autoral indica sua representação neste espaço existencial, a transitar entre a falta de confiança dos homens negros por ser oriunda da base étnica dominante e, por explicitar posicionamentos em contraste aos aparatos segregacionistas assegurados pelas ordens governamentais, ser reconhecida como delatora de suas marcas de origem e desleal ao seu vínculo etnográfico e ao Estado (Gordimer, 1992, p. 42). Desta forma, o isolamento que lhe é condicionado em seu próprio país, permite-lhe oscilar entre “o desejo de ir - a procura de uma sociedade em que a cor da pele não tenha nenhuma influência sobre seu lugar na comunidade - e um desejo terrível, obstinado e espantoso de ficar.” (Gordimer, 1992, p. 49).

Em um período em que a intelectualidade sul-africana se definia pela alienação auferida por dispositivos étnicos, constatada na historiografia do país desde o despontar dos europeus até a subjugação das esferas nativas pelos órgãos oficiais de poder, indicamos no roteiro discursivo o olhar para eventos futuros. Observamos o interesse pelo estado democrático, no qual os agentes sociais pudessem ter seus direitos civis assegurados, com destituição de preferências acentuadas em ações segregacionistas (Martins, 2020, p. 52). Entre as ideias explanadas, denotamos o sentimento de repulsão dos negros ao que concerne à sociedade branca, no momento em que houvesse a efetivação do cenário de igualdade entre os povos.

Os aparatos crítico-reflexivos propostos são formulados a partir da difusão de posicionamentos no imaginário social, despontados da população marginalizada, que reforçavam os preceitos de ordem separatista, os quais são retomados entre as décadas de

70 e 80³⁵. Neste período, as entidades de Conscientização Negra³⁶, instigadas pelo movimento Black Power americano³⁷, resistem às investidas de aproximação ou associação com a comunidade branca da África do Sul (Jonge, 1991 *apud* Silva, 2007, p. 50; Gordimer, 1992, p. 41).

Para a autora, a Nova África em seus cenários pós-Apartheid/independentistas não poderiam permanecer sob a máxima da intolerância. Reconhecerem-se enquanto conjecturas estabelecidas na pluralidade racial e no multiculturalismo tornara-se um ato indispensável às demandas da modernidade. Ao voltar-se para sua terra natal reitera:

Ainda que por muito tempo, qualquer branco sul-africano deve esperar que um negro, proveniente de qualquer outro país da África, seja considerado pelos negros sul-africanos, como um irmão, muito mais irmão do que o próprio sul-africano. Nenhum elo pessoal de lealdade, amizade, ou mesmo de amor mudará tal fato (Gordimer, 1992, p. 43).

Referencia-se o “Nacionalismo do Coração”, oriundo do contexto de exclusão delimitado à parcela social desprovida de atributos socioeconômicos. Esta expressão simboliza a aliança entre os segmentos nacionais do continente africano, os quais foram submetidos aos contrastes da colonização e ao imperialismo das esferas hegemônicas (Silva, 2007, p. 52). Portanto, a fraternidade aplicava-se como princípio de extraterritorialidade, implementado pela valorização cultural e constitucional da negritude que, por vezes, não estava agenciada nos sumários políticos da pátria de origem.

³⁵ Período marcado por um radicalismo reacionário na população sul-africana. A violência tornou-se possibilidade a fim de viabilizar os interesses dos grupos envolvidos. Os embates armados resultavam no extermínio de muitas pessoas. Registram-se os massacres de Shaperville, em 1962, e Soweto, no ano de 1976. Circunstâncias que fizeram a população negra aderir uma postura de enfrentamento similar aos comportamentos assentidos pelos defensores do sistema segregacionista. Nesta época, surgem as obras *O Falecido Mundo Burguês* (1966); *Um convidado de Honra* (1970); *O Conservador* (1974); *A Filha de Burger* (1979) e *O Pessoal de July* (1981). Narrativas comprometidas em explorar o radicalismo e a ação, com o desdobramento de leis separatistas cada vez mais severas e a objeção do Movimento Negro em dispor envolvimento com os brancos (Silva, 2007, p. 55).

³⁶ Movimento criado em 1969, tinha-se como líder Steve Biko. Aspirava-se a libertação psicológica e contestava-se a educação inferior e destrutiva dos valores dos povos negros. As considerações de Gordimer não tencionam reduzir o impacto da entidade em função de abolir a ignomínia social, o autoritarismo e a busca pela efetividade do estado democrático, no entanto, questiona-se a abordagem de alguns de seus integrantes, os quais compartilhavam interpretações fundamentalistas e ressaltavam a fragmentação do território como preceito de liberdade. A facultar o separatismo negro nos anos 80, o qual Gordimer censurava (Silva, 2007, p. 50).

³⁷ Surgiu no fim da década de 60, como estratégia política e renascimento cultural das comunidades negras dos Estados Unidos. Através de grupos organizados pela entidade estudantil, almejava-se a conquista de direitos civis e sociais. É referenciado por promover debates ideológicos, pela consciencialização do princípio de igualdade e por fomentar o protagonismo negro em termos educacional, profissional e social no cotidiano dos EUA.

Nas preleções da autoria discriminada, o estreitamento das interações entre os agentes das demandas sociais de sua pátria seria possibilitado com a reformulação das gerações posteriores, as quais pudessem sinalizar o declínio das alterações intrínsecas a fenômenos fenotípicos e convenções culturais que repercutem na supressão da alteridade, distintivo observado nas metamorfoses decorridas da nova ordem mundial e ressaltado nas eleições de 1994, com êxito do Congresso Nacional Africano, liderado por Nelson Rolihlahla Mandela.

Ressaltar a representatividade das autoras Noémia de Sousa e Nadine Gordimer é necessário para que possamos ampliar a discussão sobre o panorama literário de África. Sobretudo, como se articula a influência da voz autoral feminina nos embates políticos das conjunturas nacionais. No momento em que procuramos evidenciar a participação de mulheres no processo de fundação da intelectualidade africana, em específico, no âmbito da arte literária, aludimos uma esfera permeada por alegorias que refletem o patriarcado. A seguir, daremos continuidade as nossas elucubrações a partir do contexto pós-independentista, a definir o terceiro momento poético. Posto isto, teremos nossas análises acentuadas na perspectiva de gênero, no feminino inscrito e na escrita feminista.

1.2.1 Nuances do Pós-independência: fatores contextuais

Alçar-se em um cenário pós-independentista e obter os distintivos democráticos, em específico ao que se relaciona às experiências políticas, como estratégia para o progresso das novas repúblicas, não traduz ascensão às ordens sociais que outrora se encontravam vinculadas às influências dos gabinetes absolutistas, os quais estabeleceram uma relação definida pela extorsão dos recursos atribuídos às paisagens econômicas, geográficas e culturais, assim como submeteram os códigos morais, assentidos pela representação simbólica dos espaços subjugados, à excentricidade. Abreviados como recortes periféricos das aristocracias europeias (Ferreira, 2005, p. 03).

Destarte, as ex-colônias reverberavam os dispositivos priorizados pelas civilizações dominantes, no momento em que se almejava o controle da África e legitimar a titularidade hegemônica das potências imperialistas no gráfico do capitalismo internacional (Mendonça, 2004, p. 69).

Asseguramos que o *ethos* nacional e o idealismo político das camadas revolucionárias, com o propósito de atingir a supressão do despotismo governamental das metrópoles norte-globais, não assinalaram, de maneira categórica, a ruptura com as

dinâmicas sociopolíticas e os preceitos filosóficos peculiares ao existencialismo do ocidente (Mbembe, 2014, p. 143-144).

Portanto, reconfiguram-se os personagens dos enredos coloniais, desenvolvidos a partir da fragmentação de poderes. Aos territórios africanos foram impostos à matéria do indigenato e, por estabelecerem-se em desequilíbrio com as esferas exportadoras dos axiomas civilizacionais, era-lhes negado inscreverem-se nos acordos internacionais que tinham o interesse em oportunizar o progresso de Estados-nações emergentes, com inexperiência frente aos impasses oriundos do capitalismo financeiro (Fanon, 1968, p. 77-78).

Desta maneira, verificamos que a contenção do protagonismo dos países africanos no panorama político global repercute no desdobramento de práticas neocoloniais (Lopes, 2011, p. 13). Os esforços das esferas intergovernamentais, criadas com o intuito de suscitar a interação pacificada entre as estruturas dominadas e as metrópoles imperiais, sucumbem ao deslocamento das unidades militares e representantes da diplomacia administrativa inerentes às instâncias colonizadoras (Lopes, 2011, p. 13-16). Conforme a historiadora Ana Mónica Henriques Lopes, a qual desenvolve pesquisas relacionadas às identidades e fronteiras dos nacionalismos em África, argumentamos que o “neocolonialismo passa a ser identificado com os processos decorrentes das atividades econômicas internacionais e dos acordos bilaterais que interferem na autonomia dos recém-estados independentes da África. Essas atividades têm sido desenvolvidas por organismos internacionais de regulação econômica ou financeira - FMI, BIRD, AID, CFI, MIGA, CIADI – por interferência da ONU e suas agências em questões humanitárias ou bélicas, por alianças políticas governamentais e organizações não-governamentais.” (Lopes, 2011, p. 13-14).

Explicamos que o vínculo com governos absolutistas se estendeu à atualidade. Pois, são compreendidos como cenários de gestões políticas e econômicas consolidadas. As conjunturas em desenvolvimento ainda ocupam os espaços determinados pelo corporativismo intrínseco às aspirações dos expoentes imperialistas. Entendemos que com a autonomia estatal conquistada, as unidades patrióticas de África encontraram dificuldades para manter o diálogo político com estruturas federativas externas, todavia, sustentava-se uma espécie de apadrinhamento governamental, por parte dos centros monopolistas, outrora nações colonizadoras, a fim de possibilitar a circulação das ex-colônias.

Imprimem-se, nestas circunstâncias, as estratégias fomentadas pelas potências mundiais em manter-se no panorama geopolítico dominante e restituir a soberania política sobre as conjunturas africanas emancipadas. Neste sentido, corroboramos aos aportes discursivos de Lopes (2011, p. 14), ao aludir que a “soberania e autodeterminação dos países africanos foram e ainda são colocadas à prova constantemente, seja por questões de governabilidade, dos malefícios da herança colonial ou da constante penetração de armamento ilícito oriundo de países aliados ou não.”.

Importa-nos assinalar que o declínio do potencial eurocêntrico e, por consequência, a retração das nações colonizadoras das dimensões geográficas em condição de domínio, não sucede enquanto mecanismo geopolítico, a convergir para a subsistência da supremacia do velho mundo no imaginário territorial africano. No entanto, decorre das circunstâncias governamentais, as quais afetaram, durante o século XX, as estruturas sociais, em dimensão global. A partir daí os estratos nacionais viam-se ameaçados e com suas perspectivas econômicas em desgaste e indefinidas (Ferreira, 2005, p. 03).

Portanto, a autonomia dos países africanos³⁸ confirma-se pela deflagração de disputas instauradas nos anos iniciais deste século, restabelecidas no conflito militar desenvolvido entre os anos de 1939 e 1945³⁹. Não se exime destes dados historiográficos, a existência de tensões, em menor escala, as quais reforçaram os impasses que comprometeram as dinâmicas civilizacionais⁴⁰. Deste modo, realçamos o quadro de instabilidade financeira que impossibilitou as aristocracias regentes manterem as unidades militares e demandas administrativas nas esferas coloniais (Ferreira, 2005, p. 04).

Observamos a evolução de incidências políticas a facultar o processo de modernização e estatuir as emancipações dos limites espaciais africanos dos aforismos governamentais assegurados pelo continente europeu. O novo panorama administrativo constituiu-se da reformulação de ideais partilhados por representantes das configurações

³⁸ O processo independentista sucede, na maioria dos países africanos, nas décadas de 50 e 70. A última nação a conquistar a autonomia foi a Eritreia, em 1991, com reconhecimento internacional conferido pela ONU, no ano de 1993.

³⁹ Enfatizamos a primeira guerra mundial (1914-1918) e o segundo conflito humanitário.

⁴⁰ A Crise de 1929, denominada de A Grande Depressão, e o despontar da Guerra Fria (1947-1991) caracterizaram-se como episódios históricos que contribuíram para a decadência do expansionismo imperialista e da preservação do agenciamento da unilateralidade política das bases ocidentais, da qual se propalou como sistema-mundo (Quijano, 2005, p. 120-121).

nacionais independentes, todavia, ressaltamos que este cenário governamental se organizou no protagonismo de elites privilegiadas.

Ao voltarmos para os enfrentamentos sociopolíticos instaurados com o propósito de alcançar a soberania das pátrias nacionalistas, verificamos as intervenções dos Estados Unidos da América e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Na época, designados como blocos sociais oponentes, a impulsionar alterações pela busca do expansionismo ideológico e agenciamento político frente à ordem mundial (Ferreira, 2005, p. 04). Lembremos que estes países se encontravam como aliados e saíram vitoriosos enquanto opositores da Alemanha nazista, em 1945.

Segundo N’Krumah (1967, p. 281-299), corroborado por Oliveira (2009, p. 95), as superpotências agiram de modo a seduzir as atmosferas estatais subdesenvolvidas, a partir do momento que se tornavam potenciais aliados, existia uma distribuição de ajuda pública, designada como subsídio geoestratégico com o propósito de recompensar o apoio deferido à Guerra Fria. No que diz respeito à formalização desta aliança, temos a presença de entidades nacionais com autonomia governamental alcançada e de territórios que ainda não logravam de suas independências, a exemplo de Angola, Moçambique, as colônias anglófonas peculiares à África austral, os quais acolheram suporte financeiro e militar nas guerras por procuração, reconhecidas como movimentos civis.

A respeito do panorama pós-colonial vigente, abordamos a ascensão de grupos privilegiados na condução das ex-colônias (Lopes, 2011, p. 14; Mendonça, 2004, p. 69). Por sua vez, estas elites desconheciam os impasses peculiares à maioria populacional e tratavam como matérias secundárias os anseios que repercutiam as experiências socioeconômicas imanentes à realidade deste público⁴¹. As extremidades remotas dos centros urbanizados, comunidades agrícolas e os signos tradicionais apresentavam-se, nas atuais dinâmicas governamentais, vulneráveis aos paradigmas geopolíticos institucionalizados. A estabelecer, no cerne das atmosferas desprestigiadas, organizações com práticas milicianas. As ações aderidas por estes grupos civis justificavam-se pelas investidas em função de atenuar a parcialidade de privilégios, contudo, ao revisitarmos os aportes analíticos interessados nas cenas históricas da construção dos nacionalismos

⁴¹ No que diz respeito às informações apresentadas, Lopes (2011, p. 14) assegura que “a tentativa das ex-metrópoles em desestabilizar as antigas colônias foi tão nítida quanto à dificuldade dos novos chefes em lidar com o Estado de direito”. Também registrada por Mendonça (2004, p. 71).

pós-coloniais, verificamos que este envolvimento reacionário também decorre da busca pelo poder⁴² (Mbembe, 2014, p. 141).

Os registros históricos que compõem a memória pós-colonial africana acentuam-se no processo de alinhamento da representatividade autóctone, assim como sinalizam a reconfiguração de mecanismos colonizadores instaurados na modernidade (Fanon, 1968, p. 124). O desmembramento geográfico alcançado é reconhecido como um período de reavaliação das práticas governamentais subordinadas aos centros metropolitanos e oportunizou aos núcleos populacionais aborígenes executar as diretrizes das quais reconheciam como apropriadas à realidade da época⁴³.

As relações instituídas com o pós-independência, a reverberar na atualidade, foram instigadas pela aprovação de concessão financeira, por parte das nações europeias aos estados independentes. A devolução dos recursos ajustava-se pela capitalização de percentuais excessivos ao valor inicial, a ocasionar despesas incompatíveis aos orçamentos inerentes às ordens administrativas africanas. Implica-se no acúmulo de dívidas relacionadas ao capital estrangeiro. Posto isto, tem-se a dependência externa gerada pelas empresas transnacionais europeias estabelecidas em África, a consumir mão de obra barata e os lucros são enviados para os países de origem. Com isso, temos o fluxo do capital externo e a destituição de investimentos nas localizações nacionais das quais as corporações estão situadas.

O oportunismo e imediatismo político inscreveram-se como fatores elementares à fragmentação de rendas, difusão da desigualdade social e conflitos *in loco* (Lopes, 2011, p. 17). Neste momento, as práticas neocoloniais não se determinavam pela sobreposição de um seguimento hegemônico, protocolado nas negociações empreendidas na Conferência de Berlim. O neocolonialismo corresponde a interesses externos e as conjunturas autóctones, predispostas em manter o *status quo*, validavam-se das premissas

⁴² As inferências discursivas reportam-nos ao romance *O Sol das Independências* (1968), de Ahmadou Kourouma. Autor nascido na Costa do Marfim, a leste de Gana, na África ocidental. A narrativa reflete os primeiros anos que sucedem à independência da nação marfinense, assim como evidencia as categorias sociais, territorialmente libertas, marcadas pela crise civil. Subvencionada pela corrupção, abuso de poder e monopartidarismo. Kourouma argumenta que ao ser formalizada a funcionalidade do partido único, herança colonial, destituiu-se a democracia no continente. Portanto, as denúncias perfiladas pelo autor, concentram-se nas concepções e vivências plurais (Kourouma, 1970, p. 21).

⁴³ Indicamos a leitura dos textos: Desventuras da Consciência Nacional. In: FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1968, p. 121-167. O nacionalismo no final do século XX. In: HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 195-215. FERRO, Marc: *História das Colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

peculiares ao regime aludido. Lopes (2011, p. 15) pondera que ao perder uma referência fixa, uma denominação cartográfica, torna-se mais perverso, por se tratar de diversos radicais autocráticos.

Neste raciocínio, importa-nos mencionar discursos inconsistentes que se encerram no descumprimento ético das corporações adventícias em face do estado de instabilidade socioeconômica africana, no entanto, prescindem o protagonismo dos aborígenes na construção de experiências cotidianas e coletivas. Ao destacar o prolongado percurso de exploração dos limites africanos e de suas populações e negar a intervenção dos agentes sociais internos, situa-os em posição de incapacidade nas nuances históricas que os permeiam (Lopes, 2011, p. 15).

No quadro de adversidades paralelas às desocupações imperialistas, denotamos o índice de analfabetismo das populações nativas, com déficit de formação técnica, a incidir na exiguidade de mão de obra especializada (Ferreira, 2005, p. 06). Deste modo, a efetividade de projetos propostos pelas recentes repúblicas sul-orientais consolidava-se com suporte expatriado, a indicar redução de capital nos investimentos internos.

As informações expostas apresentam-nos que na institucionalização dos códigos nacionais, as metamorfoses sociopolíticas estão condicionadas ao capitalismo monopolista, à proposta socialista a fim de contrapor as explorações advindas da ementa capitalista e estão ajustadas na centralização do patriarcado, enquanto regime social que outorga ao homem funções de liderança política, autoridade moral, privilégios sociais e controle das propriedades privadas.

2 POÉTICAS POLÍTICAS: VOZES PRECEDENTES NA LITERATURA AFRICANA DE AUTORIA FEMININA

2.1 O IRROMPER DAS MARGENS: TEXTUALIDADES FEMININAS E A CONSCIÊNCIA CRÍTICA FEMINISTA

Elucidar os pressupostos geopolíticos peculiares à composição nacional dos Estados africanos e as relações auferidas com expoentes estatais que deliberam o funcionamento do modelo econômico impelido ao mundo - sem descurar das performances relativas aos imaginários aborígenes e suas conjecturas étnico-culturais, a partir de premissas chanceladas pela descolonização governamental e pelo pós-independência, ressaltadas no tópico anterior - é significativo à pesquisa. Desta forma, as contribuições analíticas que perscrutam o agenciamento da autoria feminina, no âmbito da literatura, substanciam-se pela erudição das prerrogativas territoriais, às quais os agentes literários estão correlacionados, retratadas nos opúsculos poéticos.

Ao darmos continuidade às elucubrações a respeito das expressões literárias, as quais estão assinaladas em função de auscultar uma investigação diacrônica do *corpus* literário que define a produção, a dispor da África enquanto pano de fundo, apresentamos que os autores tinham o interesse em ampliar os debates sobre o imperativo nacionalista e voltaram-se às percepções universais.

Em paralelo às proposições sublinhadas pela máxima patriótica, a subscrever um protótipo estético, e nas reverberações dos colonialismos nos contextos assegurados, portanto, de autonomia administrativa, designa-se a problematização da matéria transcultural e de distintivos que predis põem objeção ao negacionismo de fronteiras, historicamente, vedadas das experiências discursivas e de gnosés teóricas. Ressaltamos as experiências subjetivas, as quais se encontravam minoradas pelos repertórios coletivos, com a intenção de ponderar acerca da conotação nacional e dos personagens priorizados pelo atual cenário sociopolítico⁴⁴.

Diante do exposto, enfatizamos que a literatura africana de autoria feminina⁴⁵ designou-se como parte das possibilidades de leitura sobre os marcadores do tecido

⁴⁴ Referenciamos os fragmentos poéticos de Ama Ata Aidoo, Efua Theodora Sutherland, Margaret Busby, Amma Darko, autorias de pertença ganense e das nigerianas Flora Nwapa e Buchi Emecheta.

⁴⁵ Indicamos ao termo Literatura de Autoria Feminina, a presença da mulher na esfera ficcional, da qual foi destituída de manifestar sua criatividade poética, sistematizar discussões inerentes à base sociocultural, à qual está introduzida, e fomentar discussões de outros pilares provocadores de seu interesse de produção.

nacional e das categorias de coação impostas à figura feminina peculiar à comunidade nativa, a reforçar atributos que inferem na composição do panorama dicotômico e na constituição de padrões binários, os quais são orientados pela cultura patriarcal e intervenções políticas masculinizadas. Em trânsito, temos a revisão da ancestralidade perpassada pela prática colonial, a qual se situa na formulação do campo da memória coletiva⁴⁶, constatada nos componentes espaciais e em suas territorialidades, na África tradicional. Nesta perspectiva, a representatividade de mulheres⁴⁷ na sistematização dos códigos literários consecutivos das cartografias sociais do continente em pauta, corrobora ao entendimento acerca da teorização discursiva e investigação das interfaces do condicionamento de gênero, enquanto abordagem para a estabilização das assimetrias sexistas, a confabular a hegemonia das masculinidades.

Desta maneira, depreendemos que a precedência feminina, a introduzir-se pela esfera artística, instada na versatilidade da linguagem escrita⁴⁸, preceitua o movimento

Portanto, afirma-se enquanto agente narrador da própria demanda cotidiana e, em primeiro plano, expressa convicções relativas às cartografias geopolíticas, a difundir-las no espaço da literatura (Bamisile, 2012, p. 42). Deste modo, desagrega-se do significante a conotação semântica, a situá-lo *ab initio*, em razão da tradição sexista, associado à concepção da delicadeza, sentimentalismo e subjetivismo. Elucidamos que os aspectos citados são suplementares ao *modus operandi* feminino. De maneira específica à criação literária em África, dispomos da definição de Flora Nwapa, ao proferir que, em seu ofício, a mulher escritora africana traz consigo o poder que a mesma tem no núcleo doméstico e social, é ciente de sua importância econômica como mãe, agricultora e comerciante. Ela escreve suas histórias que afirmam a mulher, assim desafiando os escritores masculinos e visando despertar na mulher sua inerente vitalidade, visão independente, autoconfiança, e, claro, seu desejo por ganhos e ascensão dos *status* social (Nwapa, 2009, p. 529).

⁴⁶ Recorremos aos apontamentos de Maurice Halbwachs (2006, p. 48) e Michael Pollak (1992, p. 200-212), ao explicitarem que a memória está sujeita a seus suportes sociais. Portanto, define-se por traduzir-se enquanto um fenômeno constituído por fatos, agentes e espaços. A dimensão coletiva ultrapassa o seguimento individual, e o funcionamento da memória subjetiva ocorre a partir do contato com convenções comunitárias, as quais não se processam individualmente. Sendo assim, as convenções distribuem-se entre palavras, ideias e eventos de um ambiente circundante, instrumentos que podem ser usufruídos. Pollak (1992, p. 200-212) ressalta a estreita relação entre o funcionamento da memória e as aptidões identitárias e pertencimentos. A memória, designamos a função de elemento constituinte do sentimento de identidade nacional e étnica. Retornaremos a discussão em momento posterior.

⁴⁷ Ao estarem acompanhadas pela ansiedade imanente à decorrência do presente e o sentimento de incerteza e ermo, frente às políticas de Estado, sobre o futuro, investiram em testemunhar os vestígios, os quais protocolam as conversões das comunidades em que estão inseridas, a torná-los, potencialmente, memoráveis. A este respeito, pontuamos que, em acordo às ponderações de Pierre Nora (1996, p. 08-10), o resgate do passado, enquanto imperativo acionado à reflexão e, conseqüentemente, na constituição das paisagens sociais e experiências subjetivas do presente, o movimento de revisitação “ao passado faz de todo homem o seu próprio historiador”.

⁴⁸ Ressaltamos que o nosso interesse consiste na exposição escrita de referências literárias, as quais delimitaram uma criação poética na África Ocidental. Distinguem-se objetos poéticos aferidos como discursos pioneiros, inclinados ao agente que se aplica no desdobramento da linguagem ficcional e na intermediação da representatividade do universo feminino, enquanto um campo de multiplicidades. Desta maneira, reconhecemos a participação das mulheres na operacionalização da linguagem literária, em sua perspectiva oralizada. Nas civilizações predispostas à tradição oral, a exemplo de Gana, apresentam-se contadoras de histórias, as quais são reconhecidas como personalidades proeminentes da memória histórica, a protagonizarem a transmissão de enredos orais menos rebuscados, propagados no momento em que executavam as atividades cotidianas, como cantos de trabalho e cantigas de ninar. Nas celebrações lúgubres,

vanguardista de expressão das cartografias dos corpos e das filosofias da existência sociocomunitária da mulheridade africana. Portanto, subscreve-se o interesse em codificar as percepções de personagens, impelidos à anulação de suas realidades metafísicas e delimitados como potenciais de impacto suplementares ao desdobramento do Estado moderno, sotoposto à atmosfera de transição da vigência das configurações imperialistas às gestões nacionalistas acentuadas, por vezes, na regulamentação governamental de práticas circunstanciais, motivadas por pretensões de ordem exclusivista⁴⁹, sobre os recortes historiográficos e as metamorfoses políticas confrontadas aos seus esboços cotidianos.

Intentou-se a realização do diálogo sobre a Outridade, como aspecto intrínseco à ordem pós-colonial. Os africanos que, naquelas circunstâncias, usufruíam da capacidade de racionar as decisões governamentais, eram acionados a aperceberem-se da atmosfera de comutações, as quais não deveriam contê-las a pretextos exógenos, entretanto, eram instados a tomar nota dos conflitos que se desenvolviam no cerne das estruturas geográficas locais. Deflagrou-se o deslocamento de razões adventícias, às quais se recorriam a fim de justificar o desfecho de instabilidades concernentes às esferas excetuadas das articulações imperialistas das lideranças difusoras do expansionismo ultramarino.

As inferências que determinam a aproximação das textualidades suscitadas por mulheres, a apropriarem-se da ambiência ficcional com o propósito de reportarem-se a signos e representações sociais responsabilizados a prescindir manifestações, as quais corroboram a desconstrução e reformulação dos aforismos geopolíticos, com o princípio da outridade, sinalizam o envolvimento de sujeitos considerados vetores orientados pela inhomogeneidade cultural nos desdobramentos dos suportes territoriais correlatos às suas origens. A respeito da consciência de perceber em outro seguimento individualizado a consolidação da prática comunitária, pontuamos que fora utilizado como potencial estratégico pela autoria feminina com o desígnio de inserir-se no quadro de idealizadores dos arquivos de regras empreendidos nas esferas estatais e nos grupos étnicos.

nos nascimentos de crianças e batismos, assim como nos rituais de passagens da vida das meninas e mulheres, exigiam-se composições com regras mais complexas. Prima-se pela linguagem sofisticada e apuro estético (Sutherland-Addy; Diaw, 2007, p. 42-43; Finnegan, 2012, p. 375-376). Antes das tramas gráficas, existia a difusão de contos, enigmas e provérbios. No entanto, a exposição de certos gêneros e temas era atribuída aos homens. Apesar das mulheres serem conhecedoras dos registros históricos e genealogias locais, o relato de epopeias estava restrito aos tradicionalistas de sexo masculino.

⁴⁹ Provoca-se um protecionismo masculino.

De modo simultâneo ao sentimento de empatia, introduzido nos padrões ficcionais como mecanismo político, a restabelecer a circulação de expressões sociais submetidas ao limbo, conferido pelos axiomas socioculturais em vigência, manifesta-se a outremização sistêmica. Atribuímos a este imperativo, identificado por ser atributo ideológico de ação segregacionista, a função de cumprir com a subsistência de paradoxos, os quais são facultados para sustentar a ideia dos preceitos universais, portanto, determinados ao efetivo exercício nas camadas sociais. Sendo assim, explicitamos, conforme os esclarecimentos de Toni Morrison, registrados na obra *A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura* (2019, p. 12), que manter categorias destituídas dos parâmetros hegemônicos, em contextos de vulnerabilidades, é estratégico à observância dos autoritarismos e das entidades que os legitimam.

Toni Morrison acrescenta (2019, p. 12) que as diretrizes de diferenciação estão relacionadas ao poder e a necessidade de controle. Gênero, raça, classe social, pertencimento étnico-geográfico e estética corporal são alguns dos coeficientes utilizados neste processo de fragmentação, a outremização proporciona um conforto social, psicológico e econômico aos códigos preeminentes (Morrison, 2019, p. 20). Considera-se que por meio de um movimento de fetichização do Outro, outorga à parte privilegiada o contexto isolado, único, considerado por seus atores como mais forte. Por intermédio de uma interpretação humanística, a ensaísta norte-americana assegura que aquele que busca multidão, com o objetivo de potencializar a capacidade de censura, é sempre o solitário (2019, p. 20).

Sob este raciocínio, denotamos a predisposição em categorizar os que desafiam as narrativas subvencionadas pelo conservadorismo civilizacional como inimigos, não pertencentes ao clã, portanto, portadores de aptidões frágeis, deficientes e vulneráveis, os quais demandam a regulação de suas *práxis* (Morrison, 2019, p. 12).

Às escritoras e aos inventivos literários precursores fora condicionado o desígnio de fomentar o desequilíbrio da ordem comunitária, a partir de razões pouco aprofundadas. Ressaltamos que as epistemes constituídas pelo imperativo masculino reconheciam o exercício criativo dos componentes femininos enquanto produções reservadas a interesses restritos. Deste modo, a eximirem-se do aprofundamento dos dispositivos coletivos, a instigar o conflito entre os gêneros e contrapor o regime de reconhecimento natural e

cultural do sexo masculino, enquanto provedor do bem-estar coletivo, de efetividade secular⁵⁰.

Asseguramos que as autoras da geração pós-independentista, a delimitar a produtividade poética nas décadas de 60 e 70, momento em que a participação feminina consolidou-se frente ao exercício literário em África, aderiram à retórica da desconstrução das cartografias culturais engendradas pelo desempenho patriarcal e preconizaram a discussão a respeito dos mapas econômicos, a distanciar as mulheres de atribuições prestigiadas no mercado de trabalho e quando por estas eram desempenhadas, abnegavam-se os benefícios conferidos à atuação cisheteropatriarcal.

De forma simultânea ao progresso dos códigos literários assentidos na/pela criatividade das mulheres africanas, formulou-se o desdobramento de considerações críticas acerca das lacunas anuídas pelo desfecho colonial e reiteradas por vetores nacionalistas a partir do decréscimo administrativo das nações europeias, assim como atentou-se às reconfigurações do desempenho neocolonial aportados em constitutivos econômicos e na deliberação da política externa, no vigorar do exercício governamental dos seguimentos estatais aborígenes (Davies, 2017, p. 120).

Portanto, o agenciamento deste corpo crítico ajustou-se nas interpretações da natureza literária das escrituras, a enfatizar a autoria, os coeficientes estéticos e éticos intrínsecos aos panoramas socioculturais nativos. Explicitou-se a parcialidade de epistemes norte/globais, de gnoses teórico-analíticas e expressões literárias suscitadas nos ideários ex-colonizados, com o propósito de reconsiderar o componente identitário ancestral, por uma perspectiva interna, a determinar a emancipação dos sistemas autocráticos, os quais destituem o desempenho feminino nas manifestações de resistência, em recusa aos autoritarismos difundidos pelos códigos imperialistas e minoram suas contribuições para o desenvolvimento do Estado moderno (Martins, 2011, p. 121). Deste modo, os subsídios crítico-analíticos sistematizam percepções unilaterais, empreendidas por propósitos dicotômicos, no que se refere aos interesses dos indicativos eurocêntricos e das denominações africanas, todavia, compuseram-se, de maneira ajustada, a validar a performance masculina no contexto social e no imaginário criativo das letras africanas.

⁵⁰ Por seu turno, Ama Ata Aidoo observa que estas considerações, a respeito da vigência feminina no quadro intelectual e ficcional de África, são reproduções da negligência e desconsideração que a mulher, em geral, do contexto sul-oriental, estão condicionadas, em sua prática cotidiana (James, 1990, p. 08; Kumah, 2006, p. 06).

Carole Boyce Davies, no ensaio designado “Feminist Consciousness and African Literary Criticism”⁵¹ (2017, p. 121-122), constatado como componente discursivo da antologia *Women in culture: an intersectional anthology for gender and women’s studies* (2017)⁵², ressalta que a consciência crítica da literatura africana de autoria feminina difundiu-se em um ritmo de engajamento análogo⁵³ às considerações analíticas progressistas correlatas às atribuições literárias do continente, de modo que esta sustentou-se nos preceitos da descolonização étnico-nacionalista e a crítica feminista projetou-se na rasura do lugar-comum, determinado pelos vetores colonialistas às margens do terceiro-mundo não alinhado às geopolíticas eurocêntricas, e na revisão da hegemonia autoral e reverberação da estética inclinada à ascensão patriarcal. Afirmamos que o escopo crítico explanado perscruta o objeto ficcional, sem isentá-lo do contexto de produção:

African feminist criticism is definitely engaged criticism in much the same way as progressive african literary criticism grapples with descolonization and feminist criticism with the politics of male literary dominance. This criticism therefore is both textual and contextual criticism: textual in that close reading of texts using the literary establishment’s critical tools is indicated; contextual as it realizes that analyzing a text without some consideration of the world with which it has a material relationship is of little social value. So the dichotomy between textual and contextual criticism the perennial argument about form and content, common in literary circles finds some resolution here (Davies, 2017, p. 121-122)⁵⁴.

Destarte, as cenas da literatura africana, a definir o cânone e seus códigos nacionalistas, marcaram-se pela projeção do agente masculino, a repercutir no panorama analítico, suscetível à apreciação de enredos tradicionais e a reservar-se de leituras

⁵¹ Consciência feminista e a crítica literária africana (Tradução nossa).

⁵² *Mulheres na cultura: uma antologia interseccional para os estudos de gênero e mulheres* (Tradução nossa).

⁵³ A autora argumenta que a crítica correlacionada à perspectiva feminista possui, em seu *modus operandi*, distinção analítico-argumentativa, potencialmente, similar às intervenções da crítica progressista, portanto, não deveria ter a aplicabilidade social minorada.

⁵⁴ A crítica feminista africana é definida como crítica engajada da mesma maneira que a crítica progressista da literatura africana luta com a descolonização e a crítica feminista com as políticas de dominação literária masculina. Essa crítica, portanto, é tanto textual quanto contextual: textual na medida em que é indicada a leitura atenta de textos utilizando as ferramentas críticas do estabelecimento literário; contextual na medida em que percebe que analisar um texto sem alguma consideração do mundo com o qual ele tem relação material, tem pouco valor social. Portanto, a dicotomia entre crítica textual e contextual, o argumento perene sobre forma e conteúdo, comum nos círculos literários, encontra alguma solução aqui (Tradução nossa).

alternativas (Martins, 2011, p. 119). A respeito das observações citadas, Lloyd Wellesley Brown, em *Women Writers in Black African*⁵⁵ (1981, p. 03), assegura que:

[...] a literatura africana tem que ser entendida como uma literatura escrita por africanos homens, pois o interesse na literatura africana, com raríssimas exceções, excluiu as mulheres escritoras. As mulheres escritoras da África são as outras vozes, as vozes não ouvidas, raramente discutidas.

Para o autor, apesar do reconhecimento atual auferido, os efeitos das conjecturas criativas de escritoras deste cenário geográfico, foram condicionados ao limbo da *práxis* argumentativa (Soares; Carbonieri, 2016, p. 03). Nesta perspectiva, recordemos das observações de Ama Ata Aidoo, as quais enfatizam um episódio ocorrido, em 1985, momento em que a autora ganesa assistiu a uma apresentação acerca das literaturas africanas, presidida por um estudioso. Conforme Aidoo, até o final de sua explanação, o pesquisador não fez menção à voz autoral feminina. Ao ser interpelado pela postura assumida, redarguiu ser uma performance comum. A literata ganesa elucida:

Eu quis morrer. É natural esquecer que uma parte da literatura africana moderna foi produzida por mulheres? Por que deveria isso ser “natural”, esquecer que algumas escritoras africanas têm escrito e publicado há tempos, assim como alguns escritores africanos homens? (Aidoo, 2009, p. 514).

Ama Ata Aidoo esclarece que a circunstância registrada não sucede como fato contingente e o conferencista não foi o único a esquecer das escritoras e de suas produções, mas alguém que admitiu ao público. Com isso, afirmamos que os agenciadores dos debates críticos propagaram a ideia da inexistência autoral feminina e se existia, não merecia o mérito do exercício analítico (Soares; Carbonieri, 2016, p. 03).

Ao seguir o raciocínio de Lloyd W. Brown (1981, p. 03), Florence Stratton (1994, p. 01) afirma que os críticos “têm ignorado o gênero como uma categoria social e analítica”⁵⁶. A supressão designada ao quadro poético em evidência deriva-se da

⁵⁵ Escritoras na África negra (Tradução nossa).

⁵⁶ Florence Stratton (1994, p. 06), no livro *Contemporary African Literature and the Politics of Gender* (Literatura Africana Contemporânea e as Políticas de Gênero-Tradução nossa), faz menção ao serra-leonino Eustace Palmer, pois, em *An Introduction to the African Novel* (Uma introdução ao romance africano-1972), considerado um dos livros pioneiros da crítica literária africana, o autor faz referência, apenas, à Flora Nwapa. No entanto, a designá-la como romancista inferior (Soares; Carbonieri, 2016, p. 07). Nestes termos, a pesquisadora indica os críticos Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffin; Abdul R. JanMohamed, Fredric Jameson e Ngũgĩ wa Thiong'o, os quais estabeleceram as Literaturas africanas/Pós-coloniais/ e de terceiro-mundo. A demonstrar que Ashcroft, seus companheiros de pesquisa e Jameson

valorização das razões macropolíticas. Compreendemos que os pressupostos macropolíticos são aspectos de natureza coletiva, os quais movimentam os estratos sociais, a exemplo dos estratagemas administrativos, indicadores econômicos, sobreposição cultural, antagonismo entre as esferas étnicas, movimentos de independência, guerras civis e convicções religiosas, etc. Desta maneira, os recursos concatenados ao cotidiano feminino, por vezes, são atribuídos como menores. Isto se deve ao fato de as mulheres ocuparem espaços de pouca frequência na ordem macropolítica (Martins, 2011, p. 121; Stratton, 1994, p. 09).

De acordo com Stratton (1994, p. 07) os pesquisadores interessados no legado poético de África, ao implementarem seus registros avaliativos e ensaios, explicitaram o contexto situacional das mulheres, todavia, desobrigaram-se dos motivos que as situaram nestas circunstâncias. Delimitou-se a atmosfera literária à produção, exclusivamente, masculina; sem haver questionamento a respeito (Stratton, 1994, p. 09).

Argumentamos, respaldados nas atribuições teóricas de Stratton (1994, p. 07), que a dinâmica da colonização não consiste como processo neutro à perspectiva de gênero. De forma contrária, constituiu-se enquanto ordem patriarcal, portanto, sexista, e de condição racista, retratada por meio das concepções e comportamentos. As averiguações explicitadas sinalizam o contexto de subalternização da mulher em relação à base patriarcal, reforçada com o colonialismo. Destarte, denotamos que o agente feminino pré-colonial lograva de um quadro de liberdade mais flexível que suas descendentes colonizadas (Petersen, 1984, p. 39; Stratton, 1994, p. 36). Diante do exposto, elucidamos que a mulher africana esteve submetida a formas de arbitrariedade articuladas: a segregação racial deliberada pela lógica colonial e as entidades adventícias e indígenas de dominação masculina.

Neste sentido, ao pensarmos na pós-colonialidade, em sua configuração ética e estética da produção de enredos, com o propósito de revisar as alegorias coloniais, inquirir constructos culturais, políticos e econômicos, ao obliterar as discussões de gênero, implica-se no debate parcial do pragmatismo colonialista e de seus matizes. A ausência de atenção crítica favoreceu, neste primeiro momento, à exclusão das textualidades femininas e, com elas, suas memórias históricas (Soares; Carbonieri, 2016, p. 04;

analisaram a categoria da colonialidade, Thiong'o privilegiou o estudo de classes e JanMohamed o fator racial. Entretanto, nenhum abordou o gênero como distintivo sociopolítico relevante à discussão (Stratton, 1994, p. 06). Escritoras como Ama Ata Aidoo (Gana), Bessie Head (África do Sul/Botswana), Buchi Emecheta (Nigéria), Efua Sutherland (Gana), Flora Nwapa (Nigéria) e Mariama Bâ (Senegal) dispunham publicação de suas obras na época.

Fonchingong, 2006, p. 136). Sabemos que a legitimação teórico-analítica de uma obra é imprescindível à sua recepção pública e agenciamento social e ocorre como estratégia de revisão argumentativa acerca do resultado do desempenho criativo e reflexivo de seu criador (Soares; Carbonieri, 2016, p. 04). Flora Nwapa pondera que “todo artista prospera na polêmica, então, você estará matando a escritora se nem mesmo falar sobre ela” (*apud* James, 1990, p. 02). Por seu turno, Ama Ata Aidoo ressalta:

O material que escrevemos merece ser olhado e julgado a sério, como aqueles escritos pelos nossos colegas do sexo masculino, porque o próprio ato de criar nos custou muito caro. Isso tampouco deveria ser estranho ou difícil de acreditar, uma vez que cada artista/escritor sofre ao produzir (Aidoo, 2009, p. 517).

A romancista fante-ganesa, em suas contribuições reflexivas, reforça que ao componente apreciador da arte ficcional, cabe-lhe aplicar “o melhor de si, em tempo e atenção, bem como todo o peso de sua inteligência à literatura feminina” (*apud* Kumah, 2006, p. 06).

A legenda segregacionista também se encontra sistematizada nos signos literários (Fonchingong, 2006, p. 135). Formularam-se personagens masculinos, vetores da arbitrariedade sexista, os quais estão definidos por sua posição de domínio na ambiência particular e em suas fronteiras sociais. No entanto, a atuação feminina seguiu-se assistida por estereótipos estabelecidos no senso comum patriarcal, a designá-la como sujeito periférico e participativo de um imaginário frágil e em ascensão contínua, a exigir a presença masculina, com o propósito de auferir o progresso, em suas relações sociais (Kumah, 2006, p. 16; Fonchingong, 2006, p. 135).

Argumentamos que a percepção do quadro patriarcal autóctone, discorrida sobre as mulheres, inscreveu-se de maneira correlata à compreensão e ação eurocêntrica no que diz respeito ao estrato geográfico reportado. Ao perscrutar a temática e o desenvolvimento literário da sua pátria de origem, Flora Nwapa evidencia que:

[...] os escritores nigerianos homens, como Chinua Achebe, Cyprian Ekwensi, Wole Soyinka, J. P. Clark e Elechi Amadi, em todas as suas obras anteriores, têm minimizado o poderoso papel das mulheres. Ao contrário de Peter Abraham e Ousmane Sembène, os escritores nigerianos homens têm, em muitos casos, retratado as mulheres de forma negativa ou na sua subordinação aos homens. Jagua Nana de Ekwensi é uma prostituta; Amope de Wole Soyinka é uma mulher incessantemente irritante que torna a vida intolerável para o marido (Nwapa, 2009, p. 528).

Denotamos que as lacunas subsistidas no panorama literário, idealizado por escritores africanos, no que se relaciona à *persona* da mulher aborígene, implementaram-se em razão do sentido de complementaridade inferido a esta. Charles Fonchingong (2006, p. 137) explicita que as artes africanas se respaldaram em mitos e crenças, em sua estrutura fundacional, a suscitar justificativas à desigualdade de gênero no roteiro artístico. Neste sentido, a manifestar “consonância rígida com o ‘mito de Adão’, que considera a mulher mais como um complemento do homem, do que uma entidade existencial por si mesma” (Fonchingong, 2006, p. 137).

Portanto, o espaço designado à representação feminina nos repertórios predispostos à ênfase dos contextos tradicionais, está marcado pelo choro, pelo ato de preparar uma refeição e no oferecimento do sexo, a incidir no matrimônio, maternidade e prostituição, ou na possibilidade de se tornar uma sucinta comerciante (Fonchingong, 2006, p. 135; Petersen, 1984, p. 39-40). As circunstâncias apresentadas aportavam os agentes femininos nos limites da tradição patriarcal.

Charles Fonchingong (2006, p. 2006, p. 137), ao reforçar as considerações investigativas, elucida que aos autores competiam-lhe apresentar “personagens femininos nem como vitoriosos, nem como vítimas, mas como companheiros na luta nacionalista”. Nesta perspectiva, recordemos das atribuições reflexivas de Paulina Chiziane, sob o título *Eu, mulher...por uma nova visão do mundo*, na qual a autora moçambicana afirma que as mulheres não podem estar resignadas ao belo e amoroso, contudo, devem ser reconhecidas, também, como feras poderosas (Chiziane, 2018, p. 23).

Destarte, Flora Nwapa, por uma interpretação diacrônica da escrita africana, a refutar o protótipo textual nacionalista e estabelecer distinções da autoria feminina, argumenta que:

[...] as mulheres são sólidas e superiores. Não são apenas esposas e mães, mas comerciantes bem-sucedidas que cuidam de seus filhos e de seus maridos muito bem. Elas são muito conscientes de seu papel de liderança em suas famílias, bem como na igreja e no governo local (Nwapa, 2009, p. 528).

Susan Arndt, na proposta crítico-investigativa designada *The Dynamics of African Feminism: defining and classifying african-feminist literatures* (2002), apresenta-nos o estudo das composições ficcionais e suas relações com os distintivos feministas. De

acordo com a percepção analítica da autora referenciada, o fator estético, intrínseco à esfera da linguagem ficcional, articula-se ao ideário reflexivo com o intuito de promover a atmosfera dialógica acerca das incompatibilidades sexistas e resistência das máximas tradicionais às mutabilidades procedentes do contexto moderno (Arndt, 2002, p. 71). Ao ser considerado o perfil de submissão circunstanciado às mulheres pelos estratagemas institucionais, enquanto elementos propagadores da agenda falocêntrica, observa-se as variantes coercitivas, as quais configuram-se no estreitamento da apreensão das corporeidades femininas, na unilateralidade matrimonial, como experiência social submetida à subjetividade feminina, a medida que ao homem reservava-se preceitos de caráter menos judicativo, nas limitações das oportunidades no campo profissional e outros aspectos, a incidir nas dissidências de gênero no contexto africano⁵⁷.

Susan Arndt recorre ao signo Literatura Afro-feminista para denominar as produções e perscrutar os elementos que as caracterizam nestes termos, a considerar os registros argumentativos de Ama Ata Aidoo, na qual a autora da República do Gana, aludida por Arndt (2002, p. 71), pondera que:

Não protestarei se você me chamar de feminista. Mas não sou feminista porque escrevo sobre mulheres. Escritores homens são chauvinistas masculinos só porque escrevem sobre homens? Ou um escritor é um nacionalista africano apenas por escrever sobre os africanos? Ou um revolucionário por escrever sobre a humanidade pobre oprimida? Obviamente não...nenhum escritor, mulher ou homem, é feminista apenas por escrever sobre mulheres.

De acordo com a perspectiva discursiva de Ama Ata Aidoo e a abordagem analítica de Arndt, registramos que a proposta da arte literária afro-feminista se manifesta na condição de apresentar-se como escopo à reflexão dos conflitos sublinhados na relação dos gêneros e prerrogativas patriarcais, as quais outorgam os impasses sociopolíticos, conjecturas culturais e estereótipos sexistas que a mulheridade africana, enquanto categoria social e identitária, enfrenta no desfecho cotidiano. Neste sentido, aborda-se, no imaginário ficcional, causas e consequências do essencialismo falocêntrico, a subscrever-se no exercício do debate reflexivo e ponderação crítica destes elementos (Arndt, 2002, p. 71). Explicitamos, legitimados por Susan Arndt (2002, p. 71), que o feminismo

⁵⁷ Indicamos a leitura dos textos *The Bride Price* (1976), *The Joys of Motherhood* (1979), da nigeriana Buchi Emecheta, com publicação no Brasil e da obra *Les arbres en parlent encore* (2002), de Calixthe Beyala, entre outros.

empreendido na ação poética intenciona perturbar a matriz de dominação existente, superá-la e melhorar a situação da mulher aborígene.

Portanto, sublinhamos que a performance crítica, assinalada nos recortes ficcionais, realiza-se de maneira peculiar ao absolutismo da entidade patriarcal e subalternização feminina, como pode estabelecer relações com outras formas de opressão, desigualdade e comportamentos segregacionistas (Arndt, 2002, p. 71).

As narrativas afro-feministas remetem-se ao homem como potencial aliado, apresentam possibilidades de resistência às expressões de subordinação política, cultural, econômica e de gênero, a denotarem maneiras de realizá-las. Diante das constatações descritas, acentuamos que a *práxis* da autoria feminina delimita-se nas perspectivas reformista, transformadora e radical, as quais se designam enquanto experiências de interpretação e produção estético-literárias.

Os distintivos poéticos singulares ao enfoque reformista, também reconhecidos como “produções nego-feministas ou textos do feminismo das negociações” (Arndt, 2002, p. 74-75), por uma crítica parcial, censuram os aforismos sociais e concepções individuais, legitimados pelo patriarcado, em sua compreensão histórica ou espectro moderno, a discriminar as mulheres e impedi-las de sua autorrealização. As escritoras reformistas afro-feministas procuram negociar com a sociedade patriarcal, com o objetivo de incluir o sujeito feminino nas instituições de natureza sociopolítica e conquistar outro escopo para as mulheres, no entanto, reconhecem a hegemonia masculina como aspecto peculiar de sua sociedade, enquanto fator imprescindível. Deste modo, geralmente, os textos possuem um desenlace positivo e a crítica conferida aos homens, distingue-os como referências individuadas e não enquanto representantes da configuração do chauvinismo paternalista (Arndt, 2002, p. 75). A prosa de Ifeoma Okoye, a exemplo de *Behind The Clouds* (1982) e os romances *The Graduate* (1980), de Grace Ogot, *Efuru* (1966) e *Idu* (1970), de Flora Nwapa, elucidam a produção reformista.

A produção literária idealizada sob a proposta do feminismo transformador enuncia, em seus enredos, a crítica às estruturas sociais, as quais estão predispostas à preservação da ação hegemônica masculina (Arndt, 2002, p. 76). Sendo assim, os textos desdobram-se pela exigência de inferir a reflexão do imaginário africano, a demonstrar que a transformação das conjunturas sociais e seus espaços de poder torna-se imprescindível à reorganização do Estado moderno, nas fronteiras da globalização. A crítica propiciada aos comportamentos discriminatórios dos homens apresenta-se como dinâmica de contestação ao sistema social, a prescindir o segmento individuado, por uma

“percepção mais aguda, direta e complexa dos fatos” (Arndt, 2002, p. 76). Destarte, observamos que a cumplicidade masculina assentida nas práticas de dominação de gênero imprime-se enquanto produto da *práxis* patriarcal. Os textos, os quais ilustram esta vertente da literatura afro-feminista, enfatizam o gênero, enquanto subsídio discursivo, todavia, podem apresentar mecanismos de opressão articulados. De acordo com Susan Arndt (2002, p. 77), citamos as narrativas de Mariama Bâ, Buchi Emecheta, Tsitsi Dangarembga, Wanjira Muthoni, Akachi Adimora-Ezeigbo, entre outras escritoras que constituem a literatura africana transformadora.

Elucidamos, nestes termos, que os textos radicais afro-feministas caracterizam-se por acentuar a crítica aos códigos tradicionais e refutar a performance patriarcal enquanto mecanismo a impossibilitar a sociabilidade feminina. Portanto, os personagens masculinos, os quais se revelam nas tramas ficcionais, definem-se pela adesão à prática misógina e sexista. A representação ficcional masculina, a qual se distancia do arquétipo hegemônico⁵⁸, delimita-se pela inaptidão para concretizar os propósitos pessoais e morte temporã; a realçar a fragilidade como premissa do ideário feminino (Arndt, 2002, p. 77).

Ressaltamos que, enquanto nos recortes literários reformistas e transformadores acusa-se a esperança em ter o homem africano como potencial aliado e estão constituídos na convicção de que as relações de subjugação de gênero poderiam ser superadas, a literatura afro-feminista radical dá ênfase ao desfecho trágico, a auscultar uma possível ascensão da mulher autóctone, mesmo que parcial. Conforme Susan Arndt (2002, p. 77), “uma perturbadora falta de alternativas e pessimismo” manifestam-se como recursos discursivos. Os mecanismos textuais evidenciados, segundo a abordagem investigativa da autora em destaque, associam-se aos significantes socioeconômicos e raciais. Averiguemos o fragmento analítico a seguir:

[...] Uma perturbadora falta de alternativas e perspectivas distinguem estes textos. Muitas vezes, isso está relacionado ao fato de que as personagens femininas desses textos também são oprimidas e sofrem por causa, por exemplo, de sua identidade socioeconômica e/ou racial. Assim, a questão do gênero costuma ser combinada com o exame de outros mecanismos de opressão. Os homens, no entanto, nem mesmo são descritos como aliados na luta contra essas formas de opressão. Esses textos mostram um pessimismo devastador, negando

⁵⁸ Compreendemos, nesta perspectiva, como protótipo dominante, a masculinidade legitimada pela imposição da força física, por identidades alinhadas aos contextos de guerra, a estabelecerem a violência enquanto dispositivo à ascensão social e a eximirem-se do diálogo nas relações comunitárias.

fundamentalmente qualquer esperança de uma transformação das relações de gênero vigentes⁵⁹ (Arndt, 2002, p. 77-78).

Os contos que constituem a antologia *They've Destroyed the Temple*⁶⁰ (1992), as prosas romanescas *C'est le soleil qui m'a brûlée* (1987) e *Tu t'appelleras Tanga* (1988), da escritora franco-camaronesa Calixthe Beyala, assim como a obra de Nawal El Saadawi, denominada *Woman at Point Zero* (1975), situam-se como indicativos poéticos afro-feministas radicais⁶¹.

As averiguações expostas se concretizam pela relação do agenciamento feminino, enquanto intermediador das metamorfoses que decorrem nos campos da vida cotidiana, com as ordens geográficas de pertencimento. O debate se firma em analisar a intensidade da apropriação conceitual e representação ideológica do feminismo, nos múltiplos setores das sociedades africanas, através dos personagens presentes nos planos ficcionais, na relação dos mesmos com as dinâmicas culturais, do plano estético das obras e, consequentemente, das referências linguísticas como parte fundamental para enfatizar o signo da mulheridade e a forma como está identificado, seja por meio de distintivos que implicam à repressão nos espaços domésticos ou no trânsito comunitário, e sinalizados por comportamentos de subversão e ruptura com as engrenagens de colonização em efetivo exercício.

Levamos em consideração que as implementações analíticas de Susan Arndt consistem na inspeção de arranjos ficcionais e de seus objetos temáticos. Entretanto, reconhecemos que não foi reportado ao feminismo um debate mais acentuado do sentido ideológico e político que este imperativo epistemológico empreende, nas ressignificações das sociabilidades identitárias situadas nos trópicos sul-orientais, e de sua importância para o aperfeiçoamento das teorias pós-coloniais, na relativização das fronteiras culturais e de gênero.

⁵⁹ Tradução nossa. [...] A disturbing lack of alternatives and perspectives distinguishes these texts. This is often tied to the fact that the women characters in these texts are also oppressed and suffer because of, for example, their socio-economic and/or racial identity. Thus, the gender question is often combined with an examination of other mechanisms of oppression. Men, however, are not even depicted as allies in the struggle against these forms of oppression. These texts display a devastating pessimism, fundamentally denying any hope of a transformation of prevailing gender relations (Arndt, 2002, p. 77-78).

⁶⁰ Obra editada pelas autoras quenianas Elizabeth Akinyi Nzioki, Muthoni Karega e Wanjiku Mukabi Kabira.

⁶¹ Interessa-nos esclarecer que a desenvoltura literária de uma escritora, assim como o resultado de seu exercício criativo, não se define por uma abordagem estática. Neste sentido, as experiências poéticas podem sinalizar peculiaridades das múltiplas matrizes afro-feministas realçadas. Contudo, a vertente feminista afro-transformadora destaca-se por apreender um quadro superior de vozes autorais e pressupostos ficcionais.

No tocante do feminismo em África, podemos defini-lo como experiência social, marcada pela prática discursiva e da promoção da consciência política-ideológica, que aborda, de forma singular, as condições e demandas cotidianas de mulheres que residem nos múltiplos estratos geográficos deste continente. O feminismo faz parte do mapeamento histórico do segmento feminino, pois, desde o irromper dos movimentos de emancipação das atmosferas nativas de suas metrópoles coloniais há registros de mulheres a lutar, ao lado de seus homólogos masculinos, pela autonomia estatal e efetividade dos direitos desta parcela marginalizada. A título de ilustração, ícones feministas como Charlotte Maxeke, que no ano de 1918 fundou a Liga das Mulheres Bantu na África do Sul, Huda Sharaawi, idealizadora da União Feminista Egípcia, no ano de 1923, da ativista e escritora queniana Wambui Otieno e da educadora e política nigeriana Funmilayo Ransome-Kuti, entre outros, estiveram na linha de frente, em oposição ao imperialismo e às máximas patriarcais.

Grosso modo, em consonância aos aparatos explicativos da nigeriana Minna Salami, bacharel em ciências políticas e defensora dos direitos da mulheridade africana, o feminismo se caracteriza pelo ativismo de base e nas instâncias intelectuais, as quais articulam as agendas políticas, ideológicas, culturais e no fomento da legislação, a incidir no fluxo cotidiano, que se revela com o intento de:

Reduzir a pobreza, na prevenção da violência e preservação dos direitos reprodutivos, interessa-se pelo estilo de vida, a cultura popular, os meios de comunicação e a arte. Se por um lado ele confronta a criação dos mitos patriarcais, por outro nos desafia a lidar com estereótipos racistas, portanto, utiliza das esferas ocupacionais, bem como organizações feministas, a exemplo do African Feminist Forum e o African Gender Institute, a instigar a promoção do conhecimento e da criatividade para mudarem as situações que afetam negativamente as mulheres (Salami, 2017, p. 04-05).

Reconhecemos que a África está organizada por conjunturas plurais, por esta razão, prescinde percepções que traduzem suas entidades sociopolíticas em monólitos cristalizados na homogeneidade. Aplicar leituras que tencionam compreender as dimensões africanas pelo prisma da universalidade é uma estratégia incongruente, visto que as próprias instâncias étnicas, a compor os panoramas macronacionais, consistem-se na diversidade religiosa, com posicionamentos culturais, filosofias existenciais, valores, concepções de mundo, lideranças administrativas e sistemas econômicos díspares. O conhecimento pautado nas bandeiras geopolíticas em discussão exige-nos um escrutínio

teórico-analítico interdisciplinar e baseado na multiplicidade de seus códigos identitários. Em linhas de raciocínio análogas, explicitamos que o feminismo africano se projeta no trânsito da complexidade de seus itinerários sociais, nestas condições, faculta-nos possibilidades alternativas com o propósito de se pensar a mulher autóctone e revisitar os arquétipos subvencionados pelas performances patriarcais, assim como apurar os dispositivos de resistências despontados no exercício de enfrentamento de axiomas sexistas, a partir da premissa de elucubrar mecanismos com a finalidade da ascensão e inserir as mulheres nos vários setores das sociedades africanas, a lograr de posições que lhes permitam experimentar suas subjetividades e forjar, em coexistência às intervenções do expoente masculino, os códigos governamentais conferidos às realidades aborígenes.

Por entender que a experiência feminina não sucede de maneira autônoma ao meio de origem, insta-se a ressignificação de erudições teóricas e das propostas metodológicas que auscultam o gênero, enquanto recurso temático, de aportes feministas ocidentais e de outros fomentados nas estruturas nativas, que não dão conta das análises contextualizadas nos matizes continentais de África. Diante do exposto, reportamo-nos ao *Motherism*, teoria conceitual que “[...] congrega e incorpora as noções de maternidade, natureza e sustento (Acholonu, 1995, p. 110), proposta pela nigeriana Catherine Obianuju Acholonu; ao *Femalism*, elucidado por Chioma Opara, a reforçar a ideia de homens e mulheres, enquanto potenciais aliados, na construção de conjecturas africanas igualitárias, e a refutar proposições ocidentais que vislumbram de posicionamentos radicais com relação ao casamento e à maternidade; apresentamos o *Gynism*, cunhado pela filósofa e feminista africana Pauline Marie Eboh que, no ensaio denominado *Aetiology of Feminist, Womanist, Femalist and Gynist Philosophy*⁶² (1999), argumenta a igualdade entre os sexos correlacionada ao pensamento bíblico-cristão, sob a ótica da interdependência, ratificada nos relatos bíblicos da criação, a evidenciar Eva e Adão como protagonistas da proposta de complementaridade.

Por seu turno, a crítica nigeriana Molar Ogundipe-Leslie explicita o *Stiwanism*⁶³ como objeto discursivo e atributo metodológico comprometido com o imaginário feminino, de modo que prioriza as demandas da mulheridade africana no contexto da modernidade, sem descurar da tradição, interpretada como aparato da memória coletiva. Ao almejar uma discussão legitimada por componentes internos, Ogundipe-Leslie

⁶² *Etiologia das Filosofias Feminista, Mulherista, Femalista e Ginista* (1999). Tradução nossa.

⁶³ O termo advém da abreviatura STIWA, a qual indica *Social Transformation Including Women in Africa* (Transformação Social Incluindo as Mulheres na África, em uma tradução livre).

persevera no respeito aos costumes indígenas e considera que as relações de gênero não devem ser negligenciadas no percurso das transformações sociais e, para que isso aconteça, precisa-se do engajamento de homens e mulheres.

Apreciações críticas, citamos os posicionamentos de Sunday Bamisile (2013, p. 268-269), asseguram que as contribuições do *Femalism*, de Chioma Opara, e do *Gynism*, urdido por Pauline Eboh, foram de pouco impacto para o ativismo feminista africano. Na perspectiva do estudioso, as teóricas apresentam colaborações que resultam na divergência do signo Feminismo Ocidental como significante absoluto e aplicável às atmosferas multifacetadas, nas quais estão localizadas as corporeidades do feminino e contrastam roteiros discursivos radicais que ao dedicarem-se na minimização de práticas patriarcais reducionistas, conferem o lugar de desafeto aos homens. *In verbis*, trata-se de posicionamentos comuns aos desdobramentos epistemológicos, centrados nas filosofias existenciais da mulheridade em África.

É perceptível nos distintos desfechos de relativização dos conflitos de gênero, nas organizações estatais afrocêntricas, a reflexão e dissensão de paradigmas conceituais, constituídos à luz da erudição do norte-global, a fim de explorar as engrenagens do chauvinismo patriarcal. No entanto, a fomentação do quadro intelectual e constructos analíticos e de práticas metodológicas, perfilados por potenciais instrutivos, procedentes das diversificadas paisagens socioculturais, e respaldados em percepções que vislumbram a inomogeneidade feminina se tornam fundamentais ao esboço de textos-conceitos, comprometidos com a resistência aos aparelhos de coerção deliberados pelo Estado e reproduzidos pelas diversas configurações colonizadoras, a dispor o coeficiente de gênero ao diálogo interseccional.

Nas agendas argumentativas endógenas o sexismo é fator secundário e coaduna-se aos questionamentos relativos aos índices raciais, de classe, políticas neocoloniais, maternidade, acarretamento de guerras civis, economia, religiões tradicionais, etc. A formulação de conceitos e a objeção do programa teórico euro-americano, formado a partir dos aforismos imperialistas, trata-se de um ato revolucionário e passível a mudanças. O devir-mulher pressupõe fluxo contínuo, é a capacidade de reinventar-se no curso das temporalidades históricas; os espaços nativos tecem as vivências das identidades subalternizadas, todavia, a obstinação é propriedade intrínseca à arte da articulação de roteiros que destituem o monopólio das informações. Com isso, o agente feminino revisita os quadros de poder que o acometem e empenha-se na reformulação dos cenários primitivos. O agenciamento das elucubrações feministas afrocentradas

configura a circularidade de seus propósitos, conforme as peculiaridades nacionalistas e étnicas; artífices e seus significantes ideológicos estão predispostos à lógica da complementaridade argumentativa e da promoção de reflexões implementadas nos domínios de pertença, a observarem as demandas das dimensões sociais às quais estão direcionados.

A Carta de Princípios Feministas: para as feministas africanas (2007), elaborada a partir do Fórum Feminista Africano, realizado no ano de 2006, na cidade de Acra, no país de Gana, em sentido análogo às inferências acentuadas, ao engendrar estratégias de atuação e os pressupostos basilares da entidade⁶⁴, subscreve a preservação de:

Um espírito de solidariedade feminista e de respeito mútuo com base na discussão franca, honesta e aberta sobre a diferença entre umas e outras;

O apoio, desenvolvimento, e cuidado de outras feministas africanas, juntamente com o cuidado com o nosso próprio bem-estar;

Utilizar o poder e a autoridade de forma responsável, e gerir as hierarquias institucionais respeitando todas e todos nelas envolvidos. Acreditamos que os espaços feministas são criados para elevar e emancipar as mulheres. Em nenhum momento devemos permitir que nossos espaços institucionais se transformem em locais de opressão e enfraquecimento de outras mulheres;

Construir e expandir a nossa base de conhecimento e informações de forma contínua como alicerce para a formação de nossa análise e estratégias e para defender uma cultura de aprendizagem começando por nós mesmas dentro do movimento feminista (Fórum Feminista Africano, 2007, p. 06-11).

Isto posto, enfatizamos as perquirições analíticas da afro-estadunidense Clenora Hudson-Weems. A pesquisadora utiliza-se do termo *Africana Womanism* com o propósito de delimitar uma percepção afrocentrada, identificando-a como “uma ideologia criada e destinada a todas as mulheres de ascendência africana” (Hudson-Weems, 2020, p. 44).

Clenora Hudson-Weems mostrou-se dedicada à construção de embasamentos técnico-analíticos que respaldavam as prioridades endêmicas das pluralidades civis, integrantes das áreas mais atingidas pelas interferências das forças imperiais e das regiões remotas, negligenciadas pelos tratados políticos da colonização e pelas reinvenções autocráticas que conferem privilégio à minoria elitista e ao despotismo masculino. De modo particular, sentiu-se provocada a arquitetar uma designação genuína às ideologias

⁶⁴ O Fórum Feminista Africano, desde seu início, tem sido organizado pelo Fundo de Desenvolvimento para Mulheres Africanas.

e posicionamentos voltados à mulheridade Africana e às nuances do obscurantismo cultural, político e intelectual difundido pela operacionalização do racionalismo das potências ocidentais. O Mulherismo Africana⁶⁵ surge no interior das fronteiras em desenvolvimento, reconhecidas pela cosmovisão segregacionista como componentes nacionais de terceiro mundo e de atividades econômicas instáveis. Nestas condições, não se alinha a paradigmas conceituais desenvolvidos para atender as aspirações coletivas e os processos individuados, a trazer o protagonismo da mulher branca como pano de fundo.

Dito isto, signos contextuais do programa feminista euro-americano, com enfoque nas convicções perpetradas por sistemas hegemônicos, os quais centralizavam o poder, inclusive, intelectual, intercorreram em cenários organizados sob os axiomas do cristianismo e islã. Por consequência, as ações efetuadas pelas instituições religiosas referidas, legitimaram a degradação da comunidade Africana. É preciso aludir que os efeitos da colonização não resultaram, apenas, na dominação e usufruto de extensões territoriais alheias, contudo, ocasionaram a fragmentação das sociedades subjugadas, valorizaram a perspectiva dicotômica nos Estados-nação, validaram a atuação de um grupo seletivo e uma parcela majoritária privada de educação e recursos socioeconômicos. Em razão disso, o Mulherismo Africana defende que artifícios feministas não possibilitarão a independência, em sua totalidade, da mulheridade Africana, por estarem dissociados da identidade ancestral e não terem experienciado os impactos das organizações absolutistas, nas mesmas circunstâncias.

A dispor de funcionalidade própria, as apreciações facultadas pelo exercício crítico de Hudson-Weems preterem aproximações com os preceitos feministas emergentes das cartografias europeias ou latino-americanas, não se reconhecem como atributos complementares do feminismo negro e eximem-se de percepções que as localizam nos panoramas dos feminismos africanos, como estão determinados outros proponentes teóricos, os quais, segundo a autora (2020, p. 44), apetece a discussão dos fenômenos históricos e das adversidades acometidas aos sujeitos Africana, todavia, dispõem de construções analíticas que não apresentam soluções consistentes aos problemas presentes nas conjunturas sociais de terceiro mundo.

A crítica estadunidense argumenta que suas conjecturas teóricas não estabelecem relação com as intervenções de Alice Walker, classificada como Mulherismo. Alice

⁶⁵ No processo de escrita faremos o uso da tradução do termo em Língua Portuguesa.

Walker, na coleção de ensaios intitulada *Em busca dos Jardins de Nossas Mães* (2021), apresenta que uma mulherista é:

Uma feminista negra ou uma feminista de cor... que ama outras mulheres, sexualmente e/ou não sexualmente, aprecia e prefere a cultura das mulheres... [e quem] às vezes ama homens individualmente, sexualmente e/ou não. Comprometidas com a sobrevivência e integridade de pessoas inteiras, homens e mulheres. ... Mulherista é feminista como a púrpura é lavanda (Walker, 2021, p. 09).

Hudson-Weems recepciona com indiferença as elucubrações expositivas da feminista negra norte-americana. O excerto supracitado, conforme declara a mulherista Africana (2020, p. 43), dá ênfase ao coeficiente feminino, sua sexualidade e cultura, a distanciar-se das aspirações ideológicas assentidas em suas convicções. Ao fazer uso de recursos metafóricos, Walker confirma a relação de semelhança entre o mulherismo e o feminismo, sem haver critérios de diferenciação. Por uma abordagem interpelativa, Hudson-Weems explicita que:

O Mulherismo Africana, é significativamente diferente da feminista, particularmente em sua perspectiva e abordagem das questões na sociedade. Isso é de esperar, pois obviamente suas realidades históricas e posição atual na sociedade não são as mesmas. Mulheres Africana e brancas vêm de diferentes segmentos da sociedade e, assim o feminismo como ideologia não é igualmente aplicável a ambas (Hudson-Weems, 2020, p. 43-44).

Ao darmos sequência ao roteiro investigativo, apresentamos a autonegação, autodenominação, centralidade na família, harmonia com os homens na luta, flexibilidade de papéis, irmandade genuína entre as mulheres, força, compatibilidade masculina, respeito e reconhecimento, totalidade e autenticidade, espiritualidade, respeito aos mais velhos, adaptabilidade, ambição, maternal e nutridora como propriedades basilares do Mulherismo Africana, as quais remontam às territorialidades e à memória ancestral do continente negro. Ao serem colocadas em prática, pretende-se a continuidade do legado da tradição e o empoderamento racial centrado na família, a partir da mulheridade, enquanto griots da cultura em ambiências naturais e depois propagada às diásporas, por intermédio do povo Africana-Melaninado (Hudson-Weems, 2020, p. 151). *A posteriori* retomaremos as aptidões reflexivas apontadas e as aplicaremos como material de aprofundamento crítico nas seções dedicadas às análises literárias.

Intensificamos as ponderações reflexivas denotadas, ao reportarmo-nos à representatividade literária de Flora Nwapa e da autora ganesa Ama Ata Aidoo. As romancistas elucidadas designaram-se enquanto expoentes literários, na África ocidental, por subsidiarem, em seus escopos poéticos, diálogos relativos às conjunturas coloniais, a respeito das governabilidades neocoloniais, a introduzir a mulher, enquanto entidade de representação sociopolítica e governamental, nos roteiros independentistas e configurações emancipadas (Martins, 2011, p. 126). Destarte, insta-se a figura feminina e os desfechos de repressão, os quais a circunstanciam. Portanto, as autorias ressaltadas inscreveram o feminino no panorama das literaturas africanas, a ressignificar percepções sexistas difundidas no âmbito das belas artes e relativizar lacunas que depreenderam pouco interesse na ficção masculina. Desta forma, *o modus operandi* feminino condicionou e ampliou o debate de múltiplos signos temáticos, a exemplo do matrimônio, poligamia, maternidade, hibridismo cultural, exílio, prostituição, casamento e distinção racial, correlatos à problematização de gênero e à agenda transcultural (Martins, 2011, p. 126).

Florence Nwanzuruahu Nkiru Nwapa⁶⁶, reconhecida como Flora Nwapa, foi intitulada como mãe da literatura africana moderna (Uimonen, 2020, p. 17). Voz precedente da autoria feminina, possui o primeiro romance publicado por uma editora europeia e na língua colonial, ao descrever-se como leitora ávida das expressões textuais proporcionadas pela instituição educativa missionária, a qual frequentara na infância, reitera que conviveu com o trânsito de mulheres sucedidas e autônomas, em sua casa, a comprarem tecidos de sua mãe, Martha Onyenma Nwapa, uma ex-professora que prosperou na esfera comercial, assim como algumas mulheres, em Ugwuta. As representações femininas emancipadas, acentuadas por Flora Nwapa, tornaram-se protótipos à construção de seus personagens. Com uma educação instrucional múltipla, tornou-se bacharel em Inglês, História e Geografia, pela Universidade de Ibadan, na Nigéria, e em Educação, na Universidade de Edimburgo, no momento de sua estadia na Escócia, no ano de 1958.

Complementou sua formação intelectual com a conclusão dos cursos de Relações públicas, nos Estados Unidos, e Administração, no Reino Unido. Exerceu a função de educadora e atuou na esfera administrativa, a ocupar cargos públicos na área da saúde,

⁶⁶ Nasceu em 13 de janeiro de 1931, na cidade de Ugwuta, localizada no Estado de Imo, território igbo, no sudeste da Nigéria e morreu no dia 16 de outubro de 1993, em Enugu, no mesmo país, vítima de pneumonia, aos sessenta e dois anos de idade.

previdência social e desenvolvimento urbano, em seu contexto nacional de origem. Além de escritora, Nwapa fundou as editoras Tana Press (1974) e Flora Nwapa Company (1977). São da autoria em destaque as obras *Efuru* (1966), *Idu* (1970), *Never Again* (1975), *One Is Enough* (1981) e *Women are Different* (1986), assim como publicou antologias de poemas e narrativas infantis⁶⁷.

No que se refere à Ama Ata Aidoo⁶⁸, constatamos que sua disposição reflexiva transcende a atmosfera da prática ficcional e reverbera-se nas bases fundacionais do dinamismo político e cultural da República do Gana. As referidas elucubrações se justificam pelo comprometimento da literata com o cenário geopolítico da recente nação, a estreitar o diálogo com entidades governamentais internas e seguimentos internacionais. Deste modo, intentou-se dirimir a desigualdade socioeconômica e reivindicar a imparcialidade na aplicação do direito civil, sem aceção de grupos étnicos e distinção sexista.

Ao analisarmos a paisagem literária do Estado nacional citado depreendemos, por meio de uma avaliação historiográfica, que as expressões ficcionais, a elucubrar os registros escritos, desenvolveram-se enquanto ação do projeto pós-colonial. Nestes termos, inferimos que a retórica poética nacionalista foi consolidada com a autonomia dos limites territoriais sublinhados.

A representatividade literária de Aidoo não se circunscreve à inclusão da presença feminina nas cartografias da escrita criativa de seu país, resulta de sua participação na construção das cenas literárias de Gana. Posto isto, acentuamos que desde o desdobramento inicial do imaginário ficcional ganense, a voz autoral, em evidência, mostrou-se dedicada à promoção do progresso cultural e criativo da comunidade autóctone. Ao apropriar-se da atmosfera criativa, suscitou a problematização das conjecturas geopolíticas procedentes do estratagema neocolonial e as reverberações da dinâmica governamental, no período pós-independentista, para o imaginário feminino. Alice Walker, citada por María Frías (2003, p. 08), salientou que Aidoo “reafirmou sua fé no poder da palavra escrita para alcançar, ensinar, capacitar e encorajar”, as

⁶⁷ Sugerimos a leitura da pesquisa denominada *Invoking Flora Nwapa: Nigerian Women Writers, Femininity and Spirituality in World Literature* (2020), da pesquisadora Paula Uimonen. O estudo retratado deriva-se da investigação a respeito da prática literária de Flora Nwapa na conjuntura social nigeriana e suas interligações com a literatura mundial, a enfatizar colaborações às escrituras contemporâneas. Enfocam-se as discussões feministas e o cosmopolitismo.

⁶⁸ Chistina Ama Ata Aidoo nasceu em uma família real fante, na cidade de Saltpond, localizada na região central do sul de Gana, no dia 23 de março de 1942. É filha do chefe de Abeadzi Kyiakor, Nana Yaw Fama e de Maame Abasema.

proposições de Walker enfatizam o mérito da desenvoltura poética da escritora ganense, instigada pelo esforço em reduzir os índices da desigualdade social e instabilidade política de seu contexto de pertencimento, a conferir ao símbolo feminino o *status* de primariedade, historicamente, outorgado aos homens através dos pactos subvencionados pela tradição patriarcal.

A dispor de distintas habilidades à escrita ficcional, dedicou-se na idealização de peças teatrais, poesias e romances. Foi com o gênero dramático que Ama Ata Aidoo iniciou seu exercício criativo e recebeu o reconhecimento do público leitor e apreciação crítica. Escrita em 1964, na primeira década de emancipação dos limites territoriais ganenses, período em que a voz autoral em ênfase estava a concluir o bacharelado em Artes e estudos ingleses, na Universidade de Gana, localizada em Legon, distrito metropolitano de Acra; concretizou-se o enredo dramático de *The Dilemma of a Ghost*, publicado no ano de 1965, pela editora Longman. Neste sentido, a deferir a Aidoo o título de autoria feminina predecessora, no que diz respeito ao desenvolvimento do gênero dramático, na África ocidental, a ser publicada.

The Dilemma of a Ghost se desenvolveu a partir da discussão do casamento transcultural. O signo da transculturalidade, neste roteiro literário, aufere posição de primariedade nas expressões criativas do expoente ganense aludido, o qual também pode ser observado no romance *Our Sister Killjoy: or Reflections from a Black-eyed Squint* (1977). Portanto, salientamos que a literatura africana, de modo específico às manifestações poéticas articuladas às interpretações sociopolíticas do cenário nacionalista da República do Gana, por intermédio do exercício interpretativo do protagonismo feminino, apresenta o diálogo entre distintos recortes culturais para além das negociações escravagistas e aparatos governamentais, os quais irromperam com o desfecho das autonomias territoriais. Desta maneira, argumentamos que o estabelecimento do contato de imaginários culturais díspares passou a ser relativizado com recursos sociais predispostos ao limbo pelo repertório ficcional masculino, a exemplo do casamento, da maternidade e da educação feminina.

Destarte, Aidoo contextualiza o indicativo cultural e as incidências sexistas, as quais estiveram configuradas às cartografias autóctones, ao constructo colonial e reverberadas nas conjunturas pós-coloniais. No tocante das circunstâncias sexistas, pontuamos que se efetuaram na dominação masculina do homem ocidental, a ocupar posição de privilégio, em detrimento à ordem nativa, e lograr das corporalidades femininas; reafirmadas nos contatos efêmeros dos representantes das administrações

imperialistas com mulheres ganenses e/ou nos vínculos extraconjugais instituídos pela experiência colonial, ignoto às conjecturas ocidentais. Acerca dos vínculos matrimoniais considerados ilegítimos pelas instituições governamentais do norte-global, indicamos ser uma prática peculiar à conjuntura da colonização, a situar o imaginário feminino ganense em um quadro de imprevisibilidades e futuro negligenciado. Destarte, no momento que os homens do seguimento imperialista pereciam, as famílias constituídas nas fronteiras dominadas estavam destituídas de recorrer a qualquer provisão financeira, desfavorecidas da legislação e preceitos políticos do recorte social dominante.

Aludimos que as mulheres não estiveram prescindidas das dinâmicas patriarcais da masculinidade aborígene, tornaram-se objetos das altercações étnicas internas, nas quais eram retiradas do contexto primitivo e usurpadas pelo estrato étnico legitimado vitorioso no conflito. As argumentações pautadas são constatadas por Yaa Gyasi, em *O Caminho de Casa* (2017), as quais podem ser observadas no excerto a seguir:

- Sua mãe foi escrava de uma família fanti. Ela foi estuprada pelo senhor porque ele também era um Grande Homem, e os grandes homens podem fazer o que bem entenderem, para que não pareçam “fracos”, não é? – Esi desviou o olhar, e Abronoma prosseguiu, num sussurro: - Você não é a primeira filha que sua mãe teve. Ela teve outra antes de você. E na minha aldeia nós temos um ditado sobre irmãs separadas. Elas são como uma mulher e a imagem do seu reflexo, condenadas a ficar cada uma de um lado do lago (Gyasi, 2017, p. 65).

O fragmento retratado introduz a proposta reflexiva desenvolvida no enredo de *O Caminho de Casa*, por Yaa Gyasi. A sustentar que as contendidas tribais, instigadas pela obstinação do poderio das elites ocidentais e os pactos ajustados com as representatividades étnicas hegemônicas, desestruturavam os arranjos sociais autóctones e desagregavam as famílias, a provocar alterações na organização socioeconômica, no que concerne às práticas de sobrevivência e a sucederem enquanto razão ao engendramento dos desequilíbrios psicológicos e afetivos peculiares ao cenário da mulheridade indígena.

A citação mencionada se configura no depoimento de Abronoma à Esi. Abronoma⁶⁹ é apresentada como uma garota oriunda da aldeia localizada ao norte da Costa do Ouro, tribo oponente dos axantes nas disputas políticas e territoriais que, por meio de uma manobra de repressão orquestrada pelo Grande Homem Asare, pai de Esi, e

⁶⁹ Em Twi, dialeto axante, significa pequena pomba.

seus companheiros, fora acometida. Resulta-se desta investida a captura de armas, outrora conquistadas nos embates com os europeus, e de homens que foram tomados como escravizados. Nestas circunstâncias, encontrara-se a Pequena Pomba, a designar força e soberania dos algozes axantes.

Incita-se o diálogo a partir do espancamento de Abronoma, pelo Grande Homem. Ação compreendida por Esi como mecanismo de reeducação e demonstração da autoridade, a qual logra seu pai; enquanto dirigente familiar, guerreiro insigne da aldeia e senhor de homens e mulheres que o assistem com subserviência, em decorrência do êxito de sua participação nas guerras. A exposição discursiva da personagem Abronoma se consolida no momento em que se cumpre a contextualização da força dos homens e a injustificada ideia de preservação deferida às mulheres, a dissimular seus interesses e reafirmá-los no quadro das hierarquias e lideranças sociais. Por conseguinte, tem-se a manipulação dos sentimentos femininos e a disposição do poderio das estruturas patriarcais no processo de delimitação do futuro das espacialidades alheias, como ocorrera com Abronoma, Maame, mãe de Esi, e que não a deixará ilesa dos artifícios sexistas, a ser estuprada, *a posteriori*, por um soldado da força militar britânica. O trecho ficcional abaixo reforça o raciocínio investigativo elucidado:

- Vão matá-lo, tenho certeza - disse ela. O bebê tinha sido concebido antes da cerimônia de casamento de Afua. Como castigo o chefe da aldeia a tinha vendido aos mercadores. Afua tinha contado a história a Esi assim que chegou ao calabouço, quando ainda achava que tinham cometido um erro, que seus pais viriam buscá-la (Gyasi, 2017, p. 51).

Inferimos, assentidos na abordagem narrativa de Yaa Gyasi, um processo de releitura da heroicidade masculina retratada no discurso achebiano e em alegorias ficcionais que versam sobre propriedades temáticas correlatas, as quais submeteram o homem africano à metáfora da força, valentia e capaz de controlar as relações sociocomunitárias que o cercam. O arquétipo da masculinidade hegemônica, inscrito na historiografia dos Estados africanos e implementado enquanto símbolo dos nacionalismos forjados pelas governabilidades em efetivo exercício - descrito nas ações de Okonkwo, personagem que obteve destaque nas cenas interpretativas encetadas na memória literária da África ocidental, revisitado por Yaa Gyasi à elaboração dos desfechos acentuados nas circunstâncias cotidianas e fenômenos comportamentais, os quais constituem a identidade existencial de Cobbe Otcher, Grande Homem Asare e do Chefe da aldeia que articula a venda de Afua aos mercadores europeus - é posto à discussão associada ao signo da

fraqueza. Desta forma, as identidades masculinas representadas são exploradas, de modo análogo, ao distintivo da irracionalidade que se circunscreve nos espaços de revolução, a subsistirem nos códigos da aptidão física e desempenho corporal, com o propósito de ocupar, dominar e expandir bandeiras geográficas. Todavia, os símbolos masculinos determinados nos roteiros da rivalidade, na naturalização do desgaste físico e manutenção de hierarquias, com o objetivo de alcançar a estabilidade da ordem social, resguardaram-se das conotações subjetivas e das políticas que exploram o campo das afetividades. A alusão assentida ao imperativo da afetividade se sustenta na dimensão política, o qual o termo compreende.

Ressaltamos, no que corresponde à problematização do dispositivo da afetividade, que sua aplicabilidade nas extensões psicológicas e sociocomunitárias possibilitam o equilíbrio dos comportamentos humanos e da efetividade dos contratos sociais, os quais intencionam o respeito e preservação das subjetividades, não auferidos nas relações subsidiadas por rituais que almejam a manipulação em decorrência da força, a instituir a verticalização de poderes, designada nas paisagens sexistas ilustradas. Retomaremos as pautas reflexivas facultadas por Yaa Gyasi nas seções determinadas às análises de *O Caminho de Casa*, a enfatizar o feminino e sua relação com os cenários governamentais, as sociabilidades sexistas e as políticas de segregação condicionadas à conjectura de gênero.

Os posicionamentos argumentativos aludidos se definem com o propósito de ressaltar que a experiência social da mulheridade ganense esteve subordinada, no curso da história, às percepções e demandas dos arranjos patriarcais dispostos a preceitos delimitados pelas masculinidades dominantes, no estágio pré-colonial, foram expostas às *práxis* políticas, econômicas e morais do estrato ocidental, no decorrer da colonização, e o processo de violação das corporeidades femininas se intensificou a partir do contato suscitado pelo projeto imperialista, com a efetividade da educação sexista, estabelecida pelas nações exploradoras nos recortes territoriais aborígenes, a respaldar-se em fundamentos culturais e religiosos.

Por seu turno, Ama Ata Aidoo, a lograr de desempenho crítico-reflexivo, contesta a abordagem interpretativa de Ayi Kwei Armah, no que se refere às metamorfoses históricas e fenômenos sociopolíticos inerentes à sua nação de pertencimento e às esferas étnicas que a constituem. A saber, o escritor mencionado, no romance *The Beautiful Ones Are Not Yet Born* (1968), o qual o estabeleceu no cenário criativo do Gana e o fez transcender as fronteiras das belas-artes da conjuntura ocidental africana, ao lado dos

distintivos nacionalistas de Chinua Achebe e Wole Soyinka, de pertença nigeriana, realizou, conforme a compreensão de Aidoo, uma leitura fragmentada, em seu modo de articular as disposições geopolíticas do ideário em ênfase.

Advertimos que em *The Beautiful Ones Are Not Yet Born* o autor explorou as razões à decadência do projeto nacional pós-independentista, em decorrência da destituição de Kwame Nkrumah da posição de chefe de estado - a resultar do golpe militar, em 24 de fevereiro de 1966, ação forjada pelo oficial de defesa do exército ganense Emmanuel Kwasi Kotoka e lideranças do Conselho de Libertação Nacional, a estabelecer o tenente-general Joseph Arthur Ankrah na presidência do país - e os confrontos civis consecutivos sotopostos à máxima escravagista e ao estratagema colonial. Portanto, os fenômenos sociopolíticos fomentados pela dinâmica cotidiana do homem ganense, a versar acerca da identidade pós-colonial predisposta ao suborno e à corrupção política, foram enfatizados como mecanismos, com o intuito de reformular os constructos dominantes e as categorias sociais privilegiadas pelos segmentos, no período, em atuação, abreviados ao desempenho do ocidente a partir do imperativo capitalista. A autoria em evidência, ao fazer menção às circunstâncias pré-coloniais da Costa do Ouro, manifesta um panorama preservado dos mecanismos segregacionistas, no qual o desenvolvimento do Estado-nação está referenciado como ideal coletivo, de modo que os agentes femininos compartilhavam dos objetivos nacionais e auxiliavam os homens para o êxito dos propósitos comunitários.

Isto posto, no progresso do romance, o foco narrativo enfatiza a representatividade feminina, localizada no estrato pós-independentista, com intenções divergentes do quadro inicial. Em forma de denúncia, a voz autoral indica que os comportamentos da mulher ganesa, no desfecho da modernidade, corroboraram ao subdesenvolvimento do país, e para a sustentação de uma identidade nacional subalternizada. Deste modo, Ayi Kwei Armah utiliza a prostituição feminina que, a partir do desmembramento de Gana do poderio governamental britânico, tornou-se prática evidente no imaginário da República, como metáfora da exiguidade política e corrupção governamental, a favorecer para o quadro de instabilidades dos setores administrativos e fomentar a desigualdade socioeconômica, o qual se encontrava o país, nas primeiras décadas de autonomia (Petersen, 1984, p. 40-41).

Por sua vez, Aidoo não se elude em revisitar o percurso histórico de sua pátria e denotar que a representatividade autóctone teve participação no desfecho da escravatura, abriu portas à efetividade do movimento expansionista desempenhado pelos territórios

imperialistas e deferiu tratados com o objetivo de subordinar e explorar as entidades primitivas em condição de inferioridade. Sendo assim, instigados pelas inferências reflexivas de Ama Ata Aidoo, salientamos os riscos ocasionados por experiências discursivas, as quais abordam os pressupostos temáticos, por um enfoque essencialista, sem atentar-se às razões que implicam nas suas origens. Destarte, afirmamos que ao averiguar as lacunas engendradas por entidades nativas, asseguram-lhes o protagonismo nos desdobramentos das metamorfoses históricas. Contestar a presença de conflitos nas estratégias étnicas da sociedade ganesa sinaliza imparcialidade de aptidão crítico-criativa às corporeidades femininas, a condicioná-las ao espaço das narrativas marginalizadas. Nestes termos, pontuamos que a instauração de divergências identitárias nas ordens pré-coloniais, as quais se registram as disputas entre os fantes, axantes, aquíéns, denquieras, baúles, bonos e outras entidades étnicas locais, com o objetivo de sobreposição de preceitos ideológicos, ocasionaram o silenciamento de mulheres nas agendas relativas às dinâmicas de organização das categorias sociais e as afastavam da determinação dos sistemas políticos.

Ter a oportunidade confiscada de lograr do âmbito de origem como plano de fundo das práticas cotidianas, estar à frente dos núcleos domésticos, privadas da presença dos cônjuges ceifados no campo de batalha, e tomar decisões a fim de assistir seus dependentes, desprovidas de auxílios externos; foram incidentes sucedidos na dinâmica social das mulheres ganenses, no que corresponde às manobras dos distintivos aborígenes. Importa-nos enfatizar que os indicativos relacionados às experiências endógenas não resultaram dos estratos imperialistas, entretanto, as inferências colonizadoras ratificaram a subsistência destes fatores, a reverberar na lógica neocolonial, subsidiados pelos códigos nacionalistas, de modo a assegurar as alianças comerciais e militares, os quais permaneciam à disposição das bases ocidentais, predispostas a preservarem o *status* de civilizações hegemônicas.

Nascer em uma família tradicional fante, de origem real e com guerreiros, não prescindiu Ama Ata Aidoo de ser acometida pela violência oriunda das configurações neocoloniais, a provocar a prisão e morte de seu avô paterno. Desfecho ocorrido pela resistência aos interesses do império e desenvolvimento de atividades anti-britânicas (James, 1990, p. 13). No ensaio “To Be a Woman”, idealizado por esta autoria, escrito em 1980, temos a explanação crítica a respeito da subordinação feminina nas fronteiras da tradição cultural acã, na qual Aidoo, a distinguir sua posição privilegiada, com

experiências socioeconômicas díspares e acesso à educação formal, circunstâncias vedadas à maioria populacional, de modo particular, às mulheres, argumenta que:

a posição de uma mulher em Gana não é menos ridícula do que em qualquer outro lugar...Uma vez que você, o jovem homem, teve a ousadia de ir e tirá-la das costas de sua mãe, também poderia ter como certo que havia adquirido uma ajuda sexual; uma ama de leite e babá para seus filhos; um cozinheiro-mordomo e governanta geral; um posto de escuta; consultor econômico e geral; um ajudante de campo e, se você tiver essa inclinação, uma bola de soco (Aidoo, 1983, p. 259)⁷⁰.

O exercício literário desenvolvido pela escritora em discussão tem o intuito de refletir a respeito dos papéis femininos em África, de maneira particular, problematiza as interfaces de gênero nas territorialidades de Gana. À máxima feminina, tem-se a explanação de temáticas de ordem sociopolítica e econômica, as quais estão elucidadas através dos personagens que movimentam os espaços ficcionais, de seus inventivos poéticos⁷¹. Por conseguinte, inferimos que os enredos colocam, em evidência, segmentos femininos obstinados, com a expectativa de se desprenderem do imaginário colonial, o qual se constituiu por múltiplos matizes. As referências pautadas se ratificam na postura de Eulalie, uma afro-americana que ao se casar com Ato Yawson, homem ganense, de origem fante, tem o matrimônio acometido pelos preceitos da tradição acã e pelo desinteresse facultado à cultura africana, pouco explorada nas fronteiras externas do “continente negro” ou inclinadas às interpretações do lugar-comum; os registros discursivos estão abordados na obra *The Dilemma of a Ghost* (1965).

Grosso modo, fazemos menção ao romance de estreia da literata, intitulado *Our Sister Killjoy: or Reflections from a Black-eyed Squint* (1977). A trama ficcional enfatiza as experiências de Sissie, jovem ganense, a qual o Estado lhe oportuniza viajar à Alemanha; com o objetivo de aprimorar seus conhecimentos e desenvolver os pressupostos educacionais, a partir das concepções europeias, conforme é pontuado na narrativa. Neste sentido, a estadia de Sissie, no território europeu, propõe analisar os pactos firmados pelas instituições governamentais da Europa e suas ações, em benefício

⁷⁰ Tradução nossa. the position of a woman in Ghana is no less ridiculous than anywhere else.... Once you, the young man, had been bold enough to go and take her off her mother's back, you could also take it for granted that you had acquired a sexual aid; a wet nurse and nursemaid for your children; a cook-steward and general housekeeper; a listening post; an economic and general consultant; a field-hand and, if you are that way inclined, a punch-ball (Aidoo, 1983, p. 259).

⁷¹ Também são de autoria de Ama Ata Aidoo a peça *Anowa* (1970) e o romance *Changes: a Love Story*, publicado no ano de 1991.

do continente africano, a patrocinar e proporcionar educação formal à comunidade aborígene.

O projeto narrativo relativiza a diáspora negra e o colonialismo, a versar, de modo peculiar, sobre a colonização da mente. Desta forma, perscrutamos como os suportes imperialistas continuaram a operar nos radicais africanos após o processo de independência.

Em 1982, Ama Ata Aidoo exerceu a função de ministra da educação, no governo de Jerry Rawlings. O cargo foi renunciado após dezoito meses, no momento em que percebeu que seus propósitos em tornar a educação acessível à população, sem distinção de grupos sociais, eram compreendidos, pelos membros do gabinete governamental, do qual fazia parte, como projeto utópico, sem o conferir a devida credibilidade. Deste modo, concluiu que as instâncias administrativas não estavam interessadas em ver e ouvir uma mulher no poder, a refutarem suas contribuições à gestão do país. Atuou como pesquisadora no Instituto de Estudos Africanos, da Universidade de Gana e exerceu a função de professora de inglês, na Universidade de Cape Coast. Desenvolveu pesquisas e lecionou no ensino superior da Alemanha, Estados Unidos, Grã-Bretanha e Zimbábue. Por conseguinte, elucidamos que Aidoo, ao colocar em prática suas capacidades intelectuais e criativas, relacionadas ao campo da arte ou propagadas nos esboços da educação formal de sua pátria e em outras latitudes, reconhece a importância das mulheres nos cenários geopolíticos e do acesso aos ambientes educativos, a fomentar ferramentas a fim de contrapor os aparatos segregacionistas, de ordem racial e sexista, e em seus contextos interseccionais.

Sendo assim, em janeiro de 2000, Ama Ata Aidoo criou a Fundação Mbaasem⁷², em Acra, capital de Gana. Instituição sem fins lucrativos, dedicada a apoiar e promover a produção artística de escritoras africanas, a estabelecer um lugar de escrita às mulheres do oriente, por vezes, marginalizadas pela indústria editorial. A entidade ressaltada, além de subsidiar o envolvimento da voz autoral feminina com a estética literária e garantir o efetivo exercício ficcional, desenvolve trabalhos na esfera educacional de Gana, a exemplo do manifesto de alfabetização, empreendido no ano de 2012, com o propósito de erradicar as taxas de analfabetismo do país; assim como organizou o Concurso de Redação Mbaasem para Meninas, atividade financiada pela Embaixada dos Estados

⁷² Em acã significa “palavras femininas, assuntos femininos”.

Unidos e The Royal Bank Ltd, a conferir a retribuição financeira de GHC⁷³ 1000 à personalidade com a produção mais aperfeiçoada, conforme os códigos avaliativos do evento.

Nesta perspectiva, registramos o empenho da instituição, a fomentar o conhecimento crítico nas fronteiras do ensino superior ganense e em contextos internacionais, a engajar-se na realização de conferências universais com a finalidade de difundir as técnicas laborativas peculiares às textualidades femininas. Portanto, a Mbaasem, em colaboração com a Organização de Mulheres Escritoras da África⁷⁴, a Universidade de Nova York e a Fundação Espanhola Mulheres por África, organizou a conferência Yari Yari Nitoaso: continuando o diálogo – uma conferência internacional sobre literatura por mulheres de ancestralidade africana, realizada entre os dias 16 a 19 de maio de 2013, em Acra. Neste evento, ao lado de Ama Ata Aidoo, estiveram as escritoras e estudiosas ganenses Amma Darko, Ruby Goka, Mamle Kabu, Esi Sutherland – Addy e Margaret Busby, e a participação de representantes de outras partes do mundo, os quais apresentaram reflexões acerca das literaturas africanas, feminismos e outros signos teóricos condicionados à abordagem de gênero. Entre os convidados, citamos a presença de Angela Davis, dos Estados Unidos, da dramaturga nigeriana Osonye Tess Onwueme, da sul-africana Natalia Molebatsi, da porto-riquenha Yolanda Arroyo Pizarro, da escritora Véronique Tadjo, da Costa do Marfim, e da haitiana Évelyne Trouillot.

A autoria em pauta, a partir do reconhecimento profissional e do engajamento com a indústria de escrita africana, tornou-se patrocinadora do 9mobile Prize for Literature, o qual se trata do projeto pan-africano, criado na Nigéria, a fim de promover escritores iniciantes e publicizar suas obras. Ressaltamos que o percurso profissional e poético da expoente de Gana auferiu o interesse da crítica especializada, e está marcado por condecorações. A saber, Aidoo, no ano de 1992, recebeu o Prêmio de Escritores da Commonwealth, a atribuir o título de melhor livro de África ao romance *Changes: a love story* (1991). É tema do documentário “The Art of Ama Ata Aidoo”, idealizado pela jornalista gana-britânica Yaba Badoe, em 2014, e recebeu a homenagem de ter seu nome a designar o centro de prática criativa do Colégio Universitário Africano de Comunicações, localizado em Adabraka, Acra; denominado Ama Ata Aidoo Center For

⁷³ CEDI, unidade monetária do Gana, designada pela Organização Internacional de Padronização como GHC.

⁷⁴ Entidade fundada por Ama Ata Aidoo e a poeta afro-americana Jayne Cortez, no ano de 1991. Entre os membros do conselho da organização estavam Maya Angelou, Margaret Busby e a francesa Maryse Condé.

Creative Writing, a ser reconhecido como o primeiro recinto, desta natureza, na África Ocidental. O Aidoo Center está sob a direção do escritor Nii Ayikwei Parkes.

Os pressupostos denotados nos implicam às declarações, desta autoria, ao fazer menção a sua prática ficcional e distintivos reflexivos, a assegurar sua satisfação por ser reconhecida como agente feminista e defensora da ancestralidade africana. Entretanto, adverte que o desempenho intelectual do intermediário das belas-artes deve ser definido pelas causas às quais acredita, externadas no ofício criativo e assentidas em seu cotidiano, mas não deve estar limitado à condição de gênero do artífice.

Acrescentamos, em conformidade à proposta das reflexões propiciadas neste capítulo, que o agenciamento da autoria feminina e o processo de veiculação dos atributos ficcionais, assim como o desenvolvimento do esboço crítico, a viabilizar conjecturas políticas relacionadas ao referencial feminista e ao contexto estético das produções literárias, foram possibilitados a partir do acesso da mulheridade africana à educação formal. Sabemos que um dos fatores da desigualdade de gênero é impedir o desenvolvimento intelectual das mulheres e marginalizar suas experiências reflexivas, com o propósito de depô-las do campo das interpretações sociopolíticas, a submetê-las ao desfecho da incapacidade de compreensão geopolítica e destituí-las de recursos teórico-argumentativos para gerir os fenômenos socioculturais, os quais se revelam no cotidiano social. No que diz respeito à representatividade de autoria feminina africana, salientamos o projeto de infantilização das mulheres autóctones, instituído pelos códigos imperialistas e reiterado pelas esferas heteropatriarcais dominantes. Nestes termos, Ifi Amadiume, na obra *Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in an African Society* (1987, p. 119), argumenta que:

Considerando que os conceitos indígenas ligados a construções de gênero, em termos de acesso ao poder e autoridade, mediarão as divisões de dois sexos, os novos conceitos ocidentais carregavam fortes desigualdades de sexo e classe, apoiadas por rígidas ideologias e construções de gênero. Enquanto a implementação forçada de governos europeus, escolas ocidentais de pensamento e religião introduziam estas distinções de gênero, os sistemas educacionais do governo colonial as reforçavam⁷⁵.

⁷⁵ Tradução nossa. Whereas indigenous concepts linked to gender constructions, in terms of access to power and authority, mediated dual-sex divisions, the new Western concepts carried strong sex and class inequalities supported by rigid gender ideology and constructions. While the forced implementation of European governments, Western schools of thought, and religion were introducing these gender distinctions, the colonial government's educational systems were reinforcing them.

Destarte, afirmamos que o projeto educacional subsidiado pelos estratos colonizadores era facultado, de maneira exclusiva, aos homens. No momento em que a educação se tornou um direito disponível a ambos os sexos, o número de matrículas dos discentes ilustravam a continuidade de restrição das mulheres à educação formal, a ratificar a circulação da representatividade masculina nas ambiências escolares. Autores, a exemplo de Ifi Amadiume e Nakanyike Musisi, explicitam uma série de fatores, os quais ocasionaram a segregação escolar feminina, no decorrer do progresso dos níveis de escolarização. De acordo com C. K. Graham, autor da obra *The History Of Education In Ghana: from the earliest times to the declaration of independence* (1971), a apreensão dos pais se tornou um impedimento significativo à inscrição de estudantes do sexo feminino; como os postos profissionais, os quais requeriam competência técnica e especializada, eram assegurados aos homens, os pais e/ou responsáveis resistiam em enviar as filhas à instituição escolar. A decisão contrária intensificaria a carga de trabalho familiar, sem a garantia de ver suas filhas inseridas no mercado de trabalho.

A agenda temática e discursiva que as crianças recebiam, nas unidades escolares, reforçava as ideologias de gênero impostas pelos seguimentos colonizadores europeus. Desta forma, os discentes que compunham o quadro da representatividade feminina nos esboços da educação formal, eram educados sob os preceitos do setor privado; de maneira distinta, a conjuntura masculina se situava predisposta à experiência educativa respaldada em aspectos de ordem pública. Enquanto as mulheres estavam subordinadas a currículos que abordavam a prática das atividades domésticas, associadas à educação religiosa, com o intuito de construir caráter, a preconizar conceitos morais, os homens estavam habilitados ao contato com os componentes históricos e fenômenos sociopolíticos, peculiares às fronteiras internas e às cartografias globais.

É pertinente à pesquisa denotar o imperativo nacionalista a partir de abordagens alternativas. Neste sentido, esclarecemos que a discussão fomentada ampliou o debate a respeito dos códigos nacionais e o desfecho pós-independentista, a exceder os limites estabelecidos pela ordem heteropatriarcal, o qual foi legitimado, pelas estruturas dominantes, enquanto sistema de organização da experiência comunitária, portanto, tinha-se a atuação masculina como código definidor do imaginário coletivo. Compreendemos que o binarismo entre os gêneros se instituiu como mecanismo de subordinação das potências coloniais e do fenômeno etnocêntrico. Destarte, no decorrer da colonização se constatou o agenciamento de aforismos sexistas, os quais foram

incluídos no processo educativo da esfera aborígene, a assentir o ideário feminino às margens da estrutura sociopolítica das conjunturas neocoloniais.

Seguimos com as argumentações a ressaltar que as autoras evidenciadas nas disposições reflexivas são expoentes precursores do panorama literário da África ocidental, as quais consolidaram as experiências da escrita criativa a partir da emancipação dos territórios, a designar o terceiro momento poético das literaturas africanas. Destacamos o desempenho narrativo de Flora Nwapa, a registrar, no plano ficcional, o cotidiano e os aspectos da tradição do ponto de vista da mulher nativa. De forma singular, acentua-se a atuação de Ama Ata Aidoo, a qual superou as fronteiras do componente territorial de origem, e expandiu os horizontes poéticos do ocidente africano. Aidoo instigou o debate acerca de elementos sociais secundarizados pela autoria masculina, propiciou o protagonismo de mulheres no desenvolvimento da arte literária e tem mantido o diálogo com entidades governamentais de Gana e instituições internacionais, tendo em vista o progresso da mulheridade aborígene; a tornar-se referência para outros potenciais criativos ganenses, a exemplo de Amma Darko, Taiye Selasi e Yaa Gyasi.

Continuaremos as aferições argumentativas a partir dos pressupostos inerentes ao protagonismo poético de Yaa Gyasi e intensificaremos a discussão com o processo teórico-analítico das abordagens do feminismo em África. Desta forma, teremos como aporte crítico os posicionamentos investigativos de Oyèrónké Oyěwùmí (2004, 2021), Nah Dove (1998), Clenora Hudson-Weems (2020), Fernanda Silva (2020), entre outros.

Sendo assim, após cumprir o estudo expositivo da conjuntura social ganesa, a explorar os processos de consolidação territorial e as metamorfoses políticas relacionadas aos repertórios étnico-culturais, dispondo ao diálogo o fenômeno do neocolonialismo como mecanismo de subsistência das governabilidades imperialistas e legitimação do poderio das elites nativas, reportamo-nos ao panorama literário das tessituras femininas, a compreendê-lo enquanto artifício às interpretações dos recortes marginalizados. Neste sentido, apresentamos o ideário feminino como recurso interpretativo das ideologias patriarcais difundidas com o propósito de estabelecer a dominação masculina no ocidente africano e, de maneira específica, no estrato territorial da antiga Costa do Ouro.

2.2 NAS SENDAS DO CONTEMPORÂNEO: O PROTAGONISMO POÉTICO DE YAA GYASI

No estágio inicial de nossa pesquisa, momento em que encetamos o processo de escrita, averiguamos a ausência de aparatos bibliográficos reportados à autora Yaa Gyasi e ao seu exercício literário. A carência de embasamentos críticos-analíticos, no que se refere à obra *O caminho de Casa* (2017), romance que inscreveu e consolidou a voz autoral supracitada no panorama das literaturas africanas, de modo particular, no repertório da escrita criativa ganense, possibilitou-nos entender que nossos argumentos reflexivos não se determinavam à apreciação pormenorizada da narrativa em evidência, entretanto, tínhamos a consciência de que estávamos a fomentar a construção de atributos referenciais com o propósito de dar espaço a expoentes literários ainda desconhecidos da experiência crítica especializada e do público leitor.

Nestas condições, apresentamos, no tópico anterior, o dinamismo poético de autorias femininas que, em suas abordagens criativas, colocaram à reflexão a condição de corporeidades e a relação com os espaços, aos quais estão associadas, que estiveram identificadas nos recortes ficcionais nacionalistas, produtos das engenhosidades masculinas, como elementos estéticos subtraídos ou expostos como apêndice da atuação de categorias hegemônicas e da predominância do homem em diferentes instâncias das conjunturas civil-estatais primitivas.

A importância do desempenho de expoentes femininos no quadro da produção das belas-artes em África, não circunscreve-se à inserção de figuras alternativas a ocuparem espaços nas agendas artísticas coordenadas, anteriormente, pela efetividade masculina, todavia, oportuniza a circularidade de compreensões que instauraram a pluralidade nos componentes ficcionais, a importarem, em seus desfechos narrativos, elementos da cultura autóctone, sem prescindir códigos identitários que, nas metamorfoses macronacionais e nas relações políticas com instituições exteriores, estiveram marcados pela objeção de suas peculiaridades e necessidades inerentes ao imaginário cultural de origem.

A implementação de escrituras como artifícios a fim de deslocar o feminino dos sistemas de subalternização e rasurar o ideário de verticalização dos gêneros instigou o envolvimento e a partilha de mulheres que se firmaram em coeficientes étnicos, culturais e religiosos díspares e de saberes peculiares, capazes de reproduzir interpretações e auscultar lugares-comuns, por intermédio do discurso ficcional, a partir de uma perspectiva particular, do envolvimento com a escrita e habilidades colocadas em prática no curso do ofício imaginativo.

A escrita de Yaa Gyasi emerge da retórica nacionalista em função do movimento de denúncia e revisitação da elaboração de componentes elucidativos que se ocuparam em descrever as paisagens sociais africanas e desenvolver gnosés teóricas relativas aos desdobramentos políticos, econômicos, religiosos, aos aspectos físicos e naturais, assim como se basearam em critérios antropológicos e no aprofundamento das razões filosóficas inerentes às realidades locais, compreendidos pela romancista ganense como recursos aplicados em favor dos códigos de racialização étnico-identitária do conhecimento e, por abrangência, estão relacionados às manobras de subsistência da sistematização política e de ordem governamental do projeto de hierarquização entre os gêneros. A dar projeção aos constructos argumentativos deferidos pelo desempenho das ordens colonizadoras da Europa, enquanto truísmos teórico-científicos que deveriam ser observados e exercidos por diversificadas bases civilizatórias.

A autora em evidência apropria-se da atmosfera ficcional e empenha-se na construção de enredos que dilucidam os arranjos sociais indígenas e asseguram, às representatividades locais, a interação com a realização dos atos organizacionais do estrato nacional de origem, de modo que é preservada a atuação primária de entidades primitivas nos desfechos geopolíticos das esferas de pertencimento.

Ao expoente literário conferimos o status de *griot* das tessituras culturais de Gana e das manifestações sociopolíticas específicas às realidades comunitárias das latitudes orientais, de maneira específica, salienta a efetividade das metrópoles coloniais nos panoramas étnicos que estiveram sob a administração das bandeiras imperialistas e, em sequência, das intervenções de dispositivos neocoloniais, com reforço da ação de grupos hegemônicos peculiares às contexturas aborígenes. Ao reportarmo-nos à Gyasi como interlocutora das experiências que despontam dos esboços étnico-culturais do ocidente africano, reconhecemos a disposição informacional que o seu envolvimento com a escrita proporciona.

É oportuno elucidar que a voz autoral em ênfase se apercebia de questionamentos e lacunas em suas apreensões crítico-educativas que surgiram ao aproximar-se de projetos literários e artifícios teóricos da demanda colonial, elaborados sem priorizar o *ethos* e a centralidade enunciativa de categorias geográficas acometidas pelas campanhas de exploração ultramar articuladas pelas instituições estatais eurocêtricas. Nestas referências, a romancista esclarece que sua atividade criativa:

É sobre lacunas, todas as lacunas nos arquivos, todas as coisas que não foram escritas, não ditas. Não sou historiador, embora tenha grande admiração por eles, todavia, a ficção me proporcionou a oportunidade de pegar o que foi escrito, o que se sabe, e preenchê-lo, de modo a reconhecer a vida interior daqueles que tiveram suas vidas escritas por outros, pois, muitas vezes, o que está ausente é tão importante quanto o que está presente (Gyasi, 2021, p. 05).

As assertivas acentuadas estão retratadas no enredo de *O Caminho de Casa* (2017), no capítulo dedicado ao professor de História Yaw Agyekum, filho de Akua Collins, a Mulher Maluca de Edweso. De modo particular, no momento em que o personagem Yaw Agyekum, ao dialogar com seus alunos, assegura que:

- Nós acreditamos na história de quem detém o poder. É ele que acaba escrevendo a história. Por isso que quando se estuda História, é preciso sempre fazer perguntas. Que história não está sendo contada? De quem é a voz que foi reprimida para que essa voz pudesse se fazer ouvir? Quando vocês tiverem descoberto essas respostas, precisarão encontrar aquela história também. A partir daí, começarão a formar um quadro mais nítido, apesar de ainda imperfeito (Gyasi, 2017, p. 337).

Em notas explicativas relativas às suas pretensões poéticas e a publicizar seu romance de estreia, a escritora do Gana reitera a dedicação dispensada à produção de um trabalho ficcional que a mesma gostaria de ter lido em sua adolescência - recorrendo às exposições de Toni Morrison, ao inferir que “se você não tem o livro que deseja ler, escreva você mesmo” (Dubravac, 2017, p. 01) -, sem sacrificar repertórios existenciais que foram rasurados pelo fenômeno da outremização, a favorecer os estratagemas de coerção que sobrevivem por meio da implementação de fatores díspares; podemos citar a raça, etnia, gênero, classe social e representações geográficas de pertencimento enquanto operadores de fragmentação social.

É peculiar à propositura literária denotada permitir ao público leitor possibilidades de idealizar conexões entre as ramificações separadas de sua gênese, a linguagem metafórica sintetiza indicativos narrativos que subsidiam vivências de homens e mulheres africanos e afro-diaspóricos, nos seus decursos histórico-sociais e em face dos conflitos suscitados pela ocupação colonial e por consequência da segregação racial. Isto posto, averiguamos a importância do desenvolvimento dos personagens, nas tramas ficcionais de Yaa Gyasi, sem perderem espaço na progressão dos acontecimentos e na constituição das ações singulares às passagens narrativas. A escritora desobriga-se de esboços textuais a enfatizarem o processo de expansão dos poderes políticos, culturais, econômicos,

territoriais e militares de instâncias imperialistas e inscrevem figuras autóctones abreviadas a estes acontecimentos, a ocasionar o apagamento das experiências cotidianas e subjetividades anteriores às incursões das governabilidades europeias.

Yaa Gyasi nasceu no ano de 1989, no município de Mampong, área distrital de Axante, localizada na região sul do país de Gana. É filha de Kwaku Gyasi, professor associado de literaturas e língua francesa, no Departamento de Línguas e Culturas Mundiais da Faculdade de Artes, Humanidades e Ciências Sociais, da Universidade do Alabama, em Huntsville, e da enfermeira Sophia Gyasi; em sua infância, aos dois anos de idade, mudou-se com sua família para os Estados Unidos da América, a residir em unidades federativas situadas no sul da nação norte-americana, a exemplo dos estados de Tennessee, Ohio e Illinois. Aos nove anos de idade, estabeleceu-se na cidade de Huntsville, território do estado do Alabama, cenário em que sucedeu a maior parte das vivências da romancista em referência. No contexto atual, mora na cidade de Nova York.

Gyasi tem formação na área de letras, diplomada pela Universidade Stanford e possui pós-graduação em Escrita Criativa pelo Programa de Escritores da Universidade de Iowa. O seu contato com a escrita imaginativa resultou na elaboração da obra *Homegoing*, publicada, no mês de junho de 2016, pela editora estadunidense Knopf. De acordo com a agência de publicação assinalada, as disposições narrativas de *Homegoing* asseguraram um contrato no valor de mais de um milhão de dólares à artífice literária, e está em sua décima oitava reimpressão, os direitos de tradução da trama romanesca foram vendidos para mais de vinte países. No Brasil, intitulada *O Caminho de Casa*, esteve sob a organização e foi publicizada pela editora Rocco, no ano de 2017, com tradução de Waldéa Barcellos.

Os inventivos poéticos e as habilidades da literata ganense sobrepostas ao processo de planejamento e realização da prática ficcional lograram o reconhecimento de entidades empenhadas em fomentar a produção das belas-artes e valorizar o trabalho artístico de seus idealizadores, assim como apreciar o produto final de suas engenhosidades literárias. A saber, a narrativa de estreia da romancista em estudo foi considerada pela *Revista Time* como um dos melhores livros de 2016, o periódico *The New York Times* a destacou entre os livros mais vendidos no mesmo ano e por sua notabilidade literária, foi consagrada com o prêmio *National Book Awards*, promovido pela National Book Foundation (NBF), com o intuito de homenagear autores de destaque com menos de 35 anos, laureada com o prêmio *John Leonard*, de iniciativa do National Book Critics Circle Awards, a fim de condecorar os melhores livros e resenhas escritos

em língua inglesa, conquistou o *PEN/Hemingway*, em 2017, pela categoria de autores sem publicação anterior e auferiu o *Vilcek Prize for Creative Promise in Literature*, em 2020, premiação concedida pela Fundação Vilcek, como instrumento de conscientização relativa à contribuição e influência de personalidades imigrantes às artes, humanidades e ciências nos Estados Unidos da América. Na sequência, temos a exibição de uma representação ilustrativa da autoria procedente da República do Gana.

Figura 2: Escritora Yaa Gyasi



Fonte: Literary Arts: find your story here, 2021⁷⁶.

No mês de setembro de 2020 a editora Knopf anunciou o lançamento do segundo romance desta autoria, designado *Transcendent Kingdom*. Com um enfoque intimista, a narrativa realiza-se na exposição do transcorrer das vivências cotidianas de uma família imigrante do Gana, a firmar residência nos limites geográficos do sul dos Estados Unidos. No ano posterior, a corporação editorial Rocco, assegurada da aprovação de escrutínios analíticos incrementados por cosmovisões instruídas no entendimento do sistema de

⁷⁶ Disponível em: <<https://literary-arts.org/2021/05/get-to-know-yaa-gyasi/>>. Acesso em: 20 de dez. de 2022.

difusão literária e na elaboração de escrituras poéticas contemporâneas, assim como certificada da recepção assertiva conferida pelo público leitor, com relação ao projeto ficcional predecessor, coordenou o processo de edição da obra no Brasil. De modo específico, o texto, nominado *Reino Transcendente*, em terras brasileiras, foi publicado em 25 de junho de 2021, tendo, como tradutora responsável, Waldéa Barcellos. A narrativa enunciada se reporta a configurações africanas que idealizam as terras americanas, a enfatizar os Estados Unidos da América, como expressões territoriais e códigos socioeconômicos dispostos a realizarem aspirações particulares, de maneira que percebem as conjunturas governamentais norte-americanas enquanto rotas alternativas a fim de dar materialidade ao anseio econômico e profissional de esferas sociais que se submetem ao fenômeno da imigração.

À experiência da imigração, associa-se os episódios de preconceito racial e parcialidade das unidades federativas no tocante das políticas de acolhimento e adaptação de bases sociais oriundas de outros escopos sociopolíticos. No decorrer do enredo, interligada aos indicativos temáticos, anteriormente, mencionados, a escritora, em seus pressupostos narrativos, pauta a epidemia dos opioides, nas extensões estadunidenses, com início nos anos de 1990 e a subsistir nos dias atuais. A saber, os opioides, destaca o jornalista estadunidense Patrick Radden Keefe, no livro *Império da Dor* (2021), são, atualmente, a “principal causa de mortes acidentais no país” (2021, p. 20) e o número de vítimas deste composto químico psicoativo ultrapassa os dados referenciais de óbito provocados por acidentes de trânsito e, até mesmo, as mortes ocasionadas por armas de fogo. O Centro para o Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) afirma que quinhentos mil americanos⁷⁷ tiveram suas vidas ceifadas por razão de overdose relacionada ao uso de opioides, obtidos de maneira irregular ou por prescrição médica. *Reino Transcendente* trata-se de uma trama ficcional que ao evidenciar a problemática de manipulação indevida e dependência de substâncias opiáceas assentidas, à luz da medicina, e, por consequência, o vício em drogas recreativas, como no caso da heroína, opiáceo ilícito e derivado de mutação química, propõe uma leitura denunciativa no que diz respeito à agenda da saúde pública, à precariedade no setor da infraestrutura e à exiguidade de políticas públicas e sociais direcionadas às camadas marginalizadas, entre

⁷⁷ As averiguações resultam das análises de dados científicos verificados nas primeiras décadas do século XXI. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60162018#:~:text=No%20livro%20O%20Imp%C3%A9rio%20da,ferimentos%20%C3%A0%20bala%22%2C%20destaca.>>. Acesso em: 22 de jan. 2022.

as quais situamos os desprovidos de recursos financeiros, negros e imigrantes, estabelecidos nas ambiências de uma nação que se apresenta no cenário internacional como potência econômica. A narrativa sinalizada facultou a sua idealizadora figurar na lista dos finalistas do Women's Prize for Fiction, em 2021.

Para a composição das conjecturas analíticas, deste trabalho de tese, utilizaremos o romance *O Caminho de Casa* (2017), da literata Yaa Gyasi. No que tange à disposição narrativa sublinhada, inferimos a conexão do desfecho ficcional com a efetividade de incidências étnico-culturais e políticas registradas na memória coletiva da sociedade ganesa e nos roteiros inerentes às corporeidades individualizadas, a engendrar componentes identitários urdidos na organização de fronteiras territoriais arbitrárias e por escopos locais inscritos nos determinismos viabilizados pela distribuição de poder e classificação das categorias favorecidas pela agenda econômica em vigência.

Ao raciocínio descrito, aditamos o reconhecimento da produção metaficcional historiográfica esboçada pela autoria em discussão, pois, a revisão crítica de dados históricos ocorre de maneira simultânea à aplicabilidade da prática criativa. Compreendida enquanto dispositivo do discurso comunicativo, a metaficção historiográfica preserva-se de interpretações que a observam como movimento de reapropriação de referências históricas localizadas em circunstâncias pretéritas. No entanto, configura-se como expressão da linguagem literária que afere retóricas e comportamentos sociais singulares a períodos históricos anteriores com as formulações interpretativas aperfeiçoadas no presente, a reflexividade é recurso estético e estrutural do plano ficcional, a qual resulta de um processo irônico e crítico proposto pela recepção argumentativa e ressignificação das experiências sócio-históricas. Ao teorizar as tessituras narrativas historiográficas Linda Hutcheon sustenta que a ficção produzida sob a perspectiva da promoção e problematização de personagens e fenômenos político-culturais inscritos nas metamorfoses das sociedades visam:

[...] inquietar-nos, a fazer-nos questionar nossos pressupostos sobre a forma como produzimos significados, como conhecemos, como podemos conhecer (Hutcheon, 1991, p. 81).

O Caminho de Casa é uma produção romanesca que tem como pano de fundo o condicionamento de homens e mulheres, derivados do ocidente africano, aos grilhões da atividade escravagista efetuada pela ação administrativa da coroa britânica. *Grosso modo*, o enfoque narrativo sintetiza, em uma perspectiva inicial, as experiências interpessoais

das personagens Effia Otcher e Esi Asaré e os confrontos étnicos perpetrados pelas comunidades tradicionais Acãs, de modo peculiar, estão ilustrados as divergências políticas e o desempenho das bandeiras militares intrínsecas às tribos Fantes e Axantes. Por conseguinte, reiteramos que a prosa denotada disponibiliza ao leitor, através de uma dinâmica discursiva não-linear, atributos informativos que concorrem a leituras mais acentuadas no que corresponde à Middle Passage, à expatriação forçada de africanos na condição de cativos, sobre relações de subjugamento e seus modos de execução assentidos pelas ambiências coloniais de destino, as quais evidenciamos as esferas governamentais que compreendem aos Estados Unidos da América e, com reflexividade, a voz narrativa onisciente, roteiriza os resíduos do sistema socioeconômico alicerçado na prática de captura e subserviência de agentes sociais pertencentes às atmosferas aborígenes, a traduzir, no plano ficcional, a intervenção imperialista da Inglaterra na composição do estado moderno do Gana e na formação identitária de seus escopos sociais.

Em face do exposto a precisar o quadro estético-temático que conforma o romance citado, especificamos a violência e a subalternidade feminina enquanto categorias temáticas a referenciar o desenvolvimento das apreciações analíticas e aportes reflexivos singulares às seções que consistem no aprofundamento investigativo dos personagens, exibidas em momentos posteriores. No que tange à máxima da violência, atestamos ser um coeficiente de dominação aplicado nos processos sociais, com o intuito de executar os arquivos de regras e dar legitimidade à intervenção de componentes hegemônicos. Dito isto, recorreremos ao significante violência atmosférica, termo utilizado pelo autor e filósofo político martinicano Frantz Fanon, de maneira específica, em sua obra *Os Condenados da terra* (1968), para assegurar que a violência é o espectro da irracionalidade humana, presente em todos os lugares da cena colonial e para além dela (1968, p. 62).

Ao encontro do escopo argumentativo articulado por Frantz Fanon (1968, p. 28) anunciamos que o imperativo discursivo elucidado se desobriga de uma frequência linear e determina-se por múltiplas conotações, derivado de relações históricas, étnicas, econômicas, religiosas, psicoafetivas, raciais, de gênero, etc. A culminar na produção de um sistema identitário de balcanização social, a conferir, de um lado, os estratos lesionados por *práxis* arbitrárias e, do outro, a lograr do *status* de dominação, concentram-se as ordens manipuladoras do poder.

A violência atmosférica resulta da coalizão de distintas estruturas de opressão que alienam e estabelecem os espaços de transição do sujeito oprimido. Por sua vez, submetido ao exercício de elaboração do conhecimento científico e conjecturas pós-coloniais, Stuart Hall (2016, p. 193) define a ocorrência de ações e discursos dos núcleos governantes e arranjos sociais centrados em crenças supremacistas de poder simbólico. As asserções teóricas sinalizadas respaldam o entendimento de que os discursos de forças comprometidas com o cerceamento de existências marginalizadas operam sob o dissimulado subterfúgio da defesa, proteção e preservação político-cultural de seus homólogos sociais. Para complementar, aditamos que as personagens femininas, as quais protagonizam os cenários e construções narrativas elaboradas por Yaa Gyasi, experienciam, em seus cotidianos, as implicações das relações e contextos de violências, em que ocorre a negação, estigmatização e prevalecimento de abusos sobre os seus corpos-territórios. Pois, é perceptível uma colonização cultural, moral, racial e ideológica, conferida por uma dominação sistemática, subscrita pelo Estado colonial e reproduzida por suas esferas fundamentalistas, as quais estenderam-se às fronteiras da modernidade.

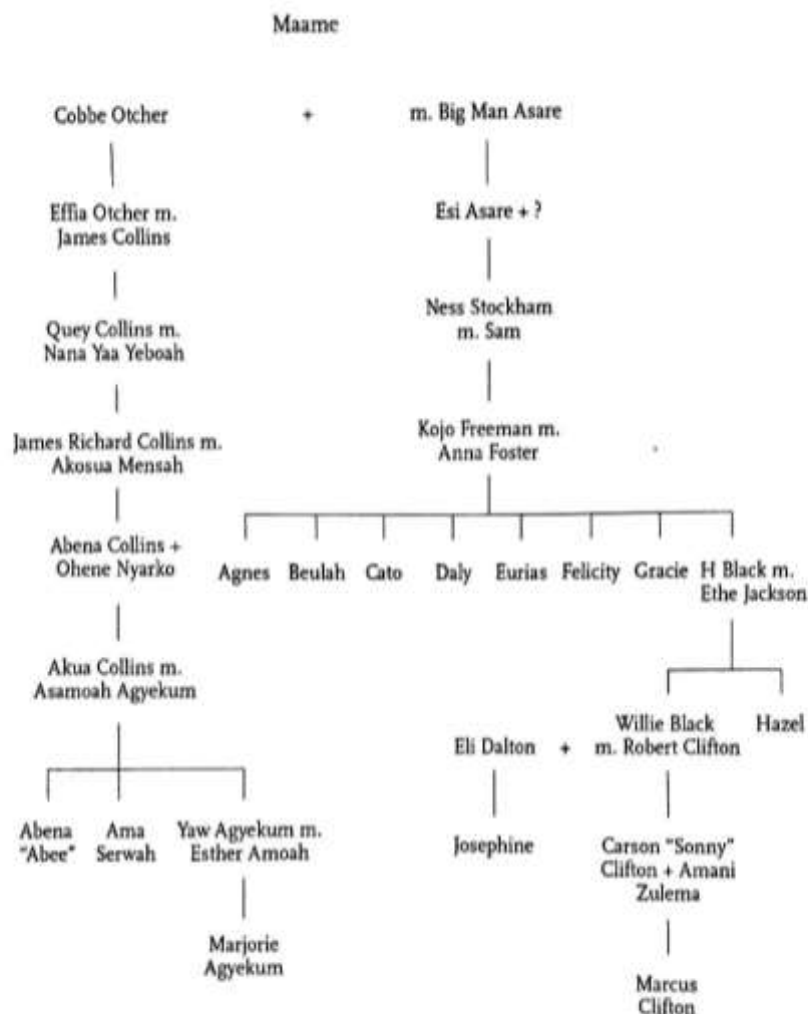
No decorrer da trama gyasiana, corporeidades, destituídas dos critérios admitidos em função do *status quo* de instituições sociais e suas governabilidades dominantes, situam-se suscetíveis ao potencial de violência que tenciona manipular a circulação e descivilizar categorias alternativas integrantes da organização sociocomunitária. Dado que no decurso da política colonial os esforços da metrópole operam em razão da exploração dos territórios subjugados, apropriando-se do fator racial para a implementação das estratégias administrativas e militares e, com isso, garantir o sistema de descivilização, de inferioridade estatal e “barbárie cultivada” (Nietzsche, 2011, p. 74), pois, as corporações estatais colonizadoras e imperialistas agiram com o propósito de reduzir a participação do público subjugado, a submetê-lo a um processo de reconfiguração econômica, militar, cultural e administrativa de seus limites socioespaciais, na tentativa de se expandir culturalmente e intensificar seu monopólio governamental, para garantir sua própria existência e, a partir deste cenário de imposições, forjar as interfaces identitárias das estruturas sob sua autoridade política.

Com relação às subjetividades femininas, averiguamos que sucede uma exposição acentuada ao totalitarismo, violência e repressão implementados pelos representantes das bandeiras nacionalistas europeias e estes mecanismos de cerceamento e recepção hostil às mulheres ganesas são reforçados pelo poderio patriarcal, o qual normatiza a predominância dos interesses do homem nativo em detrimento às vivências das mulheres

do contexto ganense. Com isso, as mulheres são condicionadas ao estranhamento social, suscitado em sua ambiência de origem, a ocuparem o papel de categorias adversárias.

A respeito da estrutura descontínua do enredo, abordamos que o texto prosaico se define pela ausência de linearidade no curso da trama narrativa, visto que, cada capítulo, apresenta as vivências e singularidades de um personagem protagonista, descendente das irmãs Effia Otcher e Esi Asare, vitimizadas pela escravidão transatlântica. Advertimos que o fenômeno da descontinuidade é um recurso estilístico aplicado por Yaa Gyasi, na linguagem literária, a fim de minorar as lacunas ocasionadas pela retórica colonial. A saber, os discursos fomentados pelos imaginários imperialistas fundamentaram-se na supressão da gênese das categorias dominadas, de maneira que ocorreu a obliteração das práxis socio-comunitárias que antecederam o estratagema da colonização. Posto isto, afirmamos que a lógica alternada de apresentação dos personagens não compromete o entendimento da obra, pois, o desenlace dos repertórios temáticos e o progresso das ações seguem uma sequência cronológica e espacial. A conexão entre os capítulos e dos elementos subjetivos ficcionalizados sobrevém a partir da descendência familiar e da memória ancestral. Estará exposta, a seguir, uma figura demonstrativa do quadro estrutural do livro *O caminho de Casa*:

Figura 3: Composição dos capítulos da obra a partir da árvore genealógica de Maame.



Fonte: GYASI, Yaa. *O Caminho de Casa*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

Ao realizarmos a exposição argumentativa, com relação aos indicativos biográficos e aos efeitos da experiência poética de Yaa Gyasi, inferimos que esta autoria se situa em uma atmosfera de formação literária ainda exígua e em desenvolvimento. Posto isto, observamos, no processo de reformulações e articulação da arte criativa, nas paisagens historiográficas ganenses, uma letargia cultural e indiferença à dinâmica de elaboração de projetos imaginativos e a dificuldade, por parte do quadro de escritores, em expressar seus sentimentos e revelar suas concepções de mundo. No entanto, notamos que, a partir da década de 80, ocorreu um movimento de despertar às belas-arts, no sentido da ascensão do público leitor e do interesse de agentes literários em publicar seus componentes ficcionais.

Neste cenário de renovação das escrituras ganenses, em que a alteridade é aplicada como aspecto basilar nos exercícios de interpretação das conjunturas comunitárias, enfatizamos as proposituras possibilitadas pela atuação feminina, entre as quais contextualizamos as intervenções poéticas da escritora, objeto de estudo em nossas proposições analíticas e, no diálogo suscitado, fazemos referência aos arranjos crítico-ficcionais de Taiye Selasi, Abena Busia, Margaret Yvonne Busby, Ayesha Harruna Attah, Yaba Badoe, Nana Darkoa Sekyiamah, entre outros nomes que modelam as cenas literárias do ocidente africano, de maneira singular, forjam, na contemporaneidade, o *corpus* literário de matriz ganense.

Identificamos o potencial criativo de Yaa Gyasi, legitimados pelos dispositivos conceituais e as abordagens de interpelação dos códigos identitários das sociedades africanas, estabelecidos pelo Mulherismo Africano, enquanto agendas discursivas afro-centradas, a explorarem os sistemas governamentais e os estratagemas manipulados pelas ordens detentoras dos privilégios sociopolíticos e revisam a relação do feminino com os compostos geográficos, nos quais transitam e estão associados. As contribuições narrativas apontadas concorrem à relativização dos protótipos a fim de standardizar a mulheridade africana e seus processos sociocomunitários. A memória coletiva é artifício estilístico nos arquivos estético-expressivos produzidos pela romancista em ênfase, Gyasi recorre ao instrumento de escrita denotado com a intenção de submeter, à reflexão, as múltiplas realidades históricas das sociabilidades patriarcais, do feminino, no continente negro, e pauta as vivências de categorias sociais Africana, em contextos diaspóricos, por meio de uma abordagem interseccional. Nestes termos, referenciamos o imperativo da interseccionalidade como o processo de compreensão da relação de coexistência dos fatores de subordinação e os matizes de segregação que afetam demandas identitárias em condição de exclusão social. Ao perscrutarmos os marcadores de opressão, os quais se concretizam a partir da raça, classe social, localização geográfica, etnia, gênero, corpo, sexualidade, idade, capacitismos e outros, percebemos que não são aplicados de maneira separada, atuam interligados, a gerar desigualdades díspares.

Sendo assim, a interseccionalidade está constituída como ferramenta metodológica e aparato conceitual a sistematizar as experiências de grupos sociais negligenciados pelas estruturas hegemônicas. Em sua função interpelativa da interdependência dos eixos que motivam a prática de arbitrariedades, violência, dominação, injustiça e intolerância, tenciona-se a formulação de estratégias de enfrentamento aos mecanismos de manutenção das performances de subjugamento e

articulam meios para o bem-estar das configurações identitárias situadas em circunstância de marginalização, por razão das ingerências políticas, econômicas e ideologias separatistas.

Os panoramas socioculturais e as realidades peculiares à composição das individualidades africanas estão transversalizados pelas interfaces da colonização, e ao serem ponderadas de maneira isolada, podemos constituir raciocínios simplistas e generalizantes, a consistirem na indiferença por elementos necessários à problematização e à busca de soluções para as adversidades geopolíticas e sociogovernamentais intrínsecas aos mapas civilizacionais do continente negro.

3 A TINTA QUE CABE À VIOLÊNCIA PINTA A PALAVRA NO CORPO: EFFIA OTCHER E ESI ASARE EM TRAVESSIAS

RESISTANCE

A woman's body
reflecting
the language of her soul
with no apology
is a feared entity.

(Umebinyuo, 2015, p. 33).⁷⁸

As ponderações argumentativas desenvolvidas na seção anterior exploram os efeitos da criatividade ficcional de Yaa Gyasi e nos possibilitam a compreensão de que a subjetividade poética desta artífice das instrumentalidades comunicativas da arte ganense está comprometida com as campanhas literárias nacionalistas, a este respeito verificamos que a autoria imprimiu, em seus desfechos narrativos, mapas das ordens etnográficas que correspondem aos exames reflexivos, compartilhados pelas lucubrações do espaço ficcional, das cenas históricas da Costa do Ouro e, de modo particular, constituiu sínteses analíticas dos componentes étnicos Fantes e Axantes, a demonstrar suas interferências culturais, políticas e militares à formação do estado moderno da República do Gana. As espacialidades e seus processos de produção das relações sociocomunitárias no contexto contemporâneo, da entidade federativa aludida, também estão projetados como propriedades temáticas desta performance autoral.

Isto posto, ao darmos relevância às bases geopolíticas das esferas estruturais das ambiências e governabilidades do Estado ganês, é preciso trazer à discussão as demandas constituintes dos sistemas territoriais e de suas lógicas de funcionalidade que foram negligenciadas pelas lideranças aborígenes e que na fluência das metamorfoses políticas, no forjamento e efetuação dos arquivos de regras, implementados a fim de definir a memória identitária *in situ*, e observados no agenciamento das discursividades comunitárias, tornaram-se pautas minoradas ou a estas foram dispensados espaços limitados nos registros da política pré-colonial, durante o imperialismo eurocêntrico e da ingerência das dinâmicas informativas, culturais, religiosas e militares das fronteiras colonizadoras ocidentais, e após a retirada das esferas representativas do poderio colonial,

⁷⁸ O poema referenciado está incluído no texto *Questions For Ada* (2015), da escritora nigeriana Ijeoma Umebinyuo: Resistência. O corpo de uma mulher/refletindo/a linguagem de sua alma/sem desculpas/é uma entidade temida (Tradução nossa).

a partir do processo de emancipação administrativa, adotaram uma postura de enfrentamento às bases absolutistas e aos posicionamentos que desobrigam-se da busca pelo bem-estar e progressão da mulheridade ganense, situada no quadro das categorias sociais dispostas à margem do movimento das relações macropolíticas nacionais.

Pensar o feminino em Gana nos implica ao entendimento das localizações das corporeidades nas distintas representações das geografias nacionais, em que se instituiu as posicionalidades dos sujeitos a partir das hierarquias estabelecidas a fim de sustentar a supervisão e permanência dos códigos adeptos a performatividades absolutistas. A hierarquização de subjetividade compreende à reificação e à condição de estrato menorizado dos grupos estatuídos às fronteiras dos embates governamentais e precisados enquanto dimensões sociais secundarizadas nas ementas de prioridades das ambiências étnico-originárias.

O corpo feminino e suas experiências existenciais nos roteiros socioespaciais ganenses se tornaram um campo de batalha, no incorrer dos processos histórico-temporais. É pertinente pontuarmos que as mulheres aborígenes têm sido afetadas pelas distintas configurações do chauvinismo masculino, o qual assegura a representação político-ideológica de superioridade entre os gêneros e da centralização dos homólogos masculinos a atuarem como agentes primários nas manobras geopolíticas internas, a ter como efeito o trânsito da figura masculina nos múltiplos setores da sociedade ganense e a ocupar posições de liderança nas entidades governamentais e, desta maneira, confere a uma demanda da população primitiva privilégios de ordem política, estatuir e garantir a observância de preceitos morais e religiosos e submeter, institucionalmente, as mulheres a uma atmosfera de exploração, controle, apagamento e destituição do protagonismo feminino no desenvolvimento das interlocuções sociopolíticas.

A disposição da economia local e preceitos da tradição cultural são aspectos que determinam a frequência do gênero feminino nos espaços de educação formal e constituem-se enquanto artifícios cerceadores de subsistência e evolução da mulheridade ganense em seus estágios acadêmico-formativos. Conforme pondera Mahama e Paul Kwame (2017, p. 62-63) a concepção de que as mulheres devem observar a reprodução e a consolidação familiar como fatores fundamentais às suas construções sociocomunitárias e aos homens é facultado a consciência crítico-educativa, pois acredita-se que eles serão os responsáveis pela provisão financeira de suas famílias, é peculiar aos imaginários sociais desta nação. A perspectiva da tradição cultural e religiosa nutre a compreensão da capacidade reprodutiva enquanto oportunidade pela qual os ancestrais da linhagem

podem renascer. Ao considerarmos os índices referenciais expostos, depreendemos que o processo de gerar descendentes potencializa a garantia social e econômica feminina, principalmente, quando a descendência for do sexo masculino.

Contudo, registramos que as mulheres ganesas têm exercido o papel de provedoras de seus lares, por razão da morte de seus cônjuges, abandono conjugal ou para complementar a renda de suas famílias. A exiguidade de recursos formativos impossibilita a inserção da mulheridade nas múltiplas esferas do mercado de trabalho, advertimos que os resultados econômicos auferidos por estes agentes da sociedade ganesa têm por finalidade a manutenção doméstica, de maneira distinta, os homens investem no aprimoramento acadêmico e possui outros empreendimentos que os beneficiam no cenário econômico e profissional.

Com relação ao mercado de trabalho, distribuição de renda e à diversidade de ocupação profissional afirmamos, respaldados nos subsídios referenciais da Pesquisa de Padrões de Vida de Gana⁷⁹, que a população feminina é economicamente ativa, entretanto, os agentes sociais pertencentes ao gênero feminino, em sua maioria, desempenham atividades laborativas na informalidade e na prática agropecuarista. A experiência com o mercado de trabalho autônomo baseia-se na ausência de registro trabalhista e de efetividade da garantia de direitos; correlato ao aspecto da instabilidade financeira provocada pela falta de renda fixa, constata-se o desequilíbrio de retorno financeiro de produção, pois, no exercício da ocupação profissional autônoma, ao atuar em funções análogas exercidas pelo estrato profissional masculino, as ganesas são afetadas pela disparidade salarial, a qual é classificada como fator otimizador à desigualdade de gênero.

Pospositivo ao raciocínio argumentativo evidenciado, acrescentamos que o Estado, ao compreender a dinâmica da economia nacional e forjar estratégias com o objetivo de reduzir as taxas de desemprego no país, encontra no setor empregatício informal a possibilidade de gerar formas criativas de emprego, de modo que, aos homens, proporciona a aquisição de habilidades técnicas e formações profissionais diversificadas, a título de exemplo, citamos as capacitações na área da carpintaria, na formação de pedreiros, ferreiros, mecânicos, pintores, reparadores de aparelhos domésticos e eletrônicos, estofadores, metalúrgicos e etc. De forma distinta, as mulheres ficam restritas às atividades relacionadas à estética capilar e à costura. No tocante à esfera acadêmica,

⁷⁹ A pesquisa reportada está descrita no texto de Mariama Awumbila, intitulado: *Igualdade de Gênero e Pobreza em Gana: implicações para estratégias de redução da pobreza*. 2006, p. 149-161. (Tradução nossa).

aferimos a intensificação do controle sexual e uma abreviada representatividade feminina a contribuir para as formações especializadas e a incitar o campo crítico-reflexivo das demandas estudantis, com enfoque nos debates da pluralidade de perspectivas e entendimentos das bases culturais nativas. As mulheres que integram o quadro de docentes, nas universidades, e realizam pesquisas, em suas respectivas áreas de interesse profissional, relatam o desafio de atuarem em espaços que sucedem o prevalecimento da dinâmica patriarcal e das manobras aplicadas com a finalidade de atribuir ao feminino conotações reducionistas que implicam infantilização das conjecturas crítico-reflexivas e dependência da ordem social dominante.

No ano de 2004, um grupo de mulheres a refletir sobre as práticas de censura e inviabilização dos projetos de reparação e impulsionamento de códigos sociais alternativos aos movimentos que propositam a interação reflexiva com as instituições governamentais da antiga Costa do Ouro, criou o Manifesto de Mulheres para Gana. Em linhas gerais, este documento trata-se de uma declaração política e ideológica que pauta a integração e participação feminina no exercício das governabilidades ganesas e inserção nos partidos políticos; o manifesto feminista reconhece a discriminação de gênero como dispositivo reacionário à desigualdade econômica e, por sua vez, o aspecto retratado reforça a preservação de subjugamento da mulher nas ambiências aborígenes. Isto posto, sinalizamos a conscientização da entidade às realidades cotidianas do feminino e de suas especificidades comportamentais, as quais manifestam o éthos identitário das espacialidades nacionais.

Portanto, estão submetidos, à reflexividade argumentativa, indicadores temáticos intrínsecos às condições da mulheridade e dos fenômenos geopolíticos, os quais desdobram-se nas paisagens geográficas subsaarianas em alusão; as premissas que norteiam o Manifesto de Mulheres para Gana incitam perquirições no tocante a práticas culturais e religiosas, desigualdade de gênero nas relações conjugais, violência doméstica e estupro conjugais, dependência afetiva, inacessibilidade feminina aos sistemas de ensino formais e às iniciativas organizadas de aprendizagem que ocorrem nos espaços da administração governamental, à saúde reprodutiva e maternidade, ao tráfico humano com o intuito do comércio sexual, aos abusos sexuais, intolerância religiosa, mutilação genital feminina, informalidade trabalhista, insegurança da preservação de direitos no cenário econômico do país e inferiorização na atuação profissional. Os distintivos acentuados provocam o desdobramento da violência simbólica e de suas implicações na conformação

das sociabilidades, assim como subsidia a implementação institucional dos papéis identitários determinados ao gênero feminino.

A construção identitária das mulheres e suas distinções representativas que figuram as realidades vivenciadas e as instâncias socioespaciais, as quais são assentidas ao trânsito do código social feminino, estarão acentuadas enquanto coeficientes político-ideológicos na organização do mapeamento argumentativo *a posteriori*. Assim sendo, o desenvolvimento desta seção crítico-analítica tem o objetivo de perscrutar as personagens Effia Otcher e Esi Asare; evidenciaremos, nesta abordagem reflexiva, os matizes de subordinação e a objetificação das corporeidades das figuras ficcionais indicadas. As travessias cotidianas de Effia Otcher e Esi Asare, as quais estão correlacionadas às influências da ação cultural e outros elementos que nos remetem aos regimes administrativos, denunciam a estigmatização sexual e a censura da individuação dos sujeitos, por intervenção da atuação cis-heteropatriarcal que, em suas práticas de autopromoção, sustenta-se no abuso de poder, imposições hierárquicas e na manipulação de atos de violência a fim de cristalizar o gênero subjugado a lugares-comuns e a reforçar imagens de controle às representações femininas.

3.1 EFFIA OTCHER: A LIBERDADE ADIADA

Assinalamos que a espacialidade etnográfica em que a personagem Effia Otcher está inserida, a etnia Fante, trata-se de uma esfera territorial constituída por um sistema de matrilinearidade. Nestes termos, reconhecemos ser oportuno elucidar que o processo de conformação matrilinear corresponde à concepção das lideranças governamentais e no engendramento da ocupação das camadas dominantes, por meio da linhagem materna. Entretanto, a configuração social por descendência materna não consiste em ascensão feminina ou faculta ao sexo, em posição inferiorizada, estabelecer-se em instâncias sociopolíticas as quais reivindicam papéis de liderança e demandam influência, comando e responsabilização administrativa no que concerne ao panorama civilizacional, no qual a matrilinearidade é admitida enquanto prática de organização social. Assim, a cosmovisão e aplicabilidade da experiência evocada pelo modelo institucional da matrilinearidade distancia-se do matriarcado e dos códigos identitários matrifocais. Instamos apresentar que os contextos matriarcais atribuem à figura da mulher-mãe a representação de expoente governamental nos múltiplos setores da ambiência comunitária. Por este enfoque, outorga-se, à mulheridade, a concretização do exercício

de dirigente, difusora de saberes e a autoria dos critérios culturais das latitudes geográficas de pertencimento. Para as sociedades fundamentadas na centralização de gnosos idealizadas pelo estrato feminino e por sua autonomia geocultural, designadas entidades ginocráticas, a mulher é elemento preeminente, descrita como portadora da vida, guardiã da cultura; em suas vivências públicas, o cumprimento de direitos políticos lhe são assegurados e a usualidade discursiva do termo sexo débil e dos valores possibilitados pela expressão citada, ao gênero feminino, não se ajusta (Scholl, 2019, p. 163). Diante dos registros argumentativos expostos, Yaa Gyasi manifesta o reconhecimento da conjuntura tribal fante enquanto espaço de coerção exercida pelo regime organizacional e por restringir, aos bastidores, parcelas sociais ditas alternativas, submetendo-as às ações de controle dos códigos civis licenciados à manipulação do poder. Observemos o excerto a seguir:

Fiifi parou de falar, e Quey ficou olhando a filha caçula do tio, menina de dois anos, a brincar no pátio. Daí a um tempo, uma criada veio, trazendo um lanche de amendoins e bananas. Ela se aproximou primeiro de Fiifi, mas ele a interrompeu. Com uma voz neutra e um olhar neutro, ele falou:

- Você deve servir primeiro o meu filho.

A mulher obedeceu, fazendo uma reverência diante de Quey e estendendo sua mão direita. Depois que os dois tinham recebido, a criada saiu, enquanto Quey observava o balanço medido de seus quadris largos.

- Por que o senhor sempre diz isso? – perguntou Quey, quando teve certeza de que a mulher tinha ido embora.

- Por que eu digo o quê?

- Que eu sou seu filho. - Quey baixou os olhos, falando com a voz tão fraca que teve esperança de que o chão engolissem o som. - Antes o senhor nunca afirmou isso.

[...] - Você passou tempo demais na Inglaterra, Quey. Pode ser que tenha se esquecido de que aqui as mães, irmãs e seus filhos são mais importantes. Se você for o chefe, o filho da sua irmã é seu sucessor porque sua irmã nasceu da sua mãe, mas sua mulher não. O filho da sua irmã é mais importante para você até mesmo do que seu próprio filho. “Fui eu quem disse ao seu governador que lhe desse esse posto, Quey, porque você é a pessoa para quem eu deveria deixar tudo isso. Eu lhe darei tudo o que tenho (Gyasi, 2017, p. 106-108).

O fragmento textual descrito acima nos indica alguns aspectos a serem refletidos, os quais podemos citar o processo de composição político-administrativo da esfera étnica Acã em enfoque, a produção de sentidos que este regime suscita, a determinar um sistema de representação que instala segmentos sociais originários e suas perspectivas particulares no centro das tomadas de decisões e planejamento governamental, em que a figura

masculina está reproduzida enquanto ordem hegemônica e entidade detentora do domínio simbólico. O poder simbólico e suas matrizes de representação não devem estar reduzidos aos termos da exploração econômica e arbitrariedade física, todavia, o poder simbólico expressa a repressão e o apagamento de componentes sociais nos distintos cenários de uma estrutura geopolítica, de modo que implica na abreviação da inhomogeneidade da cultura e de óticas governamentais. No tocante ao poder simbólico, Stuart Hall (2016, p. 193) declara que o termo em alusão é a relação de influência, capacidade de deliberar, de maneira arbitrária, a construção das realidades e de suas representações, a usar a estereotipagem como elemento-chave do exercício de violência, dentro desse regime de interpretação, de marcar, atribuir e classificar o Outro. No momento em que ocorre a determinação de lugares e, com isso, a definição de papéis e o processo de sistematização das imagens identitárias, concretiza-se a expulsão ritualizada. De acordo com Hall (2016, p. 193), a expulsão ritualizada é a estratégia hegemônica com o intuito de excluir camadas sociais que não se alinham aos paradigmas ideológicos dos projetos estatais e são privadas do reconhecimento de seus potenciais subjetivos pelas instituições fundamentalistas. Vejamos a passagem abaixo:

- Acorda - disse ela, baixinho, e ele lhe deu um empurrão. Mesmo meio dormindo, ele era mais forte do que ela. Ela caiu para trás, mas, com a elegância de um felino, voltou a ficar em pé de um salto. - Acorda - repetiu ela. Os olhos de Fiifi se abriram de repente. - Não me perturbe, irmã. - O que vai acontecer? - Perguntou ela. - É assunto de homens. - Respondeu Fiifi. - Você ainda não é homem - disse Effia. - E você ainda não é mulher - retrucou Fiifi de pronto. - Se fosse, estaria lá com Abeeku nesta noite mesmo, como esposa dele. Os lábios de Effia começaram a tremer. Ela se virou para voltar para seu lado da cabana, mas Fiifi a segurou pelo braço. - Nós vamos ajudar os ingleses e os axântis com o comércio (Gyasi, 2017, p. 26).

A citação em destaque exemplifica, por intermédio da interação dialógica entre as personagens Effia Otcher e seu irmão, Fiifi, a exclusão sistêmica que se processa pelo distanciamento da representação feminina das condutas políticas e estratégias econômicas relativas aos interesses coletivos. O cenário econômico e as relações comerciais são aspectos, conforme elementos informativos inerentes à memória coletiva e às dinâmicas historiográficas da etnia fante, que refletem a ausência do potencial feminino enquanto uma realidade nos processos socioculturais desta base territorial. O registro ficcional indica a infantilização da mulher, a circunstanciar a personagem Effia à lacuna da incapacidade de compreender o contexto das performances administrativas e ocorre a

censura do contato do sujeito outremizado com as manobras econômicas vigentes, prescindindo-o do desenvolvimento de cisões e execução de operações ofensivas com o propósito de expansão territorial e poderio militar, como efeito da atividade escravagista e da implementação do ethos que conformam a identidade colonial. O trecho “- Não me perturbe irmã. - O que vai acontecer? - Perguntou ela. - É assunto de homens.” (Gyasi, 2016, p. 26) evidencia a supremacia da ação masculina e retrata um quadro territorial orientado por perspectivas sexistas que roteirizam os comportamentos dos sujeitos. Assim sendo, é possível entender que as definições de papéis sociais assentidos às individuações do gênero feminino advém dos conflitos motivados pelo binarismo sexual e da conservação de domínio, a partir do pretensiosismo das entidades patriarcais, que, neste caso, submete a mulheridade à performance da incapacidade argumentativa e desprovida de retórica governamental, do sujeito indefeso, da figura feminina que precisa estar acompanhada do estrato situado, pelos axiomas culturais, no topo das cartografias sexuais de dominação com o objetivo de que suas interações e reações civis sejam legitimadas, como relatado no extrato “- E você ainda não é mulher - retrucou Fiifi de pronto. - Se fosse, estaria lá com Abeeku nesta noite mesmo, como esposa dele.” (Gyasi, 2016, p. 26).

As vivências cotidianas da personagem Effia Otcher estão relacionadas aos múltiplos matizes da violência, averiguados desde os primeiros momentos de sua existência, os quais manifestam-se em interações intercorridas nos desfechos domésticos e nas disposições sociais que transcendem as fronteiras intrínsecas ao núcleo familiar. A liberdade, aplicada em nossas elucubrações analíticas como fenômeno essencial à instituição política do Estado moderno, é coeficiente utópico na trajetória da figura ficcional em destaque. Os indicativos narrativos demonstrados a seguir atestam as alegações expositivas:

Na noite em que Effia Otcher nasceu, no calor almiscarado da terra dos fantis, um incêndio varria a floresta bem na frente do *compound* de seu pai. O fogo avançava rápido, abrindo caminho por dias a fio. Alimentava-se do ar. Dormia em cavernas e se escondia em árvores. Ele queimava, lançando chamas para o alto e para todos os lados, alheio à devastação que deixava para trás, até que chegou a uma aldeia axânti. Lá, ele sumiu, unindo-se à noite. [...] Naquele momento, ele soube que a lembrança do fogo que queimou e depois fugiu atormentaria a ele, aos seus filhos e aos filhos de seus filhos por todo o tempo que perdurasse. Quando voltou para a cabana de Baaba e encontrou Effia, a filha do fogo da noite, aos berros, ele olhou para a mulher e disse: “Nunca mais vamos falar sobre o que aconteceu hoje.” (Gyasi, 2017, p. 13-14).

As entrelinhas textuais, que constituem o fragmento literário acima relatado, revela-nos o abuso de poder perpetrado por Cobbe Otcher, nominado Grande Homem. A conduta arbitrária assumida pelo Grande Homem vitimou Maame, a qual no progredir do enredo será identificada como mãe da personagem que intitula esta seção analítica, objeto temático de nossos interesses reflexivos. Os registros ficcionais empreendidos pela determinação imaginativa de Yaa Gyasi reportam-se à violência sexual sofrida por Maame e, como efeito da relação sexual não consentida, o nascimento de Effia.

Assinalamos que a presença de Maame em terras fantes é consequência das contendas tribais, com a intenção de ampliar as bases geográficas, consolidar o poderio militar e estatuir o potencial cultural e geopolítico às extensões étnicas vencidas em batalha ou subjugadas através de altercações incidentais. As circunstâncias descritas indicam que o código subalternizado simboliza a conquista da ordem hegemônica e sua influência em relação à conjuntura sentenciada ao controle do segmento étnico que logrou de êxito na manipulação de suas estratégias de combate e efetividade das diligências em função de preservar o *status quo* de liderança geocultural. Isto posto, afirmamos que análogo aos conflitos de caráter endógeno, verificamos o desdobramento dos pactos comerciais e acessão - por parte das estruturas sociais nativas, asseguradas pelo poder de atuação das expressões governamentais em vigência - às dinâmicas das atividades econômicas peculiares ao imaginário ocidental, a deferir a institucionalização do projeto de inferiorização dos componentes identitários específicos às disposições estatais africanas e definir, aos sujeitos dos mapas civilizacionais nativos, a condição de componente primário para o desenvolvimento da agenda escravagista.

Compreendemos que a tônica do regime de produção de mão de obra escravizada foi assegurar o reconhecimento e a legitimação, aos Estados-nação europeus e expoentes civilizatórios coloniais ancorados nos pressupostos governamentais das metrópoles norteglobais, enquanto epicentros da política de ampliação dos limites territoriais, núcleos de exportação cultural e protótipos das revoluções econômicas. Por extensão, o estratagema sociopolítico em ênfase acentuou as relações de dominação singulares à supremacia patriarcal. Assim, ao reportarmo-nos ao fragmento textual perscrutado, atentamos para a correlação dos fatores de opressão, determinada, na circunstância em pauta, pela sobreposição de raça, gênero e origem étnica.

É legítimo asseverarmos que a voz autoral recorre ao emprego de recursos metafóricos com a finalidade de denotar a reação de resistência de Maame. Podemos perceber um movimento de denegação às práticas coercitivas executadas pelo agente

opressor e a obstinação em retirar-se do quadro de repressão ao qual à personagem estava submetida. O fogo está citado como mecanismo de defesa e instrumento de restauro, em função do advento de novas experiências sociais. De maneira simultânea, aditamos ao roteiro interpretativo do signo linguístico fogo e de seus valores simbólicos, a percepção de que o imperativo feminino e o termo especificado estão precisados enquanto elementos análogos. O emprego de expressões que designam a ideia de movimento, a exemplo dos verbos varrer, avançar, abrir, alimentar, dormir, esconder, deixar, chegar, sumir e unir corroboram ao desenvolvimento de nossas alegações analíticas. Ao encontro das aferições argumentativas discorridas, Agripina Ferreira (2013, p. 83), baseada nos escrutínios investigativos do filósofo e poeta francês Gaston Bachelard⁸⁰, a respeito da temática abordada, articula que “o fogo é devir, transformando-se a cada instante como o ser humano, como a vida, como tudo”.

O desfecho reflexivo incorre ao entendimento de que a incidência de entidades arbitrárias, representadas pela *práxis* da masculinidade despótica e o sistema socioeconômico alicerçado nos paradigmas governamentais da invisibilidade racial, provocou a desintegração familiar, a obliteração geracional e ancestral africanas, da mesma maneira que foi fator de origem à manifestação de conflitos psicoemocionais, relativos aos aspectos da memória coletiva, identidade subjetiva e à constituição das interfaces socioafetivas inerentes às cartografias femininas nas sociedades africanas e em suas diásporas, realçados nas entrelinhas das proposições ficcionais “Naquele momento, ele soube que a lembrança do fogo que queimou e depois fugiu atormentaria a ele, aos seus filhos e aos filhos dos seus filhos por todo tempo que sua linhagem perdurasse.” (Gyasi, 2017, p. 13).

Com a renúncia de Maame, à condição de cativa, e, em sequência, a fuga do território fante, a filha do fogo, designação concedida à Effia Otcher pelos membros de sua ambiência de pertencimento, passou a estar sob a vigilância autoritária da primeira esposa de Cobbe Otcher, a qual respondia pelo nome de Baaba. A relação da filha do fogo com a mãe adotiva resulta-se do processo de apatia e estranhamento à presença de Effia e à sua memória ancestral. Dito isto, a descendência do grande homem com o sujeito outremizado, em face dos truísmos escravagistas e subordinado ao monopolismo ideológico da categoria patriarcal, tornou-se objeto de atenuação às tensões afetivas de Baaba. A seguir, os registros narrativos intensificarão o raciocínio analítico expresso:

⁸⁰ A título de informação mencionamos as obras *Fragmentos de uma Poética do Fogo* (1990) e *A Psicanálise do Fogo* (1994), de Gaston Bachelard.

À noite, Baaba sonhava em deixar a criancinha na floresta escura para que o deus Nyame fizesse com ela o que bem entendesse. Effia cresceu. No verão depois de completar três anos, Baaba teve seu primeiro filho. [...] No primeiro dia que Baaba permitiu que Effia o pegasse no colo, Effia, sem querer, o deixou cair. O menino quicou no traseiro, foi parar de bruços e olhou para todos os que estavam ali, confuso, sem saber se deveria chorar ou não. Decidiu não chorar, mas Baaba pegou a grande colher de pau com que estava mexendo o *banku* e começou a espancar as costas nuas de Effia. Cada vez que a colher era levantada do corpo da menina, ela deixava para trás pedaços quentes e grudentos de *banku*, que penetravam na sua carne, queimando. Quando Baaba terminou, Effia estava coberta de ferimentos, chorando e berrando. Do chão, rolando para lá e para cá sobre a barriga, Fiifi olhava para Effia com os olhos muito arregalados, mas não emitia um som. Quando completou dez anos de idade, Effia podia desfiar a história das cicatrizes no seu corpo (Gyasi, 2017, p. 14-15).

Os trechos que compreendem à ação romanesca sublinhada conotam a constituição do arquétipo do elemento subjugado. A respeito do arquétipo do elemento subjugado, abordamos que sua acepção conceitual alcança a integralidade de seu valor semântico-ideológico quando associado à perpetração administrativa dos eixos imperialistas. A máxima dos entrepostos coloniais forja-se com a razão de cristalizar contextos, populações e a situação espacial das categorias individuadas. Por este prisma, as corporeidades individualizadas, que estão deslocadas dos critérios singulares às realidades geopolíticas dos panoramas capitalistas ocidentais, são reservadas à neutralidade das vivências em sociedade. Com efeito, apesar de Baaba proceder de forma coerciva, aos estímulos externos, a personagem predita não se difere da enteada, no que tange ao reconhecimento, pelos preceitos estatais do imperativo racial e pelo radicalismo da heteropatriarcalidade, pois, as personas do roteiro romanesco especificadas estão constituídas como artifícios à regência dos aparelhos governamentais totalitários. Assim, “para cada cicatriz no corpo de Effia, havia uma cicatriz correspondente no corpo de Baaba, mas isso não impedia a mãe de espancar a filha, nem o pai de espancar a mãe” (Gyasi, 2017, p. 15).

Credita-se ao código inferiorizado o desequilíbrio familiar, a instabilidade financeira que aflige o cenário doméstico e por ser fator de causalidade ao desencadeamento das dissensões entre os seus pais. A escassez afetiva, a qual perpassa a relação conjugal de Otcher com a primeira esposa, substancia o esforço de Baaba em conduzir o vínculo parental e de responsabilidade doméstica estatuída pelas convenções da cultura autóctone, a partir de reações suscitadas pelo estado de indiferença e pelo *modus* de sonegação à existência do segmento refutado. Os momentos de afeição maternal

se reificam nas circunstâncias em que Effia demonstra uma personalidade abjeta, tornando-se um ser resignado ao silenciamento (Gyasi, 2017, p. 20). As ocasiões que realçam uma postura de perscrutação às experiências cotidianas, com ênfase às que correspondem aos processos naturais das corporeidades femininas, são censuradas pelas disposições coercitivas prescritas pelos aparelhos de dominação em exercício:

Naquela noite, Baaba acordou Effia, que estava dormindo no chão da cabana. Effia sentiu o calor da respiração da mãe na sua orelha, enquanto ela falava. - Quando seu sangue chegar, Effia, você precisa esconder. Você deve contar para mim e para mais ninguém - disse ela. - Está entendendo? - Ela entregou a Effia folhas de palmeira que tinha transformado em rolos de tecido macio. - Ponha isso dentro de você e olhe todos os dias. Quando ficar vermelho, você tem de me avisar. [...] Effia fez que sim. Voltou-se para sair, mas uma pergunta queimava como carvão em brasa na boca do seu estômago. - Por quê? - perguntou ela, por fim. Baaba enfiou a mão na boca de Effia, puxando a língua para fora, e beliscou a ponta com suas unhas afiadas. - Quem é você para achar que pode me contrariar, hem? Se não me obedecer, vou dar um jeito de você nunca mais conseguir falar. - Ela soltou a língua de Effia e, pelo resto da noite, Effia sentiu o gosto do próprio sangue (Gyasi, 2017, p. 21-24).

As referências narrativas supracitadas facultam-nos ao entendimento, respaldados pelas proposições teóricas de Gayatri Spivak (2010, p. 25), que a persona subalternizada, a qual, nesta ordem analítica, denominamos de sujeito-efeito, não dispõe de inépcia argumentativa ou aduz exiguidade de interesse pelas manifestações sociológicas peculiares à experiência individuada, contudo, reconhecemos a insuficiência de oportunidades aos discursos alternativos e a falta de assistência das estruturas geopolíticas. Ao encontro do raciocínio formulado, a crítica de Gayatri Spivak (2010, p. 25) denota que o sujeito-efeito, por ter sua identidade manipulada e difundida à luz das intervenções das agências socioespaciais imperialistas, está restringido ao monolitismo existencial e aos determinismos geopolíticos macrossociais, instaurados pelos limites da lei, da economia política e por ideologias segregacionistas, a camuflar histórias de povos que subsistem à margem dos contextos hegemônicos.

Destarte, Effia, no despontar da juventude, ao completar 15 anos de idade, tornou-se elemento de manipulação dos desígnios políticos de seus responsáveis. Enquanto Cobbe Otcher tencionava o vínculo matrimonial de sua filha com o *omanhene* Abeeku Badu, líder governamental da etnia fante, e, com isso, lograr ascensão social diante dos habitantes do cenário aborígine delimitado, Baaba orquestrava o distanciamento da

primogênita de Maame do âmbito familiar. O pedido feito à enteada, para não revelar a nova fase em que esta encontrava-se, determinada a partir da primeira experiência do ciclo menstrual - manifestação fisiológica singular à mulheridade que, no enfoque da tradição cultural e religiosa intrínseca às fronteiras territoriais acãs, representa potencial reprodutivo e amadurecimento feminino, elemento designativo de acesso à vida adulta - foi utilizado como mecanismo com o objetivo de persuadir o grande homem Otcher e o chefe tribal a considerarem o fato de Effia ser inapropriada ao casamento. O contexto diegético está ilustrado adiante:

E assim o chefe foi convidado a vir ao *compound*. Ele se sentou ao lado de Cobbe, enquanto Baaba lhe contava sua teoria de que o incêndio que tinha destruído tanto do patrimônio da sua família também tinha destruído a criança. - Ela tem o corpo de uma mulher, mas alguma coisa maligna está oculta no seu espírito - disse Baaba, cuspidno no chão para maior ênfase. - Se você se casar com ela, ela nunca te dará filhos. Se o homem branco se casar com ela, ele terá consideração por esta aldeia, e seu comércio há de prosperar com isso. Abeeku confiava a barba tranquilamente, enquanto pensava no assunto. - Tragam a Bela aqui - ele acabou dizendo. A segunda esposa de Cobbe trouxe Effia para a sala. Effia tremia e sentia uma dor de barriga tão forte que achou que ia evacuar bem ali na frente de todos. Abeeku levantou-se para ficar de frente para ela. Ele passou os dedos por toda a paisagem do seu rosto, os montes das faces, as grutas das narinas. - Nunca nasceu mulher mais bela - disse ele, por fim. E se voltou para Baaba. - Mas vejo que você está com a razão. Se o homem branco a quer, pode ficar com ela. Vai ser melhor para nossos negócios com eles. Vai ser melhor para a aldeia. [...] Baaba se manteve firme. Ela se aproximou de Effia depois que Abeeku tinha saído e lhe entregou um pingente de uma pedra negra que cintilava como se tivesse sido revestida com ouro em pó. Ela o enfiou nas mãos de Effia e se inclinou bem perto até seus lábios tocarem na orelha dela. - Leve isso quando você for - disse Baaba. - Pertenceu a sua mãe. E quando Baaba finalmente se afastou, Effia pôde ver alguma coisa parecida com alívio dançando por trás do seu sorriso (Gyasi, 2017, p. 31-32).

Para a realização do casamento e o egresso de Effia, do quadro etnográfico ancestral, o governador James Collins, recém-nomeado para exercer funções administrativas e expandir as rotas e vínculos comerciais escravagistas, no Castelo da Costa do Cabo, concordou em pagar, à Baaba, de início, a quantia de 30 libras e, mensalmente, a família da noiva receberia o valor de 25 xelins, em forma de mercadorias comercializáveis (Gyasi, 2017, p. 30).

Unir-se, em matrimônio, com um representante do Estado colonial britânico, denotou ser, à Bela, assim nomeada pela autoridade suprema da configuração tribal

ganesa em enfoque, uma possibilidade de anular o contexto de subserviência e opressão, no qual estava inserida desde o seu nascimento. Entretanto, não se retardou em concluir que a aliança conjugal estabelecida com um integrante originário da matriz imperialista ratificava o pensamento de seu pai, exposto durante a fuga da cativa Maame, a evidenciar que “o fogo que queimou e depois fugiu atormentaria a ele, aos seus filhos e aos filhos de seus filhos por todo o tempo que sua linhagem perdurasse” (Gyasi, 2017, p. 13).

A colonização tornou possível o envolvimento sexual de membros das abrangências geográficas ocidentais com a população nativa. O sujeito hegemônico, ao empreender os estratégias de controle sobre as territorialidades acometidas pela experiência da colonização e que foram afetadas com o impacto do tráfico ultramar de homens africanos escravizados, materializa o rito de expulsão das demandas culturais, historiografia ancestral, dos preceitos espirituais e convicções políticas que constituem as identidades subjetivas do segmento explorado:

[...] ela e James Collins foram casados por um sacerdote que pedira que Effia repetisse palavras cujo significado ela não sabia numa língua que não entendia. Não houve dança, nem banquete, nem cores vivas, cabelos untados, nem velhas com os seios nus e enrugados jogando moedas e agitando lenços. Nem mesmo a família de Effia compareceu, porque Baaba convencerá a todos de que a garota era de mal agouro e ninguém mais quis ter qualquer contato com ela (Gyasi, 2017, p. 32).

Neste sentido, explanamos que, enquanto as mulheres, coagidas pelos arquivos de regras patriarcais e pelas dinâmicas da produção econômica em vigor, tinham o intuito, nestas relações de supremacia geopolítica e, na sequência, estatuídas nas bases hierárquicas de raça e gênero, de dar existência concreta ao sonho da construção familiar, de ter autonomia no cerne doméstico, como assegura Clenora Hudson-Weems (2020, p. 78), ao apontar que é na “família que a mulher africana obtém sua exposição inicial a um ambiente de apoio, amor e afeto”, é comum, à masculinidade institucional eurocêntrica, o propósito de suprir seus interesses sexuais e eximir-se da responsabilidade de protagonizar o exercício da vivência conjugal.

No decorrer da narrativa, escutamos que a personagem Effia se sentia vilipendiada com a ausência afetiva de James Collins. A relação interpessoal com o homem branco estava vedada do reconhecimento social, cultural, governamental e, do ponto de vista religioso, não lograva de legitimidade. Os princípios que norteiam o comportamento religioso, relativo à espiritualidade do cristianismo, situa-se enquanto

agente de incitação à desigualdade socioespacial. Retomamos este aspecto, abordado em circunstâncias anteriores, desta pesquisa, com a intenção de salientar que a cosmovisão do sistema monoteísta da crença cristã operava em função do arrependimento, da negação e conversão das dimensões espaciais subjugadas às diretrizes que engendravam a dialética cultural das configurações territoriais colonizadoras:

Ela ouvira os ingleses chamá-las de “raparigas”, não de esposas. “Esposa” era uma palavra reservada às mulheres brancas que moravam no ultramar. “Rapariga” era uma coisa totalmente diferente, uma palavra que os soldados usavam para manter as mãos limpas e não se encrascar com seu deus, um ser que ele próprio era feito de três, mas que permitia que os homens desposassem somente uma (Gyasi, 2017, p. 36).

Concomitante aos múltiplos matizes de opressão, articulados às vivências interpessoais e a constituírem as memórias subjetivas do componente ficcional em estudo, constatados no progresso das ações narrativas, nos momentos em que Effia apercebia-se do distanciamento do administrador de Cape Coast, conforme correspondências oriundas das fronteiras britânicas, escritas em intervalos imprevisíveis, pela esposa branca, chegavam às mãos de James Collins (Gyasi, 2017, p. 37), ou nas circunstâncias romanescas, as quais reiteram a política do tratamento segregacionista conferido à filha de Cobbe Otcher, devido as suas convicções religiosas divergirem e confrontarem as premissas da doutrina espiritual admitida pelas conjunturas eurocêntricas (Gyasi, 2017, p. 41), ressaltamos a efetividade da produção de mão de obra escravizada, conduzida pelo homem que com Effia, em terras fantes, dispusera-se aos compromissos matrimoniais.

A função assumida por Collins, nas negociações ultramar de especiarias extraídas das latitudes africanas, no aprisionamento e tráfico das populações aborígenes, a estruturar o comércio triangular, com a finalidade de estabilizar e expandir a economia dos Estados nacionais europeus, a exemplo da Inglaterra, que teve o setor da infraestrutura financeira baseada na captura de demandas sociais africanas, e de outros países que fizeram uso da atividade escravagista com o intuito de superarem o desequilíbrio financeiro inerente aos roteiros espaciais endógenos, entre os séculos XIV e XIX, suscitou alterações nas cartografias geopolíticas autóctones e acentuou a rivalidade entre os grupos étnicos que integram o Estado ganês.

Estar no entreposto de Cape Coast possibilitou, à personagem Effia, o exercício de reflexividade, no que diz respeito aos estratagemas da ordem comercial transatlântica,

às vertentes do poderio colonial, em atividade nos estratos territoriais da antiga Costa do Ouro, que a faziam pensar nas alianças estabelecidas pelas entidades governamentais do ocidente e lideranças administrativas aborígenes, a dar efetividade ao processo de subjugamento de segmentos sociais localizados à margem do reconhecimento hegemônico, denotados nas sentenças ficcionais “E o bicho humano? Quanto ele valeria?” (Gyasi, 2017, p. 45), as quais esculpem o romance em análise.

Dito isto, explanamos que Effia, em face dos dispositivos de dominação, com o objetivo de submeter as corporeidades femininas à vigilância do chauvinismo patriarcal, traz à memória, as palavras e ações de Baaba, que a condicionavam ao lugar da nulidade existencial, reproduzidas no excerto “- Você não é nada, de lugar nenhum. [...] O que pode crescer do nada?” (Gyasi, 2017, p. 48).

3.2 ESI ASARE NO (IN)VERSO DA HISTÓRIA: ENTRE TONS DA VIOLÊNCIA, A COLONIALIDADE DO PODER E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO-EFEITO

“Fraqueza é tratar alguém como se pertencesse a você. Força é saber que cada pessoa pertence a si mesma” (Gyasi, 2017, p. 63).

Exposta aos aforismos reacionários que subvencionam a manutenção do regime de primariedade do quadro patriarcal e da centralidade de concepções derivadas da ótica de preeminência do signo da masculinidade, enquanto ordem social de acesso ao equilíbrio sociopolítico e à racionalidade administrativa, a personagem Esi Asare se apresenta, no curso dos conflitos diegéticos, acometida pelas intervenções da cultura de silenciamento e objeção, urdida pelas estruturas geopolíticas em posição de hegemonia, a atuarem nos díspares setores da aldeia Axante e a conformarem as relações de poder, e suas representações, neste território integrante da conjuntura étnico-cultural Acã, a qual compreende aos limites geográficos da República Federativa do Gana.

Com a finalidade de alcançarmos a integralidade analítica e articularmos observações críticas consistentes, no que concerne à personagem em destaque e à complexidade das dinâmicas governamentais do contexto pautado, ressaltamos que Esi Asare é a segunda filha de Maame, nascida de seu relacionamento conjugal com Kwame Asare, um dos guerreiros da aldeia Axante. Maame, após provocar o incêndio, que assolou as lavouras de inhame de Cobbe Otcher, grande homem de quem esteve sob domínio, na tribo Fante, recorreu às passagens furtivas da floresta e aproximou-se das

extensões étnicas de Kwame Asare, a encontrar refúgio, afeto e, nestas latitudes, não lhe foi obstruída a oportunidade de tornar concreto o propósito da constituição familiar.

Em sentido contrário às dissidências domésticas e ao quadro de censura moral, religiosa e racial em que está situada sua meia-irmã, Effia Otcher, Esi Asare, desde o nascimento, dispõe da atenção de seus pais e do acolhimento pela comunidade originária. O apreço, dispensado à filha do aguerrido Asare, pelos habitantes da aldeia primitiva, resulta do êxito obtido nas operações militares, campanhas de expansão territorial e subjugação das espacialidades étnicas adjacentes, lideradas por seu genitor, a conferir-lhe respeito, o *status* de chefe da nação axante e a posição de melhor guerreiro da aldeia a qual pertence:

Esi nasceu numa pequena aldeia no coração da nação axânti. Grande Homem deu uma festa de acolhimento da menina ao mundo, durou quatro noites. Cinco cabritos foram abatidos e fervidos até seu couro duro ficar macio. Dizia-se que Maame não parou de chorar nem de louvar a Nyame durante toda a cerimônia. Ela também não largou a bebê Esi nem por um instante. “Nunca se sabe o que pode acontecer”, ela não parava de repetir. Esi cresceu em total felicidade. Os habitantes da aldeia a chamavam de manga madura porque ela ficava quase no limite de ser uma criança estragada por ser mimada. Ainda era um amor de criança. Não havia nada que seus pais lhe negassem. [...] quando Esi estava com sete anos, seu pai venceu a batalha que lhe valeria o apelido de Grande Homem (Gyasi, 2017, p. 53-55).

Insta-nos aludir, a partir do excerto supracitado, que a localização de papéis arquitetados pelos segmentos e governabilidades dominantes nos remete à criação do mito da preservação feminina, a validar o surgimento de metanarrativas com a finalidade de delimitar, à mulheridade, espaços e condutas comportamentais e, ao homólogo masculino, defere-se a exploração de distintas posições geopolíticas, nos panoramas socioculturais aborígenes, assim como ocorre o enobrecimento dos feitos da figura assentida ao uso do poder e a forjar os axiomas morais, sem submetê-la ao processo de perscrutação ética, aferido nas vivências cotidianas das subjetividades femininas. Atentamos ao absenteísmo de auscultação às razões, as quais pungiram a materialização das ações inerentes à conduta da entidade hegemônica, a averiguar se existe correspondência aos interesses coletivos da ambiência nativa ou estão concatenadas a projetos individuados, a intensificar a distinção entre as relações interpessoais. Desta forma, as conjunturas supremacistas estão desobrigadas da avaliação dos efeitos e da intensidade dos impactos, suscitados a partir das performances procedimentais aderidas,

nos repertórios existenciais de estratos, por ideologias separatistas, estabelecidos às fronteiras dos sistemas e de suas responsabilidades civil-estatais. Com efeito, registramos que, ao homem, atesta-se a garantia do poder de escolha e tomada de decisão, assumindo posição de primariedade no processo de busca e efetuação de projetos particulares. Ao dispositivo masculino e aos aparelhos patriarcais, outorga-se o domínio das estruturas macrosociais, de modo que, concomitante aos primeiros contatos da vida comunitária, o homem axante é impulsionado a transitar por ambiências originárias em que sucedem a criação, interpretação e o cumprimento de leis.

Diante das ponderações argumentativas, explicitamos que as mulheres axantes, denotadas no enredo de *O Caminho de Casa* (2017), pelo prisma das ordens preeminentes, em efetivo exercício, estão apresentadas enquanto matéria suplementar das bases governamentais e como recurso de manipulação do ufanismo patriarcal.

A respeito do mito de proteção feminina, citamos que é peculiar à imagem identitária do homem, reforçada por preceitos religiosos e culturais, a ideia de amparo aos sujeitos supervisionados pelos sistemas coercitivos. No decurso diacrônico das sociedades tradicionais ganemos reconhecemos que o arquétipo da figura protetora, da sustentação das bases domésticas, da força e do princípio da racionalidade estão associados ao aspecto da masculinidade. Logo, recorreu-se aos paradigmas biológicos da natureza humana a fim de direcionar as perspectivas individualizadas, dar efetividade ao projeto de balcanização dos estratos subordinados e estatuir uma organização hierárquica dos indivíduos, em suas ambiências naturais e nas atuações dialógicas. Dito isto, à imagem do homem a aduzir vigor e temor aos segmentos oponentes, apercebemos a coexistência do sentenciamento de corporeidades femininas ao estigma da fragilidade física, da incapacidade de sobrevivência coletiva sem o auxílio masculino. As mulheres são interpretadas como códigos civis emocionalmente fragilizados e, portanto, vedados ao *status* de liderança.

É pertinente, ao desdobramento argumentativo, assinalarmos que nas situações de vulnerabilidade, constatadas nos contextos de altercações tribais, no desenvolvimento dos estratégias comerciais escravistas, nas dissensões ocorridas no convívio conjugal e doméstico, manifesta-se o refreamento do papel de proteção das entidades que se apresentam dispostas a assistirem às camadas inferiorizadas e as mulheres são o principal grupo afetado pelos aparelhos institucionais da ação cis-heteropatriarcal e sexista:

- Esi, vá buscar minha chibata. Esi começou a entrar no *compound*, mas Maame a impediu. - Não! - disse ela. Grande Homem levantou a mão para a mulher, a raiva chispando em seus olhos como o vapor de uma água fria que bate numa panela quente. - Não? Maame respondeu gaguejando. - Eu... eu só acho que eu é que devia fazer isso. Grande Homem baixou a mão. Ficou olhando atento para ela mais um pouco, e Esi tentou entender o olhar que os dois trocaram. - Está bem - disse Grande Homem. - Mas amanhã vou trazê-la aqui fora. Ela vai carregar água deste pátio até aquela árvore lá. E, se uma gota chegar a derramar, eu vou me encarregar do assunto. Está me ouvindo? Maame concordou em silêncio, e Grande Homem balançou a cabeça. Ele sempre dizia a qualquer um que quisesse ouvir que ele havia mimado demais sua terceira esposa, seduzido pelo seu belo rosto e desarmado pelos seus olhos tristes (Gyasi, 2017, p. 60-61).

O fragmento textual acima transcrito nos reporta ao termo *imagem de controle*, categoria epistêmica utilizada por Patricia Hill Collins, na obra *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento* (2019, p. 135-177). *Grosso modo*, com relação ao aparato conceitual *imagem de controle*, acentuamos ser um artifício utilizado pelas matrizes de dominação com o objetivo de classificar e localizar parcelas sociais estabelecidas à margem dos núcleos estatais, das perspectivas que normatizam o cerceamento e têm como premissa a conquista dos elementos desprovidos dos critérios específicos aos expoentes sociais propagadores da homogeneidade cultural e de sua globalização, a presumir a redução e desqualificação de diversificados símbolos culturais, materializados através do coeficiente estético, costumes, convicções e valores identitários singulares aos signos excêntricos. As asserções reflexivas realizadas nos incita à compreensão de que as referências monopolistas se esforçam para a popularização dos atributos culturais concernentes à política de sobreposição das camadas populacionais que figuram no topo da distribuição ordenada de poderes, seja esta hierarquização de governabilidades urdida a partir dos discursos separatistas em função da posição econômica, origem nacional ou étnica, da discriminação por raça, educação, gênero, identidade sexual, perpetrados de forma particularizada ou mediante à relação de interdependência dos sistemas de opressão indicados, a determinar a circulação, em sociedade, das intituladas subculturas, pelo enfoque das entidades supremacistas.

As imagens de controle são ferramentas fundamentais à existência do sujeito-efeito. Definimos o sujeito-efeito a partir do processo de fetichização cognitiva das representatividades hegemônicas, as quais se consagram ao centro e preceituam os arquivos de regras que se efetivam nos cenários sociopolíticos do Estado moderno. Assim, as identidades subalternizadas se tornaram objeto dos interesses dos grupos

autocráticos, de maneira que atestamos a existência de satisfação, por parte dos coeficientes despóticos, em circunstanciar parcelas sociais minoritárias, no que se refere à agenda de poder, ao subjugamento ético-moral.

Portanto, o Outro é produto do desejo de manipulação e vigilância, do medo da perda dos privilégios sociais e da recusa aos imaginários existenciais que fogem às tradições dos escopos civilizacionais totalitários. Segundo Grada Kilomba, nos aparatos teórico-investigativos intrínsecos ao texto *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano (2019, p. 48-49), a idealização de corporeidades *outsiders*, aos ritos dos espaços arbitrários e por distintas linguagens da violência, está registrada no percurso histórico e metamorfoses das realidades civilizatórias, é atemporal e tem como característica a mutabilidade. A violação ao signo determinado foi enfatizada com o movimento de exploração das potências ocidentais e subsiste na atualidade, faz parte do trauma colonial e da memória coletiva das conjunturas vitimadas pelos imperativos dominantes.

Ao retornarmos aos desfechos ficcionais auferidos por Gyasi, aduzimos, por esta ótica de subalternidade e privação, que as personagens Esi e Maame estão expostas à autoridade patriarcal. As vivências femininas estão atreladas aos comandos da figura paterna e líder familiar, vejamos que a manifestação masculina denota comportamento imperativo, com a pretensão de influenciar a ação dos agentes interlocutores envolvidos no diálogo relatado. Ter suas capacidades autocráticas dispostas a questionamentos e vê-las consideradas desnecessárias por sua terceira esposa, impulsionou Grande Homem Asare a empregar a violência física enquanto artefato judicativo e com função educativa, pois, a força, para cosmovisão axante, simboliza a potencialidade masculina e, a partir dela, pode-se lograr soberania e reconhecimento pelos membros da aldeia.

Urge-nos a exposição das imagens que designam a subjetividade identitária da filha transigente às influências exercidas pelo estratagema imponente, da mulher impelida ao lugar de subserviência, passividade e silenciamento. Nesta lógica de relação hierárquica, sustentada por critérios políticos e definida na sistematização dicotômica instituída aos gêneros, a qual se implementa a efetividade do elemento operante e do sujeito-objeto, depreendemos que a normatização de abordagens coercitivas são averiguadas como práticas extensivas das injustiças sociais que incidem grupos inferiorizados, de modo que a concretização do exercício de violência, a afetar a mulheridade, pareça natural, cabível e preciso à estabilidade cotidiana dos imaginários autóctones ganeses.

Conforme o progresso do enredo, asseveramos que Esi não esteve resguardada das ambições governamentais almejadas pelas lideranças da tribo axante, tendo em vista a ampliação do escopo geográfico e a predominância político-militar sobre componentes espaciais adversários. Após o ataque a um estrato étnico, localizado ao norte da nação ganense, com Grande Homem Asare a conduzir o confronto, no qual sucedeu a captura de Abronoma, filha do chefe da aldeia acometida, impelida ao cumprimento das exigências e suscetível às arbitrariedades praticadas pela família do guerreiro axante realçado, Esi se apercebe enquanto dispositivo à consolidação das convenções comerciais e para o funcionamento da produção escravocrata transatlântica:

[...] A aldeia de Esi nunca tinha sido atacada, durante seu tempo de vida. Toda a luta se dava longe de casa. Grande Homem e os outros guerreiros invadiam aldeias próximas, devastando a terra, às vezes pondo fogo no capim, para que as pessoas de três aldeias adiante vissem a fumaça e soubessem que os guerreiros tinham vindo. Mas, dessa vez, as coisas foram diferentes. Começou enquanto a família dormia. Era a noite de Grande Homem na cabana de Maame, e Esi teve de dormir no chão do canto. [...] Naquela noite, quando todos na cabana tinham adormecido, veio o aviso. Todos na aldeia tinham crescido sabendo o que cada som significava: dois gemidos longos queriam dizer que o inimigo ainda estava distante dali; três gritos rápidos, que o inimigo já estava atacando. Ao ouvir os três, Grande Homem saltou da cama e agarrou o machete que guardava debaixo do catre de cada uma das esposas. Pegue Esi e fuja para a floresta! - gritou ele para Maame, antes de sair correndo da cabana com pouco tempo para cobrir sua nudez. Esi fez o que seu pai tinha ensinado: pegou a faquinha com que sua mãe fatiava bananas-da-terra e a enfiou no pano da saia. Maame estava sentada na beira do catre. - Vamos! - disse Esi, mas a mãe não se mexeu. Esi correu até a cama e a sacudiu, mas a mãe ainda assim não se mexeu. - Não consigo fazer isso de novo - sussurrou ela. - Não posso fazer isso de novo - sussurrou a mãe. - Chega de florestas. Chega de incêndio. - Ela oscilava para a frente e para trás, aninhando nos braços a prega gorda da sua barriga como se fosse uma criança (Gyasi, 2017, p. 68-69).

A passagem textual retratada versa sobre a investida aos limites sociopolíticos axantes, com o propósito de resgatar Abronoma, também denominada Pequena Pomba, e reconduzi-la à sua dimensão geocultural primitiva. Diante das aferições implementadas, aludimos que alterações, desta natureza, tornaram-se circunstâncias ordinárias no cotidiano de disputas internas, rivalidades culturais e incursões com o intuito do apoderamento econômico, militar e político, das fronteiras étnicas que integram os imaginários populacionais acãs, em Gana. O episódio diegético faz referência ao início dos traumas e às realidades experienciadas por Esi, com a execução do cenário econômico em vigência, pautado na produção e exportação de mão de obra escravizada, a possuir o

continente africano enquanto eixo comercial, na tentativa de assistir as urgências e manobras capitalistas das potências colonizadoras e das bases sociais sob sua autoridade administrativa.

A personagem aludida se tornou prisioneira de guerra e, em momento posterior, restringida à condição de atributo das negociações escravagistas entre os mercadores oriundos do território fante e as ordens representativas da coroa britânica, nas ambiências nativas da antiga Costa do Ouro:

Ela foi amarrada a outros. Quantos, ela não sabia. Não viu ninguém do seu *compound*. Nem suas madrastras, nem seus meios-irmãos. Nem sua mãe. A corda em torno dos pulsos mantinha suas mãos com a palma para fora, em súplica. Esi examinou as linhas daquelas palmas. Elas não levaram a parte alguma. Nunca tinha se sentido tão desamparada na vida (Gyasi, 2017, p. 71).

A infância feliz, as ações inerentes à espacialidade cultural axante, os pais e outros coeficientes que o mantinham conectado à ordem nativa, neste contexto, faziam-se propriedades intrínsecas à memória ancestral do sujeito ficcional, como demonstrado nas proposições discursivas da intriga romanesca “Esi aprendeu a dividir sua vida em Antes do Castelo e Agora. Antes do Castelo, ela era filha do Grande Homem e de sua terceira esposa, Maame. Agora ela era pó. Antes do Castelo, ela era a moça mais bonita da aldeia. Agora ela era nada mais que ar” (Gyasi, 2017, p. 53). Sem a existência de contato, as meias-irmãs estavam a residir nas superfícies do Alcácer de Cape Coast, entreposto comercial da atuação britânica, na região ocidental africana. Sendo assim, salientamos que Esi Asare e Effia Otcher, descendentes de Maame, foram vitimadas, pelos grilhões da escravidão, desde o nascimento, no momento em que a primeira filha de Maame foi separada da mãe, *a posteriori*, o desmembramento familiar perdurou com os ventos e mares, a sinalizarem o destino de Esi, após as travessias transatlânticas, impedida de exercitar suas liberdades subjetivas e submetida ao trabalho cativo, nas *plantations*, situadas no sul dos Estados Unidos.

O foco narrativo explora os diversificados processos de violência experienciados pela personagem em discussão. Podemos citar a privação alimentar ordenada aos segmentos subalternizados, na prisão em ambiências fantes, as agressões físicas perpetradas pelos soldados, com os pés na base do pescoço, para que Esi não pudesse “se virar e respirar nada que não fosse a poeira e a sujeira do chão” (Gyasi, 2017, p. 53), os

golpes e espancamentos que a deixavam inconsciente e com sua carne latejando, a exemplo do episódio reproduzido adiante:

Os homens começaram a despir os que ainda estavam vestidos, inspecionando-os. Para quê? Esi não sabia. Ela se lembrou da pedra escondida na bata de pano. E quando aquele que se chamava Fiifi aproximou-se dela para desfazer o nó que ela fizera no peito, ela lhe deu uma longa cusparada na cara. Ele simplesmente limpou o rosto, sem tirar os olhos de cima dela. O chefe veio se postar ao lado dele. - O que você vai fazer a respeito disse, Fiifi? Vai deixar sem castigo? - Perguntou o chefe. Ele falou baixo, para que somente Esi e Fiifi ouvissem. Veio então o som da bofetada. Tão alto que Esi levou um instante para determinar se a dor que sentia era na sua orelha ou dentro dela. Ela se encolheu e caiu ao chão, cobrindo o rosto e chorando (Gyasi, 2017, p. 75).

O espaço-corpo da mulher subjugada ao controle dos movimentos pautados na agenda do monopólio capitalista, a buscar a predominância governamental do eixo norte/civilização sobre o sul-oriental/culturas periféricas, foi violado pelos grilhões que cerravam mãos e pés, membros que apontam à ideia da ação, do deslocamento, e serviu para anular a efetividade das manobras de resistências coletivas e individuais. Os grilhões são instrumentos que simbolizam o cerceamento do direito de gerir escolhas e tomadas de decisões, apercebidas necessárias à existência do indicativo subordinado, também, o utensílio assinalado metaforiza o distanciamento e a ruptura dos ciclos de amadurecimento singulares às construções subjetivas das corporeidades e ambiências, às quais estão associadas.

Realçamos que a experiência da mulheridade africana, forçada às medidas do mercantilismo comercial escravagista e à produção de capital acumulado nos entrepostos metropolitanos, ocasionou danos relacionados à integridade física das mulheres e a vulnerabilidade do desenvolvimento psicossocial e emotivo do feminino em condição de escravizado. Averiguemos o extrato narrativo a seguir:

Pouco tempo depois, a porta do calabouço se abriu e uma réstia de luz espiou por ali. Dois soldados entraram. Havia alguma coisa errada com eles. Menos ordem nos movimentos, menos estrutura. Ela já tinha visto homens embriagados com vinho de palma, como o rosto deles ficava vermelho e seus gestos mais descontrolados. Tinha visto suas mãos se moverem como se estivessem prontas para recolher até o próprio ar ao redor deles. Os soldados olhavam em volta, e as mulheres no calabouço começaram a murmurar. Um deles agarrou uma mulher na outra ponta e a empurrou contra a parede. Suas mãos procuraram os seios dela e começaram a descer pelo corpo, cada vez mais baixo, até que o som que

lhe escapou da boca foi um berro. [...] o outro soldado ainda estava circulando, olhando com muito cuidado para cada mulher. Quando se deparou com Esi, ele sorriu. E, por um segundo, ela chegou a confundir o sorriso com uma expressão de bondade, porque fazia muito tempo que ela não via ninguém sorrir. Ele disse alguma coisa então suas mãos agarraram o braço dela. Ela tentou resistir, mas a falta de alimento e as feridas dos espancamentos a tinham deixado fraca demais até mesmo para juntar a saliva e cuspir nele. Ele riu da tentativa dela e a arrastou dali pelo cotovelo. Quando saíram para a luz, Esi olhou para a cena atrás dela. Todas aquelas mulheres murmurando e chorando. Ele a levou para o seu alojamento acima do lugar onde ela e as outras escravas eram mantidas. Esi estava tão desacostumada com a luz que ficou ofuscada. Não conseguia ver aonde estava sendo levada. Quando chegaram ao alojamento dele, ele fez um gesto na direção de um copo d'água, mas Esi ficou imóvel. Ele então mostrou o açoitador que estava sobre a mesa. Ela fez que sim, tomou um gole e percebeu como a água escorria pelos seus lábios dormientes. Ele a pôs sobre um encerado dobrado, abriu-lhe as pernas e a penetrou. Ela deu um grito, mas ele lhe tapou os lábios com a mão. Depois, enfiou os dedos na sua boca. Mordê-los parecia que lhe dava prazer, e ela parou. Fechou os olhos, forçando-se a escutar, em vez de ver, fingindo que ainda era a menininha na cabana da mãe, numa noite em que o pai tinha vindo, que ela ainda estava olhando para as paredes de barro, querendo lhes dar privacidade, querendo se separar. Querendo entender o que impedia o prazer de se transformar em dor. Quando ele terminou pareceu horrorizado, com nojo dela. Como se fosse dele que alguma coisa tivesse sido tirada. Como se fosse ele que tivesse sido violado. De repente, Esi soube que o soldado tinha feito alguma coisa que até mesmo os outros soldados condenariam. Ele olhava para ela como se o corpo dela fosse uma vergonha para ele. Quando anoiteceu e a luz recuou, deixando somente a escuridão que Esi tinha chegado a conhecer tão bem, o soldado a tirou sorrateiramente do seu alojamento. Ela já tinha parado de chorar, mas ele ainda fez um gesto para que não fizesse ruído. Ele não olhava para ela, só a forçava a seguir em frente, descendo sempre, de volta ao calabouço. Quando ela chegou lá, o murmúrio tinha acabado. As mulheres já não estavam chorando. Quando o soldado a devolveu ao seu lugar, só havia o silêncio. Desde aquela noite, ela não tinha parado de sangrar. Um fino filete vermelho escorria pela sua perna, e Esi só ficava olhando (Gyasi, 2017, p. 76-78).

As ações transcritas enfocam os contextos de animosidade relacionados ao cotidiano do objeto diegético perscrutado, no tocante às consecutivas contendidas tribais protagonizadas por seu povo, a máxima da disposição às disputas étnicas é fator singular à configuração identitária dos axantes, reconhecida por ser uma sociedade de guerreiros e por seus integrantes disporem de perspicácia nas invasões e capacidade de compreender o espaço adversário, nos campos de batalha. Cabe-nos fazer referência às rivalidades políticas e, com isso, o despontamento de altercações deste grupo tribal com as ordens administrativas da metrópole colonizadora. Ao reportamo-nos às incidências de confrontos, os quais permeiam a história de vida da figura representativa em discussão,

queremos salientar que Esi passa a vivenciar uma nova guerra, a manifestar-se em fronteiras, até então, pouco exploradas por sua experiência de vida, o conflito e suas tensões se desdobram no território-corpo do feminino perquirido.

Estar na posição de cativa e sob o domínio imperialista das governabilidades representativas do Reino Unido denunciava, para a personagem Esi, conforme os propósitos do cenário colonial, a emergência de delimitação posicional dos papéis sociais, e neste quadro de definição ocorre a configuração das autorias dos paradigmas culturais e os dispositivos receptores e obrigados à funcionalidade dos estratégias socioculturais preeminentes, perpetrados com a confirmação de desagregações de caráter territorial, racial e cultural compreendidas na sucessão dos fatos narrados. No entanto, é a segregação de gênero e os formalismos sexistas fortalecidos pela cosmovisão dos aparelhos coloniais e suas manobras procedimentais que levaram Esi a ponderar acerca de sua condição de mulher, nos itinerários de princípios morais e comportamentos derivados do ocidente.

Acusa-se a invalidação da procedência continental, o analogismo racial e o estado de barbárie, assim como está sublinhado o autoritarismo político do coeficiente masculino e a inferiorização do gênero alternativo. À mulher subjugada, determina-se a culpabilidade pela violência física e psicológica por ela sofrida. No contexto em ênfase, o sujeito-efeito é responsabilizado por sua própria decadência, caracterizado, sob o crivo da esfera dominante, enquanto artifício de impureza, a ocasionar desonra social aos que tencionam algum tipo de aproximação.

O foco narrativo dá ênfase a esta dicotomia de existência e sobreposição de raça ao se apropriar de expressões que corroboram à contraposição dos sistemas identitários envolvidos na trama romanesca. Neste sentido, sentenças elocutivas como “porta do calabouço se abriu”, “quando saíram para a luz”, “mostrou o açoite”, “pareceu horrorizado”, “com nojo dela” indicam esse espaço de privação e subalternidade ocupado pelo elemento rendido ao despotismo das conjunturas imperialistas. Em perspectiva divergente, asseveramos que a autoridade colonial se difere de arranjos sociais circunstanciados ao *status* de subserviência, pois, averiguamos a associação das entidades administrativas, que representam o poderio dos estratos governamentais eurocêntricos, a unidades vocabulares que denotam o etnocentrismo e a legitimação da prática de controle militar e governamental, a qual está baseada a relação dos expoentes eurocêntricos e as espacialidades colonizadas. Os termos linguísticos “agarraram”, “arrastou” e as conotações expressivas “Ele a levou para o seu alojamento acima do lugar onde ela e as outras escravas estavam mantidas” implicam manipulação de poder e a restrição de

direitos sociais enquanto prerrogativa de um grupo específico em detrimento de outras parcelas civis.

Ao ser acometida pela imposição da prática sexual executada pelo soldado britânico, Esi recordou das memórias afetivas intrínsecas à relação com seus pais, assim como a fez pensar na ausência de afeto e respeito às distintas disposições subjetivas, aspectos fundamentais à vida em sociedade e às práticas interpessoais, a marcar o comportamento coercitivo do homem não-negro. O executor do estupro, a figura masculina, ao dar existência concreta as suas tensões sexuais, estabelece, enquanto matéria abstrata, a concepção de autodomínio das mulheres africanas, impossibilitadas ao controle dos sentimentos, desejos e ações, os quais competem a sua corporeidade, como defende Clenora Hudson-Weems (2020, p. 73-74).

O silêncio, após a violência sexual explicitada, tornou-se mecanismo de defesa e resistência às realidades de discriminação, injustiça e condutas opressivas que permeavam as vivências cotidianas de Esi, nas latitudes geográficas do Novo Mundo, de modo específico, nos limites territoriais que constituem a região sul da diáspora estadunidense. Passou a ser chamada pelos outros escravizados de a Mulher da Cara Amarrada (Gyasi, 2017, p. 111), sua face, como evoca a voz narrativa (Gyasi, 2017, p. 110-111), revela as cicatrizes que rememoram a conduta arbitrária e a depreciação do homem branco, a resultar no nascimento de sua filha Ness. A mãe de Ness se tornou uma mulher dura, séria, histórias felizes não faziam parte de suas práticas diárias, até mesmo as histórias que contava para a filha, na hora de dormir, limitavam-se ao que Esi chamava de “Barco Grande” e como tinha sido amaldiçoada por uma Pequena Pomba, impedida de conhecer sua irmã e retirada das terras que lhe acolheram desde o nascimento até o dia que se tornou prisioneira do poderio colonial da Inglaterra. Os lábios de Esi permaneceram cerrados no momento em que a filha foi retirada de seus braços e vendida a outras *plantations*. Os chutes de Ness, o levantar e agitar dos braços na tentativa de alcançar a mãe, a luta contra o corpo do homem que vinha em sua direção, a levá-la ao novo destino, não fizeram Esi mudar a postura impassível, sólida e forte, como Ness sempre a tinha conhecido (Gyasi, 2017, p. 111).

A Mulher da Cara Amarrada entendia que os sorrisos simpáticos partilhados pelos não-negros, como o do soldado que a coagiu adentrar em seus aposentos, ou o olhar compadecido do governador James Collins, antes de passar as portas do entreposto de Cape Coast, e se mover em direção ao navio negreiro, nem sempre representavam bondade, compreendiam um gesto de estima, aproximação ou exerciam uma relação de

amabilidade. Conforme os contextos apresentados, estão traduzidos enquanto ferramentas à obtenção de projetos particulares, sob a égide dos arranjos institucionais euro-expansionistas e neocoloniais, por intermédio das campanhas ultramares, ditas civilizatórias, a constar na agenda de interesses das nações imperialistas ocidentais o processo de posse, exploração e balcanização político-estatal, cultural e de outros fatores que competem aos panoramas territoriais, objetos da ação colonizadora.

A execução deste capítulo analítico nos possibilitou compreender que a problematização de gênero, enquanto coeficiente teórico-crítico e ideológico, e o forjamento das identidades femininas africanas, de modo particular, no que concerne à República do Gana, não se reserva a estereótipos sexistas ou às perspectivas intimidadoras que criam um imaginário de determinismos às mulheres ganesas, a transitar por espaços admitidos pela atuação patriarcal. Contudo, entendemos que o sujeito feminino tem, conforme a defluência das metamorfoses sociopolíticas, sido escopo às investidas macrosociais de entidades masculinas, enquanto dispositivos supremacistas nos desenlaces das relações interpessoais, sejam no cerne da ordem comunitária ou em ambiências que competem a vida particular dos indivíduos. A partir dos repertórios cotidianos das meias-irmãs Effia Otcher e Esi Asare, atrelados aos sistemas culturais nativos e à máxima colonial, assim como a produção comercial escravocrata, temos a mulheridade anulada dos protagonismos administrativos que organizam e deliberam a existência de suas esferas étnicas. Sob este prisma, ocorreu-nos apreender que os aparelhos preeminentes, em função da subsistência do *status* de superioridade e dominação, operam de forma a invalidar o sentido de primariedade de componentes sociais, situados à margem dos sistemas supremacistas e a supervisionar existências alheias, tornando-as efeito de condutas individualizadas, as quais se eximem da responsabilidade do bem-estar coletivo e, de forma contrária, tencionam permanecer sob a égide dos privilégios governamentais, com o efetivo exercício de manobras coercitivas e segregacionistas.

4 IMPLICAÇÕES DO PATRIARCADO: TENSÕES SOCIOCULTURAIS E SUBALTERNIDADE DE GÊNERO

WOMAN⁸¹

she wanted to be a blade
of grass amid the fields
but he wouldn't agree
to be a dandelion

she wanted to be a robin singing
through the leaves
but he refused to be
her tree

she spun herself into a web
and looking for a place to rest
turned to him
but he stood straight
declining to be her corner

she tried to be a book
but he wouldn't read

she turned herself into a bulb
but he wouldn't let her grow

she decided to become
a woman
and though he still refused
to be a man
she decided it was all
right

(Giovanni, 1978, p. 96)

A constituição desta seção analítica se dispõe a persistir no desenvolvimento de abordagens reflexivas e na composição de raciocínios críticos viabilizados a partir das ambiências sociocomunitárias e demandas existenciais que figuram as subjetividades das personagens femininas e seus espaços de transição e diálogo, bem como sublinha a

⁸¹ MULHER. “ela queria ser uma folha de relva em meio aos campos mas ele não concordou em ser seu dente-de-leão/ela queria ser um pássaro em meio às folhas mas ele se recusou a ser sua árvore/ela teceu para si uma teia e à procura de um lugar para descansar se voltou a ele que permaneceu parado se recusando a ser seu amparo/ela tentou ser um livro mas ele não a leu/ ela transformou-se em uma semente mas ele não a deixou florescer/ela decidiu se tornar uma mulher e embora ele ainda se recusasse a ser um homem, ela decidiu que esse era seu direito. Tradução Nossa. O poema exibido se trata de uma composição poética da escritora afro-americana Nikki Giovanni, o qual faz parte da obra *Woman*, escrita em 1978. GIOVANNI, Nikki. *Woman*. Nova York: Harper Perennial Publisher, 1978, p. 96.

urgência do reconhecimento de condutas autoritárias e da oposição à emancipação feminina, as quais são praticadas nas cartografias geopolíticas em que as personagens estão socialmente vinculadas. Acrescentamos que se alicerçar em uma agenda governamental de ordem exclusivista e coercitiva imprime em um sistema étnico-social a desvalorização da multiplicidade de suas demandas civis, assim como invalida o princípio da cidadania, a vigorar uma cultura de subalternidade e violação das individualidades impostas às fronteiras das camadas preeminentes.

Firmamos nossos aparatos argumentativos nas declarações perscrutativas, empreendidas em momentos posteriores, que se concretizam em torno da representação ficcional de Abena Collins, introduzida em circunstâncias, determinadas pela manifestação de condutas patriarcais e intervenções do conservantismo cultural do ocidente, de subserviência feminina. Como efeito, o comportamento despótico masculino acarreta em um processo de desgaste psicológico, de desconformidade às convicções políticas e religiosas observadas pelas estruturas *in loco*, a suscitar um cenário de violência e coibição subjetiva aos ritos ideológicos aborígenes.

Frisamos que, no desenrolar de *O caminho de Casa* (2017), atentando aos aspectos temporais e contextos geográficos enquanto componentes simbólicos de constituição sociocultural, as mulheres se caracterizam como o principal grupo acometido pelo jugo da masculinidade arbitrária e pelo desencadeamento da política colonial e expansão neocolonial dos países localizados nas latitudes norte-globais. É notório que nas passagens textuais que acentuam a vulnerabilidade econômica, a indisponibilidade de recursos sociais deliberados pelos órgãos étnico-nacionalistas, nos episódios que expressam os conflitos de supremacia racial e nas ocorrências dos pactos entre os grupos originários e nas convenções protagonizadas por entidades governamentais distintas, entre outras ações-contextos que podem ser mencionadas e legitimam as informações reportadas, são as corporalidades femininas imputadas ao papel secundário das ordens patriarcais, em função do *status quo* da masculinidade dominante. As exposições relatadas são encontradas nas práticas cotidianas peculiares às vivências sociais de Abena Collins, de Akua Collins, assim como são identificadas no decorrer de outros processos individuados. Como procede adiante com a personagem Willie Black:

- Você é casado com uma negra? - Perguntou o balconista, sem tirar os olhos dos de Willie. Robert olhou para Willie e falou calmamente. - Já trabalhei numa loja. Lá no sul. - Não tem trabalho aqui - disse o homem. - Estou dizendo que tenho experiência com... - Não tenho trabalho aqui

- repetiu o homem, dessa vez com mais grosseria. - Vamos embora, Robert - disse Willie. Ela já estava saindo pela porta, quando o homem abriu a boca pela segunda vez. Eles não se falaram por dois quarteirões. Passaram por um restaurante com um cartaz, mas Willie não precisou olhar para Robert para saber que eles iam passar direto por ali. Em pouco tempo estavam de volta ao apartamento de Lil Joe. [...] - Acharam que ele era branco, Joe - disse Willie. Ela podia sentir que ele a observava enquanto ela observava Carson. Joe fez que sim. - Entendi - disse ele, sensato, e então se afastou, deixando-a em paz. [...] No dia seguinte, os dois saíram de novo à procura. Dessa vez, eles só andaram na direção sul até uma certa altura, antes de se separarem. E Willie perdeu Robert para o resto de Manhattan. Ele agora parecia tão branco que bastaram alguns segundos para ela perdê-lo totalmente, só mais um rosto branco entre os inúmeros, todos apressados, para lá e para cá nas calçadas. Depois de duas semanas em Manhattan, Robert conseguiu um emprego. Uma vez que ela estivesse em casa, Willie saía para fazer testes como cantora. Ela era escura demais para cantar na Jazzing. Foi o que lhe disseram na noite em que chegou lá, pronta para o teste. Um homem alto e muito esguio segurou um saco de papel junto do rosto dela. - Escura demais - disse ele. Willie fez que não. - Mas eu sei cantar, sabe? - Ela abriu a boca e respirou fundo, enchendo o balão do seu ventre, mas então o homem empurrou dois dedos contra ela, expulsando o ar. - Escura demais - repetiu ele. - A Jazzing é só para as garotas claras. - Eu vi um homem escuro como a meia-noite entrando aqui com um trombone. - Eu disse garotas, querida. Se fosse um homem, quem sabe? [...] - Olha só, nós temos uma vaga para fazer limpeza de noite, se você quiser - disse o homem alto e esguio, despertando Willie dos seus pensamentos antes que eles azedassem. - Eles pagam direito. Você até que podia conseguir coisa melhor daqui a um tempo (Gyasi, 2017, p. 306-312).

O trecho transcrito reforça a apreensão de que categorias sociais alternativas são tomadas enquanto segmentos desfavorecidos e impedidos de habilitarem-se às oportunidades ofertadas pelo mercado ocupacional trabalhista, pois, a ordem econômico-capitalista reproduz, ao mesmo tempo em que impulsiona, a doutrina de liderança e balcanização dos territórios sociopolíticos, nos quais as mulheres são submetidas aos diversos instrumentos de colonização do corpo, a materializarem-se através de discursos de mobilização separatista e por comportamentos que preterem suas identidades.

Os personagens Willie Black e seu esposo, Robert Clifton, ao avançarem pelos limites espaciais de Nova York, com a intenção de se eludirem da condição socioeconômica, isenta de privilégios, que experienciavam, a fim de se estabelecerem ao norte dos Estados Unidos, defrontaram-se com a vigência das imposições do preconceito étnico-racial, as quais persistiam no imaginário das sociedades norte-americanas. É apropriado observarmos que a abordagem direcionada ao personagem do sexo feminino ocorre de forma distinta à recepção conferida ao homólogo masculino. Willie Black se

opõe a um contexto de tensões em que a classe social, a cor da pele, o gênero e a identidade corpóreo-visual são fatores utilizados às manobras de subalternização da mulher, com o intuito de resigná-la ao espaço da subserviência, dos sujeitos que estão condicionados a habitar os porões das esferas sociais pensadas à luz do monoculturalismo e das dissidências de raça e gênero:

Willie saiu da boate para pôr o lixo lá fora e, quando voltou, seu chefe começou a vir na sua direção. [...] - Alguém vomitou no banheiro masculino - disse ele, saindo. [...] - Estou entrando - disse ela, com vigor. Tinha descoberto, semanas antes, que era melhor entrar em ambientes com uma atitude decidida, do que entrar com timidez, já que os bêbados apresentavam tendência a perder a audição. O homem que estava no banheiro sem dúvida tinha perdido a dele. Estava encurvado, com a cara na pia, resmungando sozinho. - Ah, desculpe - disse Willie. Quando deu meia-volta para sair, o homem olhou para cima e viu o olhar dela no espelho. - Willie? - perguntou ele. Ela conheceu a voz de primeira, mas não se virou. Não respondeu. Só conseguia pensar no fato de que não o tinha reconhecido. [...] Dois homens brancos entraram no banheiro, sem perceber a presença de Willie. Um usava um terno cinza, e o outro, um azul. Willie prendeu a respiração. - Você ainda está aqui, Rob? As garotas já estão quase subindo no palco - disse o de terno azul. Robert lançou um olhar de desespero para Willie, e o de terno cinza, que ainda não tinha falado, acompanhou o olhar até o corpo dela. Ele a avaliou dos pés à cabeça, com um sorriso se abrindo lentamente pelo rosto. Robert fez que não. - Ok, rapazes. Vamos indo - disse ele, tentando sorrir, mas os cantos da sua boca foram puxados para baixo quase de imediato. - Parece que o Robert já conseguiu uma garota - disse o cara de cinza. - Ela só está aqui para fazer a limpeza - disse Robert. Willie viu que os olhos dele começaram a implorar, e foi só então que ela soube que estava correndo perigo. - Pode ser que a gente nem precise sair daqui - disse o cara de cinza. Com os ombros relaxados, o corpo encostado na parede. O cara de azul também abriu um sorriso. Willie agarrou o esfregão. - Preciso ir. Meu chefe deve estar me procurando - disse ela, tentando modificar a voz, como Robert fazia. Tentando falar como eles. O cara de cinza afastou o escovão sem esforço. - Você ainda tem de fazer a limpeza - disse ele, acariciando o rosto de Willie. As mãos começaram a descer para o corpo, mas, antes que ele pudesse chegar aos seios, ela cuspiu na cara dele. - Willie, não! Os dois caras se voltaram para olhar para Robert, o de cinza limpando o cuspido do rosto. - Você a conhece? - perguntou o cara de azul, mas o de cinza tinha o raciocínio mais rápido. Dava para Willie vê-lo recolhendo mentalmente todas as dicas: o tom opaco da pele de Robert, o sotaque forte, as noites passadas fora de casa. Ele lançou um olhar fulminante para Robert. - Ela é sua mulher? - Perguntou ele. Os olhos de Robert estavam marejados. Sua pele já estava descorada por ele ter vomitado, e agora ele dava a impressão de que ia passar mal de novo a qualquer instante. Ele assentiu. - Bem, por que você não vem aqui e lhe dá um beijo? - disse o cara de cinza. Ele já tinha aberto a calça com a mão esquerda. Com a direita, estava afagando o pênis. - Não se preocupe, não vou tocar nela. E cumpriu a palavra. Foi Robert quem fez todo o trabalho naquela noite, enquanto o cara de azul vigiava a porta.

Não foram mais do que alguns beijos manchados de lágrimas e mãos aplicadas com cuidado. Antes que pudesse dizer a Robert para penetrar nela, o cara de cinza gozou, num espasmo resfolegante. E então, no instante seguinte, ele se desinteressou da brincadeira. - Não precisa vir trabalhar amanhã, Rob - disse, enquanto ele e o cara de azul saíam dali. Willie sentiu uma leve brisa entrar pela porta que foi se fechando. Ela arrepiou os pelos da sua pele. Seu corpo inteiro estava rígido como uma tábua. Robert estendeu a mão para ela, e ela demorou um segundo para perceber que ainda controla o próprio corpo. Ele já a estava tocando quando ela se afastou. - Vou embora nesta noite mesmo - disse ele. Estava chorando de novo, com seus olhos castanhos, verdes, dourados tremeluzindo por trás das lágrimas. Ele saiu dali antes que Willie pudesse lhe dizer que ele já tinha ido embora (Gyasi, 2017, p. 316-320).

O episódio acima explanado denuncia, a princípio, a privação de representatividade enunciativa da produção de capital. Com isso, declaramos que atores sociais desprovidos dos elementos basilares da cultura sexista, heteronormativa e racialmente centralizada são impossibilitados de tomarem a iniciativa em ocupar funções no mercado de trabalho, sendo que sua contribuição ao setor econômico e inserção no quadro de agentes executores das atividades trabalhistas são submetidas às diretrizes das instituições coordenadas pela elite governamental e devem estar alinhadas aos interesses de um grupo privativo, que sustenta-se em estratégias de retaliação e a privar o grupo inferiorizado de valoração profissional. Vejamos que não foi oportunizado, a Willie Black, ocupar um cargo que a deixasse confortável, em acordo com suas habilidades à execução profissional e ao encontro de suas disposições pessoais. De modo divergente, manifesta-se a colonialidade do silenciamento dos corpos, como indica Gayatri Spivak (2010, p. 12).

Constatamos, nas entrelinhas textuais, a manutenção do estereótipo da mulher preta aprisionada a uma agenda de funções domésticas, responsabilizadas a cumprir atividades historicamente marcadas, segundo o enfoque do capitalismo cultural e das estruturas racistas institucionalizadas, pela omissão de eficiência intelectual e a provocar pouco impacto no fomento da cultura universal, ancorada nos preceitos civilizatórios eurocêtricos.

O arquétipo da criada, revisitado nas circunstâncias transcritas, reproduz a dicotomia racial propagada pelos eixos civilizatórios ocidentais e pela cosmovisão da logística do patriarcado, a facultar ao público, composto por representações identitárias não-negras, posição de controle e poder de decisão nas relações interpessoais. Aduzimos que se ocupar no desempenho de uma função laboral na Jazzing - boate exclusiva para garotas claras e frequentadores brancos (Gyasi, 2017, p. 314) - não deve ser

compreendido como uma tomada de decisão autônoma por parte da personagem em discussão, entretanto, é efeito de um regime estrutural e de exaltação ideológica do racismo, como artifício à concentração e supremacia do poder de escolha sobre o “Outro”.

A respeito da conformação estrutural da prática segregacionista na esfera da economia globalizada, a qual definimos como *apartheid* no mercado de produção ocupacional trabalhista, inferimos ser vestígio do regime socioeconômico escravagista, que apesar de ter sua validade jurídica censurada, em tempos remotos e, com isso, a tornar a realidade da prática de assujeitamento de pessoas africanas e afro-diaspóricas à autoridade de seus proprietários ilícita, materializa-se no cerne das sociedades modernas, recorrendo a outras interfaces de repressão e violência, como adverte Angela Davis (2016, p. 24-26), em seus estudos com relação à emancipação feminina negra, efetuados nas conjecturas reflexivas que dão existência à obra *Mulheres, Raça e Classe* (2016).

Seguindo o raciocínio, elucidamos que nestas circunstâncias de procura, oferta e negociação do mercado empregatício e projeção econômica, com base nos indicativos ficcionais especificados, a situação da mulher negra e suas demandas de caráter particular são incompreendidas. Estar à procura de trabalho com a finalidade de conferir bem-estar familiar, ser ator social *outsider* em um estrato etnocêntrico, integrar uma camada populacional suscetível à insegurança econômica, desemprego, habitação imprópria à conveniência doméstica, privada ao acesso contínuo às instituições educativas, saúde e segurança pública, por razão do exaustivo período de trabalho externo ao âmbito familiar, ausentar-se do exercício da maternidade e, por ser um ato necessário, atribuir a responsabilidade de assistência ao seu filho a outras pessoas são critérios que acusam irrelevância na recepção de Willie Black pelo homem alto e esguio (Gyasi, 2017, p. 311).

As incursões interpretativas nos remetem ao debate relativo às corporeidades femininas sob o signo da escravidão humana. As mulheres singulares à esfera étnico-racial não-hegemônica, à luz da evolução diacrônica das conjunturas socioculturais, sempre atuaram em funções e espaços extrínsecos aos núcleos familiares de origem, cenário díspar quando se pauta o cotidiano de suas irmãs brancas. No tocante ao tema, Angela Davis esclarece que:

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu

papel como trabalhadoras. O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico, “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa”. A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias. Embora as mulheres negras desfrutassem de alguns duvidosos benefícios da ideologia da feminilidade, não raro presume-se que a típica escrava era uma trabalhadora doméstica – cozinheira, arrumadeira ou mammy na “casa-grande”. [...] Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas (Davis, 2016, p. 24-26).

De fato, é possibilitado à personagem entender que a identidade racial e sua condição de gênero são a razão para o retardamento de sua inclusão no setor empregatício. Logo, faculta-nos apreender que no sistema de estratificação social, no que concerne à hierarquia do capital e ao âmbito do mercado de trabalho, são as mulheres negras que figuram nos elevados índices de desemprego, suscetíveis à segregação ocupacional, discriminação nos rendimentos e o tempo de procura por atividade profissional é maior comparado aos homens. As referências apontadas causam informalidade trabalhista e provocam a atuação feminina em locais que podem circunstanciá-la a um contexto de diversas violações.

Nestes termos, atentamos que os dispositivos patriarcais se realizam respaldados na demanda representativa dos corpos-territórios negros e suas subjetividades enquanto extensões da propriedade privada dos sujeitos que predominam nas relações da política globalizada e manipulam a organização dos extratos sociais ao passo das normas que configuram suas existências. Ao cumprir as designações solicitadas pelo patrão e adentrar no banheiro da Jazzing, satisfeita por ter conseguido trabalho e atenta às adversidades da ocupação que lhe foi imputada, Willie Black se encontra com o cônjuge Robert Clifton, o qual prescindiu a imagem do homem companheiro, bom pai e colaborador ao enfrentamento dos dilemas que afligia a família para corresponder à nova identidade masculina, caracterizada pela falta de empatia e desamparo às vítimas de ações que recorrem à força física e a juízo de valores racistas e sexistas com o propósito de atingir o sujeito-objeto de domínio.

Ao forjar os apontamentos analíticos, voltamo-nos à percepção de que subjetividades supremacistas se beneficiam da fragilidade socioeconômica e da falsa representação do branqueamento estético de Clifton, exposto como instrumento nesta estrutura interseccionalizada de violência e subalternidade, legitimada pelo chauvinismo patriarcal, para confiscar o poder de decisão de Willie Black sobre seu espaço-corpo, obstruir as reações de resistência que pudessem surgir e dar efetividade a impulsos sexuais e intenções pessoalizadas.

4.1 DE PUNHO CERRADO ÀS ENCRUZILHADAS DA OPRESSÃO: ABENA COLLINS, RESISTIR PARA EXISTIR

Em sua trajetória de vida, Abena Collins, com vinte e cinco anos de idade, foi exposta a diversificados estratagemas de autoritarismo e cerceamento feminino, os quais são apreendidos, em sua efetividade, como fenômenos intrínsecos às relações de convivência comunitária das mulheres originárias do estrato étnico em que está associada a personagem, todavia, as demandas subjetivas de Abena Collins confrontam o equilíbrio da dinâmica patriarcal e os recursos de estigmatização, assédio social e culpabilidade sucedem de maneira individuada. Neste sentido, registramos o campo da afetividade, do amor, religião e sistematização de fundamentalismos étnico-culturais enquanto meios à governabilidade implementada pelo exercício de poder masculino.

Abena Collins é filha de James Richard Collins e Akosua Mensah, pertencente à ordem de sucessão hereditária de Effia Otcher. Seu pai, neto de Effia Otcher, ao refutar o funcionamento do mercado escravista, as negociações além-mar e os privilégios garantidos aos seus familiares, assegurando aos membros masculinos de seu grupo étnico o título de Grandes Homens, por seus desempenhos arbitrários na prática de destituição da liberdade física, psicológica e identitária dos irmãos africanos, dispersou-se dos limites geográficos de Fanteland. Ao fugir da tribo dos fantes, recusou o vínculo com a realeza autóctone, isentou-se da seguridade social e influência administrativa lograda por sua aldeia, implicações das alianças executadas com a coroa britânica (Gyasi, 2017, p. 145). Ao sair do território nativo levou, em sua companhia, Akosua Mensah, oriunda da aldeia axante. Neste período, as etnias fante e axante protagonizavam conflitos *in loco*, os combates civis ocorriam com a finalidade de expansão das bases territoriais, supremacia administrativa e por decorrência da morte do governador da África Ocidental, Charles MacCarthy, representante do poderio da Grã-Bretanha, o qual comandava os territórios

de Serra Leoa e Costa do Ouro, pelos guerreiros axantes (Gyasi, 2017, p. 138). Sir Charles MacCarthy morreu aos vinte e um dias do mês de janeiro de 1824, na Batalha de Nsamankow, determinada como um dos conflitos da Primeira Guerra Anglo-Axante, ocorrida entre os anos de 1823 a 1831. Com a guarnição militar britânica derrotada, MacCarthy foi executado no campo de batalha, teve a cabeça decepada e usada como troféu pelos governantes das forças adversárias, na cidade de Kumasi:

- Preste atenção. Eu morri nessa guerra - disse James. O homem arregalou tanto os olhos que eles ficaram parecidos com reflexos da lua.
 - O quê? - Você deve dizer a todos que eu morri nessa guerra. Está disposto a fazer isso? O guerreiro fez que não. Ele se recusou um monte de vezes, mas, por fim, concordou. James soube que ele cumpriria o combinado. E quando cumprisse, essa seria a última vez que James usaria seu poder para forçar outra pessoa a obedecer. Durante o resto daquele mês, James viajou rumo à terra dos axantis. Ele dormia em grutas e se escondia em árvores. Pedia ajuda quando via as pessoas na mata, dizendo-lhes que era um lavrador pobre que tinha se perdido. E quando, no quadragésimo dia de viagem, acabou chegando à casa de Akosua, ele a encontrou à sua espera (Gyasi, 2017, p. 168-169).

Os pais de Abena usaram as alterações existentes como circunstâncias favoráveis para abandonarem os contextos primitivos. A ação implicou se eximirem dos seus valores identitários e a experiência do anonimato. Recebidos em terras desconhecidas mantiveram a ancestralidade sociocultural oculta ao conhecimento dos cidadãos da nova etnia e da própria filha. Descender de um núcleo familiar de reputação questionável, por suas memórias ancestrais não estar vinculadas às dinâmicas culturais da esfera social em que estava situada, são percebidos enquanto coeficientes às investidas coercitivas sofridas por Abena:

Enquanto Abena fazia a viagem de volta à sua aldeia, com sementes novas nas mãos, ela ainda mais uma vez pensava na idade que tinha. Nunca se ouvira falar de uma mulher de vinte e cinco anos que não fosse casada, na sua aldeia, em qualquer outra aldeia do continente ou do continente seguinte. Mas só havia alguns homens no lugar, e nenhum deles queria se arriscar com a filha do azarado. As lavouras do pai de Abena nunca cresciam. Ano após ano, estação após estação, a terra cuspiam plantas doentes ou, às vezes, absolutamente nada. Quem ia saber de onde vinha esse azar? Abena sentiu as sementes na mão: pequenas redondas e duras. Quem suspeitaria que elas poderiam se transformar numa lavoura inteira? Ela se perguntava se, esse ano, elas faziam isso pelo seu pai. Abena tinha certeza de que devia ter herdado aquela coisa que tinha levado o pai a merecer aquele apelido. Eles o chamavam de homem sem nome. Eles o chamavam de azarado. E agora os problemas dele a tinham acompanhado. Nem mesmo seu amigo de infância, Ohene

Nyarko, queria tê-la como segunda esposa. Embora ele nunca se dispusesse dizer isso, ela sabia o que ele estava pensando: que ela não valia a perda de inhames e vinho que um preço de noiva lhe custaria. Às vezes, enquanto dormia na cabana particular que o pai construíra para ela, Abena se perguntava se ela é que não seria uma maldição, não a terra improdutiva que os cercava, mas ela própria (Gyasi, 2017, p. 202-203).

O sentimento de exclusão fazia parte das relações interpessoais da personagem. O estranhamento social configura a manipulação do poder de determinado grupo sobre a parte em estado de recusa. Encontramos, nas entrelinhas textuais, a denúncia do processo de desnaturalização identitária à experiência da outridade, existe a intencionalidade em atingir estratos sociais a partir do princípio da estigmatização de corporeidades a provocar incômodos à estrutura coletiva, a qual se mantém na posição de estabelecer as espacialidades ao trânsito das estruturas inferiorizadas. Em retorno aos argumentos de Toni Morrison (2019, p. 68), a autora alega que as ideias e o desempenho paternalista-coloniais têm operado de modo que se engendra o isolamento de populações, ao ponto de falantes nativos estarem privados de seus próprios lares. Sob a perspectiva elucidativa de Morrison, ratificados pelas aferições ficcionais de Gyasi, ponderamos que Abena e sua família se tornaram reféns da incapacidade de compreensão do outro e de sua intimidade complexa, ao contrário, as subjetividades retratadas são objetos ao desfecho de distintos julgamentos. Ter nascido nas fronteiras territoriais elegidas, por seus genitores, como destino, após se retirarem das ambiências aborígenes, não configura desfrutar dos conceitos de deferência e liberdade auferidos por outros cidadãos, nas relações comunitárias. Insta-nos o entendimento do assédio social impelido à corporeidade feminina, a culminar na inferiorização do eu e no confronto com a representação atribuída à mulheridade, exemplificados nas linhas textuais “[...] ela não valia a perda de inhames e vinho que um preço da noiva lhe custaria. Abena se perguntava se ela é que não seria uma maldição” (Gyasi, 2017, p. 203):

- Eu queria visitar Kumasi - disse ela. - Gostaria de ver o lugar só uma vez antes de morrer. O pai levantou a cabeça, num movimento brusco. Ele estava examinando as sementes nas mãos, revirando-as, levando-as à orelha, como se pudesse ouvi-las, levando-as aos lábios, como se pudesse prová-las. - Não - disse ele, com firmeza. - Está na hora de eu fazer a viagem - disse Abena com os olhos neutros. - Está na hora de eu conhecer pessoas de outras aldeias. Logo serei uma velhota sem filhos e não conhecerei nada a não ser esta aldeia e a vizinha. Quero visitar Kumasi. Ver como é uma cidade grande, passar pelo palácio do rei axântis. [...] - O meu povo não é de Kumasi? Você me mantém aqui

como uma prisioneira com esse seu azar. Azarado é como eles o chamam, mas seu nome deveria ser Envergonhado, Medroso ou Mentiroso. Qual é o certo, Velho? Com isso, o pai deu-lhe um forte tapa na face esquerda, e as sementes na mão dele cobriram o rosto de Abena como um pó. Ela subiu com a mão para onde a dor estava. [...] Abena limpou o pó das sementes do rosto e fechou o punho, mas, antes que pudesse usá-lo, sua mãe chegou por trás dela e agarrou seu braço (Gyasi, 2017, p. 203-205).

Os artifícios de supervisão feminina se dissimulam com a falsa ideia de proteção e afeto da performance do homem, representada pela figura do pai, o qual rememora vivências preexistentes para limitar as pretensões e a conduta da filha, assim como frisamos Ohene Nyarco, personagem que Abena nutre um vínculo de amor e companheirismo, desde a infância, contudo, porta-se a preservar seus interesses e se exime das consequências de suas ações, a estimular juízos de culpabilidade e punição à mulher, como será explanado em circunstâncias posteriores.

De forma análoga às apreciações proferidas, urge-se colocar em evidência o papel revolucionário aderido por Abena. Inferimos um processo de intelecção no que concerne ao cumprimento das relações de poder e condição restritiva inerente ao trecho abordado. O empenho em experienciar outras dinâmicas socioespaciais e seus modelos de estruturação, a lograr de autonomia ao tornar concretos os próprios propósitos, suplanta o arquétipo de subserviência e o caráter de complementaridade irrogado às corporeidades femininas.

Outrossim, Abena Collins se entender enquanto produtora de pedagogias voltadas ao seu corpo-território, com a aplicabilidade de cosmovisões particulares no entendimento das relações forjadas nos espaços de convivência, propicia-nos leituras dissonantes quanto às realidades das mulheres, relatadas no progresso da intriga, por estarem, com frequência, reclusas às agências de dominação patriarcal. Em face do raciocínio, podemos citar Akosua Mensah, que reclamou para si as pretensões de James Collins, desligando-se dos familiares e configuração étnica primitiva; Mefia, primeira esposa de Ohene Nyarko, restrita à autoridade do cônjuge, ao ambiente doméstico e dedicação aos filhos (Gyasi, 2017, p. 209); mencionamos, também, Anna Foster e Ness Stockham, as quais têm, em suas travessias cotidianas, os impactos centrados na crença supremacista de raça e sexo. O excerto abaixo ilustra as ponderações realizadas:

[...] Ele os despiu, amarrou Sam com tanta força que ele não conseguia nem movimentar os dedos, e o fez assistir enquanto Ness ganhava os lanhos que a tornariam feia demais para um dia poder trabalhar numa

casa. Quando terminou, Ness estava no chão, com a poeira cobrindo suas feridas. Ela não conseguia levantar a cabeça. Por isso, o demônio a levantou para ela. Ele a fez assistir. Fez com que todos assistissem: a corda ser trazida, o galho da árvore se curvar, a cabeça se soltar do corpo num piscar de olhos. E assim, nesse dia, enquanto esperava para ver qual punição Tom Allan tinha reservado para ela, Ness não pôde deixar de se lembrar daquele outro dia. A cabeça de Sam. A cabeça de Sam inclinada para a esquerda, balançando (Gyasi, 2017, p. 135).

Em distintas circunstâncias a autoria em pauta se ocupa em assinalar os mecanismos de violência e os imperativos de subalternidade operados em favor de entidades segregacionistas, que insistem em assegurar o contato com o Outro, público-alvo do desejo de superioridade, para fixar dispositivos que corroboram a legenda da cultura patriarcal dominante e conferir identidades masculinas imparciais ao desenvolvimento de camadas sociais atípicas à política monopolista e fragmentária. Os escritos sublinham, a partir da plurissignificação de vozes que se revelam na evolução do romance, quando se pensa as espacialidades de gênero e sexualidade, também o movimento de enfrentamento das mulheres às atuações que negociam com setores da cultura local a objetificação de papéis sociais, com a difusão de visões reducionistas acerca de seus corpos, modo de pensar e agir, a reproduzir o estereótipo de estoicismo às circunstâncias de caráter despótico e a dispor de punições como instrumento de ensino, reparação e disciplina.

4.2 DE FILHA DO AZARADO À FEITICEIRA: ABENA COLLINS, A METÁFORA DA TERRA ESTÉRIL

AINDA ASSIM EU ME LEVANTO

Você pode me marcar na história
Com suas mentiras amargas e distorcidas
Você pode me esmagar na própria terra
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.

[...]

Saindo das cabanas da vergonha da história
Eu me levanto
De um passado enraizado na dor
Eu me levanto
Sou um oceano negro, vasto e pulsante,
Crescendo e jorrando eu carrego a maré.

Abandonando as noites de terror e medo

Eu me levanto
 Para um amanhecer maravilhosamente claro
 Eu me levanto
 Trazendo as dádivas que meus ancestrais me deram,
 Eu sou o sonho e a esperança dos escravos.
 Eu me levanto
 Eu me levanto
 Eu me levanto.

(Angelou, 2020, p. 151).

É significativo salientar que os limites territoriais da aldeia em que Abena Collins reside são inferiores às extensões geográficas relativas às ambiências socioespaciais fantes, axantes e de outras conjunturas étnicas fronteiriças (Gyasi, 2017, p. 206). Assim, despontam problemas que não se restringem à incompatibilidade territorial e o crescimento da população aborígine, mas se manifestam no setor da economia local. A atividade econômica está baseada na produção da agricultura de subsistência, executada por homens, os quais são responsáveis, também, pela venda ou troca de produtos agrícolas oriundos de suas plantações, em núcleos comerciais estáveis, a exemplo de Kumasi, os homólogos masculinos regressam com mantimentos atípicos à realidade de produção interna, para auxiliar na manutenção familiar.

A escassez de possibilidades e recursos, ao provisionamento das famílias, provocou seus componentes a examinarem o declínio social que viviam e as dificuldades que afligiam os espaços domiciliares. Continuar vivendo do que era proporcionado da experiência com a terra se tornou insuficiente à logística comunitária e redução das demandas. Por se tratar de um cenário alinhado a convicções tradicionais, fechou-se ao progresso dos habitantes, a criar um ambiente introvertido, preservado da frequência do contato com instituições externas.

O processo de imigração se tornou realidade para o contexto em evidência. O deslocamento a tribos adjacentes se configurou como subterfúgio à melhoria socioeconômica e ao cultivo em terras férteis, a garantir a produção e obtenção de renda em benefício ao refreamento da carência financeira dos autóctones. A ausência de chuvas acentuou o fluxo migratório:

No ano em que Abena visitou Kumasi, todos na sua aldeia tiveram uma colheita fraca. No ano seguinte, também. E ainda por cima por mais quatro anos. Os habitantes da aldeia começaram a se mudar dali. Alguns ficaram tão desesperados que chegaram a ir para o temido norte,

atravessando o Volta⁸², à procura de terras sem dono, terras que não os tivessem desamparado. [...] a terra devastada regurgitava a morte ano após ano. Os habitantes da aldeia não comiam. Eles diziam que era um ato de penitência, mas sabiam que não tinham escolha. [...] naquele ano, a lavoura de Ohene Nyarko foi a primeira a adoecer, e as pessoas coçavam a cabeça, perguntando-se por quê. Até que suas próprias lavouras morreram, e elas começaram a dizer que devia haver uma feiticeira entre elas. Será que os problemas que elas achavam que o Azarado lhes traria tinham demorado tanto assim? Foi uma mulher chamada Aba a primeira que viu Ohene Nyarko passando pelo caminho de volta da cabana de Abena no final do segundo ano ruim (Gyasi, 2017, p. 220).

O fato de Ohene Nyarko não tencionar ser de conhecimento público o relacionamento amoroso vivenciado com a “filha do Azarado”, não impediu Abena Collins de manter o vínculo afetivo e o envolvimento sexual com o homem que, desde a infância, almejava compartilhar a experiência do matrimônio. Em asserções anteriores apontamos o separatismo social e ideológico que esta personagem enfrentava, com seus pais, perpetrados por motivações relacionadas à sua origem étnica. O comportamento subjetivo investigado arrogou ações transgressoras, incompatíveis aos costumes preconizados por entidades defensoras das diretrizes institucionalizadas na esfera tribal.

A abstinência sexual, na situação-contexto ilustrada, consiste-se enquanto premissa que deve ser considerada, sem aceção de gênero, até a celebração da união matrimonial. No entanto, à mulher, foi atribuída a culpa pelo ato cometido, inadequado às disposições acordadas e, com isso, tornou-se a única responsável a responder pelo conflito moral diante das interpretações fundamentalistas das autoridades:

- É Abena! - gritou Aba, na reunião seguinte da aldeia, irrompendo no recinto cheio de velhos, com a mão segurando o peito arquejante. - Foi ela que levou o mal a Ohene Nyarko, e esse mal está se espalhando por todos nós! Os anciãos colheram relatos tanto de Ohene Nyarko como de Abena; e então, durante as oito horas seguintes debateram o que fazer. Era razoável que Ohene Nyarko tivesse prometido casar-se com ela depois da próxima colheita boa. Eles não viam mal algum nisso, mas não podiam permitir que o sexo fora do casamento ficasse impune, para que as crianças não crescessem achando que esse tipo de coisa era aceitável, para que os mais supersticiosos entre eles não continuassem a culpar Abena pelos problemas da terra. Tudo o que sabiam era que a mulher tinha de ser tão estéril quanto a própria terra para ainda não ter concebido. E sabiam também que, se a banissem agora da aldeia, Ohene Nyarko ficaria com raiva demais para ajudá-los a fazer com que a terra se recuperasse depois que ela partisse. Finalmente, chegaram a uma

⁸² O Volta é um extenso rio africano, que deságua no Golfo da Guiné. Conhecido enquanto espaço de suporte às expedições marítimas portuguesas e ao comércio do ouro, na antiga Costa do Ouro, na época das explorações de novas rotas territoriais.

decisão e a anunciaram a todos. Abena seria expulsa da aldeia quando concebesse ou depois de sete anos ruins. Se uma boa colheita ocorresse antes de qualquer desses dois eventos, eles permitiriam que ela ficasse (Gyasi, 2017, p. 221).

A reprovação coletiva insistia em críticas que indicavam a imprudência feminina como coeficiente causador à decadência masculina e por suscitar diversos prejuízos à aldeia. Os anciãos externaram a convicção de que o corpo-território, traduzido pelas particularidades de Abena, era a metáfora da infertilidade e como terra impossibilitada de auferir resultados profícuos, agir com indiferença e segregar foram as formas de tratamento aderidas. Os homens tinham o poder de estabelecer normas, aferir sua efetividade e assegurar o cumprimento de repreensões disciplinares a camadas excêntricas ao quadro supremacista. Interessa-nos apontar que a identidade de Abena está forjada pela pluralidade de nomeações que têm por objetivo o escárnio público, ao encontro das afirmações explicitamos os termos “bruxa”, “feiticeira”, “filha do Azarado”, “terra estéril”, na tentativa de reduzi-la enquanto mulher. Ignorada pelos aldeões, a personagem está condicionada ao exílio dentro do próprio ambiente de origem.

As tessituras literárias de Yaa Gyasi nos incitam dialogar com as intervenções reflexivas de Silvia Federici, propaladas no texto *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2004), quando a intelectual feminista preconiza que a regulação do comportamento sexual feminino figura nas metamorfoses historiográficas das sociedades, e que segmentos patriarcais ao reconhecer o poder conferido às mulheres, por meio do desejo sexual, sobre os homens, buscaram mecanismos para invalidá-las e atribuir, à sexualidade, um novo significado, fazendo-a objeto de vergonha (Federici, 2004, p. 64). Reforçamos o pensamento ao acentuar que o corpo, intimidade e a vida afetiva feminina se tornaram temas de confissão pública, na qual as mulheres têm a obrigatoriedade de atender as exigências dos arranjos patriarcais. Desse modo, entendemos o casamento como forma de regular as relações e, por se tratar de uma instituição de base conservadora, restringir os interesses e vínculos sexuais femininos.

Terem sido descobertos pelos moradores, expostos às investidas da comunidade étnica, após ocorrer melhorias no quadro socioeconômico e as famílias lograrem de recursos para permanecerem na tribo não implica na materialização das pretensões de Abena, no que concerne à reciprocidade do amor de Ohene Nyarko por ela, pois, este se esquivava de proclamar sua afeição aos “quatro ventos” e não a tinha em sua agenda de prioridades (Gyasi, 2017, p. 227), como podemos constatar a seguir:

- Olá, Abena - disse ele, porém. - Comeu bastante? - Comi, obrigada. Ele fez que sim e bebeu de uma cabaça de vinho de palma. Você se saiu muito bem, Ohene Nyarko - disse Abena, estendendo a mão para tocar no seu ombro, mas sua mão só roçou no ar. Ele se recusava a encará-la nos olhos. - Por que você se mexeu? - perguntou ela, recuando de junto dele. - Como assim? - Não diga “como assim” como se eu fosse maluca. Tentei tocar em você, e você se afastou. - Calma, Abena. Não faça escândalo. Ela não fez escândalo. Pelo contrário, deu meia-volta e começou a andar, passou pelas pessoas que dançavam, pelos seus pais que choravam, andou até encontrar o piso da sua cabana. Ali ela se deitou, com uma das mãos segurando o coração e a outra segurando ventre. Foi assim que os anciãos a encontraram no dia seguinte, quando vieram informar que ela poderia ficar na aldeia. Os anos ruins tinham terminado antes que se completasse o sétimo ano do adultério, e ela ainda não tinha concebido. E, disseram eles, a colheita de Ohene Nyarko tinha sido tão lucrativa que agora ele podia finalmente cumprir sua promessa. - Ele não vai se casar comigo - disse Abena do seu lugar ali no piso, rolando para lá e para cá, com uma mão no ventre, a outra no coração, segurando os dois pontos que doíam. Os anciãos coçaram a cabeça e se entreolharam. Será que ela acabara enlouquecendo depois de todos os anos de espera? - O que significa? - perguntou um dos anciãos. - Ele não vai se casar comigo - repetiu ela, e então se virou para o outro lado, simplesmente ficando de costas para eles. Os anciãos seguiram apressados até a cabana de Ohene Nyarko. [...] - Para conseguir as plantas de cacau, tive de prometer a um homem em Osu que me casaria com a filha dele. Vou precisar usar toda a mercadoria que sobrar da venda do cacau para pagar o preço da noiva. Não posso me casar com Abena nesta estação. Ela terá de esperar. Lá na sua cabana, onde Abena por fim tinha se levantado do chão duro e espanado a poeira dos joelhos e das costas, ela sabia que não esperaria. - Vou embora, Velho - disse Abena. - Não posso ficar aqui para fazer papel de boba. Já sofri o suficiente (Gyasi, 2017, p. 228-229).

O contentamento irradiado pelos aldeões, em celebração à colheita bem sucedida e por terem conseguido vender os produtos no centro comercial de Osu, a assegurar mantimentos à população originária, simbolizando a cessação da crise dos sete anos, não se manifestava com o mesmo fulgor nos olhos de Abena. As boas notícias sinalizam que as aflições vividas pela personagem não se encerram no momento em que as tensões coletivas alcançam desfechos exitosos.

Abena identificava em Ohene Nyarko a oportunidade de ser reconhecida, assim como seus pais, pelos habitantes da terra em que morava. Distanciar-se dos estereótipos que instigavam a marginalização a qual estava condicionada e obter a deferência que o sujeito masculino, sem esforços, usufrui na sociedade, mesmo quando este infringe os arquivos de regras implantados.

Yaa Gyasi, em seu exercício literário, denota que os pactos sociais com as corporeidades femininas são, cotidianamente, rompidos. Em oposição à anuência dos

homens nas esferas sociais, portas são fechadas às mulheres, seus corpos se tornaram objeto do fluxo de abusos licenciado por distintos setores da ordem patriarcal. Nestes termos, o campo da afetividade se estabelece como cenário de performances machistas, no qual, o sexo tido como frágil, está circunstanciado a situações de abandono, violência física e emocional, como também pode ser acometido pelo estado da falsa sensação de complementaridade e felicidade, de modo que a realização pessoal só poderá ser alcançada na presença do expoente subjugador.

O sentimento de abandono impulsiona a personagem buscar se reinventar em outros roteiros espaciais. Em face das tentativas de impedimento dos pais, Abena dispõe de Kumasi como local de destino. Ao partir, recebeu de James Collins o colar que pertencia a sua bisavó, Effia Otcher, deixado por sua mãe, Maame, na ocasião de sua fuga das terras de Fanteland. Por sua vez, o artigo de ouro representa a conexão da personagem com a memória ancestral, a resgatar as trajetórias de vida das antepassadas (Gyasi, 2017, p. 231).

Em seu ventre, a bisneta de Effia Otcher leva o fruto da relação com Ohene Nyarko, o qual não demonstrou interesse em contatá-lo e dar, à mãe e filha, a assistência necessária. Ao chegar na igreja missionária, em Kumasi, Abena conhece novos matizes de subalternidade, causados pela influência racista do homem europeu:

- Sua mãe, Abena, não quis se arrepender - disse o missionário. - Ela veio nos procurar, grávida de você, seu pecado, mas mesmo assim se recusava a se arrepender. Ela desprezava os ingleses. Era brigona e colérica. Acredito que estava satisfeita com seus pecados. Não se lamentava de nada em relação a você ou ao seu pai, muito embora ele não se importasse com ela como um homem deveria. O missionário falava baixinho, tão baixo que Akua não sabia ao certo se o estava escutando ou não. - Depois que você nasceu, eu a levei até as águas para ser batizada. Ela não queria ir, mas eu...eu a forcei. Ela se debatia enquanto eu a carregava através da floresta, até o rio. Ela se debatia quando eu a baixei para dentro da água. Ela se debatia sem parar e, então, ficou imóvel. [...] - O que o senhor fez com o corpo dela? O som parou. O missionário falou: - Eu o queimei na floresta. Eu o queimei junto com todos os seus pertences. Que Deus me perdoe! Que Deus me perdoe! (Gyasi, 2017, p. 280-281).

A ocupação europeia em latitudes africanas, de forma particular no território ganense, correspondeu à apropriação dos recursos dos panoramas civilizatórios primitivos e, em seu programa de exploração ultramar, constava a promoção política, cultural e identitária. A agenda colonial se inclinava a um processo de apagamento das

subjetividades africanas, associadas à barbárie, e dos elementos que propusessem comunicação com a memória sociocultural indígena; à luz dos conceitos de Estados globalizados e economias progressistas dispostas a revolucionarem as áreas remotas do globo, insistiu-se em uma nova roupagem ao homem africano para que ele se ajustasse, integralmente, aos comandos dos aparelhos imperialistas. No mapa dos colonizados, a mulheridade é forçada a suportar um espiral de colonialidades, estruturado nas dicotomias de raça, sexo, nos paradigmas de corporeidade e recepção estética, assim como na materialização das convencionalidades comportamentais. Subsidiado por preceitos concatenados à cosmovisão religiosa, de caráter cristão, o missionário atesta, em sua postura, a expectativa do controle patriarcal sobre o corpo alternativo.

O gênero, a ancestralidade étnica e a não adesão a gnosés e cultos, peculiares às tradições hieráticas proclamadas pelo imaginário eurocêntrico, são elementos determinantes à execução de Abena. O fato de o indivíduo *outsider* preterir as deliberações das entidades autocráticas o condiciona à exclusão do direito de existir e de se tornar autor da própria percepção de mundo.

Em síntese, a concretização das conjecturas argumentativas nos facultou averiguar as dinâmicas da atuação patriarcal e as ferramentas usadas à prática de controle de parcelas sociais desassistidas dos padrões supremacistas. Os repertórios interpessoais, inerentes ao cotidiano de Abena Collins, ilustraram as relações de desigualdade entre os gêneros, em contextos distintos, a enfatizar que o imperativo da subalternidade feminina está correlacionado ao enaltecimento do homem e a preservação do *status* de agente regulador das repartições e hierarquias sociais, independente dos indicativos de pertencimento étnico-raciais e socioeconômicos. As sustentações interpretativas reafirmaram o engendramento de estereótipos à mulher, com o propósito de reduzi-la ao estado de inferioridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Aberto o Castelo ao meio,
encontram a mim, encontram você.
Nós, duas, sentimos a areia,
o vento, o ar.
Uma sentiu o açoite. Açoitada,
e embarcada.

Nós, duas, negras.
Eu, você.
Uma brotou do
solo do cacau, nascida da semente,
pele intacta, ainda sangrando.
Nós, duas, atravessamos o mar.
As águas parecem diferentes,
mas são iguais.
Nossas iguais. Pele irmã.
Quem sabia? Eu não. Nem você.”

(Gyasi, 2017, p. 416-417).

As asserções que se seguem ao exercício analítico sinalizam o cessar da nossa escrita textual, inerente à presente tese. No entanto, temos a consciência de que as humildes intervenções perscrutativas realizadas, sem deixar de reconhecer seu valor colaborativo à produção intelectual-acadêmica, no campo da crítica literária e sistematizações reflexivas no âmbito da pós-colonialidade e estudos de gênero, não encerram a disposição que nos impulsiona explorar o fazer artístico, auscultar as proposituras criativas contra-hegemônicas engendradas pelo empenho reflexivo de Yaa Gyasi. Assim como não preconiza a compreensão integral e absoluta no que se refere ao romance *O Caminho de Casa* (2017), produzido pela autoria citada, de forma contrária ao exposto, implica surgimento de novas possibilidades de leituras e perspectivas teórico-analíticas voltadas ao texto narrativo em ênfase.

No decorrer da pesquisa, colocamo-nos na condição de analista literário, a desempenhar o papel de agente promotor das ponderações reflexivas e a conduzir o diálogo com distintas conjecturas epistemológicas, todavia, não nos vedamos à experiência de leitor disposto a escrutinar os elementos socioculturais inerentes às metamorfoses historiográficas e desfechos geopolíticos ganenses traduzidos ao plano diegético, dispensamos atenção às intenções e sentidos articulados pelo foco narrativo onisciente, situados nas entrelinhas da linguagem ficcional. Portanto, fazemos parte do processo interpretativo almejado pela diligência poética de Gyasi. A autora intenta a

conexão com o receptor da linguagem criativa, é a partir deste diálogo que entra em execução a reflexividade estético-temática da obra. Nestes termos, entendemos o interlocutor do discurso narrativo como instrumento potencializador dos componentes constitutivos do imaginário diegético. De acordo com Umberto Eco, em suas postulações argumentativas peculiares à obra *Seis Passeios pelos Bosques da Ficção* (1994, p. 35), o leitor deve estar disposto a se jogar, a se deixar transitar pela narrativa, entendendo as manifestações espaço-temporais sucedidas no interior do ambiente ficcional como uma “cadeia de artifícios de expressão que devem ser atualizados pelo destinatário”. À luz dos pressupostos teóricos de Umberto Eco, acentuamos a concepção de que o leitor-interlocutor da linguagem literária deve se comprometer com a atualização das referências implícitas no progresso da estrutura textual e desvendar as lacunas permitidas pelo foco narrativo, com o intuito de obter uma relação de correspondência exitosa com o agente apreciador do objeto artístico-literário, concretizada a partir de movimentos cooperativos e conscientes do leitor. Vejamos a passagem a seguir:

- Será que o bebê H tá chegando, papai? - perguntou Eurias. - Pode ser, disse Jo, ausente. [...] Cadê Anna? Ela disse que ia comprar sardinha antes de vir para casa - disse Ma, mas Jo já estava saindo pela porta. [...] – Ela se foi? - perguntou Ma, e Jo fez que sim. Ela deu um suspiro. - Você vai sair dessa, Jo. Nyame não fez axântis fracos, e axânti é o que você é, por mais que o homem aqui, branco ou negro, queira apagar essa sua parte. Sua mãe vinha de uma linhagem forte, poderosa. Gente que não se entrega (Gyasi, 2017, p. 191-198).

O fragmento faz alusão à Guerra de Secessão Americana, conflito ocorrido entre os anos de 1861 e 1865. O confronto civil estadunidense foi protagonizado pelos estados sulistas - baseados nos sistemas das *Plantations*, os quais defendiam a existência de grandes propriedades agrícolas e na produção da monocultura em grande escala, destinada às negociações externas e desenvolvida sob o regime de segregação racial e mão de obra escravizada - em contestação à pauta política admitida pela região norte do país, pois, as instituições federativas que constituem esta esfera territorial, nas circunstâncias explicitadas, tencionavam um setor econômico alicerçado no cultivo de pequenas propriedades, com a efetividade do trabalho remunerado e a abolição do regime escravocrata.

Anna Foster, esposa de Kojo Freeman, mesmo portando a documentação que a deferia o *status* de sujeito em liberdade, não foi suficiente para estar isenta do poderio colonial. As ordens supremacistas em efetivo exercício infringem o cumprimento das

normas legais e as aplicam de acordo com seus interesses particulares, de forma que as hierarquias governamentais e jurídicas não repreendem às práticas arbitrárias cometidas, uma vez que foi assentido o pacto estrutural da branquitude. Distintas possibilidades interpretativas podem ser consideradas pelo leitor, a exemplo da personagem ter entrado em trabalho de parto e levada às pressas para a unidade hospitalar mais próxima; a ausência de Anna Foster se deu em razão de sua ida ao mercado público, a fim de adquirir mantimentos à provisão familiar, contudo, a disposição interpretativa do destinatário, atento aos indícios linguísticos viabilizados pela voz narrativa e à sequência dos fatos ficcionais facultam o entendimento de que a personagem foi forçada a se ausentar do núcleo familiar. O momento em que Kojo Freeman sai à procura da esposa nos remete à ocasião em que ele, antes de sair para o trabalho, ensaiava com seus filhos como mostrar os documentos, com a finalidade de se esquivarem das estruturas supremacistas:

Ele representava o oficial federal, com as mãos nos quadris, indo a cada um deles, além mesmo com a pequena Gracie, e dizendo, com a voz mais severa que conseguia: “Aonde vocês tão indo?” E eles enfiavam a mão no bolso que Anna tinha costurado nos vestidos e nas calças e, sem discussão, sempre em silêncio, empurravam os documentos nas mãos de Jo (Gyasi, 2017, p. 190).

O enunciado “- Ela se foi? - perguntou Ma, e Jo fez que sim” (Gyasi, 2017, p. 198) metaforiza o sequestro de Anna Foster, atesta a dissimulada autonomia social concedida à comunidade negra, pois, a capacidade de conduzir a própria vida, as escolhas das ações, a partir de percepções particulares, ainda é uma realidade imprecisa e observada pelas camadas etnocêntricas. Os posicionamentos discursivos resultam da exigência do foco narrativo em propor um leitor em constante movimento às situações contextualizadas na narrativa e munido de atitude no ato interpretativo.

Desse modo, discorreremos que o enredo de *O caminho de Casa* (2017), definido enquanto material basilar à constituição das abordagens reflexivas, assegurou-nos conhecer a experiência cotidiana de diversos grupos étnicos ganenses, assim como a formação geopolítica dessas etnias e o contato com as esferas sociais expansionistas. Portanto, insta-nos acentuar o caráter informativo, histórico e literário desta obra, a qual referencia o interesse de vozes autorais, à margem dos paradigmas de escrita criativa firmados na homogeneidade cultural, em explanar a respeito de objetos temáticos desassistidos pela produção literária hegemônica.

Beth Brait ao tecer comentários acerca da categoria personagem (1985, p. 35) discute a percepção de que este elemento da estrutura ficcional “seria um amálgama das observações e das virtualidades de seu criador”. Sob a lógica conceitual de Brait, inferimos que os personagens inscritos nas ações-conflitos da intriga romanesca, *corpus* de nossas observações, dão voz e corpo à compreensão de mundo da artífice ganense, encenam as implicações e as lacunas deixadas pela dominação colonial, com ênfase aos sistemas de opressão feminina, os quais são determinados por segmentos sociais que priorizam a manutenção de seus privilégios em detrimento da razão de ser de corporeidades alternativas.

Uma vez que cumprimos o objetivo pretendido nesta tese, o qual consiste em analisar os aspectos de violência e subalternidade feminina enquanto mecanismos de controle irrogados às mulheres que transitam nas cenas literárias compostas por Yaa Gyasi, acreditamos ter auferido resultados profícuos no que tange à consistência do exercício analítico e na exposição do tema. Sendo assim, o percurso da pesquisa sucedeu em quatro seções.

No primeiro capítulo efetuamos uma abordagem panorâmica com relação aos fatores sociais, políticos e culturais da República do Gana, assim como elucidamos a influência de forças imperialistas na composição das estruturas étnicas e a ocasionarem mudanças sociopolíticas voltadas aos interesses do expansionismo territorial das nações europeias, no interior das conjunturas autóctones colonizadas. Nesta perspectiva, foi abordada a inserção das etnias fante e axante na efetividade do regime escravocrata, enquanto atividade essencial à manutenção do poderio britânico na antiga Costa do Ouro e para preservar os privilégios das elites locais. As esferas tribais fante e axante eram adversárias durante o período da colonização, com preceitos culturais e propósitos divergentes, dispunham de hegemonia política e militar em detrimento de outras aldeias de menor extensão territorial. O processo de autonomia governamental de Gana, libertando-se da inspeção administrativa e militar da Inglaterra, no ano de 1957, foi pautado, contudo, versamos a respeito das políticas neocoloniais implementadas depois da independência do novo Estado, com a finalidade de preservar o *status* de dominação da coroa britânica irrogado às governabilidades primitivas. As circunstâncias geopolíticas são matérias revisitadas por perspectivas reflexivas que surgem no centro das conjunturas ex-colonizadas. O desenvolvimento desta seção foi importante para mantermos um diálogo consistente com as referências geopolíticas evidenciadas pela escritora Gyasi, na

evolução dos conflitos de *O caminho de Casa*. Logo, atestamos sua contribuição à composição temático-estrutural dos capítulos posteriores.

Na sequência, constituímos um tópico dedicado à elucidação de escritoras precedentes da agenda literária suscitada nas espacialidades do ocidente africano. Os expoentes autorais, com ênfase às trajetórias literárias da nigeriana Flora Nwapa e da ganesa Ama Ata Aidoo, abriram caminhos para que outras autorias femininas pudessem experimentar a arte da escrita criativa, espaço majoritariamente masculino. Com um enfoque contra-hegêmico, no que se refere ao fazer artístico das ordens norte-globais quanto das tessituras ficcionais derivadas das habilidades criativas do homem nativo, as mulheres puderam dispor, à reflexividade, temáticas peculiares ao universo feminino, até então ignoradas nas pautas emancipatórias das políticas pós-independencistas. As asserções argumentativas nos levaram depreender que a independência nacional, processo histórico fundamental à autonomia administrativa das antigas latitudes colonizadas, não implica liberdade das corporeidades femininas e ascensão da mulher aos espaços que denotam poder e privilégio social. Análoga às reivindicações da mulheridade, a exercer o papel de primariedade no exercício da linguagem artístico-ficcional, surgiu a crítica literária e feminista.

Na etapa analítica posterior, primamos pela abordagem dialógica dos mecanismos de violência presentes nas relações interpessoais das personagens Effia Otcher e Esi Asare. Observamos que as práticas coercitivas ocorreram em circunstâncias distintas e não resultaram, unicamente, do coeficiente de supremacia racial, contudo, são ações perpetradas pela instituição masculina, com o propósito de reafirmar sua preeminência nos múltiplos setores da sociedade. Sejam em ambiências que manifestam a hegemonia da metrópole colonizadora ou nos contextos de convivência familiar as referências ficcionais destacadas são condicionadas à posição de cidadãs de segunda classe. Portanto, sujeito-efeito das determinações assentidas pelo aparelho patriarcal.

No último tópico, complementar às conjecturas reflexivas realizadas na seção anterior, perquirimos as tensões sociais e o signo da subalternidade a partir do capítulo dedicado à Abena Collins. A personagem enfatizada se tornou objeto de segregação coletiva na própria aldeia de pertencimento. A princípio, por sua ancestralidade cultural ser aspecto oculto ao conhecimento dos moradores da aldeia em que habita, a censura à Abena é acentuada no momento em que ela infringe as convenções culturais impostas pelas lideranças da tribo.

Reiteramos o propósito deste trabalho acadêmico, o qual compreende a análise dos aspectos de violência e subalternidade feminina enquanto mecanismos de controle irrogados às mulheres que transitam nas cenas literárias compostas por Yaa Gyasi, para asseverar que o objetivo aludido ao delimitar o caráter analítico desta investigação, também direciona o processo de escrita à comprovação da hipótese inicial. Os pressupostos hipotéticos asseguram que as mulheres ganesas estão submetidas à hegemonia patriarcal que, por sua vez, autoriza a entidade masculina supervisionar os setores políticos, econômicos, religiosos e culturais dos estratos autóctones e determinar, ao feminino, lugares-comuns que denotam inferioridade, utilizando-se de práticas arbitrárias e a atribuir imagens de controle às corporeidades vitimadas pelo domínio do homem. A tese foi legitimada a partir da efetuação do enfoque metodológico bibliográfico, dialógico e exploratório-explicativo. Com esse intuito, apoiamo-nos nas concepções teórico-conceituais de Stuart Hall (2016) e Frantz Fanon (1968, 2018) para discutirmos o aspecto da violência, poder simbólico e hegemonia étnico-cultural, no que concerne às ponderações reflexivas voltadas à supremacia patriarcal, subalternidade feminina, marcadores de violência interseccionalizados e imagens de controle, recorreremos às postulações críticas de Angela Davis (2016), Gayatri Spivak (2010, 2013), Hudson-Weems (2020), Collins (2019), Kilomba (2019), Toni Morrison (2019) e Silvia Federici (2004).

Diante do que foi exposto, afirmamos que a validação da conjectura hipotética foi possível ao concluirmos que as relações interpessoais das três personagens analisadas - Effia Otcher, Esi Asare e Abena Collins - apontam o cerceamento feminino, efeito das práticas de violência e subalternidade cometidas por familiares, homens integrantes da população aborígine e representantes do governo colonial. Vejamos que Effia Otcher é fruto de um estupro, sua mãe, Maame, tornou-se escrava de guerra do Grande Homem Cobbe Otcher, e vivia sob as repreensões do líder fante, a servi-lo. Effia, criada por Baaba, primeira esposa do Grande Homem Otcher, teve a infância marcada pelo desprezo da mãe adotiva e por sua conduta autoritária. A capacidade de tomar decisões, fazer escolhas e realizar projetos particulares, a partir do próprio entendimento de vida, foi privada à personagem em questão. Desta maneira, tornou-se artefato de negociações engendradas pelas lideranças masculinas da aldeia de origem, a etnia fante, e os representantes da base colonial inglesa. A jovem Effia foi vendida ao recém-nomeado governador de Cape Coast James Collins. A circunstância aludida ratifica o entendimento de que sujeito feminino foi reduzido ao papel de elemento coisificado, em função de garantir a supremacia do

homem nativo e extinguir possíveis manifestações em censura ao andamento do expansionismo colonial britânico. Neste pacto de ordens supremacistas, a mulher se situa à margem, todavia, é a primeira a ser prejudicada.

No que se refere à Esi Asare, averiguamos que crescer nos limites da aldeia axante, lugar onde nasceu, tornou-se um desejo remoto. As guerras étnicas, provocadas pela ambição do homem nativo, intentando o fortalecimento do poderio militar e a ampliação de fronteiras territoriais, suscitaram a experiência de Esi com o sistema escravocrata. Na condição de escravizada, a filha do Grande Homem Asare foi reduzida ao pó, espancada e teve seu espaço-corpo e intimidade violados (Gyasi, 2017, p. 53). Sob agressão e força contrária à sua vontade, foi levada ao calabouço das mulheres, no castelo de Cape Coast, ambiente onde passou o aniversário de quinze anos. O contexto reformulou as agências de dominação, se em situações anteriores a entidade masculina primitiva era figura preeminente, o contato com o colonizador ocidental intensificou a cultura de opressão. No “barco grande” cruzou as águas atlânticas, com destino às *plantations* do Mississipi, nas novas terras Esi foi submetida, até mesmo, ao distanciamento da identidade ancestral. O proprietário de terras que a tinha comprado fazia questão de lembrá-la da sua posição sociorracial inferiorizada e usava a violência como instrumento de punição e disciplina às regras da cultura dominante:

No Mississipi, Esi falava com ela em twi, até seu senhor a apanhar fazendo isso. Ele açoitou Esi cinco vezes para cada palavra em twi que Ness disse; e quando Ness, vendo sua mãe ser castigada, ficou apavorada demais para abrir a boca, ele deu cinco açoitadas em Esi para cada minuto de silêncio de Ness. Antes do açoitamento, sua mãe a chamava de Maame, em homenagem à própria mãe, mas o senhor tinha chicoteado Esi por isso também. Ele a tinha chicoteado até ela exclamar “My goodness!” [...] Foi assim que aquele “goodness” virou apenas Ness (Gyasi, 2017, p. 112).

Em virtude do que foi mencionado, constatamos no capítulo dedicado às vivências cotidianas de Abena Collins, do romance em destaque nesta investigação, que a tônica da violência e subalternidade feminina se destacam nos conflitos diegéticos. A personagem foi exposta ao julgamento coletivo, pois, segundo a elite governamental e religiosa da tribo, constituída por homens, Abena transgrediu as normas da aldeia ao ter relação sexual antes do vínculo matrimonial ser estabelecido. As normas socioculturais, deferidas por convenções político-religiosas internas, impõem ao gênero feminino o contrato de obediência que o faz estar sotoposto ao sistema patriarcal. Destarte, o agenciamento de

poderes interseccionalizados, com o intuito de instituir papéis sociais relacionados à condição de gênero, contribui para a desvalorização e ocasiona a interrupção definitiva da vida de muitas mulheres. A exemplo da personagem Abena, vitimada pela violência de raça, gênero, cultural e religiosa (Gyasi, 2017, p. 281).

Com o progresso da pesquisa foi compreendido que a atuação patriarcal, durante o processo de colonização e nas realidades pós-independência, assumiu um caráter autocentrado, sem expressar nenhum ato de cordialidade e de espaço à escuta de quem deseja ter seus interesses considerados e sua vida preservada, no caso, a mulher, sujeito, historicamente, condicionado às armadilhas do chauvinismo da entidade masculina. Ao encontro do raciocínio elucidado, Gayatri Spivak reitera que mesmo na chamada era pós-colonial, as mulheres seguem submetidas às estruturas em torno de certa ordem de gênero, pois, o aval ao “estupro persiste não apenas na guerra, mas também, independente se uma nação está em desenvolvimento ou é desenvolvida” (2013, p. 211). Para os efeitos de nossas observações, em acordo com o objetivo tencionado por esta pesquisa, reforçamos que os “estupros” - usamos a compreensão ampla do termo, sem restringi-lo à ideia pontual da prática sexual forçada - vivenciados por Effia Otcher, Esi Asare e Abena Collins possuem múltiplas configurações, sendo elas de natureza sexual, de raça, étnica, classe e cultura. Neste sistema de colonialidades é perceptível que não existe uma conciliação possível, os pactos são rompidos e um dos termos não se quer igual, o homem busca sempre o lugar de domínio.

As elucubrações nos facultam retomar a temática da violência, enquanto sistema atmosférico de coerção feminina. A violência atmosférica ocasiona a impotência do sujeito-efeito em face das realidades que o oprimem. Conforme constata Frantz Fanon (2018, p. 81) este sujeito objeto, “sem meios de existir, sem razão de ser, é destruído no mais profundo da sua existência”, essa atmosfera de violência, perpetrada na fase colonial, continua a subsistir na contemporaneidade. Quando empregado no diálogo direcionado às questões de gênero, o conceito de violência atmosférica indica que as disputas em função do expansionismo de bases territoriais tomam outros rumos, as primeiras intenções não permanecem, são reformuladas. Neste cenário de tensão e hierarquização de gênero, corpos e desejos femininos são alvos de diversificadas matrizes de dominação.

Concluimos as lucubrações argumentativas salientando a relevância de, em tempos que as subjetividades femininas estão suscetíveis às imposições patriarcais e vetores de subordinação, trazermos ao debate reflexivo temáticas que requisitam a

urgência da atenção social. Assim sendo, reforçamos ter sua importância ampliar o diálogo literário, promovendo a inclusão de autores e suas tessituras poéticas ainda ausentes nos espaços de discussão acadêmica e desconhecidos pelas avaliações especializadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIDOO, Ama Ata. *Anowa*. London: Longman, 1970.

AIDOO, Ama Ata. *Changes: a Love Story*. Nova York: Feminist Press, 1991.

AIDOO, Ama Ata. *Our Sister Killjoy: or Reflections from a Black-eyed Squint*. Accra. Longman, 1977.

AIDOO, Ama Ata. To Be a Woman. In: MORGAN, Robin (ed). *Sisterhood is Global: The International Womens Movement Anthology*. Garden City, New York: Anchor/Doubleday, 1983.

AIDOO, Ama Ata. *The Dilemma of a Ghost*. Accra: Longman, 1965.

AIDOO, Ama Ata. To be an African woman writer – An overview and a detail. In: OLANIYAN, Tejumola; QUAYSON, Ato (ed.). *African literature: an anthology of criticism and theory*. Malden, USA: Ed Blackwell, 2009, pp 513-519.

ACHEBE, Chinua. *A Educação de uma criança sob o Protetorado Britânico: Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Esperanças e impedimentos: ensaios selecionados, 1965-1987*. Londres: Heinemann, 1988.

_____. *Home and Exile*. New York: Random House, 2001.

_____. *Morning Yet on Creation Day*. London: Heinemann, 1977.

_____. *O mundo se despedaça*. Tradução de Vera Queiroz. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *The Education of a British-Protected Child: Essays*. New York Alfred A. Knopf, 2009.

_____. *Things Fall Apart*. London: Heinemann, 1958.

ACHOLONU, C. O. *Motherism: An Afro-Centric Alternative to Feminism*. Owerri: Afa Publications, 1995.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Tradução de Júlia Romeu, São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A Economia Política dos Descobrimentos. In: Adauto Novaes (Org.). *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALVAREZ FERREIRA, Agripina Encarnación. *Dicionário de Imagens, Símbolos, Mitos, Termos e Conceitos Bachelardianos*. Londrina: Eduel, 2013.

AMADIUME, Ifi. *Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in an African Society*. London: Zed Books, 1987.

ANGELOU, Maya. *Poesia Completa*. Tradução de Lubi Prates. Bauru/São Paulo: Editora Astral Cultural, 2020, 336p.

APPIAH, Kwame Anthony. *O Código de Honra: como ocorrem as revoluções morais*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARMAH, Ayi Kwei. *The Beautiful Ones Are Not Yet Born*, Boston: Houghton Mifflin, 1968.

ARNDT, Susan. *The Dynamics of African Feminism: Defining and Classifying African-Feminist Literatures*. Africa World Press: Trenton, 2002.

ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. *The empire writes back: theory and practice in post-colonial literatures*. Londres: Routledge, 1993.

AWMBILA, Mariama. Igualdade de Gênero e Pobreza em Gana: implicações para estratégias de redução da pobreza. *GeoJournal*, vol. 67, nº 2, 2006, pp. 149-161. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10708-007-9042-7>>. Acesso em: 08 de jan. 2023.

BACHELARD, Gaston. *A Psicanálise do Fogo*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BACHELARD, Gaston. *Fragments de uma Poética do Fogo*. Tradução de Norma Telles. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BAMISILE, Sunday Adetunji. *Questões de gênero e da escrita feminina na literatura africana contemporânea e da diáspora africana*. Tese de Doutorado, defendida na Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Portugal, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8699/1/ulsd65962_td_Sunday_Bamisile.pdf> . Acesso em: 01 mai. 2021.

BAMISILE, Sunday Adetunji. *A procura de uma ideologia afrocêntrica: do feminismo ao afro-feminismo*. Via Atlântica, São Paulo, n. 24, p. 257-279, Dez, 2013. Disponível

em: <file:///C:/Users/User/Desktop/58303-Texto%20do%20artigo-175408-2-10-20150721%20(1).pdf>. Acesso em: 22 Nov, 2021.

BARRETO, Luís Filipe. A Herança dos Descobrimentos. IN: Biblioteca Digital Camões, *Revista ICALP*, 2009. Disponível em:< <http://cvc.instituto-camoes.pt/dmdocuments/heranca.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

BARRY, Peter. *Beginning theory*. Manchester; New York: Manchester University Press, 2002.

BETI, Mongo. *Dictionnaire de la négritude*. Paris: Editions L'Harmattan, 2000.

BEYALA, C. *C'est le soleil qui m'a brûlée*. Paris: Editions Stock, 1987.

_____. *Tu t'appelleras Tanga*. Paris: Editions Stock, 1988.

_____. *Les arbres en parlent encore*. Paris: Editora Albin Michel, 2002.

BHABHA, Homi K. *O Local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, 2. Ed, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BLAY, John. B. *NKrumah: o pan-africano*. Gana: Acra, 1973.

BOEHMER, Elleke. *Colonial & postcolonial literature*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1995.

BOAHEN, Albert Adu. *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010.

BOAHEN, Albert Adu. *Yaa Asantewaa e a guerra axante-britânica de 1900-1*. Editora: James Currey/Publishers/ Gana, 2003.

BONNICI, Thomas. *O Pós-colonialismo e a Literatura: estratégias de leitura*. Maringá: Eduem, 2000.

BOXER, C. R. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAIT, Beth. *A Personagem*. São Paulo: Editora Ática, 1985, 176p.

BROWN, Lloyd Wesleley. *Women writers in Black Africa*. Westport; London: Greenwood Press, 1981.

BUCHAN, John. *Preste João*. Nova York. Editora Thomas Nelson & Sons, 1910.

BURNS, Edward. *História da Civilização Ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais*. 30. ed. Trad. Donaldson Grashagem. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

CANDIDO, Antonio (Org.). *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 11 ed. – Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARBONIERI, Divanize. Rumos do romance africano de língua inglesa na contemporaneidade. Recife. *Revista Investigações*, v. 26, n. 1, 2013, p. 01-37. Disponível em: <[file:///C:/Users/E/Downloads/390-935-1-SM%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/E/Downloads/390-935-1-SM%20(4).pdf)>. Acesso em: 04 Mai, 2020.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista. *Revista Latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud*, Manizales, v. 8, n. 1, p. 46-76, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrítica revisitada e as críticas. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (org.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no brasil*. Curitiba: Appris, 2017.

CARRASCOSA, Denise. Pós-colonialidade, pós-escravismo, bioficção e con(tra)temporaneidade. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 44, Jul/Dez, 2014, p. 105-124. Disponível em: <<file:///C:/Users/E/Desktop/P%C3%B3s%20colonialidade/a06n44.pdf>>. Acesso em: 13 Jun, 2020.

CARY, Joyce. *Aissa Saved*. London: London: Michael Joseph, 1932.

CARY, Joyce. *An American visitor*. London: Michael Joseph, 1933.

CARY, Joyce. *The African witch*. London: Michael Joseph, 1936.

CARY, Joyce. *Mister Johnson*. London: Michael Joseph, 1939.

CASANOVA, Pascale. *A República Mundial das Letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CHABAL, Patrick. *Vozes moçambicanas: literatura e nacionalidade*. Lisboa: Vega, 1994.

CHEVRIER, Jacques. *Black African Literatures in the French Language*. Paris: Nathan, 1999.

CHIZIANE, Paulina. *Eu, Mulher...por uma nova visão do mundo*. 3. Ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

CLINGMAN, Stephen. *The Novels of Nadine Gordimer: History from the inside*. London: Allen & Unwin, 1986.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência, e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. - 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2019, p. 674.

COMTE-SPONVILLE, André. *O ser-tempo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CONRAD, Joseph. *O coração das trevas*. Londres: Blackwood's Magazine, 1902.

COSTA E SILVA, Alberto Da. *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

COSTA E SILVA, Alberto Da. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. *Estudos Avançados*, V. 8, n. 21, 1994. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v8n21/03.pdf>>. Acesso em: 03 Abr, 2020.

DAAKU, Kwame Yeboa. *Comércio e política na Costa do Ouro, 1600-1720: um estudo da reação africana ao comércio europeu*. London: Clarendon, 1970.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

DAVIES, Carole B. Feminist Consciousness and African Literary Criticism. In: SCOTT, Bonie Kime. *Et al. Women in culture: an intersectional anthology for gender and women's studies*. Malden: John Wiley & Sons, Ltd, 2017.

DU BOIS, W. E. B. *As Almas da Gente Negra*. Tradução de Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda Editora, 1999.

DUBRAVAC, Maritza. Yaa Gyasi sobre escrever o livro que ela queria ler quando adolescente. *Nova Escola: clube do livro Bored to Death*, 07 de fev. de 2017. Disponível em: <<https://www.boredtodeathbookclub.com/2017/02/07/yaa-gyasi-on-writing-the-book-that-she-wanted-to-read-as-a-teenager/>>. Acesso em: 20 de nov. de 2022.

EBOH, M.P. Aetiology of Feminist, Womanist, Femalist and Gynist Philosophy. In Opara, Chioma (Ed.). *Beyond the Marginal Land: Gender Perspectives in African Writing*. Port Harcourt: Belpot (Nig) Co, 1999, p.12-23.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

DOVE, Nah. Mulherismo Africana: uma Teoria Afrocêntrica. Universidade Temple. Tradução de Wellington Agudá. *Jornal de estudos negros*, v. 28, n. 5, maio 1998.

EISENSTEIN, Zillah. "Developing a theory of capitalist patriarchy and socialist feminism". In: _____ (Ed.). *Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism*. New York: Monthly Review Press, 1979.

EMECHETA, B. *The Bride Price*. London: Allison & Busby, 1976.

_____. *The Joys of Motherhood*. London: Allison & Busby, 1979.

FANON, Frantz. Racismo e Cultura. *Revista Convergência Crítica*. Niterói, n. 13. p. 78-90, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/convergenciacritica/article/view/38512>>. Acesso em 08 ago. 2023.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. 1968.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2004, 406p.

FERNANDES, Lito Nunes. A pobreza na África Subsaariana e suas consequências no mundo globalizado. *Revista de desenvolvimento econômico*, Salvador/BA, V. 23. n. 22, Dez, 2010, p. 87-96. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1215/1202>>. Acesso: 19 de Abr, 2020.

FERREIRA, Agripina E. A. *Dicionário de imagens, símbolos, mitos, termos e conceitos bachelardianos*. Londrina: Eduel, 2013.

FERREIRA, Manuel. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa I e II*. Lisboa: Editora Livraria Bertrand, 1977.

FERREIRA, Manuel. *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1987.

FERREIRA, Manuel. *O discurso do percurso africano*. Lisboa: Plátano Editora, 1989.

FERREIRA, Roquinaldo. A primeira partilha da África: decadência e ressurgência do comércio português na Costa do Ouro (1637-1700). *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, vol. 26, nº 44, jul/dez, 2010, p.479-498. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/vh/v26n44/a08v2644.pdf>>. Acesso em: 03 Abr, 2020.

FERREIRA, M. G. *A África Contemporânea: dilemas e possibilidades*. Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Prefeitura da Cidade de Salvador, 2005 (Material Didático). Disponível em: <http://smec.salvador.ba.gov.br/documentos/africa_contemporanea.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2021.

FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências* (séculos XIII a XX). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. Escalas da Identidade na literatura africana das independências: uma abordagem exploratória sobre nacionalismo, identidades sociais e produção cultural. *Tempo*, Niterói, Vol. 24, n. 1, Jan/Abr, 2018, p. 01-20. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/tem/v24n1/1980-542X-tem-24-01-1.pdf>>. Acesso em: 13 Jun, 2020.

FINNEGAN, Ruth. *Oral Literature in Africa*. Cambridge, UK: Open Book Publishers, 2012.

FONCHINGONG, Charles C. Unbending Gender Narratives in African Literature. *Journal of International Women's Studies*, v. 8. n. 1, p. 135-147. Nov, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/259475845_Unbending_Gender_Narratives_in_African_Literature>. Acesso em: 01 mai. 2021.

FONSECA, Maria N. S. Panorama das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Belo Horizonte: *Cadernos CESPUC De Pesquisa Série Ensaio*, n. 16, 2017, p. 13-72. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/14767/11446>>. Acesso em: 21 Jun, 2020.

FÓRUM, Feminista Africano. *Carta de Princípios Feministas: para as feministas africanas*. 2007. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/04/AFF-Feminist-Charter-Digital-%E2%80%93-Portuguese.pdf>> Acesso em: 22 Nov, 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. Paris: Editora Plon, 1961.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Paris: Editora Gallimard, 1975.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Paris: Editora Gallimard, 1976.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga, 24. Ed, São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FRÍAS, María. Na Interview With Ama Ata Aidoo: “I learnt my First Feminist Lessons in Africa”. *Revista Alicantina de Estudios Ingleses*, Espanha, n. 16, p. 06-53, Nov, 2003. Disponível em: < https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/1294/1/RAEI_16_23.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2021.

GIOVANNI, Nikki. *Woman*. Nova York: Harper Perennial Publisher, 1978, p. 96.

GORDIMER, Nadine. *Um mundo de Estranhos*. São Paulo. Editora Difel, 1958.

GORDIMER, Nadine. *O falecido mundo burguês*. Chichester: Littlehampton Book Services Ltd, 1966.

GORDIMER, Nadine. *Um Convidado de Honra*. New York: Viking Press, 1970.

GORDIMER, Nadine. *O conservador*. New York: Viking Press, 1974.

GORDIMER, Nadine. *A Filha de Burger*. New York: Viking Press, 1979.

GORDIMER, Nadine. *O Pessoal de July*. Lisboa: Teorema, 1981.

GORDIMER, Nadine. *O gesto essencial: literatura, política e lugares*. Organização e introdução de Stephen Clingman. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

_____. Onde é que os brancos se encaixam?. In: GORDIMER, Nadine. *O gesto essencial: literatura, política e lugares*. Organização e introdução de Stephen Clingman. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 41-48.

GORDIMER, Nadine. *Tempos de Reflexão: de 1990 a 2008*. São Paulo: Globo, 2013.

GRAHAM, C. K. *The History of Education In Ghana: from the earliest times to the declaration of Independence*. London: Frank Cass and Company Limited, 1971.

GREENE, Graham. *O Coração da Matéria*. Londres: William Heinemann, 1948.

GUERRA, João Paulo. *Memória das Guerras Coloniais*. Editora: Afrontamento, Lisboa, 1994.

GYASI, Yaa. *Homegoing*. New York: Knopf, 2016.

GYASI, Yaa. *O Caminho de Casa*. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

GYASI, Yaa. *Notas e destaque de O caminho de Casa*. 2021. Disponível em: <https://www.goodreads.com/book/show/27071490homegoing?ac=1&from_search=true&qid=1gJZDFpeeX&rank=1>. Acesso em: 20 de nov. de 2022.

GYASI, Yaa. *Reino Transcendente*. Tradução de Waldéa Barcellos. 1º edição. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2021.

GYASI, Yaa. *Transcendent Kingdom*. New York: Knopf, 2020.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Tradução de Daniel Miranda e Willian Oliveira. Rio de Janeiro: Puc – Rio, Apicuri, 2016. 260 p.

HAMILTON, Russel G. *Literatura africana, literatura necessária I: Angola*. Lisboa: Edições 70, 1981.

HAMILTON, Russel G. *Literatura africana, literatura necessária II: Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições 70, 1984.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HERNANDEZ, Leila L. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HUDSON-WEEMS, Clenora. *Mulherismo Africana: recuperando a nós mesmos*. Tradução de Wanessa. A. S. P Yano. 1º edição – São Paulo: Editora Ananse, 2020.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção*. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

JAMES, Adeola. *In Their Own Voices: African Women Writers Talk*. Nairobi: Heinemann, 1990.

KABIRA, W. M; KAREGA, M; NZIOKI, E. A. *They've Destroyed the Temple*. Nairóbi: Longman Kenya Limited, 1992.

KEEFE, Patrick Radden. *Império da Dor*. New York: Doubleday, 2021.

KEMOLI, Arthur; MULWA, David K. *The European image of Africa and the African*. Bussara. Nairobi, v. II, n. 2, 1969, p. 51-53.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando África?* Porto: Campo das Letras, 2006.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira, - 1. Ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 248.

KOUROUMA, Ahmadou. *O sol das independências*. Tradução de Marisa Murray. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

KUMAH, Carolyn. Book Review: African Women and Literature. *The Patriotic Vanguard*, Serra Leoa, Jan. 2006. Disponível em: <<http://thepatrioticvanguard.com/book-review-african-women-and-literature>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

LABAN, Michel. *Moçambique: encontro com escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1998.

LANDER, Edgard (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LARANJEIRA, José L. P. *De letra em riste: identidade, autonomia e outras questões na literatura de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe*. Porto: Edições Afrontamento, 1992.

LARANJEIRA, José L. P. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LARANJEIRA, José L. P. *A negritude Africana de Língua Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1995, p. 533.

LEITE, Ana Mafalda. *Oralidades e Escritas nas Literaturas Africanas*. Lisboa. Edições Colibri, 1998.

LIMA, Conceição. *O país de Akendenguê*. Lisboa: Caminho, 2012.

LOPES, Ana Mónica Henrique. Descolonização e Racismo: atualidade e crítica-Neocolonialismo na África. *Sankofa*, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 12-21, Dez. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88804/91687>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

MAC. *O manifesto do Movimento Anticolonialista*. Edição do Departamento de Informação, Propaganda e Cultura do CC do PAIGC, Guiné Bissau, 1965.

MACEDO, José R. *Desvendando a História da África*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MACEDO, José R. *História da África*. São Paulo: Contexto, 2015.

MAHAMA, Tia Abdul-Kabiru; NKEGBE, Paul Kwame. Gender Preference in Primary School Enrolment Among Households in Northern Region, Ghana. *Ghana Journal of Development Studies*, Navrongo, Vol. 14, nº. 1, p. 60-78, May, 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Desktop/156471-Article%20Text-408153-1-10-20170524.pdf>>. Acesso em: 14 fev, 2023.

MARGARIDO, Alfredo. *Estudo sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: A regra do Jogo, 1980.

MARQUES, Juliana Bastos. O conceito de temporalidade e sua aplicação na historiografia antiga. *Revista de Historia (USP)*, v. 0, p. 43, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19074/21137>>. Acesso: 03 de Abr, 2020.

MARTINS, Anderson Bastos. “Onde é que os brancos se encaixam?”: A obra de Nadine Gordimer como política de Reconciliação. *Pontos de Interrogação*, v. 10, n. 2, jul.-dez., p. 49-66, 2020. Disponível em: <[file:///C:/Users/E/Downloads/10888-Texto%20do%20artigo-30354-1-10-20210217%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/E/Downloads/10888-Texto%20do%20artigo-30354-1-10-20210217%20(4).pdf)>. Acesso em: 01 mai. 2021.

MARTINS, Catarina. “La Noire de...” tem nome e tem voz. A narrativa de mulheres africanas anglófonas e francófonas para lá da Mãe África, dos nacionalismos anticoloniais e de outras ocupações. *e-cadernos/CES*, Coimbra, n. 12, p. 119-144, 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/E/Downloads/eces-711.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

MASSAD, Daisy S. *Joyce Cary's colonial Nigerian novels: the impact of the Western forces*. Tese de livre docência. Instituto de Letras, História e Psicologia. Universidade Estadual Paulista, Assis, 1979, 273f.

MATA, Inocência. Sob o signo de uma nostalgia projetiva: a poesia angola nacionalista e a poesia pós-colonial. *SCRIPTA*. Belo Horizonte. v. 10, n. 19, 2º sem. 2006a, p. 2542. Disponível em: <<file:///C:/Users/E/Desktop/Sobre%20o%20nacionalismo%20nas%20literaturas/13936-Texto%20do%20artigo-49818-1-10-20170120.pdf>>. Acesso em: 12 Ago. 2020.

MATA, Inocência. Estudos Pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêtricas. Dossiê: Diálogos do Sul. *Civitas*, Porto Alegre, V. 14, n. 1, Jan/Abr, 2014, p. 27-42. Disponível em: <file:///C:/Users/E/Desktop/P%C3%B3s%20colonialidade/DOC_DSC_NOME_ARQUI20161026130823.pdf>. Acesso em: 13 Jun, 2020

MATA, Inocência. A crítica literária africana e a teoria pós-colonial: um modismo ou uma exigência? *Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, n. 2, jan/jun, jul/dez 2006b, pág. 33 – 44. Disponível em: <<file:///C:/Users/E/Desktop/Sobre%20o%20nacionalismo%20nas%20literaturas/A-cr%C3%ADtica-liter%C3%A1ria-africana.pdf>>. Acesso em: 12 Ago. 2020.

MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Ramada: Edições Pedago, 2014.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Salvador: EDUFBA, 2011.

MENDONÇA, José Luís. *Quero acordar a alva*. Luanda: INALD, 1997.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. Os impasses no processo de construção dos modernos Estados Africanos. *Revista de Economia & Relações Internacionais*, São Paulo - SP, v. 2, n. 4, p. 67-78, 2004. Disponível em: <http://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/rel_04/marina.htm>. Acesso em: 01 mai. 2021.

MENEZES, Sezinando Luiz. Política, Cultura, Economia e Religião na expansão comercial portuguesa nos séculos XV e XVI. *História e Culturas*, UECE/CE V. 3, n. 5, Jan-Jun, 2015, p. 41-69. Disponível em: <<http://seer.uece.br/?journal=RHC&page=article&op=view&path%5B%5D=1364&path%5B%5D=1374>>. Acesso em: 03 Abr, 2020.

MORRISON, Toni. *A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MORTARI, Cláudia. Concorde, claro, que uma boa arte muda as coisas: a escrita literária de Chinua Achebe e a crítica à colonialidade. São Paulo. Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, v. 10, n. 20, dez, 2017, p. 56-73. Disponível em: <[file:///C:/Users/E/Desktop/Chinua%20Achebe/143682-Texto%20do%20artigo-284406-1-10-20180221%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/E/Desktop/Chinua%20Achebe/143682-Texto%20do%20artigo-284406-1-10-20180221%20(1).pdf)>. Acesso em: 12 Ago, 2020.

MUDIMBE, Valentin-Yves. *A ideia de África*. Portugal: Edições Pedago, 2013.

MUDIMBE, Valentin-Yves. *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Portugal: Edições Pedago, 2013.

MUIANGA, Aldino. Noémia de Sousa: Poeta-combatente, heroína-poeta In: SOUSA, Noémia. *Sangue Negro*. São Paulo: Kapulana, 2018.

MUNANGA, Kabengele. África: trinta anos de processo de independência. São Paulo: *Revista USP*, Dossiê Brasil/África, n. 18, 1993, p. 100-111. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26002/27733>>. Acesso em: 21 Jun. 2020.

NETO, José Fiuza. A vitória de Mandela. *Revista História Viva*, ano IV, número 76, pp. 48-55. fev 2010.

NGAL, Georges. *Création et Rupture en Littérature Africaine*. Paris: L'Harmattan, 1994.

NIETZSCHE, F. *Escritos sobre educação*. Tradução e apresentação de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. da PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2011.

N'KRUMAH, Kwame. *A África deve unir-se*. Lisboa: Ulmeiro, 1977.

N'KRUMAH, Kwame. *A Luta de classes em África*. Lisboa: Livraria Sá da Costa editora, 1977.

N'KRUMAH, K. *Neocolonialismo: último estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NOA, Francisco. Noémia de Sousa: a metafísica do grito. In: SOUSA, Noémia. *Sangue Negro*. São Paulo: Editora Kapulana, 2018.

NORA, Pierre. *Realms of Memory: the construction of the French Past*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996.

NUNES, Alyxandra Gomes. *Things Fall Apart de Chinua Achebe como romance de fundação da literatura nigeriana em língua inglesa*. Dissertação (Mestrado em Letras). Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/E/Desktop/Chinua%20Acheb/Nunes_AlyxandraGomes_M.pdf>. Acesso em: 03 Jul, 2020.

NWAPA, Flora. *Efuru*. London: Heinemann Educational Books, 1966.

_____. *Idu*. London: Heinemann Educational Books, 1970.

_____. *Never Again*. Enugu: Tana Press Ltd, 1975.

_____. *One Is Enough*. Enugu: Flora Nwapa Company, 1981.

_____. *Women are Different*. Enugu: Tana Press Ltd, 1986.

NWAPA, Flora. Woman and Creative Writing in África In: OLANIYAN, Tejumola; QUAYSON, Ato (ed.). *African literature: an anthology of criticism and theory*. Malden, USA: Ed Blackwell. 2009, p. 526-532.

OGOT, Grace. *The Graduate*, Nairobi: Uzima Press, 1980.

OYÈWÚMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

OYÈWÚMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYÈWÚMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes. Disponível em: <file:///D:/Mulherisma%20Afrikana/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%Bw%C3%B9m%C3%AD_-_conceitualizando_o_g%C3%AAnero_os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

OKOYE, Ifeoma. *Behind the Clouds*. London: Longman, 1982.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. A África desde o fim da Guerra Fria. *Relações Internacionais*, n. 24, p. 93-114, Dez. 2009. Disponível em: <http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri24/n24a11.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2021.

OLANIYAN, Tejumola; QUAYSON, Ato. *African Literature: an anthology of criticism and theory*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2007.

PAIM, Márcio. L. S. *Pan-africanismo: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro na casa de meu pai*. São Paulo: Sankofa, 2014.

PALMER, Eustace. *An Introduction to the African Novel*. London: Heinemann, 1972.

PEREIRA, Fernanda A. Literatura e política: a representação das elites pós-coloniais africanas em Chinua Achebe e Pepetela. Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). Programa de Pós-graduação em Estudos Literários, da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/E/Desktop/Chinua%20Achebe/tese_fernanda_a_pereira.pdf>. Acesso em: 03 Jul, 2020.

PETERSEN, Kirsten Holst, First things first: Problems of a feminist approach to African literature. *Kunapipi*, v. 6, n. p. 35-47, 1984. Disponível em: <<https://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1554&context=kunapipi>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

PHOTERO, George W. *Costa do Ouro*. Londres: Stationery office, 1920

PIETERSE, C. *African Writers Talking*. London: Heinemann, 1972.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 59-90.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

PRATT, Maire Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

QUEIROZ, Amarino Oliveira de. *As inscricuras do Verbo: dizibilidades performáticas da palavra poética africana*. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura), Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp070953.pdf>>. Acesso em: 20 Jun, 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005, p. 117-142.

REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários*. Coimbra: Livraria Almedina, 1995.

ROQUE, Fátima Moura. *O desenvolvimento do continente africano na era da mundialização*. Coimbra: Almedina, 2005.

SAADAWI, Nawal El (1975). *Woman at Point Zero*. Tradução de Sherif Hetata. Londres: Zed Books, 2008.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SAID, Edward W. *Cultura e política*. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALAMI, Minna. *Uma breve história do feminismo africano*. 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/uma-breve-historia-feminismo-africano/>>. Acesso em: 19 Nov, 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, Rubens P. dos. Encontro Poético: Maiakóviski e os poetas africanos de língua portuguesa. *XIV Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC)*, 2015, p. 01-13. Disponível em: <file:///C:/Users/E/Desktop/P%C3%B3s%20colonialidade/2015_1456107872.pdf>. Acesso em: 13 Jun, 2020.

SCHAUMLOEFFEL, Marco Aurelio. *Tabom: A Comunidade Afro-Brasileira do Gana*. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

SCHOLL, Camille. J. Matriarcado e África: discursos na história acerca de poder político e gênero, In: FONSECA, M. B.; OLIVEIRA, F. C. de. *África e suas relações de gênero*. Rio de Janeiro: Edições Áfricas; Ancestre, 2019, p. 155-184.

SECCO, Carmen Lucia Tindó. Noémia de Sousa, grande dama da poesia moçambicana. In: SOUSA, Noémia. *Sangue Negro*. São Paulo: Editora Kapulana, 2018.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. São Paulo: CosacNaify, 2006.

SILVA JR, Carlos Da. *Where the Negroes are Masters: An African Port in the Era of the Slave Trade*. (Cambridge: Harvard University Press, 2014). *Varia História*. UFMG/Belo Horizonte, 2015. Disponível: <<https://www.scielo.br/pdf/vh/v31n55/0104-8775-vh-31-55-00287.pdf>>. Acesso: 20 de Abr, 2020.

SILVA, Bruno R. V. M. *O Islã na África do Norte e Ocidental: Recepção e Reinvenção* (séc. VII-XIV). *Gênero & História* (UFPE), v. 9, p. 17-33, 2012. Disponível em:<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/viewFile/110084/22007>>. Acesso: 20 de Abr, 2020.

SILVA, Danielle L. *Representações de Gênero e Etnia em Amada, de Toni Morrison, e Ninguém para me acompanhar, de Nadine Gordimer*. Dissertação (Mestrado em Literatura e Práticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Literatura – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2992/1/2007_DanielledeLunaeSilva.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SILVA, Fernanda. *Identidade Feminista Africana*. 2020. Ebook. Disponível em:<<https://www.topleituras.com/livros/estetica-feminista-abd0>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SILVA, Solange M. *Para além do exótico: as ciências na África, da história ao ensino*. São Paulo (Dissertação de mestrado), 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/81/81133/tde-14012016-152759/publico/Solange_Maria_da_Silva.pdf>. Acesso: 20 de Abr, 2020.

SLATTERY, K. *The African Trilogy: Writing Back to Mister Johnson*, 1998. Disponível em:<<http://www.qub.ac.uk/imperial/nigeria/writback.htm>> Acesso em: 18 Jul. 2020.

SMALLWOOD, Stephanie. *Saltwater slavery: a middle passage from Africa to American diaspora*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SOARES, C. R; CARBONIERI, D. Nervous Conditions: A literatura africana escrita por mulheres e o tema da educação formal. *Afluente*, Bacabal/PGLB-UFMA, v.1, n. 3, p. 01-23, out./dez, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/view/6469/4134>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil Africano*. São Paulo: Ática, 2006.

SOUZA, Noémia de. *Sangue Negro*. São Paulo: Editora Kapulana, 2018.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In: WARE, Vron (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 363-386.

SOVIK, Liv. Preto no Branco: Stuart Hall e a Branquitude. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (org.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no brasil*. Curitiba: Appris, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 174p.

SPIVAK, Gayatri. "Preface to Concerning Violence" (C. J. Domingues Trad.). *Revista África e Africanidades*, p. 1-12, 2013. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/195375534-Fanonviolencia-genero-traducao-de-preface-to-concerning-violence-spivak.html>>. Acesso em 08 ago. 2023.

STRATTON, Florence. *Contemporary African literature and the politics of Gender*. New York: Routledge, 1994.

SUSSEKIND, Flora. *O negro como arlequim: teatro & discriminação*. Rio de Janeiro: Achiamé/Socii, 1982.

SUTHERLAND-ADDY, E.; DIAW, A. (orgs.). *Des femmes écrivent l'Afrique. L'Afrique de l'Ouest et le Sahel*. Paris: Karthala, 2007.

TANDIA, A. K. *Bakel e a penetração francesa no Sudão*. Faculdade de Letras: Universidade de Dakar, 1973.

TARNAS, Richard. *A epopeia do pensamento ocidental*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.

TEMPLE-THURSTON, Barbara. *Nadine Gordimer revisited*. New York: Twayne, 1999.

THOMPSON, Leonard. *A History of South Africa*. New Haven: Yale University Press, 1990.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

THIONG'O, N. wa. *Decolonising the mind: the politics of language in African literature*. Londres: J. Currey; Portsmouth: Heinemann, 1986.

UIMONEN, Paula. *Invoking Flora Nwapa: Nigerian Women Writers Femininity and Spirituality in World Literature*. Stockholm: Stockholm University Press, 2020.

UMEBINYUO, Ijeoma. *Questions for Ada*. Ed. Createspace Independent Publishing Platform, 2015.

VISENTINE, Paulo Fagundes. *O livro na rua*: Gana. Brasília: Thesaurus Editora, 2011.

WALKER, Alice. *Em busca dos Jardins de Nossas Mães*: prosa mulherista. Tradução de Stephanie Borges. - 1. Ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, 376p.

ZIEGLER, Jean. *Sociologia de la nueva Africa*. Espanha: Editora Era, 1964.